Relatório sobre o II Encontro sobre Cemitérios Brasileiros

Maria Elízia Borges[1]

O **II Encontro Sobre Cemitérios Brasileiros** realizado na PUCRS em julho de 2006 foi além das expectativas dos organizadores. Isso se deve ao grande número de comunicações e ao alto nível das pesquisas apresentadas em várias áreas do conhecimento. Diante de algumas apresentações de âmbito nacional e internacional, todos foram unânimes em perceber a necessidade de se criar, em cada região do Brasil, grupos de pesquisas de caráter interdisciplinar.A consolidação do evento tornou-se uma realidade de conhecimento histórico, artístico, sociológico e antropológico.É com prazer que estamos consolidando esta área de conhecimento no Brasil.

[1] Pesquisadora do CNPq, projeto Arte funerária no Brasil.

Relatório sobre II Encontro sobre Cemitérios Brasileiros

Eduardo Rezende

O segundo encontro sobre cemitérios brasileiros, realizado em porto alegre (PUCRS) nos mês de julho de 2006, serviu pra coroar e solidificar o esforço realizado no primeiro.

Agora as relações dos cemiteriais parecem estar mais aprofundadas, tanto com relação à amizade, como no debate sobre a temática cemiterial. A vontade de participar do grupo é bem visível.

No começo, poderíamos falar em um catado de pesquisadores, hoje já podemos dizer que somos um grupo de pesquisadores cemiteriais.

Com o terceiro encontro de Goiânia estaremos mais unidos e mais fortes conseqüentemente, apesar das dificuldades, vamos continuar a construção do conhecimento na área cemiterial. Cemiteriais, vocês podem acreditar estamos fazendo história.

O segundo encontro foi marcado por dois tipos de pesquisas; aquelas que já conhecíamos, em campos já conhecidos (História, Geografia, Turismo) e novas pesquisas que não estiveram presentes no primeiro encontro.

Para exemplificarmos, temos o trabalho do Henrique Sérgio, Grupo Cemiterial capitaneado pelo Gran Mestre Bellomo (thiago, kate, mateus, fábio, airton, daniel), que mostraram uma pesquisa contínua e ampliada enfocando os cemitérios gaúchos nos seus múltiplos aspectos.

Ocorreu ainda pesquisadores que participaram do primeiro encontro, porém mudaram a temática do Trabalho, caso da Roberta Souza. No primeiro encontro ela trabalhou com o

Turismo e agora nos apresentou uma nova temática, até então nunca discutida em nossos congressos, a educação ambiental.

Na outra ponta, como debutantes um grande grupo trabalhando com a questão arqueológica (professoras de santa catarina) o Adriano no Rio Grande do Sul. A primeira participante do estado da Bahia, com sua bela apresentação (Cibele Matos). O grupo de Ponta Grossa que trabalhou com o turismo cemiterial e apresentação da clarissa Grassi sobre os cemitérios curitibanos, participante que mostrou-se muito interessada em tocar a Abec.

Por fim ainda tivemos a presença argentina, com luiz e nina rizzo, sem contar a abertura onde Maria elizia tratou da manifestação popular da arte cemiterial, até para mudarmos o nosso olhar já viciado a grandes esculturas. E para variar, ela touxe mais uma discípula Débora, que expôs um trabalho sobre fotografia.

Para não concluir reforço, que a massa está tomando liga, e o terceiro encontro teremos grandes avanços na nossa associação e nas pesquisas cemiteriais brasileiras.

A Secularização dos Costumes Funerários: o advento cemiterial em São Luís (1830-1855).

Agostinho Júnior Holanda Coe [1]

Resumo

Por volta de 1830 em São Luís, a partir principalmente de argumentos sanitários, desenvolve-se a idéia do caráter pernicioso dos enterramentos realizados nos templos religiosos ditos sagrados, próximos às cidades. Vê-se a necessidade de transferência urgente dos sepultamentos para cemitérios longe dos centros urbanos para evitar a propagação de doenças endêmicas que seriam causadas principalmente pela decomposição de matéria orgânica de origem animal. Em 1855, com a construção do cemitério do Gavião após um grande surto de Varíola os enterramentos nas igrejas de São Luís praticamente findam ficando o processo de secularização da morte cada vez mais visível.

Palavras – Chave: Morte – Irmandades Religiosas – Sepultamentos - Cemitérios

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão/2005; Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará/2006; Bolsista da CAPES.

A Secularização dos Costumes Funerários: o advento cemiterial em São Luís (1830-1855).

O hábito milenar do enterramento nas igrejas havia sido subvertido, e a principal razão para essa mudança era a difusão da idéia do caráter infeccioso dos cemitérios tradicionais e os perigos que representavam para a saúde pública.

> Vapores 'pestilentos', ou seja, que propagavam a peste e outras doenças contagiosas como a varicela... Vê-se freqüentemente febres malignas e pútridas e doenças periódicas dominarem as cidades mais populosas, sem que se possa penetrar na causa longínqua; não é provável que esta causa que ignoramos e que nos é demonstrada por esses funestos efeitos, não seja outra coisa senão a sepultura dentro das cidades?. (ARIÉS, 2003, p. 173).

No século XIX as capitais brasileiras buscaram incisivamente uma reorganização do espaço público citadino. As cidades que não possuíssem as mínimas regras de organização pública teriam que passar por rápidas melhorias com o intuito de proporcionar um ambiente urbano mais saudável para os seus habitantes. E São Luís não estava fora deste contexto, pois entre as suas principais carências estava a preocupação com as mínimas condições de saneamento básico, contribuindo decisivamente para a proliferação de inúmeras doenças.

A partir de 1828 com a "Lei Imperial de Estruturação dos Municípios" buscou-se mais concretamente pôr em prática mudanças que até então não haviam saído do papel. Era uma tentativa de dar nova ordem às políticas públicas brasileiras, implementando uma cultura pretensamente branca e européia, abandonando assim o suposto atraso colonial e mestiço. Na verdade, as Câmaras Municipais chamaram para si a responsabilidade do processo civilizatório do ambiente urbano. O universo a ser legislado era extenso:

> Executar ou fazer executar a limpeza, alinhamento, iluminação, reparos, segurança dos logradouros públicos; retirar das ruas os 'loucos, embriagados, animais ferozes ou danados'... ; impor limites de velocidade aos cavaleiros; impedir 'vozerias nas ruas em horas de silêncio, e obscenidades contra a moral pública'; indicar lugares adequados e limpos para abate de gado e funcionamento de feiras livres; reprimir atravessadores e especuladores; conceder licença para a realização de espetáculos públicos, 'uma vez que não ofendam a moral pública'; obrigar os moradores a manter 'o asseio, segurança e elegância, e regularidade externa dos edifícios e ruas. (REIS, 1991, p. 275-276).

Segundo César Marques (1972, p. 192-93), quando começava o período chuvoso em São Luís por volta do mês de dezembro, os leitos dos rios invadiam áreas bem próximas da cidade. Ao final do período das chuvas, com os rios voltando ao seu leito normal, estes deixavam verdadeiros pântanos recheados de matérias orgânicas em adiantado estado de decomposição. Era preciso, portanto, uma nova e urgente organização das cidades e as sugestões eram várias para a melhoria da qualidade de vida dos ludovicenses:

> (...) As febres intermitentes são a única moléstia endêmica, que reina nesta província que algumas vezes tomão o caráter de perniciosas... A absorção dos miasmas que se desenvolvem dos pantanos, e que resultão da putrefação das matérias vegetaes é a causa reconhecida desta moléstia. Muito conveniente seria, para se diminuir a acção dos

> miasmas sobre a ecconomia animal, a plantação de árvores frondosas nas margens dos rios, e que se cubrão os lugares pantanosos de matas espessas para decomporem os miasmas, que continuamente se exalão desses focos de enfermidades. (PUBLICADOR MARANHENSE. 06 de Julho de 1844, p. 3).

Os intelectuais, geralmente representados pelos médicos [2], não poucas vezes se manifestaram sobre a diminuição da ação dos miasmas[3], buscando sempre construir um novo conceito de civilização do espaço público. Acreditava-se no poder transformador do espírito racional e o modelo máximo de civilização era a França, que havia se tornado um exemplo a ser seguido por praticamente todos os países do ocidente. Esta nação havia começado o processo de remodelamento das suas cidades no século XVIII, tendo a campanha de transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios se difundido por volta de 1780. E o Brasil mesmo que tardiamente deveria trilhar o mesmo caminho.

Um novo conceito de urbanização estava em voga, em que se fazia necessário a reorganização e civilização dos costumes. A forma e o local onde eram realizados os enterros também estavam entre as principais mudanças a serem implementadas. Era preciso segregar agora os mortos para cemitérios longe das cidades, para que o contato com os vivos fosse o mínimo possível.

Se para os fieis e membros das irmandades [4] os sepultamentos nos templos santos ajudou durante muito tempo em uma passagem tranqüila para a companhia dos anjos e santos, para a classe médica [5] a decomposição dos cadáveres produzia gases que agora poluíam o ar, causando grande surto de doenças e epidemias.

Havia grande preocupação com o ar que circulava no ambiente citadino, pois quando fosse de má qualidade as pessoas que o respirassem poderiam contrair diversos tipos de doenças. Daí a preocupação em purificar o ar, fazendo-o circular, vigiando seus odores, higienizando assim o meio ambiente.

Vai se configurando aos poucos a idéia da medicina como "polícia da cidade", onde era preciso prevenir doenças com a mudança de comportamentos. A lista do que deveria mudar ia desde aspectos arquitetônicos das cidades, até práticas higiênicas de cunho pessoal. Somente com a aceitação dessas idéias é que se poderia abandonar o suposto barbarismo colonial.

> A disposição do lixo nas vias públicas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a indisposição para exercícios físicos e para a higiene pessoal (...) além da reorganização e racionalização de algumas instituições básicas, como as prisões, hospitais, escolas e cemitérios, todas vistas como causadoras de doenças físicas e morais. (REIS, 1991:249).

Escolas, hospitais e cemitérios deveriam seguir uma lógica de organização capaz de dirimir qualquer resquício de falta de autoridade por parte do governo central. Aos prefeitos caberia a missão de fazer valer os novos regulamentos de reordenamento do perímetro urbano e de difusão dos pretensos ideais civilizatórios.

---

[2] Quase sempre nos pareceres contra os enterros nas igrejas eram chamados médicos de renome na cidade para, através de pesquisas, tornar público suas posições contrárias aos enterramentos nos templos religiosos. Alguns dos médicos mais citados nos jornais são: José Maria Faria de Matos Júnior, José Miguel Pereira Cardoso, Veríssimo dos Santos Caldas e o Dr. José Olimpio Machado que foi durante muito tempo Presidente da Província.

[3] Exalações pútridas perniciosas à saúde advindas principalmente de material orgânico de origem animal.

[4] As irmandades religiosas brasileiras até as primeiras décadas do século XIX detinham o monopólio da realização dos principais rituais fúnebres, inclusive o sepultamento nas igrejas. Com a transferência dos enterramentos para cemitérios longe das cidades, distante dos templos religiosos, estas instituições perdem sua principal fonte de lucro.

[5] No século XIX, os médicos brasileiros adquiriram grande importância tornando-se uma espécie de "herói civilizador". A classe médica pretendia ver aqui "repetidas" as soluções européias para o problema dos enterros nas igrejas.

Além da mudança de hábitos, a geografia também podia favorecer a proliferação de vapores pestilentos. A localização das instituições, a posição dos ventos, a umidade, tudo isso poderia influenciar em uma boa qualidade do ar. Boa localização e clima favorável, entretanto, não eram suficientes para a dissipação dos odores, já que o problema maior estaria num descaso desproporcional da população para com as normas mínimas de higiene e limpeza.

> Ninguém poderá lançar immundices nas praças, ruas, becos e travessas. Aos contraventores multa de dous mil reis, e de cinco mil reis, e se algum viadante ficar prejudicado ficarão sujeitos os mesmos contraventores á indemnização do damno causado. (MARANHÃO, Lei nº 225, 1846, p. 70).

Uma das formas encontradas pelas autoridades locais para conter os maus hábitos foi multar as pessoas que sujassem de forma demasiada o espaço urbano. Qualquer indivíduo que se sentisse prejudicado também tinha o direito de exigir uma indenização do contraventor. A população tornara-se, a partir de então, uma espécie de "polícia ambulante", denunciando qualquer prática contrária às normas mínimas de higiene. Com isso, tentava-se construir regras organizacionais que evitassem a propagação dos vapores miasmáticos.

Os enterramentos realizados dentro dos templos foram uma das principais preocupações da medicina brasileira principalmente no período pós-independência. As idéias higienistas, sobretudo francesas, passaram a influenciar bastante as mentes de nossa elite. Havia uma luta para elevar o país ao mais alto grau de civilização, sempre tomando como modelo à Europa. E a reforma das práticas funerárias era uma das prioridades. Acreditava-se que os cadáveres estavam entre os principais causadores de malefícios físicos aos vivos, sendo cada vez mais urgente a transferência dos enterros das igrejas para locais longe das cidades.

Cada vez mais se buscava uma vigilância constante do "cheiro da morte". Qualquer odor advindo dos mortos tinha que ser duramente combatido, além disso, uma reeducação dos sons também estava em constante processo de difusão. Os funerais festivos e ruidosos precisavam dar lugar ao silêncio da morte. Pois se a qualidade do ar, sem os vapores cadavéricos, significava saúde, o silêncio a partir de então trazia uma maior paz e tranqüilidade. *"É prohibido fazer vozerias, alaridos, e dar gritos nas ruas sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso". (MARANHÃO, Lei nº 225, 1846, p. 79-80).*

Até os vários dobres de sinos quando falecia alguém agora levaria a um profundo nervosismo e conseqüente estado depressivo às pessoas. Os sinos poderiam alterar até as faculdades morais e intelectuais do indivíduo, trazendo cólera às pessoas tranqüilas, melancolia aos alegres, distração aos atentos e grosseria aos polidos. Além disso, o doente agonizante poderia ver antecipados os seus últimos dias de vida ao perceber o "barulho da morte".

> Somente na respectiva matriz, e conjuctamente na igreja de S. Jose da Misericordia (S. Pantaleão) é que se poderá dobrar sinos pelos defunctos, devendo os signaes ser breves e distinctos, e em número de nove por homens, seis por mulheres e tres por menores de quatorze anos. (MARANHÃO, Lei nº 289 , 1850, p. 399).

Apesar do repicar dos sinos ter sido instituído pela igreja para lembrar os vivos da morte e da necessidade de arrepender-se dos pecados, para os defensores da civilização do espaço público os dobres de sinos somente traziam medo às más consciências sem as corrigir. Já que as pessoas não haviam recebido o principal: uma boa educação, a herança do respeito às leis e aos bons costumes. Tentava-se acabar com o barulho

considerado exagerado dos sinos, já que agora era preciso que os sinais da morte fossem breves e distintos.

Havia uma busca cada vez maior pelo ocultamento dos mortos. A fiscalização do cheiro e do silêncio na verdade denotava a mudança do sentido da morte do outro como tradicional papel de se pensar e preparar a própria morte. Agora, o fim da vida devia se apresentar cada vez mais como surpresa, já que a medicina paulatinamente prometia novas técnicas de prolongamento das forças vitais dos indivíduos. A saúde dos vivos deveria estar acima de algumas regras da igreja, pois esta instituição para um número cada vez maior de fiéis, agora ludibriava as leis sem ligar de fato para o bem-estar físico das pessoas.

A convivência com os mortos era uma constante, pois a visita periódica às igrejas era quase que uma obrigação, logo, encontrar nos enterros nas igrejas uma das principais causas de epidemias parecia uma questão de tempo. Segundo a crença, a decomposição dos cadáveres, aliado a pouca circulação do ar dentro dos templos religiosos, fazia deste local um foco iminente de proliferação de doenças. Os enterramentos nas igrejas foram, portanto, gradativamente sendo objeto de inúmeras censuras.

> Fica prohibido, depois de construídos os cemiterios, o enterramento de pessoas dentro do recinto das igrejas... Aos contraventores, inclusive os parocos, e procuradores das irmandades, a multa de trinta mil reis, e o duplo na reincidência. (MARANHÃO, Lei nº 225, Título VIII, 1846, P. 91-92).

A construção de cemitérios que substituíssem as igrejas como locais de sepultamento fazia parte de todo um projeto de desinfecção das cidades. O uso do templo como lugar de culto aos mortos, valor central da religiosidade tradicional, agora poluía fisicamente o ambiente utilizado pelos vivos numa tosca associação entre higiene, civilização e religião. A princípio houve grande resistência aos novos cemitérios e a maneira encontrada pela elite para evitar ou postergar tal transferência foi mandar construir cemitérios somente para cativos e pessoas menos aquinhoadas: *"Um cemitério onde seriam enterrados os cadáveres de toda escravatura e mais gente pobre, proibindo expressamente que se continuasse a enterrar nos largos das igrejas, e beira de estradas, como até aqui se fazia". (MARQUES, 1970, p. 193).*

O problema central estaria na localização das igrejas, próximas às cidades, e a realização demasiada e descontrolada dos sepultamentos nestes recintos religiosos. O local idealizado dos cemitérios seria fora das cidades, longe de fontes d'água, onde os ventos soprassem contrariamente ao espaço urbano. Aos poucos vai se delineando toda uma legislação de como deveriam ser os enterramentos. As punições aos dissidentes iam desde multa e até mesmo alguns dias de prisão.

> Nenhuma sepultura, em que tenha sido enterrado algum cadáver, será aberta, sem que tenha decorrido o praso de dous annos, contados do assento exarado no respectivo livro do numero das sepulturas que necessariamente deve existir em todas as igrejas, e logares nos quaes se fizerem enterramentos de corpos, salvo o caso de ser a abertura determinada pela actoridade competente. Aos contraventores multa de trinta mil reis, e oito dias de prisão. (PUBLICADOR MARANHENSE, 8 de janeiro de 1847, p. 3).

Mesmo com a construção de novos locais de sepultamento, longe das cidades, ainda se verificou leis que regulamentavam os enterros nas igrejas. Mostrando que muitas pessoas privilegiadas financeiramente ainda preferiam serem enterradas nestes locais, considerando-se o sepultamento nos templos religiosos um atenuante das atrocidades cometidas em vida: *"O enterro do illustre finado teve logar hontem de tarde ás 5 e meia para as 6 horas. O seu corpo jaz no Cemiterio de São João Baptista".* (PUBLICADOR

MARANHENSE, 12 de Maio de 1855, p. 3). Ainda havia a crença de uma passagem mais tranqüila ao mundo celeste a partir do enterramento nas igrejas, perto das orações dos parentes, amigos e fiéis.

Contudo, enquanto não existisse uma legislação capaz de transferir todos os enterros para os cemitérios, independente de classe social, e os locais de sepultamento longe das cidades não fossem em número suficiente para abarcar o número de mortos desta cidade, os enterramentos que ainda fossem realizados nas igrejas também teriam que seguir algumas normas básicas:

> Os corpos, que em quanto não se construirem os cemiterios, forem sepultados nas igrejas do municipio, deverão ficar debaixo da superficie da terra pelo menos sete palmos, sendo alem disso as sepulturas muito bem socadas. (MARANHÃO, LEI Nº 225, Titulo XVIII, 1846. p. 91-92).

A partir de 1856, porém, a legislação proibindo os enterros nas igrejas parece ter sido mais severamente seguida, visto que o presidente da província Doutor José Olimpo Machado precisou que fosse baixada uma lei permitindo quando da sua morte o seu sepultamento em uma igreja da capital: *"Fica definitivamente approvado a resolução da Camara Municipal desta cidade, determinando que se désse sepultura na Cathedral ao cadáver do presidente doutor Olimpo Machado".* (MARANHÃO, Lei nº 427, 1856, p. 35). Logo ele, que assinou praticamente todas as resoluções pesquisadas em favor dos sepultamentos nos novos cemitérios e que sempre deu parecer favorável ao enterramento nos novos locais, mais apropriados.

> Em quanto ao Cemitério da Misericórdia, o que vos diremos nós?... Ele hoje guarda a um número de mortos superior aos dos habitantes vivos da nossa Capital. Ocupando uma das mais belas posições topográficas, construído debaixo de tôdas as condições higiênicas, colocado sôbre um terreno onde abundam matérias calcárias e com um sistema de enterramentos sofrivelmente bom, seria absurdo da minha parte acreditar que ele pode ser prejudicial à salubridade pública. (DR. EDUARDO OLIMPIO MACHADO. 1 de Maio de 1854. Presidente da Província. Apud: MARQUES, 1970, p. 197).

O principal motivo para a mudança foi um grande surto de doenças que acometeu a cidade no ano de 1855. As igrejas não eram mais capazes de comportar todas as pessoas que ali queriam ser enterradas, sendo urgente a construção de cemitérios para a realização do sepultamento dos mortos.

> A peste das bexigas continua a afligir a nossa capital... Pelo mesmo tempo, e como, meio também de obrigar a invasão da cholera, cuidou-se da limpeza da cidade, e a esse intento a dividiu o governo em quatro districtos, nomeando para cada um sua commissão composta de um medico, e um agente policial... (PUBLICADOR MARANHENSE, 9 de Janeiro de 1855, p. 3).

A divisão da cidade em distritos tinha como objetivo facilitar o mapeamento das áreas mais suscetíveis à proliferação das doenças. Cada um dos quatro distritos teria um médico para avaliar as condições sanitárias do local, e uma autoridade policial para fazer cumprir as ordens necessárias para a não propagação das doenças que estavam afligindo a população.

Era preciso ainda, de forma urgente, fazer a limpeza da cidade para evitar a disseminação das doenças que acometiam principalmente os segmentos sociais mais pobres. *"Os individuos affectados pertencem pela maior parte á classe dos indigentes e escravos..."* (PUBLICADOR MARANHENSE, 9 de Janeiro de 1855, p. 3). Nos períodos de aguçamento da peste era preciso que se evitasse, entre outras coisas, aglomerações muito grande de pessoas.

> Mas o publico, digamo-lo também, posto que preocupado algum tanto do perigo, não o tem sido menos das suas distrações e obrigações costumadas. Haja vista a numerosa concurrencia que nos dias de festa, e no mais intenso da peste, tem sido logar nas igrejas, no theatro e no tivoly. (PUBLICADOR MARANHENSE, 9 de Janeiro de 1855, p. 3).

Sempre as igrejas eram citadas, pois estavam entre os locais que recebiam o maior contingente de pessoas diariamente. Os surtos de doenças, que até então acometiam basicamente os escravos e indivíduos pobres, começava a atingir também pessoas de grande prestígio econômico e social, aumentando ainda mais a preocupação com um ambiente urbano mais saudável.

E a peste viera avassaladora no ano de 1855. Os jornais noticiavam praticamente em todas as suas edições a quantidade crescente de mortos. Os números mostravam que a cada mês o surto vinha mais arrasador, levando a óbito não mais somente as classes menos favorecidas da população, chegando agora também a todos os segmentos sociais. A preocupação era cada vez maior, haja vista ser preciso uma vigilância ininterrupta de qualquer sinal de insalubridade pública.

Com o começo do período chuvoso acreditava-se no recrudescimento das vítimas da peste, pois era isto que diziam as principais autoridades médicas da época.

> (...) No dia 10 começaram as chuvas, e em toda a madrugada, e parte do dia 12 choveu copiosamente. Veremos se contra o parecer da maior parte dos medicos, a mudança da estação influirá para a remissão da peste. (PUBLICADOR MARANHENSE, 13 de Fevereiro de 1855, p. 3).

Os sepultamentos até então realizados no cemitério da irmandade da Misericórdia devido à incapacidade deste local em comportar tamanha quantidade de mortos, foram transferidos para o cemitério sob a proteção da irmandade Bom Jesus dos Passos. Porém, este já havia sido alvo de inúmeras censuras porque, segundo relatos, se encontrava mal localizado, a favor do vento, levando aos moradores de São Luís os odores cadavéricos considerados perniciosos. Este ficava ainda próximo às fontes d'água, o que aumentaria ainda mais o perigo, pois poderia haver uma contaminação da água consumida pela população. (MARQUES, 1972, p. 194).

> Decidindo a commissão nomeada pelo governo, que o cemitério é no local que actualmente occupa, prejudicial à salubridade publica, mandará dizer o mesmo governo suspender para logo os enterramentos no dito cemitério, até que a Assembléia Legislativa Provincial resolva definitivamente a este respeito. (MARANHÃO, Lei n. 338, 1853, p. 6).

A resolução final foi favorável à continuidade dos enterramentos no cemitério da irmandade Bom Jesus dos Passos, todavia, era prioridade a construção de novos cemitérios que pudessem abarcar a quantidade de mortos de São Luís e dar um fim aos enterramentos realizados nas igrejas. À irmandade da Misericórdia cabia a aquisição de um local longe da cidade para que ali fossem realizados novos sepultamentos.

Em 1855, portanto, é comprado um terreno para a edificação do novo cemitério da Misericórdia*: "Até que a Misericórdia mande edificar outro com as proporções convenientes, para o que dizem que já escolheu o terreno no lugar denominado Gavião, ao sul da cidade e fora dos limites della".* (PUBLICADOR MARANHENSE, 13 de Abril de 1855, p. 3).

O novo cemitério de São José da Misericórdia ficava na Rua do Passeio, na Quinta do Gavião, principiando a funcionar no dia 6 de Setembro de 1855. Para que os vivos pudessem pelo menos ter um local onde orar por seus mortos, este ganhou no mesmo dia uma capela, sob a proteção de São José.

Com a construção do Cemitério do Gavião em 1855, tornou-se mais visível em São Luís a "laicização" dos enterros e o conseqüente advento dos cemitérios longe das igrejas, distante do ambiente urbano. A secularização da morte vai se delineando de forma mais concreta.

Gradativamente, a imagem cemiterial igualitária, a priori criada pelos novos cemitérios, vai dando lugar aos símbolos que representaram a morte como um grande espetáculo e o cemitério como o local para demonstração de poder e opulência, da ostentação, do luxo e da grandiloqüência. Os cemitérios com suas alamedas arborizadas, divisões em quadras e seções e as sepulturas ordenadas segundo uma numeração, representariam com certa fidelidade a sociedade dos vivos.

Porém, a partir de agora, *"Assim façamos nós também como o publico, esquivemos essas ideas lúgubres e funestas de peste, de mortos e de cemitérios, e embebamos o espirito em pensamentos mais agradáveis e risonhos"*. (PUBLICADOR MARANHENSE. 9 de Janeiro de 1855, p. 3).

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **A História das Mentalidades**. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

_____. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **O Homem Perante a Morte**. Portugal: Biblioteca universitária, publicações Europa-América. Vol. I e II, 1977.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

BRAET, Herman & VERBEKE, Werner**. A Morte na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DAMATTA**,** Roberto da. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher, e morte no Brasil**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELUMEAU**,** Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GENNEP**,** Arnold Van. **Os Ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez, e parto, nascimento, infância,**

puberdade,iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1975.

MARQUES**,** César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro, Fon-Fon – Seleta, 1970.

MARTINS, José de Sousa (org). **A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma Província no Império**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 1992.

NOVAIS**,** Fernando A. & ALENCASTRO, Luiz Felipe (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: Império.** São Paulo: Companhia das Letras. Vol. II, 1997.

REIS**,** João José. **A Morte é uma Festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SALLES**,** Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte, UFMG, 1963.

SANTOS**,** M. Helena Varela, LUCAS, Antonio M. Rollo. **Paisagens, sábios e selvagens.** Porto Editora, 1982, 1ª edição.

SANTO, José Marcelo do Espírito. **A última Arte**. São Luís: Minerva (UFMA), 2000.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO. Relação dos Papéis Avulsos. Irmandade, caixa 208 (1730 – 1860).

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO. Relação de Papéis avulsos, Irmandades, caixa 208 (1730 – 1860). Cutuamento de uma portaria de S. Exª. Com o compromisso da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade.

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO. Freguesia de Nossa Senhora da Vitória: Certidões de óbitos. Livros nº 8, 9. 10, 11, 12. (1775-1850); (1835-41); (1841-51); (1851-68). Caixas: 99, 100, 101. Maços 485-492.

MARANHÃO. Lei nº 338 de 23 de Dezembro de 1853. **Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311C (1852-58).

MARANHÃO. Lei nº 225 de 30 de Setembro de 1846. **Sobre cemitérios, enterros e aberturas de sepulturas**. Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão. ORMA 328 M311 (1842-51).

MARANHÃO. Lei nº 289 de 7 de Dezembro de 1850. **Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311 (1842-51).

MARANHÃO. Lei nº 367 de 23 de Dezembro de 1853**. Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311C (1852-58).

MARANHÃO. Lei n° 254 de 3 de Dezembro de 1849**. Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311 (1842-51).

MARANHÃO. Lei nº 396 de 27 de Agosto de 1856. **Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311C (1852-58).

MARANHÃO. Lei 367 de 24 de Julho de 1854. **Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão**. ORMA 328 M311C (1852-58).

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 06 de Julho de 1844. Edição n° 1123. p. 3.

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 9 de Janeiro de 1855. Edição nº 1622. p.3.

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 11 de Janeiro de 1855. Edição nº 1623. p.3.

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 13 de Fevereiro de 1855. Edição nº 1635. p.3.

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 6 de Março de 1855. Edição nº 1643. p.3.

MARANHÃO. Jornal Publicador Maranhense. 13 de Abril de 1855. Edição nº 1658. p.3.

CURRÍCULO RESUMIDO

Agostinho Júnior Holanda Coe: Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão/2005; Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará/2006; Bolsista da CAPES/2006; Artigo Publicado sob o título "**NÓS OS OSSOS QUE AQUI ESTAMOS, PELOS VOSSOS ESPERAMOS"**: O Século XIX e as Atitudes Diante da Morte e dos Mortos em São Luís. Revista "Outros Tempos". Internet: v.1, 2005.

Fone: (85)3226 4438/8732 4774;

E-mail: juniorcoe@hotmail.com; tinhocoe@yahoo.com.br

A importância da fotografia como instrumento de documentação para Arte Funerária: um estudo do Campo Santo da Santa Casa de Pelotas – RS

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho[1]

Resumo:

A proposta desta comunicação é analisar a pertinência de um *catálogo digital* para documentação e consulta sobre a Arte Funerária e a Histórico dos Cemitérios na cidade de Pelotas. A idéia deste catálogo surgiu devido à necessidade de organizar e disponibilizar os *resultados fotográficos* da pesquisa [2] sobre o Campo Santo da Santa Casa Pelotas.

A pesquisa e o acervo de imagens

O projeto de pesquisa investigou o Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, em específico a área correspondente à Capela do Nosso Senhor do Bonfim, território este também conhecido por 'Cemitério dos Ricos' ou 'Parte Antiga do Cemitério'. A área foi denominada de *Quadro Antigo*, segundo o Sr. Ricardo Rojas (mais antigo funcionário do Cemitério), que acabou sendo o nome adotado como referência na pesquisa.

A metodologia adotada durante a pesquisa foi o levantamento bibliográfico, registro fotográfico, entrevistas e relatórios de observação mensais. O material adquirido por meio de registro fotográfico foi organizado, resultando no catálogo do acervo funerário do Cemitério.

As fotografias apreendem o estado dos bens culturais deste Cemitério. Estes bens, passíveis de desaparecimento, podem ser preservados na memória ao passo que são fotografados, inventariados e catalogados.

A elaboração do acervo fotográfico, teve como iniciativa registrar e organizar parte do acervo funerário de Pelotas permitindo consultas públicas, já que a cidade não possui uma documentação organizada do Cemitério.

---

[1] Especialista em Patrimônio Cultural pelo IAD/UFPel.

[2] Pesquisa desenvolvida no período de outubro de 2003 à novembro de 2006 que utilizou a fotografia como parte importante do levantamento de dados.

O objeto da pesquisa

O Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas teve suas primeiras *inumações* entre 1855 e 1856. A revisão bibliográfica apontou que teria iniciado atividades em 04 de junho de 1856. Desenvolveu-se aos poucos, e de seu surgimento até o ano de 1950 constituiu um considerável acervo de Arte Funerária: esculturas, ornamentos e túmulos.

A cidade de Pelotas teve seus próprios expoentes entre artistas e artesãos, homens que eram responsáveis pela importação, colocação das peças e algumas vezes, elaboração das mesmas.

As marmorarias responsáveis pela procedência da Arte Funerária na cidade foram reconhecidas pelas rubricas presentes em algumas obras do estilo, que priorizava o enaltecimento do morto como prestação de um tributo dos vivos.

A Arte Funerária de Pelotas, assim como toda arquitetura tradicional da cidade, mesclou elementos de variados estilos artísticos (clássicos, góticos, barrocos, rococós e maneiristas) definindo seu próprio estilo como eclético.

Naturalmente, esse 'ecletismo' perdeu suas características originais com a modernização dos costumes que se manifestou nos túmulos contemporâneos de padrão mais simples.

O Campo Santo de Pelotas apresenta uma variada coleção de alegorias, que aparecem como sagradas ou profanas. Possui túmulos de diferentes portes, decorados com belos ornatos, fotografias, bustos e estátuas. Porém esta coleção está sendo *perdida no tempo*, devido à interferência da mão humana e o desgaste natural.

O desconhecimento do lugar como uma forma de patrimônio histórico da cidade que não recebe recursos humanos e financeiros para sua preservação e salvaguarda.

O objetivo da pesquisa

O objetivo central desta pesquisa é o resgate e a preservação do Cemitério Antigo. A pesquisa resultou em uma monografia sobre o Cemitério que constitui um instrumento importante para as futuras investigações de pesquisadores e da própria comunidade. Não se trata apenas de uma revisão bibliográfica[3], mas de um registro legítimo do Cemitério de Pelotas em seus 150 anos de história.

O catálogo

Além da monografia, surgiu um outro produto da investigação: uma coletânea de registros fotográficos que geraram a idéia do catálogo digital de imagens. Foi utilizado como critério de organização das imagens uma classificação temática, que pode dividir o conjunto em:

Arte Funerária: Fotografias que mostram as esculturas de tipologia alegórica ou os retratos em mármore e bronze. As peças são registradas em completo e ou em detalhes **(Figura 1)**.

Descaracterização: Registro de peças desaparecidas ou descaracterizadas pela ação do tempo ou da mão humana **(Figura 2)**.

Ornatos: Peças pequenas ou detalhes de peças que ornamentam os túmulos. Incluem relevos, grades, colunas, etc **(Figura 3)**.

Retratos: Fotografias, bustos ou medalhões que personalizam os túmulos **(Figura 4)**.

[3] A pesquisa teve como seu resultado principal a produção da monografia "O Cemitério da Santa Casa: Contribuições para História da Arte Funerária em Pelotas".

Figura 1: *Arte Funerária* - Alegoria da Morte

Figura 2: *Descaracterização* - Furto de bronze

Figura 3: *Ornatos* – Detalhe de Fonte

Figura 4: *Retratos* – Moça anos 20

Objetivos de elaboração de um catálogo organizado de imagens do Cemitério:

a) Registrar as peças para que sua imagem não se perca no tempo;

b) Inventariar as peças para controle do acervo;

c) Conter a delapidação do patrimônio histórico da cidade;

d) Denunciar o descaso de uma parcela da população que desconhece o valor cultural do Cemitério;

e) Classificar ou identificar peças importantes para Arte Funerária da cidade;

f) Implementar um *site* para eventuais consultas sobre o assunto;

g) Traçar o histórico dos cemitérios na cidade de Pelotas, identificando o Campo Santo da Santa Casa;

h) Organizar as imagens obtidas durante a pesquisa.

Conclusão:

A cidade de Pelotas não possui uma documentação das esculturas disponíveis no Cemitério. A ausência deste tipo de material contribui com o

desconhecimento de um expoente do patrimônio cultural da cidade que, relegado ao esquecimento da população, desaparece no tempo.

A fotografia ainda sustenta a idéia do verídico, da prova e confirmação, além das palavras escritas. O poder da imagem pode causar tanto a sedução do espectador como sua imediata repulsa, provocando sentimentos de identificação, contemplação ou sua imediata rejeição. Da mesma forma que pode comprovar, pode também registrar, perenizando momentos fugazes ou bens patrimoniais, como é o caso deste estudo.

Apesar da fotografia ser hoje uma forma um tanto questionável de sustentação dos fatos, devido às novas tecnologias de *softwares* de manipulação e tratamento de imagens, ela é ao mesmo tempo um meio muito prático de documentar a história por meio das imagens.

O aspecto da digitalização da imagem propiciou também uma rápida difusão desses arquivos: por meio da *Internet*, os arquivos atingem considerável número de pessoas, coisa que a imagem fixada no papel não suportava, ainda mais em uma faixa de tempo um tanto breve. Os arquivos de imagem *online* podem ser consultados em todo mundo, por qualquer pessoa, resultando em verdadeiros catálogos digitais. As imagens em seu formato original, podem ser enviadas a centenas de pessoas ao mesmo tempo, através dos *emails*.

O virtual apresenta uma facilidade de disponibilização de arquivos para consulta por meio dos *sites,* que podem muito bem ser usados para fins educativos.

A elaboração de um catálogo digital sobre a Arte Funerária de Pelotas garante a preservação da imagem pela forma de registro fotográfico, além de constituir um documento de acesso permanente ao público, que pode despertar a consciência da população quanto a um patrimônio esquecido, bem como provocar uma reflexão em torno da beleza e da história das esculturas funerárias da cidade.

Bibliografia:

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul – Arte, Sociedade, Ideologia.** Porto Alegre: Edipuc RS, 2000.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BORGES, Maria Elizia. **El arte sepulcral de los marmolistas italianos em Brasil (1890-1930).** In: BARBERÁN, F. J. R. (Coord.) Uma Arquitectura para la muerte. I Encuentro Internacional sobre los contemporâneos, 1991. Sevilha. Trabalhos apresentados. Sevilha: Consejeria de Obras Públicas y Transportes – Deirección General de Arquitectura y Vivendas, 1991, p. 169-172.

_____. **Arte Funerária: as utopias de um fazer artístico.** Estudos de História, Franca, n. 1, p.207-240, 1994.

_____. **Os artistas-artesãos e a escultura cemiterial em Ribeirão Preto**. Revista Italianística, São Paulo, v.3, n.3, p. 85-92, 1995.

_____. **Arte Funerária: representação da criança despida.** História [Fundação para o Desenvolvimento da UNESP], São Paulo, n.14, p. 173-187, 1995.

_____. **Curadoria e pesquisa em História da Arte. Exposição: Arte Funerária: a produção das marmorarias do Estado de São Paulo (século XIX-XX).** In: Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 3, São Paulo: PND Produções Gráficas, p. 248-254,1996.

_____. **Arte Funerária: apropriação da Pietá pelos marmoristas e escultores contemporâneos.** Estudos ibero-americanos, Porto Alegre, v.XXIII, n.2, p. 15-28, 1997.

_____. **Arte Funerária no Brasil.** In: X Encontro Nacional da ANPAP, 1; 1999, São Paulo. Anais 99. São Paulo: PND Produções Gráficas. p. 142-147, 1999.

_____. **Arte Funerária: representação do vestuário da criança.** LOCUS: Revista de História. Juiz de Fora, v.5, n.2, p.145-159, 1999.

_____. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930). Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto.** Belo Horizonte: Arte Editora, 2002.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério: a transferência do cemitério público de Florianópolis, 1923-1926.** Florianópolis, UESC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de História.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos. Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo.** São Paulo: Annablume Editora, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CALINESCU, Matei. **Cinco caras de la modernidad.** Madrid: Tecnos, 1991.

CUNHA, Alberto Coelho da. **Antigualhas de Pelotas.** In: Opinião Pública. Pelotas: 1928-1929.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais.** 2ª edição. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2000.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte.** 15ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

HAUTECOEUR, Louis. **História Geral da Arte.** Tomo I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

JANSON, H.W. **História Geral da Arte – o mundo antigo e a Idade Média.** 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).** Pelotas: Mundial/UFPel,1993.

MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

MATO, Omar Lopez. Cyty of Angels – **The history of Recoleta Cemetery. A guide to its treasures.** Buenos Aires, Secretaría de Cultura y Médios de Comunicación de la Presidencia de la Nación. Buenos Aires: Gráfica Integral.

MELO, Luis Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas.** Petrópolis: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Arcaz de Lembranças.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

_____. **Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.** Pelotas,1987.

OSÓRIO, Fernando. **Os cemitérios**. In: A Cidade de Pelotas, 3ª edição. Pelotas: Armazém Literário, p.129-130, 1997.

PEREIRA, Elenice Pinto. **Arte Cemiterial: Sentimentos e Tipologias - Estudo na Cidade de Pelotas.** Pelotas: UFPel, 2002. Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em Patrimônio Cultural.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Metrópole da Morte, Necrópole da Vida.** 2ª edição. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

ROJAS, Ricardo. Depoimento. [set. 2005]. Entrevistadora: Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho. Pelotas, 2005.

SARMIENTO, Ernesto. **Iconografia y Simbologia.** Curso de restauración de monumentos y obras de arte. Cusco, 1975.

SILVA, Sérgio R. Rocha da; SABALLA, Viviane Adriana. **Pelotas: a arte imortalizada.** Pelotas: Ed. da UFPel,1998.

VARIOS. I Encontro sobre Cemitérios Brasileiros. Nov. 2004. IEB e DG/FFLCH – USP. São Paulo, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel. **Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

WOERMANN K. **Historia del Arte en todos los tiempos y pueblos.** Tomo III Arte Cristiano. Madrid, Espanha: Editorial Saturnino Calleja, 1924.

Manuscritos:

Livro de registros – inventário dos sepultados no Quadro Antigo do Cemitério da Santa Casa, organizado por Sr. Ricardo Rojas e Sr. Rui Costa Rojas.

Sobre a autora:

Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho
Especialista em Patrimônio Cultural – Conservação de Artefatos - pelo IAD/UFPel.
Profa. CEFET Pelotas – Curso de Programação Visual.
Contato: luizafides@hotmail.com

Imagem e memória: retratos de porcelana no Cemitério Municipal de Bela Vista – GO

Déborah Rodrigues Borges
Mestranda em Cultura Visual – FAV/UFG
Bolsa CNPq

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o conteúdo imagético e a importância sócio-cultural dos retratos de porcelana utilizados como adornos nos túmulos. A análise se concentra sobre imagens existentes no Cemitério Municipal de Bela Vista de Goiás, estado de Goiás. Entre os rituais relacionados à morte, estas fotografias constituem um valioso instrumento de memória. Elas são meios de reverenciar a pessoa falecida, mantendo sua lembrança por meio de um retrato de quando estava viva. Desta forma, a fotografia constitui-se um mecanismo importante no momento em que as famílias precisam realizar o trâmite entre a morte de um ente querido e a vida de todos os que ficaram neste mundo.
PALAVRAS-CHAVE: Cemitério Municipal de Bela Vista, fotografia, retrato de porcelana, memória, século XX.

Introdução

As primeiras pistas indicativas do surgimento da cidade de Bela Vista remontam ao século XVIII. Neste período, construiu-se no local um ponto de pouso para os tropeiros que abasteciam, com diversos produtos, as expedições que exploravam o sertão dos Goiazes em busca de minerais preciosos. Havia um rancho para acolher os tropeiros e ao seu redor algumas pessoas começaram a se fixar.

Posteriormente, foi construída no local uma primeira igreja em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, aumentando ainda mais o número de pessoas dispostas a se fixar no lugarejo. A emancipação da cidade, porém, só ocorreu no dia 5 de junho de 1896.

Não há registros da data de construção do primeiro cemitério do município, do qual não se tem vestígios. Sabe-se apenas que ele se localizava próximo ao lugar onde atualmente se encontra a segunda Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, cujas obras foram concluídas em 1911. Entretanto, antes disso, em 1893, foi inaugurado o atual Cemitério Municipal. Sobre sua construção, Genivaldo Antônio Pereira relata um acontecimento interessante:

> **Antônio Cândido da Costa Moraes construiu o cemitério, plantou umas palmeiras em volta e ficaram todos na expectativa de quem seria a primeira pessoa a ser enterrada no cemitério. Essa pessoa acabou sendo a própria filha de Antônio Cândido. Ela morreu aos sete anos, vítima de febre tifo. (PEREIRA, 1995)**

O presente trabalho propõe uma análise de fotografias de porcelana utilizadas para ornamentar túmulos neste cemitério. Os retratos existentes nos túmulos foram fotografados por meio de um equipamento digital e foram coletadas, nas lápides, informações como nome, data de nascimento e falecimento dos retratados. Em seguida, foram selecionados casos representativos das características mais freqüentes neste tipo de fotografia. Devido à sua importância, elas podem ser consideradas como mais um dos

adornos[1] utilizados nas construções tumulares. Foram analisados os aspectos estéticos e artísticos presentes nos retratos de porcelana, como a pose da pessoa fotografada, suas vestimentas e atributos[2], além de outros adereços incorporados à imagem, como as molduras que contornam a fotografia. Além disso, fizemos considerações sobre a importância desse tipo de fotografia dentro do contexto do monumento tumular.

Fotografia e popularização do retrato

Desde o seu invento, anunciado oficialmente na França em 1839, a fotografia teve diversos usos e funções. Uma das principais e que foi responsável, em grande medida, pela expansão da técnica fotográfica, é o retrato[3]. A fotografia tornou acessível a um maior número de pessoas um hábito que antes permanecia restrito àqueles que possuíam dinheiro para se fazerem retratar nos ateliês de pintores famosos. Assim,

> **as classes sociais às quais o retrato privado permanece inacessível, devido ao seu preço, aderem muito rapidamente ao daguerreótipo. Os pintores e sobretudo os miniaturistas, muito receosos quanto ao seu futuro, reconvertem-se com freqüência em fotógrafos. (AMAR, 2001, p. 43)**

Segundo Fabris (1998), é possível distinguir três momentos fundamentais na relação da sociedade com a fotografia. Inicialmente, apenas um pequeno número de amadores manifesta um interesse mais acentuado pela imagem fotográfica, já que os preços cobrados por alguns artistas eram altos. Este período se estende até a década de 1850. Entretanto, quando Disdéri descobre uma maneira de realizar várias fotografias concomitantes na mesma chapa, utilizando um aparelho com quatro objetivas, ocorre uma verdadeira revolução no que diz respeito à popularização da fotografia, em geral, e do retrato, em particular. Por este processo obtinham-se pequenas imagens com cerca de 6x9 cm, que eram vendidas por um preço bastante acessível. Os chamados cartões de visita logo conquistaram a preferência daqueles que não possuíam recursos financeiros para custear os retratos feitos a partir de grandes chapas.

Num terceiro momento, que se inicia por volta de 1880, a fotografia torna-se um fenômeno prevalentemente comercial. Os retratos ficam mais baratos, devido ao desenvolvimento de técnicas mais econômicas. Além disso, surgem os primeiros modelos de câmeras cuja operação não exigia conhecimentos muito sofisticados do processo fotográfico. Neste momento, a crise entre a arte e a fotografia levou alguns artistas que defendiam esta última como forma de expressão artística a incorporarem outras técnicas ao processo de produção das imagens. Assim, as fotos destes artistas, muitas vezes, eram retocadas utilizando-se os mais diversos materiais. Este movimento recebeu o nome de Pictorialismo, e a estética inaugurada por ele teve grande influência na produção de retratos do final do século XIX até meados do século XX.

Borges (1987) relata a utilização de técnicas de intervenção na fotografia realizadas por fotógrafos-artistas em Ribeirão Preto no período da Primeira República. Percebe-se que houve aí uma influência do Pictorialismo, uma vez que "a fotopintura era uma alternativa artística, bem próxima da pintura, inclusive por adotar o tamanho natural" (BORGES, 1987, p. 124). Em várias outras cidades do interior do Brasil, inclusive em Bela

---

[1] "Os adornos enfeitam o monumento tumular, logo são menores do que as esculturas funerárias. Exemplos de adornos: alto-relevo de coroa de flores, ampulhetas, pombas; baixo-relevo de brasões, arabescos, epitáfios; objetos pequenos como piras, vasos." (BORGES, 2002, p. 82)

[2] Adotamos, neste trabalho, a seguinte definição de atributo: "objetos simbólicos que aparecem ao lado dos retratados." (LEMOS, 1983, p. 59) Os atributos auxiliam a definir a pessoa retratada, conferindo-lhe determinadas características.

[3] "[...] representação tangível, em duas ou três dimensões, da fisionomia de uma pessoa [...]" (LEMOS, 1983, p. 49)

Vista, verificou-se a existência do costume de retocar os retratos fotográficos, pintando com instrumentos especiais sobre as chapas ou as cópias em papel. Os usos da técnica eram vários: minimizar aspectos considerados negativos na pessoa fotografada, colorir as fotos quando se utilizavam chapas em preto e branco, modificar vestimentas e acrescentar atributos aos retratados, e até mesmo unir em uma mesma imagem pessoas fotografadas em momentos e locais distintos.

No final do século XIX e início do século XX, o ato de "tirar retrato" era considerado pela maioria das pessoas uma ocasião especial. Isto porque neste período o domínio da técnica e a posse de equipamentos fotográficos ainda se encontravam bastante restritos aos profissionais. Desta forma, percebe-se em vários retratos da época uma tendência a produzir uma determinada imagem dos modelos. As pessoas procuravam apresentar-se bem vestidas e portando uma série de atributos a fim de eternizar sobre aquele suporte uma imagem idealizada de si mesmas. Além disso, os estúdios muitas vezes possuíam todo um aparato para auxiliar neste intento: telões pintados com decorações exóticas, colunas, mesas, cadeiras, poltronas e uma série de outros objetos que criavam uma imagem de opulência. Quando esses recursos não existiam com o refinamento dos estúdios fotográficos famosos, de alguma maneira uma produção era providenciada para que o retrato apresentasse um melhor resultado estético, garantindo a realização do ideal que as pessoas tinham para um registro fotográfico seu ou de seus familiares.

Retratos fotográficos nos cemitérios

As fotografias colocadas nos túmulos obedecem a esse desejo dos familiares de eternizar uma imagem bela de seus mortos. Esses retratos que são integrados à construção tumular devem ser resistentes às intempéries. Por isso, primeiramente é escolhida uma fotografia da pessoa e, em seguida, faz-se todo um processo que resulta num retrato em porcelana. Segundo Maria Elízia Borges,

> **de posse da fotografia selecionada pela família do morto, o fotógrafo faz um negativo especial da foto; aplica-o na porcelana; efetua retoques com tintas e pincéis especiais; sobrepõe uma película protetora em toda a peça e, por último, leva a porcelana ao forno para a fundição da foto na peça. (BORGES, 1995, p. 177)**

Em muitas situações, após todo este processo, a família ainda encomenda ao próprio fotógrafo que encaixe a fotografia em molduras pré-fabricadas de metal, mármore, madeira ou granito. O resultado final, quase sempre, é um retrato de formato ovalado, com guirlandas de flores, onde a família espera ver representados seus sentimentos com relação ao morto. A confecção da foto de porcelana demanda um planejamento cuidadoso por parte da família, uma vez que esta imagem ficará disponível ao olhar e à avaliação de todos aqueles que se defrontarem com o túmulo do ente querido falecido.

Sendo assim, de modo geral, existe a preocupação em escolher para ornamentar o monumento uma fotografia da pessoa em vida. Além disso, priorizam-se os retratos de busto, nos quais as pessoas apareçam de frente ou ligeiramente de perfil. Na maioria dos casos, a foto apresenta uma pessoa que olha fixamente para a câmera ou, então, um pouco para o lado. De qualquer forma, são fotografias posadas. Isto significa que deu-se preferência não a retratos que mostrassem a pessoa no seu dia-a-dia, mas sim a uma imagem idealizada, produzida. Não interessa expor no túmulo um momento em que a pessoa tenha sido "pega de surpresa", no qual ela possa apresentar uma expressão não condizente com os sentimentos e informações sobre o morto que a família queira comunicar entre os seus e todas as outras pessoas que visitam o cemitério.

É interessante observar que a idealização daquele que morreu é obtida por meio de uma fotografia feita enquanto a pessoa estava viva. Isto significa que há uma

revalorização deste retrato. Num primeiro momento, ele foi feito com um objetivo outro: seja presentear alguém, seja compor o álbum de família, seja registrar um fato marcante da vida familiar. No momento em que a família decide retirar esse retrato de seu contexto original para fazer dele uma fotografia de porcelana para ornamentar o túmulo do falecido, há uma reavaliação dos significados dessa fotografia: ela passa a evocar beleza, ternura, respeito, alegria, melancolia, saudade, enfim, uma série de sentimentos que amigos e familiares passam a associar com aquela imagem, como forma de reverenciar o morto.

Essa atitude de transformar um registro da pessoa em vida num adereço para o túmulo, de certa forma, condiz com algumas reflexões feitas por Barthes (1984), para quem a fotografia, em si, seria uma espécie de reduto da morte. Para ele, há um processo de crise entre os rituais mortuários a partir da segunda metade do século XIX. Barthes afirma que

> **é preciso que a Morte, em uma sociedade, esteja em algum lugar; se não está mais (ou está menos) no religioso, deve estar em outra parte: talvez nessa imagem que produz a Morte ao querer conservar a vida. (BARTHES, 1984, p. 137)**

Sendo assim, a fotografia tem, por natureza, um caráter dicotômico: tenta preservar um momento de vida, mas evoca sempre a idéia da morte, visto que esse instante congelado é fugaz, e um dia não vai passar de uma imagem de algo que foi, de alguém que já morreu. Sendo assim, a utilização de um retrato da pessoa viva para a fabricação de uma fotografia de porcelana para colocar no túmulo de alguém que faleceu não constituiria uma incoerência ou uma idealização irracional por parte dos familiares do morto. Como bem expressa Maria Elízia Borges,

> **devido às suas particularidades – imagem parada disponível e eterna – a fotografia e/ou retrato de porcelana acabam absorvendo com maior prontidão e coerência a tarefa de trâmite entre vida e morte. (BORGES, 1995, p. 177)**

A primeira atitude de quem visita o túmulo e fixa o olhar no retrato de porcelana é, então, de contemplação. E para Barthes (1984, p. 138), trata-se de um sentimento de horror, pois não é possível transformar, aprofundar essa fotografia. É possível apenas contemplá-la (enquanto registro fugaz de vida), e pensar que neste retrato se inscreve a morte de quem o contempla. Há uma espécie de cumplicidade entre a imagem estática do retrato e a vida de quem o vê – uma vida que caminha inexoravelmente para este mesmo fim: o da morte que os familiares tentam aplacar com a perenidade da imagem fotográfica.

Olhar de quem vê

O Cemitério Municipal de Bela Vista, secularizado desde sua fundação, possui estrutura simples. A economia do município baseia-se em atividades agropastoris, e a região nunca esteve inserida em nenhum dos grandes ciclos econômicos existentes na história do Brasil. Logo, constituiu-se no local uma sociedade de características predominantemente rurais, com algumas poucas famílias mais abastadas. Isto se reflete no cemitério, nas construções quase sempre simples, destituídas de grandes refinamentos nos monumentos e adornos tumulares. É o único cemitério existente na cidade desde 1893. Por isso, há no local centenas de túmulos, sendo que quase todos se encontram voltados para o leste. Recentemente, a área do cemitério foi ampliada para suprir à demanda do município.

Para a análise proposta neste trabalho foram selecionados doze túmulos, que foram agrupados da seguinte maneira:

- Quatro túmulos de criança;

- Quatro túmulos de família;
- Quatro túmulos individuais.

Esta separação pareceu-nos adequada para especificar as principais tipologias constatadas entre as construções existentes no cemitério. Apenas os túmulos de família apresentam duas ou mais fotografias de porcelana; os demais possuem apenas um retrato. É provável que alguns deles tenham sido feitos por Adelino Roque e Antônio Faria. O primeiro exerceu, dentre outras, a atividade de fotógrafo na cidade de Bela Vista antes da década de 1930. O segundo atuou profissionalmente no município entre os anos 1930 e 1990. Nenhum dos dois produzia fotografias em porcelana. Entretanto, como o processo é feito a partir de uma imagem preexistente, pode ser que ao menos algumas delas sejam de autoria de um desses fotógrafos, os únicos que exerceram essa atividade de forma permanente na cidade durante o período citado. E, embora Adelino Roque e Antônio Faria não fizessem retratos em porcelana, é certo que realizavam retoques em algumas de suas imagens. Tal fato é significativo, uma vez que em várias das imagens analisadas neste trabalho percebem-se essas intervenções.

É importante observar que não há retoques nas imagens de criança analisadas neste artigo. Isto indica que os adultos que selecionaram essas fotografias para produção do retrato em porcelana não viram nenhum aspecto negativo que precisasse ser ocultado ou disfarçado nessas imagens. Há uma idealização da infância – associada a sentimentos sempre positivos – e da criança falecida, que se torna "anjinho", segundo a crença popular. Somente em dois retratos percebe-se claramente que a criança posou para o fotógrafo. Nos outros dois, há o registro de momentos mais espontâneos. Há inclusive uma fotografia em que se vê o busto de uma menina despida. Existe uma forte identificação da infância com a inocência, tanto que a imagem da criança, em si, sem nenhum atributo – até mesmo destituída de roupas – é suficiente para demonstrar aquilo que os familiares desejam comunicar com o retrato de porcelana: a pureza dos "anjinhos".

Num caso específico, essa associação da imagem da criança falecida com o sagrado torna-se ainda mais explícita. Percebe-se que antes da incrustação do retrato de porcelana havia um símbolo católico, provavelmente o Sagrado Coração de Jesus, no túmulo de Sônia Aparecida Felipo, falecida no dia 10/01/1951, poucos dias antes de completar dois anos de idade. Ora, havia na construção diversos outros locais onde a fotografia poderia ter sido colocada. Entretanto, o local escolhido, sem dúvida, coloca a foto da menina como um elemento em evidência no monumento tumular. Assim, é como se não houvesse necessidade, no túmulo infantil, de qualquer outro elemento para realizar o trâmite entre a pessoa falecida e as entidades sagradas. A criança, segundo a crença popular, torna-se ela mesma, ao morrer, um ser divino, um anjo.

Embora continuem a existir, em muitos outros túmulos, diversas referências religiosas, o retrato de porcelana torna-se, especialmente a partir do século XX, um adorno quase indispensável, mesmo nas construções mais simples. E, no caso dos jazigos familiares, se foi colocada uma fotografia para a primeira pessoa enterrada no local, os familiares sentem a necessidade de homenagear da mesma maneira todas as outras pessoas que venham a ser sepultadas ali. Assim, conforme bem expressa Borges,

> **a proliferação da imagem fotográfica em um mesmo túmulo, encontrada atualmente, chega a transformar alguns deles num verdadeiro álbum de família público, com o qual se pode até traçar a árvore genealógica da família (BORGES, 1995, p. 177)**

Essa intenção de registrar a genealogia familiar se torna bastante clara ao analisarmos o jazigo da família Faleiro (anexo 1). Não houve apenas a preocupação em dispor as fotografias no túmulo, mas também em identificar as pessoas sepultadas com o nome e o grau de parentesco em relação a quem construiu o monumento. Percebe-se que as imagens não foram dispostas numa ordem de fato genealógica, visto que os

retratos dos avós, que foram os primeiros a falecer, foram colocados na parte inferior direita do jazigo. Ora, sendo os membros mais velhos da família, esperava-se que essas fotos estivessem na parte superior da construção. Entretanto, neste local encontram-se as imagens dos pais. Ao que tudo indica, este túmulo foi refeito, após o sepultamento de um determinado número de pessoas, e neste momento optou-se por destacar as fotografias dos pais de quem custeou a reconstrução do monumento.

É interessante observar ainda, no caso da família Faleiro, que na parte inferior esquerda há duas fotografias, mas apenas uma possui identificação. É a de Elza Faleiro, falecida em 28/11/1962, aos 42 anos de idade. O outro retrato é de um homem e pode-se presumir, pela forma de organização das imagens no túmulo, que se trata de um dos filhos de Florismunda Faleiro Ribeiro e Joaquim Faleiro da Silva.

A existência de fotografias sem identificação é comum em vários túmulos no Cemitério Municipal de Bela Vista. Nos que foram analisados neste trabalho, este fenômeno se constata entre os jazigos de família. Em três deles há retratos sem a especificação do nome ou da data de falecimento da pessoa fotografada. Além do exemplo da família Faleiro, num dos túmulos existe apenas a identificação do casal, José Gonçalves da Cunha, falecido em 24/05/1946, aos 47 anos de idade, e Maria Luiza de Jesus, que morreu no dia 01/05/1993, aos 91 anos. As outras duas fotografias existentes neste monumento são de dois rapazes, mas não é possível saber qual a relação deles com o casal identificado, uma vez que na lápide não estão seus nomes ou qualquer outra pista de quem sejam. O mesmo ocorre no túmulo onde se encontra a fotografia de Coraci Araújo Melo, falecida em 23/05/1954, quando tinha 45 anos de idade. Na mesma construção há a foto de um rapaz. Entretanto não se pode saber qual o grau de parentesco entre ele e Coraci, pois a lápide não traz seu nome, nem qualquer outra informação sobre ele.

É bastante significativa essa ocorrência de retratos de porcelana sem identificação nos túmulos. Parece indicar que, em diversos casos, os familiares manifestam uma preocupação maior em preservar, antes de mais nada, a imagem de seus entes queridos falecidos. O retrato se torna, assim, o instrumento principal de reverência da pessoa morta, mais importante até do que seu nome. Numa cidade pequena como Bela Vista, num primeiro momento, essa utilização do retrato no túmulo sem a especificação do nome de quem morreu não constitui um grande empecilho para a manutenção da memória do morto. Isto porque quase todos se conhecem, ou pelo menos é possível obter referências daquela pessoa fotografada por meio da associação dela com as outras imagens e nomes de parentes enterrados no mesmo túmulo. Entretanto, é importante salientar que esse modo de referenciação tende a se tornar falho com o passar dos anos. A terceira geração provavelmente não terá vínculos significativos com esse ente familiar falecido, com seu retrato não identificado no jazigo. A família, desta forma, privilegia o momento presente com esta foto, quando todos são capazes de reconhecer na fotografia a pessoa que se foi, especialmente no período de vivência do luto. Parece não haver tanta preocupação com a manutenção dessa memória para a posteridade, quando ninguém mais saberá dizer quem é a pessoa na foto.

Outro aspecto importante nos retratos de porcelana analisados é que, em muitos deles, percebe-se a escolha de uma fotografia que mostra a pessoa numa fase da vida bem anterior àquela em que houve o falecimento. Percebe-se isso no jazigo da família Faleiro. Apenas Gerônimo Faleiro da Silva, falecido em 17/12/1936, foi representado com uma fotografia que faz uma alusão aos 70 anos de idade que tinha ao morrer, pois mostra seus cabelos e bigodes brancos. Nas outras fotografias, percebe-se que a imagem tende a mostrar a pessoa quando era mais jovem. A de Maria Rufina Faleiro, por exemplo, mostra uma mulher sem rugas e com os cabelos bem negros, aspectos que dificilmente ocorreriam numa senhora que faleceu aos 63 anos. Isto significa que a família escolheu para adornar o túmulo uma fotografia de quando ela era mais jovem. Também ocorre o

mesmo com os retratos de Joaquim Faleiro Ribeiro, falecido aos 64 anos, Florismunda Faleiro Ribeiro, falecida aos 65, e Elza Faleiro, falecida aos 42 anos.

Parece haver aí uma espécie de rejeição à idéia da velhice. A não ser em casos como o do patriarca da família Faleiro, representado de forma austera, para invocar respeito, associa-se à pessoa idosa uma série de características não desejáveis no momento de perpetuar a memória imagética de quem morreu: rugas, cabelos brancos, fragilidade, enfim, uma série de aspectos estéticos não condizentes com a imagem de vida que se deseja projetar. Percebe-se isso também em túmulos individuais, como o de Antônio Ribeiro, que morreu em 17/09/1967, com 49 anos. O retrato de porcelana mostra-o bem mais jovem, posando elegantemente vestido para a foto, com a mão no queixo e olhando para o lado, tal qual um artista de cinema da época.

Já em outros túmulos, os familiares utilizaram fotografias de seus familiares idosos falecidos de acordo com o mesmo princípio existente no retrato de Gerônimo Faleiro. É o que ocorre, por exemplo, na foto de Gumercindo Nascimento (anexo 2), que morreu em 15/07/2004, com 80 anos de idade. No retrato escolhido para adornar seu túmulo ele aparenta a idade que tinha quando faleceu. Além disso, está vestido com os trajes de membro da Maçonaria, numa clara intenção de qualificá-lo socialmente, até porque foi um dos fundadores da Loja Maçônica Pérola do Sul, em Bela Vista. Além disso, sua imagem invoca uma atitude respeitosa por parte de quem a contempla. O mesmo ocorre no túmulo de Ester Rodrigues do Nascimento, falecida em 29/03/1919, aos 62 anos de idade. Seu retrato mostra-a com uma idade também mais próxima da que tinha quando morreu, ainda mais porque ela está com um traje que parece o de uma viúva, com gola alta, mangas compridas, todo negro. A própria pose austera, com os cabelos presos num discreto coque, demonstram tratar-se de uma senhora respeitável, com um comportamento plenamente de acordo com o que exigia a época em que ela viveu.

As vestimentas dos retratados também merece uma atenção especial quando se trata de fotografias em porcelana. Por meio dessas imagens é possível perceber tendências de moda da época em que foram feitas, que se traduzem nas roupas, penteados e outros atributos. Assim, percebe-se que as vestes de Ester Rodrigues do Nascimento mostram, de fato, o modo como as mulheres se vestiam no final do século XIX e início do século XX, como se percebe ao comparar sua fotografia com a de Maria Rufina Faleiro, que viveu na mesma época. Já no retrato de Elza Faleiro percebe-se que as roupas das mulheres desse período – década de 1950 – já não tinham golas tão altas, e era moda, então, ter cabelos um pouco mais curtos e ondulados. Esta tendência é reforçada pela fotografia de Coraci Araújo Melo, desta mesma época.

Em muitos dos retratos constata-se que as roupas das pessoas representadas foram retocadas pelo fotógrafo-artista. Como já foi dito anteriormente, essas intervenções eram feitas a fim de proporcionar um melhor resultado estético, o que inclui o cuidado na apresentação das vestimentas. Percebe-se isso na foto de José Gonçalves da Cunha, que traja um terno preto, no qual foram efetuados retoques; quem sabe até não tenha sido desenhado pelo artista, não constando na fotografia original? Também foram feitos retoques nas imagens de João Camilo de Oliveira, falecido em 1935, aos 61 anos, e de Euclydes Camilo de Oliveira, falecido em 05/08/1941, aos 28 anos. Ambos os retratos estão no mesmo túmulo, e demonstram o quanto era corrente o costume, naquele período, de efetuar intervenções nas fotografias, a fim de que correspondessem àquilo que cada época convencionava como ideal estético mais adequado. Neste sentido, apenas um dos retratos analisados parece não trazer intervenções completamente bem sucedidas. Na foto de Coraci Araújo Melo, o artista desenhou sobre a foto, para corrigir a roupa; e ao que tudo indica, também interferiu na representação do pescoço da retratada. Essa parte do corpo ficou grossa, desproporcional ao restante da composição. Neste caso, a intervenção do fotógrafo não cumpriu com o propósito de melhorar a estética da imagem.

Outro recurso utilizado para garantir uma melhor apresentação dos retratos nos túmulos são as molduras. Muitas famílias as dispensaram, colocando apenas a foto de porcelana, que já traz um tênue contorno branco. Já as imagens que as possuem, apresentam-nas quase sempre em metal, com modelos produzidos em série, compondo guirlandas de flores, como no jazigo da família Faleiro. No grupo de fotografias analisadas neste artigo, duas chamam a atenção por possuírem molduras de pedra. Neste caso, os desenhos criados por elas acompanham o restante da construção, e é possível até dizer que foram planejados pelos familiares, quando da edificação do túmulo, para abrigar o retrato. Isto ocorre com a foto de João Camilo de Oliveira, emoldurada por um laço feito no próprio mármore do monumento, e também no retrato de Adélia Correia, falecida em 10/02/1945, aos 20 anos de idade.

Neste último, a moldura é mais simples. O que chama mais a atenção é a localização da fotografia na construção tumular. Em todos os outros monumentos, percebe-se uma tendência a colocar as imagens em evidência, num local mais visível. No caso de Adélia Correia, a família optou por colocar seu retrato na parte inferior do túmulo. Talvez este seja um caso que foge à proposição de Barthes (1984, p. 137) de uma crise na ligação dos ritos mortuários à religião. Afinal, tem-se aqui uma composição que privilegia a imagem de uma santa, que se encontra num nível mais alto que o da fotografia – talvez aludindo ao fato de que esta entidade sagrada estaria protegendo a pessoa falecida.

Considerações Finais

A popularização do retrato proporcionada pelo advento da fotografia em meados do século XIX gerou efeitos sociais diversos. A representação de si mesmo e de familiares na imagem fotográfica alterou a forma como os indivíduos exergavam a si mesmos e aos outros. Isto possibilitou o planejamento de formas idealizadas da imagem que as pessoas desejavam eternizar num suporte bidimensional. Antes, essa possibilidade ficava restrita a quem tinha condições de custear um retrato feito por algum artista em ateliê. Com a expansão de um método mais barato, mandar fazer imagens de si, compartilhando-as com outras pessoas, gerou hábitos como o dos cartões de visita, ou dos álbuns de família, por exemplo. E também possibilitou o surgimento das fotografias de porcelana como adornos nos túmulos.

Esse é um hábito bastante difundido ainda hoje, cujo início relaciona-se intimamente com o desenvolvimento da técnica inaugurada por Daguerre. Segundo Horne,

> **the advent of photography had three effects that are particularly relevant to memorial portraiture [...]. It facilitated the reproduction of images, made portraiture available to the lower and middle classes, and supplemented people's memory of the past. (HORNE, 2004, p. 22)**[4]

Uma das principais funções do retrato de porcelana relaciona-se com a manutenção da memória como forma de reverenciar aquele que morreu. Não permitir que a imagem dessa pessoa caia no esquecimento constitui, ainda hoje, uma grande preocupação da família ao perder um de seus membros. Neste intento, a fotografia no túmulo constitui um mecanismo bastante valorizado, tanto por servir como adorno – mesmo nos túmulos mais simples – quanto por manter "viva" a lembrança de quem já não está neste mundo.

[4] O advento da fotografia teve três efeitos que são particularmente relevantes para o retrato mortuário [...]. Ela facilitou a reprodução de imagens, tornou o retrato acessível para as classes baixa e média, e suplementou a memória que as pessoas têm do passado. (Tradução da autora).

Bibliografia

AMAR, Pierre-Jean. **História da Fotografia**. Tradução de Vitor Silva. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2001.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. **Arte Funerária: representação da criança despida**. Revista História, São Paulo, 14: 173 - 187, 1995.

_____. **A fotografia: seu aparecimento e expansão na "Capital do Café" no período da Primeira República**. Revista Comunicação e Arte, São Paulo, 17: 119 - 131, 1987.

FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1998.

HORNE, Ronald William. **Forgotten Faces: a window into our immigrant past**. San Francisco: Personal Genesis Publishing, 2004

LEMOS, Carlos A. C. **Ambientação Ilusória**. In: Retratos quase inocentes. São Paulo: Nobel, 1983. p. 47 a 65.

PEREIRA, Genivaldo Antônio. Depoimento. [mai. 1995]. Entrevistadores: alunos da 8ª Série do antigo Centro Educacional Terezinha de Jesus, atual Colégio TJ. Bela Vista de Goiás, 1995.

Anexo 1

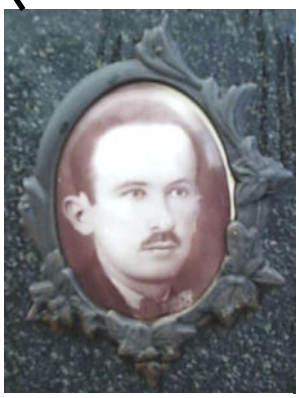
Florismunda Faleiro Ribeiro
24/05/1898 – 02/11/1963
Mãe

Dr. Joaquim Faleiro da Silva
17/11/1893 – 13/10/1958
Pai

Gerônimo Faleiro da Silva
15/09/1866 – 17/12/1936
Avô

Maria Rufina Faleiro
1870 – 28/08/1833
Avó

Elza Faleiro
12/07/1920 – 28/11/1962
Irmã



Fotografia sem identificação

Anexo 2

Gumercindo M. Nascimento
26/08/1923 – 15/07/2004

Currículo

Déborah Rodrigues Borges

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, em 2004. Atualmente, aluna do mestrado em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da UFG.

e-mail: deborahborges@yahoo.com.br

Da morte domada à morte macabra: uma breve análise sobre as atitudes diante da morte na Idade Média.

Luciana da Costa de Oliveira

I

Quando se focaliza um estudo dentro da temática da morte, as referências aos cemitérios, sepultamentos e demais rituais que ela implica tornam-se uma questão inevitável e de grande importância. Isto porque, de certa forma, estes fatores representam e, mais especificamente, traduzem e caracterizam de forma prática, as concepções e noções que os homens e as sociedades que eles integram tiveram sobre a morte ao longo da história. Nesse sentido, o presente estudo busca analisar as transformações ocorridas nas concepções, nas visões e nas atitudes coletivas frente à morte, tendo por foco central a questão dos rituais funerários na Idade Média.

Quando o estudo da morte é focalizado no período medieval, e para que se possa apreender melhor as questões referentes a este estudo, faz-se necessário um entendimento da doutrina elaborada pelo cristianismo. De fato, tem-se, durante esta etapa histórica, a instalação das estruturas cristãs e, consequentemente, o papel da influência do cristianismo, enquanto religião dominante da sociedade do Ocidente medieval. Isto significa dizer que os conceitos acerca da morte foram conduzidos de acordo com a interpretação doutrinária da Igreja. Assim, salienta-se que as transformações que aqui serão brevemente apresentadas, operam em nível de concepção, de valores e sentimentos, ou seja, no imaginário coletivo, e não somente na base puramente doutrinal, pois estas permanecerão fortemente arraigadas na sociedade ocidental. Logo, as transformações no campo das visões e percepções sobre a morte na sociedade terão, no início do século XIV, as suas maiores manifestações. Elas são o resultado de um longo processo de elaboração, mas também agregam elementos religiosos, sociais, culturais e mentais do seu próprio momentos histórico.

A base que leva ao entendimento das concepções e dos demais aspectos relacionados à temática da morte no cristianismo centra-se, fundamentalmente, na idéia do Juízo Final, da ressurreição e, consequentemente, da eternidade. Maria do Rosário Bastos, em seu estudo sobre o mundo dos mortos entre os séculos IV e VIII, afirma:

> "Chegamos, desta forma, à grande inovação do Cristianismo: a crença na ressurreição dos mortos no dia do Juízo Final, o que irá conduzir a transformações de caráter estrutural no que respeita quer às práticas funerárias, quer à própria representação mental da morte".[1]

Tendo em vista que a base doutrinal do cristianismo, com relação a morte, centra-se, basicamente, nas idéias acima mencionadas, é válido colocar que estes pressupostos atuaram de forma contínua ao longo da Idade Média. Porém, a doutrina elaborada e a vivência praticada nem sempre tiveram uma

[1] BASTOS, Maria do Rosário. Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII. In: MATTOSO, José. *O reino dos mortos na Idade Média peninsular.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, p.47.

mesma correspondência. Como coloca José Carlos Rodrigues, "as imagens que os cristãos fizeram da morte, da vida e da imortalidade, variam no tempo"[2], pois como se verá, todo um sistema comportamental, que inclui crenças, concepções e vivências face à morte, mostram diferentes dimensões dentro do próprio período medieval, acirradas principalmente em função do surto da Peste Negra no século XIV. Assim, com base na periodização realizada por Philippe Ariès, em sua obra *Sobre a história da morte no Ocidente*, se poderá analisar as distintas interpretações que os homens fizeram a respeito desta problemática. Para P. Ariès, a Alta Idade Média é a época em que se pode constatar a aplicação do conceito de "morte domada". De acordo com o autor:

> "[na morte domada], Eles não morriam de qualquer maneira: a morte era regulamentada por um ritual costumeiro descrito com benevolência. A morte comum, normal não se apoderava, traiçoeira, da pessoa, mesmo quando era acidental em conseqüência de ferimento, e mesmo quando era efeito de demasiada emoção, como acontecia. Sua característica estava no fato de que ela dava tempo de ser percebida, [sendo que somente] o moribundo avaliava o tempo que lhe restava."[3]

Assim, a partir desta breve explicitação, pode-se então perceber alguns dos principais sentimentos para com a morte, como também os cuidados necessários ao moribundo em seus últimos momentos de vida. Como a morte se faz anunciar, todo um ritual passa a desenvolver-se. Este consistia, basicamente, na reunião da família e da comunidade, na assistência espiritual dos religiosos mediante a confissão dos pecados e na absolvição da alma antes da morte. Em primeiro lugar, portanto, a família é avisada, pois ela é a responsável pelo cumprimento de parte da ritualística que envolve a morte e que compreende desde o conforto do moribundo em seus últimos instantes até a preservação de sua *memória*, após o sepultamento. As cerimônias funerárias medievais são sempre públicas, por isso a importância de se ter, junto ao leito de morte, além dos familiares, os amigos e as demais pessoas da comunidade. A morte precisa ser vista por todos. Uma das significações do momento da morte transformar-se em um acontecimento público é o fato de o "morrer sozinho" ser vergonhoso, resultado da ira divina. Se não há o chamamento e o aviso para que todos os rituais sejam devidamente preparados e realizados, o destino da alma é por demais perigoso. José Carlos Rodrigues, em um estudo sobre os sentimentos suscitados pela morte ao longo da história, esclarece:

> "Em todos os níveis, a morte é pública e comunitária. O detestável é morrer em segredo, longe, inesperadamente, sem testemunha, sem cerimonial (...), é a morte silenciosa, esquiva, traiçoeira, repentina que é essencialmente temível (...); é esta que é vergonhosa e difamante – expressão da cólera divina."[4]

O que se constata, neste primeiro aspecto, é que a morte será sempre "vivida" coletivamente e irá constituir-se em cerimônia pública do qual todos devem participar. O ritual comunitário inicia, conforme já foi colocado, em torno

---

[2] RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p.116.
[3] ARIÈS, Philippe. *Sobre a história da morte no Ocidente.* Lisboa: Teorema, 1989, p.22.
[4] RODRIGUES, José Carlos. Op.cit., p.23.

do leito do moribundo. Antes mesmo que a morte sobreviesse ao doente, restava ainda uma singela lamentação sobre a sua vida, "uma evocação triste (...) dos seres e das coisas amadas."[5] Logo depois, era o momento em que se pediam desculpas aos que estavam ao redor do leito, pois, somente assim, os pesos carregados na alma e no coração seriam diminuídos na hora da morte. E, para completar o rito, a figura do sacerdote era fundamental. Neste sentido, coloca Ariès:

> "Neste momento intervinha, sem dúvida, o único acto religioso, ou antes, eclesiástico (pois tudo era religioso), a absolvição. Era dada pelo padre, que lia os salmos, o Libera, incensava o corpo e o aspergia com água benta".[6]

Após este momento inicial da ritualística, desenrolavam-se as demais cerimônias relacionadas ao enterro do defunto. Este acontecimento também tem uma forte carga simbólica, pois tudo era realizado de acordo com as concepções que até então integravam o quadro de crenças e sentimentos relativos à morte no imaginário do medievo. Dessa maneira, para dar sentido para este ritual, o morto era vestido com sua mortalha e levado para o cemitério, onde seria realizada a sua inumação. Todo este cuidado ritualístico preparava o homem para a aceitação da morte, quem até então, era uma forma de alcançar os méritos da vida eterna. Efetivamente, a doutrina religiosa auxiliou neste processo pois, "Pais da Igreja, monges e teólogos dos séculos XI e XII, (...), todos encaravam o trespasse como sendo a libertação da alma, um novo nascimento, um acontecimento feliz na perspectiva da ressurreição".[7] Isto significa dizer que, para a mentalidade da época, a vida era vista como uma passagem transitória, em que as provações que se apresentavam nesta breve existência, eram uma forma de conquistar a plenitude na eternidade. A partir desta visão de mundo, recai-se novamente nas concepções cristãs de morte. Tendo o homem a certeza da transitoriedade da vida, este espera, durante o sono da morte, o grande dia em que Deus ressuscitará os mortos; e será neste dia que ele, o homem, conhecerá o seu destino na eternidade. Desta maneira, articulando-se rituais e crenças, adentra-se no espaço mais simbólico que estas práticas implicam. E isto é constatado no próprio espaço do cemitério.

O cemitério, espaço destinado ao sono dos mortos, encontrava-se, a partir do século VIII, próximo às Igrejas, ou seja, eram sempre campos adjacentes à casa de Deus. Diferentemente do que acontecia anteriormente, onde os mortos eram enterrados longe do convívio dos vivos, estes passavam a gora a integrar-se no interior das comunidades. O centro social dos vivos era também, de certa forma, partilhado com os mortos. É mais uma vez Ariès quem constata esta mudança: "Daí por diante e durante muito tempo, (...). os mortos deixarão de fazer medo aos vivos, e uns e outros coabitam nos mesmos lugares, por trás dos mesmos muros".[8] Dentro deste mesmo espaço cemiterial, outro fator assume, ainda, grande relevância: os monumentos funerários. A construção de lápides e algumas inscrições em epitáfios, na maior parte

---

[5] ARIÈS, Philippe. Op.cit., p.118.
[6] Idem.
[7] LAWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval II.* São Paulo: EDUSC, 2002, p.246.
[8] ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.35.

coletivos e alguns ainda anônimos, eram erigidos em honra aos mortos para, precisamente auxiliar na preservação de sua memória. A lembrança visual de um ente que parte, evidenciando o local em que foi inumado, é essencial para que ele não caia no esquecimento dos vivos. Santo Agostinho, na obra *De cura pro mortuis gerenda,* coloca esta questão de maneira excepcional:

> "Se dão o nome de *Memoriae* ou *Monumenta* aos sepulcros construídos vistosamente, é, na verdade, para que tragam à memória aqueles que, devido à morte, foram subtraídos dos olhos dos vivos. Advertem assim as pessoas a se lembrarem deles, para não acontecer que, tendo sido retirado dos olhos dos vivos, não o sejam também do coração, pelo esquecimento". [9]

Porém, se esta função da memória for analisada a partir de outro viés, ela irá comportar um aspecto paradoxal. Assim, tendo os vivos atribuído aos mortos um monumento em sua memória, para não esquecê-los, pode ocorrer que, contrariamente, o significado real do sepulcro seja exatamente esquecer o ente que partiu. Isto porque, talvez de maneira inconsciente, o vivo reserve uma nova morada para o morto (assumindo a realidade da morte), conservando apenas as orações em dias específicos, como o Dia dos Mortos. Neste sentido, o medievalista Jean-Claude Schmitt esclarece:

> "Portanto, é preciso sublinhar a que ponto os sinais eram ambíguos, a que ponto a *memória* era, como uma forma de memória coletiva, uma técnica social de esquecimento. Tinha por função 'esfriar' a memória sob o pretexto de mantê-la, apaziguar a lembrança dolorosa do defunto até que se esfumasse. Técnica classificatória, ela punha os mortos em seu lugar de mortos, para que os vivos, se porventura se lembrassem do seu nome, pudessem fazê-lo sem temor nem paixão".[10]

Entretanto, após analisar a forma com a qual os vivos deveriam proceder com seus mortos, subsiste ainda uma questão: o que acontecia com todo aquele que, ao morrer, não recebesse a devida assistência espiritual? Segundo a crença da época, estas almas constituíam-se em espíritos errantes, em fantasmas, dados à aparições. Semelhante a crença dos gregos e romanos da Antiguidade, onde os mortos não entravam no Hades caso não lhe houvessem sido feitas determinadas oferendas (como o leite, o óbolo, etc.), o medievo também associou a falta de rituais, de sufrágios e, principalmente, de sepultamento, ao aparecimento de fantasmas. Apesar de a Igreja medieval, nos seus primeiros séculos, relutar contra este tipo de crença, ela mesma, ao longo dos séculos, acabou difundindo a idéia de sua existência através dos sermões. Pode-se visualizar esta concepção a partir da própria observação feita por Santo Agostinho que, num primeiro momento afirma que muitas destas aparições são fruto da imaginação dos vivos. Assim, apesar de colocar que os mortos podem voltar à terra em forma de "alma penada", Agostinho não diz que estas aparições sejam apenas maléficas. Em alguns casos, então, as aparições podem apresentar certa utilidade:

---

[9] AGOSTINHO, Santo. *O cuidado devido aos mortos.* São Paulo: Paulinas, 1990, p.20.

[10] SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.20.

> "Estas aparições podem ter sua utilidade, seja para o consolo dos vivos que vêem a imagem dos mortos que lhe são caros, seja para lembrar aos homens o dever de humanidade que é o sepultamento dos falecidos. Isso não traz nenhum socorro para os mortos, mas negligenciá-los seria impiedosa culpa".[11]

Dessa forma, segundo a Igreja, o morto só encontraria o repouso da sua alma no momento em que os rituais religiosos fossem cumpridos e quando as práticas *post mortem* continuassem a ser constantemente executadas, pois, do contrário, como evidencia Schmitt, "o fantasma (...) que retorna pouco depois de seu trespasse importuna, geme e recusa-se a apagar-se".[12]

Portanto, a existência de rituais e a assistência espiritual dedicada aos mortos, contribuíam para a preparação e maior aceitação da inevitabilidade da morte. Afinal, o trespasse não é apenas um fim, mas pode significar um novo nascimento, uma ressurreição da alma. É com esta preparação e sem temer demasiadamente a morte, que o homem prepara-se para ela, e é aguardando o fim dos tempos que ele dorme seu sono no além, mas, permanecendo ainda ligado ao mundo dos vivos.

II

A segunda Idade Média, contudo, vivenciou certas transformações no modo de conceber a morte. Neste período, aproximadamente entre os séculos XII e XIII, a familiaridade da "morte domada" passou gradualmente a ceder seu espaço à construção de uma concepção mais individualista e intimista a respeito da finitude da vida. Por outro lado, desenvolveu-se uma sensibilidade mais dramática e mais temerosa face à morte. Mas foi, sobretudo, no século XIV que estes modelos atingiram sua maior expressividade, o que pode ser constatado através da documentação do período, da arte e da literatura que se constituem como uma das formas de representação do imaginário sobre as atitudes face ao além e à morte. Nesta época desenvolve-se, segundo P. Ariès, a denominada "morte de si". Para o autor:

> "A morte (...) converteu-se no lugar em que as particularidades próprias de cada vida, de cada biografia, aparecem à luz clara da consciência, em que tudo é pesado, contado, escrito, em que tudo pode ser mudado, perdido ou salvo. Nesta segunda Idade Média, do século XII ao século XIV, (...) um sentimento mais pessoal e mais interior da morte, a morte de si mesmo, traduziu o apego violento às coisas da vida e também – é o sentido da iconografia macabra – o sentimento amargo do fracasso (...)".[13]

Antes mesmo de prosseguir com a análise a respeito da concepção de morte na Baixa Idade Média, convém ressaltar que as mudanças constatadas não vão ocorrer de forma abrupta. Não se trata, portanto, de uma brusca transformação comportamental, mas sim de sutis diferenças que se articularam ao longo dos séculos.

---

[11] AGOSTINHO, Santo. Op,cit., p.44.
[12] SCHMITT, Jean-Claude. Op.cit., p.242.
[13] ARIÈS, Philippe. *Sobre a história da morte no Ocidente.* Op.cit., p.65.

Assim, a partir dos séculos XII e XIII, toda uma maneira de se perceber as questões relativas ao além vão se tornando complexas, sobretudo na medida em que vão sendo desenvolvidos e incorporados novos modelos de representação. Na maior parte das vezes, estes novos aspectos atentam, pois, para a individualização da morte, contrapondo-se com o período anterior onde tinha-se a percepção de uma vivência mais coletiva da morte. Nos séculos XIV e XV, portanto, com o desabrochar de uma cultura pautada na noção de indivíduo, opera-se no plano das concepções sobre a morte, uma idéia muito mais individual e intimista. Assim, é nesse sentido que Michel Lawers afirma que "no final da Idade Média, a consciência da morte individual exarceba-se".[14] Para Jacques Le Goff, esta concepção associa-se também às mutações ocorridas na nova espacialização do além: o desenvolvimento da crença no Purgatório. O autor, em seu trabalho sobre o imaginário medieval, elucida a questão:

> "O Purgatório foi uma das primeiras expressões da crescida importância atribuída, nos últimos séculos da Idade Média,ao julgamento do indivíduo. O tempo do Purgatório que Deus determinava para cada um no momento de sua morte era, eminentemente, um tempo individual (...)".[15]

Nesse sentido, atribuindo uma importância maior à tripartição do além, distanciando-se, de certa forma, da visão puramente dualista entre Céu e Inferno, o moribundo, em seu leito de morte, ainda sente-se confortado pelo fato de poder purgar por seus pecados e, assim, atingir o Paraíso. Afora esta questão e, de certa forma, relacionado à ela, a individualização da morte na Baixa Idade Média também fez com que as visões acerca do Juízo Final adquirissem um outro caráter. As imagens que se tem do Juízo nesse momento estão cheias de representações estritamente ligadas à pesagem das almas: se elas mostram-se leves na "balança", vão desfrutar a bem-aventurança no Paraíso; se ainda carregam culpas e pequenos pecados, vão purgar-los no Purgatório; mas, se elas são demasiadamente pesadas e não há arrependimento na hora da morte, o destino final da alma era junto aos suplícios do Inferno. Este, portanto, é o momento em que os justos são separados dos condenados.

Associada a esta temática do Juízo, estão as representações das *Artes moriendi*, que nada mais são que as imagens refletidas de si próprio na hora da morte. Neste momento, apresentam-se ao moribundo os representantes das potências duais do universo, ou seja, os do bem e os do mal e que, através de provações e tentações, disputam a alma do homem que está prestes a morrer. As chamadas *Artes moriendi* revelam a emergência do indivíduo após a sua morte. No campo dos ritos funerários, cresce a necessidade de se deixarem lembranças materiais pessoais para que os grandes feitos realizados pelos entes falecidos em vida, perdurassem na memória dos vivos. Os epitáfios dos cemitérios enchem-se de motivos decorativos e das representações da glória dos mortos, da mesma maneira em que a estatuária adquire um sentido mais dramático e pessoal. É nesse sentido que se pode apreender nos ritos e nos monumentos funerários instalados no espaço cemiterial, sobretudo no decorrer

---

[14] LAWERS, Michel. Op.cit., p.243.
[15] LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval.* Lisboa: Estampa, 1994, p.121.

dos séculos XII e XIII, um local onde a noção de individualidade começa também a ser mais evidenciada. Assim é o caso do desenvolvimento das inscrições tumulares e, mais precisamente, do crescente movimento de inserção do nome do morto junto à sepultura. Além destas inscrições, o próprio incremente de uma estatuária mais personalizada nos túmulos representa, especialmente, o modo pela qual se procurou perpetuar os traços mais singulares da imagem do morto. José Carlos Rodrigues, ao remeter-se às modificações nas atitudes e rituais frente à morte, afirma:

> "(...) a partir do século XII, os mortos começam a ser *individualizados* e, no século seguinte, o grande passo será dado com a representação individual e realista do morto sobre sua sepultura. O morto deixava de ser somente um indivíduo; passa a ser uma pessoa também".[16]

Assim, os séculos XII e XIII personalizaram e individualizaram a morte, inserindo assim, no contexto mental e sócio-religioso do período, a noção de "morte de si". Junto a estes dois aspectos referidos acima, um terceiro veio complementar o amplo quadro de concepções acerca da morte no final da Idade Média: o aspecto macabro. O aparecimento expressivo do macabro nas concepções e sentimentos do medievo frente à morte é o resultado de um longo processo histórico. Desde os primórdios da Idade Média que a pregação sobre o desprezo do mundo, o *contemptus mundi*, dá à morte um sentido de decrepitude corpórea. Mas, apesar deste sentimento já estar presente antes dos séculos finais do medievo, é importante sublinhar que suas manifestações não tinham adquirido toda a proporção e amplitude das manifestações do século XIV. A sua forma pictórica, caracterizada pela imagem dos corpos em decomposição e pelas caveiras, são representativas, por excelência, da Baixa Idade Média. Em nenhum outro momento da sociedade medieval o aspecto macabro havia adquirido um papel tão marcante na arte e na literatura.

Como se sabe, muitas foram as transformações ocorridas no século XIV em virtude dos grandes flagelos que assolaram a Europa baixo-medieval. Porém, para que ocorressem modificações nas estruturas mentais deste período, principalmente no que se refere às concepções de morte, alguns fatores foram de fundamental importância, se é que não se pode colocar que foram determinantes. Assim, as formes, as grandes penúrias do início do século XIV, acrescidas pelo impacto da Peste Negra, em 1348, favoreceram uma remodelação no que se refere aos comportamentos, sentimentos e concepções acerca da morte. Johan Huizinga, sobre esta concepção, assim coloca:

> "Nos fins da Idade Média a visão total da morte por ser resumida na palavra *macabro* (...). Este significado é sem dúvida o resultado de um longo processo. Mas o sentimento que ele encarna, algo horrível e funesto, é precisamente a concepção de morte que surgiu durante os últimos séculos da Idade Média".[17]

Mas, qual a ligação precisa entre o macabro e os flagelos do final do século XIV, mais precisamente a Peste Negra? E o que desperta esta nova

---

[16] RODRIGUES, José Carlos. Op.cit., p.129.
[17] HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média.* São Paulo: EDUSP, 1978, p.134.

sensibilidade nos homens da Baixa Idade Média? Com relação a isso, pode-se apontar que, em nenhum outro momento da Idade Média, moléstia alguma atingiu tão elevados e desesperadores índices de mortalidade. Outro fator que também revela-se de fundamental importância é a instantaneidade da morte provocada pela peste. Estes dois fatores associados permitiram ao homem uma larga visibilidade do flagelo, em que o horrendo cenário compunha-se de mortos espalhados pelas ruas, abandonados em suas casas ou nos demais locais onde nenhum outro vivo ousava aparecer. A descrição de Jean Delumeau é categórica: "As cidades empesteadas já não conseguiam absorver seus mortos. Desse modo, durante as grandes contaminações, nada mais distinguia o fim dos homens e dos animais".[18]

Os rituais funerários, em tempos de peste, eram muitas vezes desconsiderados, pois, movidos pelo medo do contágio, muitos eram os homens que abandonavam as cidades para refugiarem-se da doença. Assim, abandonavam o pestilento à sua própria sorte. A única coisa que lhes restava nesse momento era a desolação e, talvez, esperar que o carroceiro levasse seu corpo para o cemitério. Delumeau, constatando esta perda dos rituais *post mortem*, coloca:

> "(...) abandonados em sua agonia, os contagiados de qualquer cidade da Europa entre os séculos XIV e XVIII, uma vez mortos, eram acumulados desordenadamente, como cães ou carneiros, em fossas imediatamente recobertas de cal viva. Quando a morte é a esse ponto desmascarada, 'indecente' (...), anônima e repulsiva, uma população inteira corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade".[19]

É certo afirmar que o maior distanciamento entre o homem e a sua família, circunstância provocada pelo surto epidêmico, favoreceu esta "dessacralização" da morte. O medo provocado pela doença fez com que muitos pais abandonassem os filhos e vice-versa, na mesma medida em que o próprio clero encontrou também dificuldades para prestar os serviços religiosos adequados. Os poucos padres que permaneciam nas cidades tinham por função cuidar e, ao mesmo tempo, ouvir as últimas confissões dos moribundos, garantindo-lhes, em seu último instante de vida, algumas palavras de conforto para suas mentes que se encontravam perturbadas com as incertezas do além.

Dessa forma, percebe-se o profundo impacto da Peste Negra na sensibilidade da sociedade do século XIV. Assim, todo um sentimento punitivo e macabro, desencadeado por esta epidemia, não tardou a ser representado sob a forma pictórica na arte e na iconografia, como também se manifestou amplamente na literatura. A morte, causada pela epidemia, assim como todos os males ligados à ela, foram assimilados como uma punição de Deus. A representação mais difundida na época era a de Deus lançando as suas flechas mortais sobre toda uma sociedade corrompida e afastada dos bons costumes cristãos. Porém, muitos foram os que tentaram fugir da ira divina, encontrando no flagelo de seus corpos, uma maneira de extirpar os pecados. A

---

[18] DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente(1300-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.124.
[19] Ibidem, p.125.

Confraria dos Flagelantes, assim denominada na Idade Média, de natureza penitencial, atribuía à dor física e aos sofrimentos do corpo o meio de purgação dos pecados, de "proteger-se do perigo iminente como também o de evitar o retorno da epidemia".[20] Mais específico ainda, ao se falar das representações da nova concepção de morte na Baixa Idade Média, seria apresentar os temas macabros propriamente ditos que, em sua maioria, revelam tais transformações, como afirma Jacques Berlioz: "(...) é certo que a peste negra favoreceu uma 'cultura da morte'".[21] Estando o homem convivendo diariamente com o espetáculo da morte, nada mais provável que esta acabasse por refletir na arte e na literatura. Assim, temas como o *Triunfo da Morte* e as *Danças da Morte*, atingem o seu momento áureo de expressão no período, seja por representar este novo sentimento, seja por servir como ensinamento moral e religioso, ou ainda para deixar um aviso aos que ainda permaneciam vivos.

III

Assim, a "morte domada" da Alta Idade Média, caracterizada fundamentalmente por seus ritos de tranquilizações e aceitações, foi, durante os séculos XI e XIII, substituída, por um lado, por uma visão mais estritamente individualista e, de outro, por uma visão muito mais punitiva e macabra. A concepção da "morte de si", começa, pois, aos poucos a estabelecer-se na sociedade medieval. Porém, foi somente no século XIV que esta nova visão a respeito da finitude da vida passou a tomar uma forma mais decisiva. Esta, muito mais punitiva e macabra, passava aos poucos a estabelecer-se no cotidiano do baixo medievo, sendo que as representações que se fizeram ao seu respeito, demonstram alguns aspectos importantes do que se pensou, refletiu e se sentiu diante da morte. Desta forma, torna-se clara a influência que as concepções e visões sobre a morte tiveram no processamento e na realização de toda uma ritualística *post mortem.* Isto significa dizer que, de certo modo, é a imagem que o homem faz da morte, e principalmente da vida, que vai refletir diretamente em como ele irá tratar dos seus mortos. Assim, na "morte domada" da Alta Idade Média, que é aguardada e sentida como o recomeço esperançoso de uma nova existência, os rituais operam de maneira a seguir esta concepção, ou seja, toda a família e a comunidade são reunidas em torno do morto para lhe assegurar a bem aventurança no além. Porém, quando inicia-se a idéia da "morte de si", onde há transformações abruptas no modo de sentir e presenciar a morte, os rituais tornam-se transitáveis e acabam por modificar-se. Isto se dá tanto pela própria noção de individualidade, quanto pela idéia do macabro que inicia-se a partir do surto da Peste Negra em meados do século XIV.

---

[20] DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18).* São Paulo: EDUSC, 2003, p.184.

[21] BERILOZ, Jacques. Flagelos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval I.* São Paulo: EDUSC, 2002, p.466.

Referências Bibliográficas:

1. AGOSTINHO, Santo. *O cuidado devido aos mortos.* São Paulo: Paulinas, 1990.
2. ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
3. _____. *Sobre a história da morte no Ocidente.* Lisboa: Teorema, 1989.
4. BASTOS, Maria do Rosário. Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII. In: MATTOSO, José. *O reino dos mortos na Idade Média peninsular.* Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.
5. BERILOZ, Jacques. Flagelos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval I.* São Paulo: EDUSC, 2002.
6. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente(1300-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
7. _____. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18).* São Paulo: EDUSC, 2003.
8. DUBY, Georges. Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos. São Paulo: UNESP, 1999.
9. HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média.* São Paulo: EDUSP, 1978.
10. LAWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval II.* São Paulo: EDUSC, 2002.
11. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
12. _____. *O imaginário medieval.* Lisboa: Estampa, 1994.
13. _____. *O nascimento do Purgatório.* Lisboa: Estampa, 1993.
14. RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
15. SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Breve currículo:
Licenciada e Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2003. Atualmente professora de História do Ensino Fundamental e Médio e também do Curso Técnico de Guia de Turismo, onde ministra as disciplinas de História da Arte e Manifestações da Cultura Popular.
E-mail: luciana_de_oliveira@hotmail.com

Diferenças Étnicas nos Cemitérios Gaúchos

Daniel Teixeira Meirelles Leite[1]

O presente artigo tem por objetivo ressaltar a importância do resgate das etnias e grupo genealógicos do Rio Grande do Sul. Este tema é de grande importância, na medida em que se faz o levantamento dos nomes de pessoas que formaram e viveram em uma determinada comunidade. Isto porque vivemos em um mundo globalizado, onde indivíduos tendem a olhar para o futuro deixando, na maioria das vezes, o passado de lado. Esquecem que foram os próprios antepassados que construíram esta comunidade e que deram impulso para o seu desenvolvimento. Através dos cemitérios, podemos descobrir a origem das pessoas, nomes, datas (nascimento, casamento e óbito), títulos honoríficos, patentes militares, títulos eclesiásticos, membros da maçonaria, escultores, pintores, artistas,políticos, comerciantes, relações familiares e tantas outras questões que nos instigam a cada vez mais a procurar nossos antepassados e descobrir o que eles realizaram em nossas comunidades.

Possuímos uma grande quantidade de etnias no Rio Grande do Sul. Das mais expressivas como alemães e italianos às não tão expressivas, mas igualmente importantes,como franceses, suíços, tchecos, poloneses e japoneses não esquecendo também os luso-brasileiros.

Ocupando basicamente o sul do estado (fronteira com Uruguai e Argentina), temos os luso-brasileiros. Esta região foi a pioneira na expansão luso pela então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Vindos basicamente dos Açores, da Colônia de Sacramento quando da invasão espanhola e de outras regiões, encontramos militares, clero, comerciantes, pessoas livres e autoridades política. Portanto, o sul do

[1]Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Genealogista

estado, era até o final do século XIX, a região mais rica devido as charqueadas, que geravam um grande lucro nas comunidades.

Podemos notar este desenvolvimento também nos cemitérios: Mausoléus de mármores, portas de ferro, cristais em técnica bizotet, estátuas de artistas renomados europeus e brasileiros, pórticos ornamentados. Era o status. A pessoa tinha a necessidade de levar consigo seu poder e riquezas acumuladas durante sua vida. Em contrapartida a este aspecto, são os cemitérios menos organizados espacialmente. Com as cidades crescendo muitos dos cemitérios já não tinham mais espaços para tanta gente. Diante disto, começaram a empilhar túmulos uns por cima dos outros, familiares que não pagavam os impostos e taxa tinham seus entes queridos tirados de seus túmulos para dar espaços para outras pessoas. Ainda temos mato pelos cemitérios, lápides apagadas pelo tempo, mausoléus com infiltrações e em ruína. Chegamos ao ponto de destruir os cemitérios, como é o caso da vila de Santa Isabel. O cemitério primitivo onde estaria enterrado, segundo algumas fontes e a população da localidade, o Comendador Faustino Corrêa, já não existe mais. Isto se deve ao rio São Gonçalo que banha a região. Durante a época da cheia, o cemitério ficava submerso destruído o local. A população cansada, transferiu o cemitério de lugar, esquecendo seus primeiros povoadores. Foram encontrados lapides de mármore partidas e animais pastando entre os mausoléus destruídos. Com isto se perdeu grande parte da historia do estado. Os cemitérios localizados em cidades maiores, como Rio Grande, Jaguarão e Pelotas, estão mais conservados, apesar de sofrerem também com o tempo e com o vandalismo. Do outro lado da fronteira com o Uruguai, temos os castelhanos e em seu cemitério, ao contrário dos brasileiros, há grande quantidade de placas de bronze em frente ao túmulo e sem nenhuma depredação ou roubo.

A zona germânica é o oposto. Ocupando o vale do Taquari e parte da serra gaúcha, os alemães vieram fugindo de várias partes do que hoje é a Alemanha. Por serem comunidades muito isoladas e fechadas, até mesmo entre eles, pois alguns eram protestantes e outros católicos, trabalhavam muito e possuíam grande grau de austeridade, disciplina e organização. Quanto aos seus cemitérios, são extremamente organizados. Jazigos floridos e bem cuidados, grama cortada, lápides preservadas. Em algumas cidades, há o sentimento de preservação da memória. Lápides são retiradas dos locais e passam a integrarem um museu junto ao próprio cemitério. É o caso de Lageado, Nova Petrópolis e Porto Alegre. Há a preocupação de se manter o registro dos primeiros imigrantes que muito desenvolveram a região. Para os genealogistas, os cemitérios alemães são considerados arquivos ao céu aberto. Em suas lápides encontramos verdadeiras preciosidades. Temos as tradicionais com nome e sobrenome e respectivas datas. Algumas possuem, além desses elementos, o nome de solteira da esposa

Ex: Alma Senger	**Arminda Adolina Scherer**
(Geb. Klippel)	**(Geb. Scheuermann)**
28/5/1902 – 8/2/1925	**16/6/1911 – 3/9/1940**
(Cemitério de Hamburgo Velho)	**(Cemitério de Lageado)**

e o lugar de nascimento e falecimento de um ou outro ou ambos os cônjuges.

Ex: Georg Dietrich	**Florisbela Maria de Catro de Silva**
Geb. Hessen Darmstadt	**nasc. em Portão**
09 Setember 1800	**12/08/1806 – 20/06/1866**
Gest. 25/05/1872	**fal. Nova Petrópolis**
(Cemitério Sanders)	**(Cemitério da Linha Imperial)**

Ex: Philipp Peter Hahn **Georg Lore**
Geb. Grerhilrershein Reimainz **Geb in Lichtemberg**
April/1785 **30/05/1792**
Gest. November/1852 **Gest. 1 Setember 1887**
(Cemitério Luterano de PA) **(Cemitério de Lomba Grande)**

Os lugares mais comuns são: *Osterretchs, Heniviler Kruz Kreuznach, Oppenhausen, Satz Weiler Saargebiest, Globenz, M.S.Gus, Drossen, Eniroch, Letland (Libau), Niederalben, Oberstein, Bikerfeld, Russberg Ostpreussen, Bayern, Schleswing Hostein, Pommern, Darmstadt*, ou simplesmente *Deuschtland.* Nos cemitérios alemães, aparecem locais de nascimento em outros países, como:

Ex. Abraham Marcus de Leeuw **Catarina Wiltcen**
Geb. in Rotterdam **Geb. Arent in Luchemburg**
08 November 1813 **Mai 1830**
Gest. 13 April 1884 **Gest. 30 Januare 1902**
(Cemitério de S. Sebastião do Caí) **(Cemitério da Linha Imperial)**

Também colocam cidades localizadas no Brasil, como*: Lomba Grande, Bom Jardim, Nova Berlim da Forquetinha, Picada 48, Conventos, Dois Irmãos, Montenegro, Bom Princípio*. Como se não bastasse, temos também o ano da chegada ao Brasil: ***1847, 1865***. Aparecem também os nomes dos pais.

Ex. Hilda Naher:
Pais: Ferdinando Naher e Paulina Naher (Nasc. Stoll)

Tais túmulos também são acompanhados da idade do Morto:

Faleceu com 68 anos, faleceu com 78 anos

Um terceiro tipo, além de todos esses elementos citados acima, possuem a história do casal, a forte presença do espírito de trabalho e da fé e a difícil vida nas colônias.

Ex: Iohan Jacob Scherer 19/12/1805 – 09/04/1881

Geb. in Schmidt Hamenbach Sachsen Coburg

Gest. Colônia Conventos

Katharina Scherer 29/11/1833 – 6/11/1879 (Nac. Grub)

Geb. in Bodenbach no Reino da Baviera

Gest. Colônia Conventos

“ bem aventurados aqueles que morrem no labor pois suas obra os seguem.”

“ Ressuscitar sim tu ressuscitarás no meu posto. Após curto repouso aquele que nos criou nos dará a vida imortal. Haleluia

Nós lutamos uma boa luta

Nós conservamos a nossa fé.”

“ Como são bem aventurados os mortos que morrem no Senhor. Eles farão do trabalho a herança eterna. Fortalece Senhor através do teu espírito, esta crente confiança de que nós, na morte, olhamos ainda mais sobre aquela vida.”

“ Eles deixaram para trás 10 filhos 86 netos e 21 bisnetos”

(Cemitério Evangélico de Olaria – Lageado)

Notamos, neste túmulo, uma clara relação do trabalho com a fé, justificado pela vida difícil dos imigrantes alemães no início do século XIX.

Quase todas as lápides, pelo menos as mais antigas, estão em alemão gótico ou algum dialeto. Quanto a religião, os primeiros imigrantes tinham cemitérios separados: católicos, vindos basicamente da Baviera, de um lado e protestantes, vindos da Prússia, de outro. Também são encontradas

estátuas, e fotos de porcelana. Curiosidades a parte, encontramos um túmulo integralista, no interior de Lageado,com a seguinte inscrição e com foto.:

Ex. " Companheiro Alfredo Müller! Presente! No integralismo ninguém morre! Quem entrou neste movimento immortalizou-se no coração dos 'camisas verdes' ! Anauê! Anauê! Anauê!
Assassinado em 26.06.1937. ;
Ou ainda:
Era militar e morreu durante a Revolução Federalista em São Gabriel" ,
" Cahiu na Batalha do Lageado, aos 17 de dezembro de 1894"

Nos cemitérios alemães, a maioria dos mortos estão enterrados e possuem somente a lápide, o que difere dos italianos.

É de extrema importância que a comunidade preserve seus cemitérios, pois são fonte rica de nossa memória e de nossos antepassados. Algumas cidades do interior do estado como triunfo, onde o progresso passou por cima do cemitério, duzentos anos de história foram perdidos e aqueles que ajudaram a construir o Rio Grande do Sul, aos poucos estão sendo esquecidos.

Felizmente, outras cidades como Lageado, Nova Petrópolis e Porto Alegre (Cemitério Luterano) já estão se dando conta da necessidade da preservação e fizeram o levantamento completo de seus antepassado através dos sepultamentos, além de estarem recolhendo as lápides mais antigas dos cemitérios em colocando em museus. Desta forma, estão preservando a memória de seus ancestrais e de suas cidades.

Projeto "*Cemitério do Imigrante: Pesquisa, Interdisciplinaridade e Preservação*": dados preliminares da pesquisa arqueológica

Dione da Rocha Bandeira[1]
Eloy Labatut de Oliveira[2]

Introdução

O Cemitério do Imigrante de Joinville, sítio arqueológico histórico alvo desta pesquisa, pertence a Comunidade Luterana de Joinville e foi tombado por lei federal em 1962. Está localizado na rua XV de Novembro, antigo Mittelweg (Caminho do Meio), inaugurado em dezembro de 1851 e fechado em 1913. **F**oi um dos primeiros cemitérios a abrigar católicos e protestantes, sendo um exemplo singular da colonização em Santa Catarina e tendo importantes aspectos culturais e históricos. Além de traduzir múltiplos aspectos da imigração e colonização em Joinville, este sítio permite problematizar os diferentes significados e valores atribuídos ao patrimônio histórico/cultural do Município.

Este Cemitério vem sendo alvo de intervenções no campo da conservação nos últimos anos. Em 2001, devido a rede de drenagem que seria nele implantada, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville juntamente com o Arquivo Histórico de Joinville e o Centro de Preservação de Bens Culturais da Fundação Cultural de Joinville realizou monitoramento arqueológico tendo em vista assegurar que nenhuma estrutura fosse atingida pela obra. Esta experiência apontou o potencial no campo da arqueológica no estudo do Cemitério e contribuiu para que hoje, no projeto *Cemitério do Imigrante: Pesquisa, Interdisciplinaridade e Preservação* em desenvolvimento com financiamento da FAPESC e Fundação Cultural de Joinville, sob coordenação da historiadora Arselle de Andrade Fontoura do Arquivo Histórico de Joinville, este campo do conhecimento esteja sendo contemplado.

Este projeto, realizado por uma equipe técnica interdisciplinar, (historiadores, arqueólogo, especialistas culturais/preservação e restauro, geógrafo, tradutor e educadores) das unidades de pesquisa e preservação da Fundação Cultural de Joinville, parte da premissa que é possível salvaguardar vestígios materiais das edificações produzidas ou utilizadas ao longo do tempo e das ações dos grupos humanos e fornecer informações que permitam um aprofundamento no conhecimento da sociedade joinvillense a partir da perspectiva da

[1] Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ
[2] Geógrafo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ

Arqueologia Histórica (ORSER, 1992).

O presente texto pretende apresentar aspectos da metodologia empregada no monitoramento acima citado e no projeto atual bem como alguns resultados preliminares.

Monitoramento Arqueológico de Rede de Drenagem implantada no Cemitério do Imigrante em 2002

O projeto da rede de drenagem do cemitério, instalada em 2002, desencadeou o monitoramento arqueológico da área, que foi realizado nas etapas descritas a seguir.

A empresa responsável pela obra locou com barbante o traçado da rede conforme projeto (Figura 1) e a equipe de arqueologia fez uma avaliação no sentido de identificar locais em que a rede poderia atingir estruturas do Cemitério. Esta avaliação foi feita por trechos de 5m nos 984,00 metros lineares previstos para a rede (Fotos 1, 2, 3 e 4) e identificou diversos pontos em que a ela atingiria estruturas como por exemplo escada (Foto 2), passaria muito próximo de jazigos (Foto 1 e 3) e cruzaria alinhamentos de sepulturas.

Como resultado desta avaliação gerou-se um relatório que provocou a revisão do projeto inicial da rede resultando na redução de sua extensão para em cerca de 400 metros lineares (Figura 2), bem como a redução da profundidade das valas, que inicialmente teriam 30 cm, para 20 cm.

Após a redefinição do traçado as obras da rede de drenagem tiveram inicio com o acompanhamento da equipe de arqueologia. Durante a abertura das valas (Fotos 5 e 6), que aconteciam de trechos de 5 m cada, tinha um profissional da equipe de Arqueologia observando a escavação, material retirado e os perfis que se formavam. Todo o material retirado foi peneirado, entretanto, naquele momento só realizou-se a curadoria do material ficando as análises para o projeto que está em desenvolvimento e falaremos a seguir.

Como resultados do monitoramento propriamente dito foram identificados soterrados e impedidos de serem destruídos pela obra de drenagem: remanescentes de escada (Foto 7), de aterro, de pavimentação e de jazigo (Foto 8).

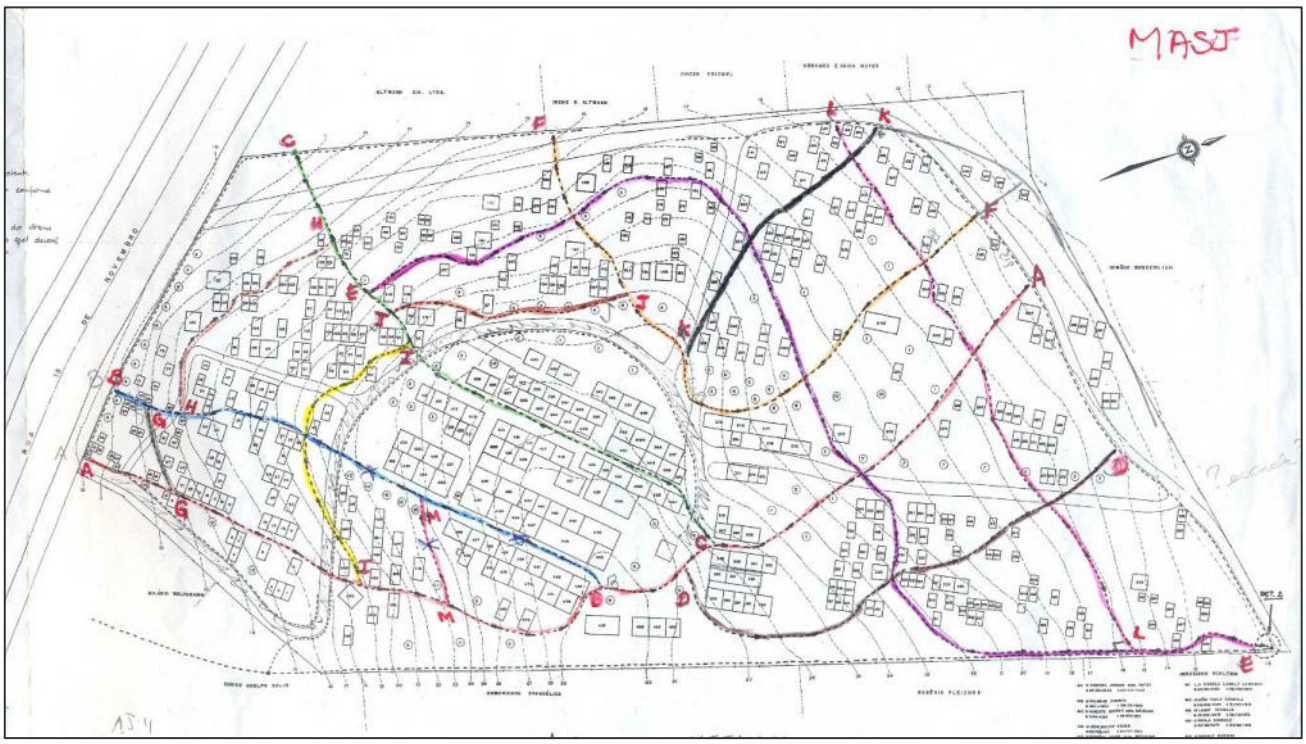


Figura 1 – Planta baixa do projeto inicial de rede de drenagem do Cemitério do Imigrante

Foto 1 – Traçado da proposta inicial da rede de drenagem passando muito próximo aos jazigos.	Foto 2 – Traçado da proposta inicial da rede de drenagem atingiria antiga escada.

Foto 3 – Traçado da proposta inicial da rede de drenagem passando muito próximo aos jazigos.	Foto 4 – Traçado da proposta inicial da rede de drenagem passando em local de provável sepultamento soterrado.

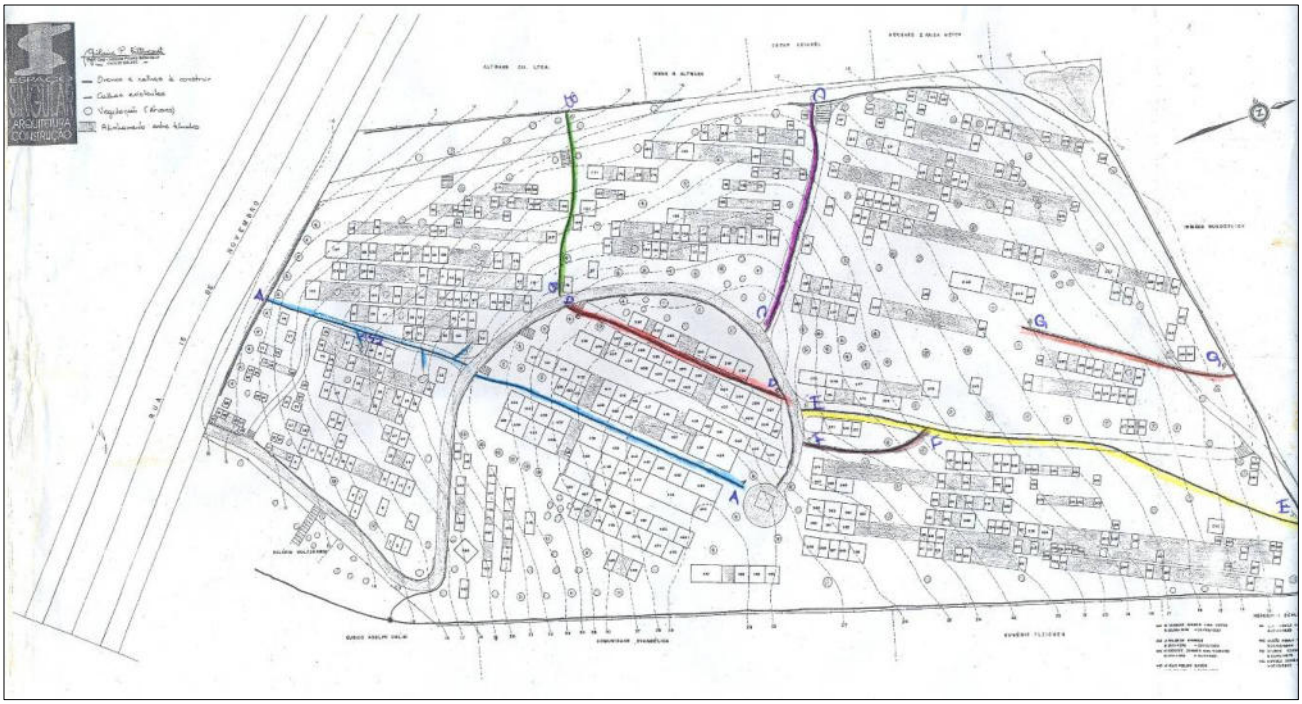


Figura 2 – Planta baixa do projeto de rede de drenagem do Cemitério do Imigrante após avaliação do projeto inicial.

Foto 5 – Rede de drenagem sendo implantada com monitoramento arqueológico.	Foto 6 - Rede de drenagem sendo implantada com monitoramento arqueológico.

Foto 7 – Estrutura, possivelmente remanescente de escada, identificada durante o monitoramento arqueológico.	Foto 8 - Estrutura, possivelmente remanescente de jazigo, identificada durante o monitoramento arqueológico.

Resultados preliminares da pesquisa atual,

A pesquisa arqueológica do projeto em desenvolvimento visa através de levantamento arqueológico sistemático de superfície e sub-superfície identificar vestígios desconhecidos cujo estudo permita contribuir para atingir o objetivo do projeto.

Há indícios de que haveria mais jazigos no Cemitério dos que são identificados hoje e que podem estar encobertos, o próprio monitoramento arqueológico, anteriormente mencionado, constatou isso. Há informações de que houve enterramento de negros escravos ou ex-escravos cujos jazigos não foram identificados cujos vestígios podem, também, estar encobertos.

Para avaliar a identificação de estruturas sob a superfície realizou-se, por meio de perfuração do solo com sonda metálica (vara de aço em forma de T com 70 cm de comprimento e cerca de 5 mm diâmetro) (Foto 9) prospecções sub-superficiais em toda a área do Cemitério do Imigrante, a partir de um gradeamento alfanumérico de 2,5 m x 2,5 m (Foto 10) plotado por empresa de topografia que fará também levantamento planialtimétrico de toda a área do Cemitério (Figura 3). Este gradeamento foi demarcado com piquetes (metal/madeira) e cada um dos pontos de cruzamento das linhas foi sondado. Também se sondou os alinhamentos de jazigos. A aplicação deste tipo de prospecção, utilizando sonda ao invés de trado ou cavadeira, como é de praxe em prospecções sub-superficiais em Arqueologia, visou minimizar ao máximo as intervenções no solo. As sondagens não visavam identificar sepultamentos, mas sim, jazigos ou outras estruturas encobertas, para isso a sonda penetrou no terreno, na maioria das vezes, até 50 cm de profundidade. Cada sondagem que identificou barreira no subsolo foi considerada positiva e prospectada aleatoriamente em seu entorno com o intuito de avaliar a forma e dimensão da estrutura sob o solo.

Foto 9 – Sondagem de sub-superfície sendo realizada.	Foto 10 – Linha do gradeamento que orientou trabalho arqueológico

Dentre as estruturas identificadas dever-se-á selecionar uma, provavelmente um jazigo, para evidenciação e estudo de conservação. A evidenciação não deverá atingir sepultamento, mas sim o jazigo. Esta será realizada através de escavação arqueológica controlada do sedimento que a encobriu por níveis artificiais de 5 cm cada. O controle no plano será feito a partir do gradeamento do levantamento arqueológico subdividido. Todo o sedimento produzido deverá ser peneirado (malha máxima de 0,5 cm). O material coletado na escavação e no peneiramento deverá ser embalado em sacos plásticos e identificado para ser encaminhado para o laboratório de Arqueologia do MASJ. Este material, depois de ser submetido à curadoria e análises pertinentes, através das quais serão identificadas dimensões, forma, procedência, função, quantificação, etc., deverá ser encaminhado a Coordenadoria de Patrimônio da FCJ que definirá seu destino final. Algumas análises, como matéria-prima e técnica de manufatura, serão realizadas conjuntamente com a equipe do Centro de Preservação de Bens Culturais – CPBC, da FCJ.

Todos os procedimentos deverão ser registrados em fichas específicas e em diário de campo, bem como em fotografias e vídeo. Da estrutura evidenciada será produzido croqui pormenorizado.

Os pontos positivos e a estrutura evidenciada serão plotados na planta baixa do cemitério pela mesma equipe de topografia que fez o levantamento planialtimétrico e o gradeamento. O resultado será um mapa de situação geral, com sepulturas e caminhos

existentes, levantamento planialtimétrico e locação dos pontos positivos e jazigo evidenciado em meio analógico e digital.

As sondagens de sub-superfície realizadas até o momento identificaram 53 pontos positivos (em vermelho na Figura 3). Entre eles podem-se identificar elementos pequenos e isolados (tijolo, rocha, etc.) e elementos maiores (jazigos, pavimentação, escadarias).

Figura 3 – Planta baixa do Cemitério do Imigrante com gradeamento que orientou os trabalhos arqueológicos. As sondagens que tiveram resultados positivos estão em vermelhos.

Além das sondagens de sub-superfície será realizada prospecção visual de toda a superfície do Cemitério e coleta do material identificado, fazendo anteriormente o registro preciso de sua localização. Esta atividade deverá ser feita em conjunto com a equipe de conservação do projeto por que tem em vista duas questões. Identificar vestígios materiais ligados diretamente ao uso do espaço como cemitério (como por exemplo, fragmentos de lápides, de cruzes, de gradis, de ornamentos, de vasos, de reboco, tijolos, etc) que poderão contribuir para a reconstituição das estruturas existentes no cemitério hoje (jazigos, escadas, calçadas, etc) e também indicarão outros usos daquele espaço.

Das observações visuais da superfície que fizemos durante as sondagens de sub-superfície percebemos que há grande quantidade de objetos na superfície, na maior parte proveniente dos jazigos (fragmentos de tijolos, cabeceiras, lápides, etc.)

Como etapa deste projeto estava, ainda, a análise do material coletado no peneiramento do sedimento escavado para a implantação da rede de drenagem. Os resultados obtidos até o momento indicam a presença de objetos das seguintes categorias: *ecofatos* –

fragmentos de rochas diversas; *construtivos* – fragmentos de materiais tijolo, telha, argamassa de assentamento (terra e cal), argamassa de reboco (cimento) e *utilitários* – fragmentos de vidros, louças, pregos, plásticos (embalagem de preservativos, tampas, isqueiros, canetas, etc) (Fotos 11 a 17).

Foto 11– Fragmentos de vidro de vaso provavelmente.	Foto 12 – Fragmento de faiança

Foto 13 – Fragmento de louça de vaso provavelmente.	Foto 14 – Tampas plásticas

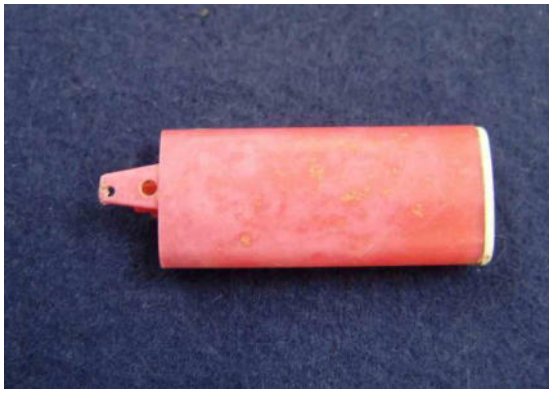


Foto 15 – Fragmento de isqueiro.	Foto 16 – Tampa de seringa.

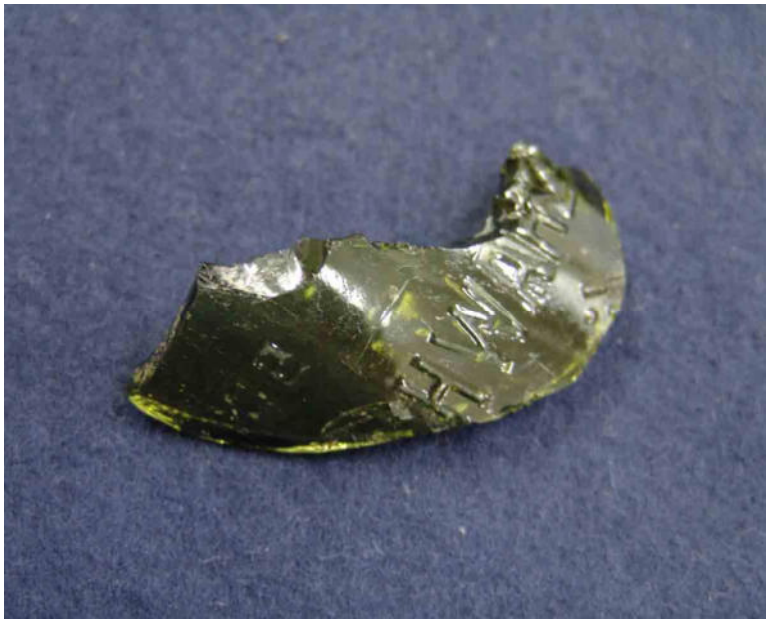


Foto 17 – Fragmento de garrafa de vidro.

Ao finalizarmos todas as ações que trabalham com a metodologia da arqueologia os dados resultantes deverão integrar o banco de dados geral do projeto. O cruzamento dos dados produzidos nas diferentes áreas (história, arqueologia, conservação e educação patrimonial) permitirão atingir o objetivo maior do projeto: ampliar a compreensão do significado daquele espaço para sociedade joinvillense.

Referências bibliográficas do projeto

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembrança de Velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BURKE, Peter (org). **A escrita em História**: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CUNHA, Dilney F. **O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização**. Monografia. (Especialização em História e Historiografia do Brasil) Universidade da Região de Joinville, Joinville. 1996.

DETHLEFSEN, Edwin, S. The Cemetery and Culture Change: Archaeological Focus and Ethnographic Perspective In GOULD, R. A. & SCHIFFER, M. B. (ORG.) *Modern Material Culture – The Archaeology of Us.* New York: Academic Press, 1981, pg 137-59.

HUNT, Lynn.(org) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KRISCH, Hilda Anna. **História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante.** Joinville: Arquivo Histórico, 1991

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 142 p. 1992.

PMJ, Centro de Preservação de Bens Culturais. **Cemitério do Imigrante de Joinville:** monumento a ser preservado. Projeto de Restauração. Joinville, SC, 2000.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos Historiadores**. São Paulo: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

***Quando os mortos trocam de endereço*: mudanças no espaço cemiterial e novos ritos funerários a partir da transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-1926).**

Elisiana Trilha Castro

No final do século XIX, Florianópolis como outras cidades brasileiras, passava por transformações urbanas que remodelavam a capital catarinense fazendo surgir novas casas, praças e ruas e que seguiram até as primeiras décadas do século XX. Entre estas transformações, temos a transferência do primeiro cemitério público, onde percebe-se o emprego de novas concepções acerca do espaço cemiterial e novos ritos funerários, objetos de análise neste artigo.

Em 1923 o primeiro Cemitério Público de Florianópolis, começa a ser transferido do morro do Vieira, próximo ao centro da cidade, para o bairro das Três Pontes, dando lugar a cabeceira da ponte Hercílio Luz[1], a primeira ligação da capital com o continente. Fora a necessidade de transferir o grande cemitério que então contava com cerca de 30 mil sepultados para construir a ponte, diferentes fontes documentais apontam discursos que pedem a retirada do mesmo, considerado insalubre e mal localizado[2]. Mas apesar de ser apontado como "inadequado" à atender mortos e vivos, o cemitério registra a saudade e dá identidade aos que se foram, juntamente com seus túmulos e epitáfios.

Dos cemitérios comunitários do período medieval, que se localizavam dentro das igrejas, concebidos como um espaço onde todos esperavam o juízo final, chega-se ao túmulo que hoje individualiza e registra a presença dos que se foram, sendo uma das formas de representar a relação dos vivos com seus

---

[1]A ponte Hercílio Luz foi inaugurada em 13/05/1926. Sobre a construção da ponte: COELHO, Mário César. **Moderna Ponte Velha**: Imagem e Memória da Ponte Hercílio Luz. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 172f,1997.

[2]Durante as pesquisas para o trabalho de conclusão do curso de graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina: "*Aqui jaz um cemitério*: a transferência do cemitério público de Florianópolis, 1923-1926", foram consultados diferentes bases documentais, em particular do Arquivo Público Municipal de Florianópolis/SC.

mortos[3]. O túmulo ajuda a construir a memória, junto com as missas e o dia de finados. Seus epitáfios referem-se à perda, aos sentimentos partilhados no momento da despedida, aos mortos e portanto

> Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença para além da morte. Uma presença que não supunha necessariamente a imortalidade das religiões de salvação, como o Cristianismo. Era uma resposta à afeição dos sobreviventes e à sua recente repugnância em aceitar o desaparecimento do ente querido. Apegavam-se a seus restos.[4]

Na transferência do primeiro cemitério público de Florianópolis, é possível perceber através dos documentos da transferência[5], que muitos túmulos, sepulturas e registros se perderam. Além das perdas materiais, também houve a perda e a troca do lugar de referência dos vivos com seus mortos, que passaram a buscar no novo cemitério a presença dos seus entes sepultados em novo solo: túmulos foram abertos e muitos deles se quebraram, cruzes se partiram, ossos com suas sepulturas foram deixados durante a retirada dos despojos do antigo cemitério e este processo muda ritos e relações com o espaço cemiterial.

A construção da nova necrópole apresenta um cemitério planejado e pensado para ter um aspecto de cidade organizada e planejada, com um sistema de vias internas para circulação de veículos e pedestres, quadras e lotes numerados, sepulturas perpétuas e rotativas, ossuário comum, necrotério, sanitários públicos e belo ajardinamento. A obra contou com muros, escadarias, boeiros, casas para empregados, alargamento e levantamento da estrada das Três Pontes, mudando assim o endereço e também a concepção deste espaço, que pretendia ser um local apropriado e planejado para os mortos.[6]

Entre as diferentes providências para a retirada do cemitério, era preciso entrar em acordo com as Confrarias, Irmandades e com o cemitério alemão instalado ao lado do cemitério público desde 1868, para a transferência de seus

---

[3] Ver: ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
[4]ARIÈS, Philippe. Op. cit., p. 74

[5]Através dos registros de exumação e de retirada de ossadas, encontrados no Arquivo Público Municipal de Florianópolis/SC.
[6]**Relatório ao Conselho Municipal de Florianópolis**, apresentado pelo Dr.Fúlvio Aducci, 1925. Arquivo: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

espaços.[7] Um desses acordos foi o da Comunidade Alemã, que em 1928 permuta com a Prefeitura Municipal, uma área de sua propriedade onde se encontrava o cemitério da comunidade, por outra no já instalado cemitério das Três Pontes.[8]

As Irmandades também ganharam seu espaço no novo cemitério público e lá estão até hoje, através de seus lugares próprios para sepultamento dos irmãos. Elas sempre tiveram uma relação direta com os ritos funerários e em seus Compromissos[9], responsabilizavam-se pelos enterros de seus membros e de forma solene compareciam às cerimônias, com velas e ao som dos sinos.

Mas o novo cemitério público de Florianópolis, com seus espaços comercializados, exige a construção de uma memória que tem por referência monumentos, nomes, datas e que vai em grande medida, substituir as Irmandades por empresas especializadas em ritos funerários que surgem no final do século XIX: estas empresas "ocuparam" o novo cemitério dedicando-se a oferecer seus serviços a quem os pudesse comprar. A instalação destas empresas na nova necrópole, indica outra mudança nos ritos funerários da capital catarinense: a afirmação de um novo segmento de mercado, a comercialização de serviços por parte de funerárias e outros, como aponta o anúncio que segue abaixo:

Coroas de biscuit
Diademas para anjinhos
Letras para incripções
Inscripções para coroas
Encontra-se na Casa Funerária
Viúva Ortiga – Rua Tiradentes, 15, Florianópolis[10]

Outra questão envolvida na mudança do cemitério foi a distância da nova necrópole do centro da capital. Localizada no bairro das Três pontes, atual bairro do Itacorubi, o novo cemitério distava aproximadamente seis quilômetros de onde

---

[7] Como previa a Lei n. 137, de 22/04/1840. **Livro de Leis 1835-1840**. p. 266. Arquivo: Assembléia Legislativa do Estado Santa Catarina.

[8] Resolução n. 618, de 27/11/1928. **Collecção de Leis e Resoluções de 1929**. Florianópolis. p. 70-71. Arquivo: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

[9] O Compromisso da Irmandade, era o Estatuto que continha o seu regimento interno. Sobre Irmandades: MORTARI, Cláudia. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Prestos:** Um espaço de controle ou um território de resistência? (1840-1850)Florianópolis: Monografia (Curso de História)Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

estava o antigo, de forma que um novo problema se impunha para a administração municipal, como também para a população: o transporte dos finados até sua última morada. Apesar da distância, havia um consenso entre diferentes administrações, de que não havia outro terreno mais próximo da cidade nas mesmas condições que o adquirido no bairro das Três Pontes, para a construção do novo cemitério, como mostra o relatório abaixo:

> Antes de levar a effeito a obra do novo cemitério, no local que já encontrei adquirido e reservado para esse fim, hesitei muito tempo, impressionado com o afastamento do terreno, em relação ao centro da cidade. Procedi, por isso, a investigações e cheguei afinal, á conclusão, a que aliás tinham chegado todos os meus antecessores que trataram do assumpto, de que mais perto da cidade não existe absolutamente terreno em melhores condições do que o que foi adquirido nas Tres Pontes.[11]

Devido à distância, a nova necrópole pedia outras medidas e arranjos, como um modo de transporte que melhor atendesse a condução dos cadáveres. O mesmo relatório citado acima, sugeria o estabelecimento de um monopólio para o serviço de fornecimento de caixões e para o transporte de cadáveres, sendo que o contratante escolhido deveria atender aos pobres e indigentes gratuitamente, fazendo o enterro, fornecendo o caixão e o transporte, e livrando o município das ditas despesas.

Sobre o transporte dos mortos até sua última morada, um morador identificado como "Munícipe", menciona o problema da condução de cadáveres até o cemitério, como também de hábitos considerados por ele "inconvenientes". Ele relata um costume inusitado, quanto aos ritos de sepultamentos dos chamados inocentes:

> [...] Outro inconveniente consiste na permissão da ida de menores ao cemiterio. Nada mais absurdo nem mais nem mais nocivo. E' frequente ver-se enterros de anjos carregadas por crianças de longiquas paragens até o cemiterio, com as cabeças ao sol ou a chuva, candidatas à febres e constipações, que não raro acabam mesmo pela volta ao cemiterio, mas d'esta vez então carregadas. Nas grandes capitaes já este abuso é cohibido,

---

[10]**República**, Florianópolis, 30/09/26. p.12. Arquivo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

[11]**Relatório ao Conselho Municipal de Florianópolis**. Op. Cit., p. 11.

> havendo posturas sobre o assumpto. Outro grande inconveniente é o transporte de cadaveres a mão, as vezes fallecidos de molestia contagiosas. Nada mais natural do que acompanhar-se um ente querido a ultima morada, mas nada mais penoso do que obrigar-se as vezes um individuo que por delicadeza comparece a sahimento fúnebre, a ser carregador as vezes de pezos bem superiores as suas forças[...][12]

Esses documentos fornecem indícios das práticas funerárias na capital catarinense e mostram que os carros que conduziam o morto até sua última morada, atravessavam a cidade com o cemitério instalado no Morro do Vieira e assim continuaram a fazer, depois da instalação da nova necrópole nas Três Pontes. Mas com a instalação do novo campo santo, pode-se supor que deve ter-se extinguido o costume de crianças carregarem os inocentes até sua última morada, pois parece despropositado, crianças atravessarem a cidade para chegar á necrópole com os corpos de menores. Podemos supor o mesmo em relação ao que o nosso munícipe considera uma prática abusiva, a dos carregadores "convidados" a fazer parte da força que levava os extintos até o cemitério. Cadáveres conduzidos a pé, bem como menores conduzindo crianças falecidas até a necrópole, práticas consideradas inconvenientes pelo autor do artigo que se intitula "Munícipe", parecem ter encontrado solução através da distância imposta pela instalação do cemitério em lugar retirado do centro da cidade, acrescentando mais uma mudança nas práticas funerárias da cidade a partir da instalação da nova necrópole.

Outro aspecto envolvido na transferência, é o fim da divisão da cidade causada pela presença do cemitério no alto do Morro do Vieira. De acordo com a autora Djanira Maria Martins de Andrade, ele impedia a expansão da capital determinando seu limite, pois "na direção oeste estava o cemitério e por isso havia dificuldade de expansão neste sentido."[13]

Também para o autor Antônio Victor Peluso, o cemitério impedia o crescimento da cidade em sua direção e com a transferência da necrópole e construção da ponte, a cidade começou a se expandir para o oeste, continuando

---

[12] **O Estado**, Florianópolis, 10/07/1915, n. 50 p.1. Arquivo: Biblioteca pública do Estado de Santa Catarina.

também a adensar-se dentro de seus limites antigos, subindo os morros e assim, a população menos abastada da cidade foi se instalando para este lado.[14] Não há como afirmar que era o cemitério o único fator que impedia o crescimento da cidade nesta direção, mas é possível supor que a saída do cemitério e a construção das ruas de acesso a ponte, estimulou a ocupação do lugar onde antes havia a morada dos mortos.

Assim, com a mudança dos mortos, os vivos também se mudam e muitos dos que tiveram seus casarios derrubados com o surgimento de novas ruas e prédios, ganham novos espaços com a retirada do cemitério e com a criação das ruas para integrar a ponte ao sistema viário da cidade. A capital cresce nesta direção e isto muda sua rotina, os vivos se deslocam para oeste e passam a habitar além do morro no qual antes os mortos, com seus túmulos e cruzes, tinham seu espaço.

Onde antes havia o primeiro cemitério, hoje está a praça e a estátua de Hercílio Luz, mas dos mortos que ali repousaram por décadas, não há nenhuma referência. Da antiga necrópole que saiu às pressas por conta da grande ponte, atualmente permanece um espaço de pouca utilização urbana, onde se projeta construir um parque. Um local que abrigou os mortos e que hoje abriga uma praça, algo que causa estranheza, já que: "uma vez transformadas em cemitério, dificilmente, ou melhor, raramente, estas áreas serão ocupadas para outro fim".[15] Já o cemitério Municipal São Francisco de Assis, hoje conhecido como Cemitério do Itacorubi, inaugurado em 17/11/1925, está envolto pela cidade que cresceu e esbarrou na necrópole e mesmo estando tão próximo, parece que os que habitam a sua volta, já não se preocupam mais com este vizinho.

Enfim a morada dos mortos é retirada de seu lugar, mudando rotinas e criando novos hábitos. Distanciada e planejada, a nova necrópole atende à uma

---

[13]ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 42.

[14] PELUSO, Antônio Vitor. A ponte Hercílio Luz e a expansão de Florianópolis. Citado por: **Revista filatélica Santa Catarina**, n. 7, maio de 1951. p.13.

[15] SILVA, Dalton da. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana:** Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.p. 17.

nova cidade, pedindo novas posturas e novos ritos funerários. A cidade, à medida que cresce e ocupa o morro dos mortos, vê entre tantas mudanças, mudar o lugar da morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

COELHO, Mário César. **Moderna Ponte Velha**: Imagem e Memória da Ponte Hercílio Luz. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 172f,1997.

MORTARI, Cláudia. **A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Prestos:** Um espaço de controle ou um território de resistência? (1840-1850) Florianópolis: Monografia (Curso de História)Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

PELUSO, Antônio Vitor. A ponte Hercílio Luz e a expansão de Florianópolis. Citado por: **Revista filatélica Santa Catarina**, n. 7, maio de 1951.

SILVA, Dalton da. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana:** Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Currículo

Elisiana Trilha Castro, graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura: “Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade” da Universidade Federal de Santa Catarina e participa do Projeto: “Inventário de cemitérios de imigrantes alemães da grande Florianópolis”.

"LEITURA DO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA / MANAUS: ESPAÇO ARTÍSTICO PAISAGEM E ARTE"

Maria Terezinha da Rosa Cupper[1]
Victória Cupper Orlandini [2]
Amélia Regina Batista Nogueira[3]

Este artigo elege como objeto o Cemitério São João Batista, na capital amazonense. Procura inseri-lo como espaço artístico através de ações da Prefeitura Municipal que tem levado música clássica e exposições, em eventos pontuais, em que se comemora a lembrança dos entes queridos que. Já fizeram a passagem. Apresenta algumas imagens capturadas no lugar.

Palavras-chave: cemitério, Manaus, arte, beleza, orquestra, fotografia

O QUE É CEMITÉRIO?

Cemitério[4] é o nome dado pelos cristãos, ao terreno destinado à sepultura de seus mortos; em latim *coementerium*, do grego *koimnterion*. Os cemitérios ficavam geralmente longe das igrejas, fora dos muros da cidade; a prática do sepultamento nas igrejas e respectivos adros era desconhecida nos primeiros séculos da era cristã. A partir do séc. XVIII criou-se um sério problema com a falta de espaço para os enterramentos nos adros das igrejas ou mesmo nos limites da cidade, os esquifes se acumulavam, causando poluição e doenças mortais, o que tornava altamente insalubres as proximidades dos templos. Uma lei inglesa de 1855 veio regular os sepultamentos, passando estes a serem feitos fora do centro urbano. A prática de cremação, cada vez mais freqüente, permitiu dar destino aos mortos de maneira mais compatível com as normas sanitárias.

Maria Elizia Borges (1996) especialista em arte funerária, diz em seus estudos que, a luta pela secularização dos cemitérios brasileiros iniciou-se em 1870, sob a responsabilidade de políticos republicanos e das ordens maçônicas. A historiadora aponta Salvador na Bahia, como a primeira capital brasileira a iniciar o processo de laicização. Encontramos, alguns textos relacionados ao tema, e fomos buscar na própria Geografia referencial teórico encontrando caminhos abertos para o desenvolvimento do tema em questão em Roberto Lobato Corrêa e Maria Clélia Lustosa Costa e em Zeny Rosendahl (1998) que aponta a lacuna existe na Geografia no que toca as palavras religião, sagrado, peregrino e cerimonial entre outras. Embora as mesmas representem uma experiência íntima e profunda de caráter individual mas que tem repercussões na vida familiar, no grupo, na sociedade. A morte com seus ritos, símbolos possui uma nítida dimensão espacial, sendo portando, objeto de estudo e interesse da Geografia, confirma a mesma.

Segundo Marcelina das Graças Almeida (1998):

---

[1] Profª . Dep. de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Mestranda em Educação.
[2] Acadêmica de Artes Plásticas da Universidade Federal do Amazonas. Fotógrafa.
[3] Profª Dra. Dep. Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Orientadora .
[4] Na ausência de um dicionário específico, - seria o das Ciências Sociais-procurei o mesmo na Barsa. Volume V,

> “ o cemitério é um local pleno de significações que se inserem no campo dos dogmas, superstições, lendas e verdades. Assim como os prédios, praças e ruas, o cemitério é um lugar imprescindível em toda e qualquer sociedade. Ao se organizar em núcleos habitacionais os homens precisavam refletir a cerca do espaço que deve ser destinado aos mortos e assim verticalizarmos nossas reflexões acerca de como esses homens se comportam e definem os ritos, os signos e emblemas que revestem os cemitérios nos permitindo compreender alguns aspectos desse universo complexo que abrange as atitudes humanas perante a morte”.

A escolha dos Cemitérios pelo Poder Público, procura obedecer alguns critérios, segundo o professor Alberto Pacheco (1998) da USP.

> “A implantação de um cemitério deve obedecer a um projeto. Um conjunto de condições deve ser considerado, como a geologia e a geotécnica do lugar onde ele será instalado”.

O local escolhido para a instalação do cemitério São João Batista, foi segundo Garcia[5] (2005); “Situado no alto do bairro Mocó,” [Relatório apresentado á Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente Dr. Basílio Torreão Franco de Sá. “[6]

BREVE HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO

[5] Etelvina Garcia. Historiadora e jornalista. Possui um grande acervo sobre Manaus antiga. Esta elaborando material para ilustrar site da parte histórica de Manaus.

[6] Tipografia Cá e Lá, 1922.

Ilustração 1 . Portão de entrada. Em ferro fundido . Acervo Suframa.

O cemitério São João Batista foi inaugurado no dia 05 de abril de 1891, às 16 horas da tarde. O primeiro sepultamento ocorreu no dia 19 do mesmo mês: Dr. Aprígio Martins de Menezes, médico baiano, que exerceu cargos públicos, poeta e historiador, tendo sistematizado pela primeira vez, informações sobre a História do Amazonas.

Segundo a pesquisadora Itelvina Garcia (2005) ;

> "em 18 de setembro de 1890, a Intendência Municipal autorizou o intendente Dr. João Carlos Antony a orçar as despesas para as obras deste Cemitério destocamento, nivelamento e cerca de arame farpado); e mandou que as obras fossem iniciadas tão logo fosse o orçamento concluído e aprovado pela Intendência."

O local escolhido para a instalação do cemitério São João Batista, foi segundo Garcia[7] (2005);

> " Situado no alto do bairro Mocó , em terrenos

[7] Etelvina Garcia. Historiadora e jornalista. Possui um grande acervo sobre Manaus antiga. Esta elaborando material para ilustrar site da parte histórica de Manaus.

comprados pelo município aos herdeiros do capitão de mar-e-guerra Nuno Alves Perreira de Mello Cardoso, em 1890 e 1903, que se limita ao norte com o Pico das Águas, a leste com a Avenida Major Gabriel, ao sul com o Boulevard Amazonas e a oeste com terras particulares; occupando uma área de 92.160 m 2, fechada por um muro de alvenaria de pedra e tijolo com gradil e portões de ferro." [Relatório apresentado á Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente Dr. Basílio Torreão Franco de Sá. "[8]

O Cemitério São João Batista, localiza-se na Praça Chile com Boulevard Senador Álvaro Maia s/nº, bairro Adrianópolis, zona Centro-Sul.

Ilustração 2:
Fonte http://www.lbaeco.org/lbaeco/sites/maps/site_maps/city_manaus [N]

Possui mais de 18.973 mil sepulturas distribuídas em 25 quadras, numa área de 105.000 m2 , o traçado arquitetônico assemelha-se a uma cidade com quadras principais e secundárias, que foram abertas segundo fonte de Abrahim Baze (2003) pelo engenheiro amazonense, João Carlos Antony, que planejou o traçado

[8] Tipografia Cá e Lá, 1922.

do novo cemitério e o inaugurou sob suas vistas. Possui ainda uma parte destinada ao sepultamento dos judeus.

Cerca de 80 mil pessoas estão sepultadas entre mausoléus, túmulos, capelas , segundo o antigo diretor do mesmo, Sr. Jaime Kuck.

No mesmo , encontram-se várias peças de arte tumular, em meio a quadras arborizadas. A entrada principal fica na praça Chile , bairro Adrianópolis. A segunda e imponente entrada ao sul, pela Avenida Boulervard Álvaro Maia, onde o acesso é permitido por um dos dois portões de entrada, em ferro . Os mesmos foram feitos pela fundição de Walter MacFarlane, Glasgow, Escócia, segundo estudos feitos pela pesquisadora Garcia(2005) , em documentos em poder do Patrimônio Histórico.

Ilustração 3: Entrada Boulevard Álvaro Maia. Observe a abóboda de ferro. Fundição de Walter MacFarlane, Glasgow, Escócia. Ao fundo a Capela. Foto: Victória Cupper.

O portão de acesso pela rua Boulevard Àlvaro Maia , [veja fig. 03] possui a cobertura em abóboda de berço, com escamas de ferro fundido e vidro . Esta abóboda foi instalado em 1905, na administração de Adolfo Lisboa, forma no todo um impressionante conjunto arquitetônico.

Em 1906 foi construída a capela, segundo fonte histórica de Garcia , no lugar do antigo necrotério, autorizado pela Lei n.º 430, de 1905, o Superintendente Municipal Adolpho Lisboa manda construir:

• “uma Capella de estyllo”, no lugar do antigo necrotério.1916:
O Superintendente Municipal Dr. Dorval Pires Porto manda reconstruir a Capela e construir uma nova para a Secretaria desta necrópole.”

CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA: ESPAÇO ARTÍSTICO PAISAGEM E ARTE

Ilustração 4: Em meio a construções mais recentes, cruzes, anjos, jazigos, convivem num clima de serenidade. “Lá fora” o barulho de carros, buzinas e de pessoas segue o ritmo da vida que se reproduz no dia-a-dia.

Para Milton Santos (1988) a paisagem significa tudo aquilo o que nossa visão alcança. Em Barros (1998) a paisagem aparece na sua forma substantiva, ou com ênfase no seu conteúdo material. Definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada só de volumes, mas de cores, movimentos, odores, sons, etc.

Carlos Hissa (2004) nos propõe o emprego do verbo olhar, do latim *adolare*, o mesmo pode se fazer a partir de algumas intenções de contemplação, de pesquisa, observação, exame, estudo da ponderação, do julgamento, da

consideração. Olhar, no entanto, define a intenção prioritariamente associada ao exercício do sentido da vista.

Nesta ótica o cemitério, pode ser relido enquanto paisagem e espaço simbólico, no dizer de Moreira (2003 p. 50) existe a possibilidade de uma geografia do espaço simbólico. Porque "tanto quanto nosso imaginário, a paisagem geográfica é a história cumulativamente tornada real, realizada".

Enquanto paisagem, o cemitério São João Batista registrou todos os acontecimentos do próprio local, como do entorno, sendo visível os resquícios de tempo, vestígios de outros tempos.

O cemitério funciona como filtro do tempo, segundo Moreira (2003) e podemos através dele (re)ler o passado da capital amazonense. Como é esta leitura do passado? Através dos materiais empregados na construção dos túmulos, do tipo de construção, símbolos usados na ornamentação, as próprias placas – trazem informações de data e local de nascimento – muitos vieram da Europa e outros estados brasileiros – muitas informações são apreendidas nesta leitura no cemitério: classe social a que aquele indivíduo pertenceu, idade, sexo, etc.

Repousa ai a importância do estudo do cemitério e a inserção deste estudo na educação, seja pela ótica histórica , geográfica, artística, arquitetônica. Os cemitérios guardam de forma materializada uma parte da história da vida humana. Vida e morte. Morte e vida. E nesse ciclo onde a vida se repete mesmo depois de cada morte, que o cemitério não é apenas mais uma construção –obra na cidade- é um local sagrado - e, este local pode ser apreendido, lido, re-lido, interpretado qualitativamente e quantitativamente.

O cemitério de São João Batista é um privilegio na cidade de Manaus. Localizado em um bairro central, cercado por alguns prédios modernos e pelo Mocó, antigo reservatório de água, e ladeado ao sul por uma larga avenida arborizada. [Fig. 5] A mesma no natal fica cheia e luzes coloridas, contrastando com os jazigos gélidos e solitários, porém imponentes sob a luz do luar, das lâmpadas da iluminação pública e das luzes do natal.

Ilustração 5: Em meio a construções em mármore e granito, os prédios da cidade dos vivos fazem cenário na cidade que cresce e quer encontrar um meio de perpetuar a memória do passado.Foto: Victória Cupper

O cemitério São João Batista, é um local onde pode-se perceber a vida se repetindo cotidianamente; são os funcionários da administração, da limpeza, os construtores, os encarregados de zelar por algum jazigo, e tantos outros. Embaixo das árvores aproveitando a sombra, a possibilidade de guarida aos desocupados... Os vendedores da feira livre que acontece na parte oeste , rua Major Gabriel. Dizem alguns moradores do entorno, que uma das chuvas em Manaus, derrubou parte do muro e expôs cadáveres. Depois correu boato de que as águas próximas ao Cemitério estavam poluídas. Este fato e tantos outros povoam o imaginário popular. De um modo geral, o cemitério "passa desapercebido" pelos nossos olhos, porque culturalmente aprendemos a não vê-lo como paisagem, porque somos influenciados por superstições, crendices, presentes na herança cultural, a respeito do assunto. Mas não se pode negar que há vida na cidade dos Mortos... Intra e extra-muros... Porém quem são os vivos que transitam pelo cenário do cemitério São João Batista? Respondemos num poema improvisado " Poema aos Passantes" , pois percebemos ser Manaus uma cidade " doce e dura" como disse-nos José Aldemir de Oliveira (2003 p 166) ;

Na frente do cemitério central tudo passa , passa tudo:
Outrora, até boi passou.
Ônibus lotados.
Levando e trazendo , pessoas alegres e tristes!

Operários.
Simples empregados a caminho da fábrica.
Desempregados em busca de ocupação.
Bóias-frias, garçonetes,
Manicures [com a frasqueira característica em mãos] , verdureiro,
Donas-de-casa. Pedreiros, peão-de-obra.
Prostitutas, jornaleiros, garotos indo/vindo da escola...
Passa o vendedor ambulante
Pára no farol o carro do "cidadão gerente", bancário, professor, atravessador...
Em meio aos carros os garis, garotas-propagandistas
E o jornaleiro a gritar:
- olha À Crítica, Amazonas em Tempo, Correio do Amazonas. Quem vai querer?
Tudo em meio a tudo e todos
Ocupações de uma metrópole que não pode párar.
De repente uma sirene . Eis a sirene - o que vem alardeando?
Mais um ferido a caminho do hospital ou
Mais um "defunto" a caminho do Boulervard?

AÇÕES DO PODER PÚBLICO

De acordo com material de divulgação da própria Prefeitura , a mesma em conjunto com outras secretarias , torna pública a iniciativa de um projeto inovador que desde 2004, resgata a beleza dos cemitérios da cidade, transformando-os num espaço de história, arte e contemplação, começando pelo Cemitério São João Batista, que é o mais central. Os apreciadores de artes plásticas, da história, da política, da música, das artes cênicas e do turismo encontrarão nesse local muita beleza, como tem ocorrido em outras capitais brasileiras e do mundo. Concertos em Memória é um projeto da Prefeitura de Manaus através da Secretaria de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULSP) que em 2006 amplia e faz parceria com a Secretaria Municipal de Comunicação (SEMCOM). O mesmo integra o projeto Arte da Cidade coordenado pela MANAUSTUR. Participamos de um dos eventos- aconteceu em 28 de março de 2005, em comemoração ao centenário das obras realizadas no governo de Adolpho Lisboa, quando então Superintendente de Manaus. As obras homenageadas foram pórtico e a capela.

Estes eventos, no dizer das secretarias envolvidas , onde a música e a poesia agora a pintura e a fotografia , dão início e prosseguimento a uma nova história de celebrações e arte, tendo como cenário/palco o cemitério e, como atores sociais envolvidos, os poetas, os músicos e a população, que é convidada a fazer parte das comemorações de datas especiais , num ambiente com respeito e enlevo, em meio a música erudita e a poesia, proporcionando o mergulho no passado, entre ilustres e anônimos da história do Amazonas.

Estamos divulgando junto ao Mestrado em Educação da Universidade do Amazonas, a importância do cemitério através da leitura geográfica , onde são ressaltados os conceitos paisagem, lugar e a representação cultural do mesmo ao longo do tempo, assim como o valor sagrado que o mesmo possui e guarda junto aos vestígios do tempo,6 resgatando o seu valor afetivo, e como patrimônio histórico. Ainda causa estranheza quando declaramos o objeto de estudo. Porém

estamos convictos que com a iniciativa da Prefeitura Municipal a Universidade e se inserir ao circuito cultural da capital amazonense.

EVENTOS ATUAIS NO ESPAÇO DO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA

No Dia das Mães, dois quartetos, dois quintetos e um sexteto, que tocaram em horários diferenciados do dia, proporcionaram aos milhares de visitantes do Cemitério São João Batista, um clima de harmonia e suavidade. O ponto culminante do evento foi o encerramento ao cair da tarde, com a participação da Orquestra Sinfônica Municipal, sob a regência do maestro Ricardo Meira Lins. Mostra de Fotografia de Nivaldo Mota que captou com sua lente detalhes de túmulos, mausoléus. As fotos foram exibidas totalizando 40 fotos, dando origem a Mostra que recebeu o nome de "contrastes".

Ilustração 5: **Concerto Dia das Mães.**

O Cemitério de São João batista é um local de fácil acesso, várias linhas de ônibus transitam por ali. É um local aprazível onde em meio a muros, sepulturas simples, túmulos, jazigos, mausoléus, sepulturas monumentais, vestígios de antigas sepulturas, se destaca a Capela . Logo atrás está localizado o Cruzeiro, monumento em forma de cruz , onde as pessoas costumam acender velas para as almas. A ordenação em forma de ruas, facilita o passeio, em meio a árvores frutíferas e ornamentais. Nem parece que estamos em meio a ruas movimentas e a prédios que sinalizam que o tempo não pára. O tempo apenas faz um breve pausa para os que aqui repousam na paz do Senhor!

Ilustração 6 : Um anjo eterno do Senhor, um arauto da paz em meio a paisagem desolada. Há tempos não recebe visitação. Não há flores, nem velas, ao fundo arvores e arbustos celebram a vida que se renova em ciclos. Terá o tempo consolidado o esquecimento dos que ainda vivem? Foto: Victória Cupper

Ressalta-se que o presente texto não se trata de um trabalho conclusivo mas apenas uma participação com o intuito de fazer parte dos estudos que estão ocorrendo em outras capitais brasileiras.

Constata-se a presença do poder público municipal empenhando em humanizar os cemitérios da cidade de Manaus. Alguns eventos já se consolidaram no que tange a levar a música, flores, poesia, arte. Porém, muito mais ações precisam ser realizadas com o objetivo de recuperar este lugar – no caso o cemitério São João Batista , que guarda a memória dos que já fizeram parte da nossa vida e da história desta cidade. Muitos túmulos estão abandonados. Uma capela está sendo utilizada como depósito de material. Presença de ervas e arbustos crescendo entre os jazigos, alguns arbustos crescem e ameaçam quebrar as paredes dos sepulcros.

`A GUISA DE CONCLUSÃO

Ilustração 7: Olhos para o alto esperando do infinito a clemência e o acolhimento. Aqui o tempo não tem a mesma importância que "lá fora". Neste local calmo, onde a dor de uns se mistura a saudade de outros, os anjos proclamam a eternidade. Foto: Victória Cupper

Á guisa de conclusão, gostaríamos de refletir sobre o que é possível e plausível de encontrar, ou reencontrar, as leituras e re-leituras possíveis de serem lidas no cotidiano da paisagem da cemitério São João Batista.

E todo isto o que irá sobreviver à leitura como **dado importante**? Não podemos ainda dimensionar , apenas antevemos a dimensão do sagrado , do simbólico... E, nem sabemos quantas peças escultóricas , ornamentos, obras da marmoraria Ítalo Amazonense podem estar escondidas entre velhas sepulturas e sepulcros que se tornarão atuais nesta leitura, provando que para a dinâmica espacial, não existe o rígido, o fixo e nem os " a priori".

Semelhantes a garimpeiros, buscamos preciosidades. Desde já antevemos que o próprio fazer a leitura da paisagem cotidiana do Cemitério São João Batista é como encontrar um "mineral" de rara beleza. Esperamos que este "mineral " cintile em teus olhos – ao olhar o passado de tão bela cidade e seus homens, mulheres e crianças. E, passe a desejar como nós, que o tempo se delongue , até que a bruma dos tempos findos , apague o brilho do nosso olhar.

E, ai, semelhantes , as obras de tão rara beleza cênica, estaremos sob a terra a descansar e saberemos que acima de nós, outros homens e outras mulheres e crianças , germinam outros sonhos de grandeza na imensidão da Amazônia – "pátria/cidade dos vivos e dos mortos".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil** (1890-1930).Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2002.

COSTA, Maria Clélia Lustosa**. Os Cemitérios E A Espacialização da Morte**. Revista de Geografia. Recife.:UFPe, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**.Org. CASTRO, I.E., GOMES, P.C. C., CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967. A Cidade Doce e Dura em Excesso**. Manaus: Editora Valer, 2003.

GARCIA,Etelvina. Manaus Referência da História. Manaus, 2005. [pág. 42, 43] Artigos. Xerocopiados.

VALLADARES, C. do P. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1972, 2v.

ROSENDHAL, Zeny. **Espaço e Religião. Uma Abordagem Geográfica**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hicitec, 1997.

Currículo.

Maria Terezinha da Rosa Cupper. Licenciada em Geografia pela UFMS. Especialista Recursos Humanos para Educação Ambiental e Gestão Ambiental. Pelas instituições: UFAM e UTAM. Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação FACED da Universidade Federal do Amazonas. Manaus. AM. Profª Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.Contato: proterra99@gmail.com

TÍTULO:

O IMAGINÁRIO EM TORNO DA COMENDADORA MINERVINA CAROLINA CORRÊA DA CIDADE DE JAGUARÃO –RS.

AUTORAS: Ana Maria Greff Buaes e Martha de Leão Lemieszek

"*Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam".*

Sandra Pesavento ***in*: *"O imaginário da Cidade"*** .

1- OBJETIVO DA PESQUISA:

Este estudo tem por objetivo reunir o imaginário em torno da Comendadora Minervina Carolina Corrêa que no ano de 1912 mandou construir uma igreja na cidade de Jaguarão –RS. e lá se encontra sepultada. O contexto histórico e político da cidade e as circunstâncias que cercaram a vida da personagem podem explicar o imaginário construído.

2- MÉTODO DA PESQUISA:

Pesquisa de campo, arquivos pessoais e entrevistas, livros.

3- CONTEXTO TEMPORAL, GEOGRÁFICO E POLÍTICO:

Jaguarão, situada na parte mais meridional do Brasil, na fronteira com o Uruguai, surgiu no entorno de uma vila militar comandada pelo português Manoel Marques de Souza no ano de 1802.

Durante o período colonial enfrentou dificuldades para o seu desenvolvimento devido à centralização política e administrativa do poder do governo imperial e também pelo seu isolamento geográfico.

As cidades de posição fronteiriça têm suas peculiaridades e não foi diferente com Jaguarão. Normalmente nascem em torno de acampamentos militares porque estes garantem sua manutenção.

Neste tipo de cidade os indivíduos possuíam duas funções; a militar e em função desta o governo distribuía terras aos seus comandantes. Deste modo tornavam-se estancieiros, criadores de gado.

Assim a base produtiva da região era a criação de gado e a indústria do charque que propiciavam o desenvolvimento econômico .

No final do século XIX e inicio do século XX, Jaguarão alcançou seu apogeu econômico advindo da pecuária , charqueadas e do comércio fronteiriço.

A pujança econômica refletiu na arquitetura da cidade, onde a classe dominante procurava representar através de suas casas um vinculo com o mundo civilizado, opondo-se ao ambiente em que viviam, ou seja, de frente para a Europa e de costas para o Brasil. Tudo o quê se construía era uma imitação do que se fazia na França, na Itália, realizado com recursos materiais e econômicos disponíveis ou importados. A cidade teve contribuição de construtores portugueses, espanhóis, italianos e alemães.

À época do apogeu econômico de Jaguarão dominava o cenário político rio-grandense , o Partido Republicano. Em Jaguarão o partido foi fundado em 1882 em pleno regime monárquico , tendo como primeiro presidente o médico Carlos Barbosa Gonçalves. Este tinha um enorme prestigio junto a Julio de Castilhos e seria a grande liderança da região. Carlos Barbosa foi deputado no Congresso Constituinte de 1891, no Estado, deputado da primeira legislatura da Assembléia dos Representantes e Presidente do Estado de 1908 a 1913 e, ainda , senador da República em 1920.

O político que pretendeu quebrantar a hegemonia de Carlos Barbosa em Jaguarão, chamava-se Zeferino Lopes de Moura, grande fazendeiro do Erval mas que possuía interesses em Jaguarão. Zeferino participou ativamente da campanha abolicionista e da propaganda republicana. O desdobramento do conflito entre os dois chimangos, polarizou a opinião pública: ou se era carlista ou zeferinista.

Sergio da Costa Franco em sua obra "*Gente e coisas da Fronteira Sul ",* fornece o cenário perfeito:

"*Os conflitos entre carlistas e zeferinistas, que marcaram em Jaguarão o princípio do século 20, dividiram a sociedade jaguarense e deixaram cicatrizes fortes no convívio social. Reflexo disso é uma crônica publicada no Caderno de Sábado do* Correio do Povo *, de Porto Alegre, em 24/1/1976, por Lino de Mello e Silva, neto do cel. Zeferino Moura, sob o título de "Jaguarão":*

"É preciso que Você conheça a minha terra. É uma cidadezinha sossegada à beira de um rio tranqüilo. Sobre a colina – O Cerrito – o pequeno cemitério , onde está seu passado e um pouco de sua história. Ali começa – ou termina – o traçado daquele estranho meridiano que eu sempre senti dividindo todas as coisas da minha terra.Desde o portão da entrada onde estão os túmulos dos mais antigos da cidade. Você notará que eles se dispõem, iguais e simétricos, na alameda principal, mantendo até na morte aquela disposição que os separou em vida e que tanto me impressionava na infância . Tudo em rigorosa duplicata: o clube de um partido e de outro , os barbeiros, as bandas de música, os dois lados da praça. Na igreja, os fiéis de um lado não estão unidos mas separados dos fiéis do outro lado como se fossem de outra fé. Na praça, diante da Matriz, há uma coluna encimada por uma estátua alegórica da abolição da escravatura, ladeada por duas enormes palmeiras gêmeas e solitárias. Para mim sempre cada uma delas representou um partido político . Não esqueça de que aqui foi o berço e o local da proclamação da República de Piratino, e a coisa começou , mesmo dentro das melhores famílias , com os Farrapos de um lado e os Caramurus de outro." (....)

4- O IMAGINÁRIO POPULAR:

Neste contexto em 1909, Minervina Corrêa resolve construir uma capela ao lado de sua residência sob invocação de Nossa Senhora Imaculada Conceição que foi inaugurada em 1912.

A construção em estilo neogótico tem elementos românicos e um frontão clássico. A alta torre é avistada de longe numa cidade plana como Jaguarão. Circundando a torre foram colocadas quatro esculturas de pelicanos, animal que é alegoria da maternidade.

No interior da igreja encontramos no altar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em mármore de carrara.

No deambulatório, à esquerda da porta de entrada, encontra-se a lápide com a seguinte inscrição:

"*Aqui repousam, na paz do Senhor, os restos mortais de Minervina Carolina Corrêa, nascida a 7 de fevereiro de 1861 e falecida a 6 de fevereiro de 1954. Sua fiel devoção à Imaculada Conceição fez erigir e consagrar esta*

linda igreja , sagrado patrimônio de Jaguarão – cidade heróica. Seus méritos foram assinalados por honrosa condecoração pontifícia e seus beneficiados rogam a Deus pela paz de sua bela alma. Jaguarão, 7 de fevereiro de 1958.

Acima da placa há uma fotografia de Minervina ao lado da comenda que lhe foi conferida pelo Papa.

Minervina , filha de Faustino João Corrêa e Maria Carolina Corrêa, vivenciara a passagem do regime monárquico para o republicano, Bem como as peculiaridades da política local, conhecia também a corte pois nela viveu com sua irmã Amélia casada com o advogado José Francisco Diana, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e que era Conselheiro do Império.

Minervina fora morar com esta irmã por ocasião da morte dos pais ocorrida em 1875, com diferença de meses entre os óbitos.

Posteriormente veio a casar com o médico Custódio Vieira de Castro.

Ocorre que foi repudiada pelo marido na noite de núpcias sob a acusação de que não era mais virgem, fato que ensejava a anulação do casamento.O escândalo repercutiu como uma bomba na pequena cidade de Jaguarão onde a família tinha projeção política e social.

Inobstante recebeu de sua família integral apoio. O ex –marido se retirou da cidade e ao que se sabe foi viver em Rio Grande não sem antes escrever uma espécie de panfleto no sentido de esclarecer todo o caso. Mas a família de Minervina comprou toda a edição e queimou.

O escândalo e a tentativa de esconder a ocorrência deu origem ao imaginário em torno de Minervina Corrêa que é contado através das entrevistas recolhidas.

O fato de Minervina Corrêa lutar durante toda sua existência para ser sepultada na igreja que construiu também alimentou e continua a alimentar o imaginário em torno de sua vida .

Entrevista com Norma Parera Echeverria – sobrinha bisneta, residente em Bagé.

Descreve Minervina como uma pessoa determinada, de temperamento firme, corajosa e sensível. Gostava de viajar e ia constantemente à Europa, muitas vezes à Roma onde visitava o Papa. Segundo a entrevistada Minervina tinha entrada franca no Vaticano. Participou da Primeira Peregrinação Católica Brasileira à Terra Santa que ocorreu antes de 1910, lá visitando os chamados

lugares santos. Contava sempre com emoção a subida ao Monte Tabor. Na época o deslocamento era feito em diligências e num dos deslocamentos , nômades resolveram atacar a diligência em pleno deserto. Minervina contava o fato como se fosse uma aventura.

Narra ainda a entrevistada do susto que Minervina passou numa de suas travessias do Atlântico , quando o navio Tebi, no qual viajavam, foi apanhado por uma tempestade em alto mar.

Numa de suas viagens à Europa é que fez a encomenda da imagem de Nossa Senhora da Conceição para colocar em sua igreja.

Falava fluentemente o espanhol e o francês .

Em suas viagens costumava se fazer acompanhar por uma de suas inúmeras sobrinhas .

Minervina teve quatro irmãs: Amélia, Maria Joaquina, Maria Conceição e Adelaide , além dos irmãos João e José.

O Comendador Domingos Faustino Corrêa , conhecido por seu inusitado testamento, era tio de Minervina.

Minervina tinha casa em Jaguarão, Rio Grande, Bagé e Montevidéu

Que por ocasião da morte de Minervina seu avó Faustino estava em Jaguarão e narrou-lhe que o velório foi feito na igreja e foi realizada missa de corpo presente pelo Bispo de Pelotas , Antonio Zatera.

O sepultamento ocorreu no jazigo da Família no cemitério da Irmandade e depois de um tempo trouxeram os restos mortais para a igreja Nossa Senhora da Conceição.

Em 8 de dezembro de 1953, portanto pouco antes da morte de Minervina, houve uma grande festa , uma cerimônia para entrega da Igreja para a Cúria, compromisso firmado com Minervina que pedia a continuidade do funcionamento regular da Igreja mas, em troca queria ser sepultada em seu interior.

Os avós de Norma eram primos: Faustino Corrêa Espírito Santo e a avó Joaquina Corrêa Netto Espírito Santo.

Faustino Corrêa Espírito Santo era filho de Conceição, irmã de Minervina.

Conceição morreu por volta dos 33 anos. Relata que por questões políticas o médico e político Carlos Barbosa recusou a atender Conceição que veio a falecer.

A avó da entrevistada era filha de Maria Joaquina, irmã de Minervina.

Seu avô foi administrador das fazendas de Minervina por muitos anos e ela possui em casa muitos objetos que pertenceram a Minervina, além de inúmeros documentos.

Minervina tinha fazendas no Brasil e no Uruguai. Dentre as fazendas do Uruguai citou a Sóteia.

Mencionou ainda uma fazenda de 40 quadras de campo em Alegrete que Minervina adquiriu com a venda de campos no Uruguai.

Quanto ao casamento de Minervina respondeu textualmente: Minervina casou e separou-se. Continua sendo um mistério.

Conclusões:

A entrevistada traçou um perfil de sua tia-bisavó muito afetivo e glamuroso . Talvez pela proximidade que teve com Minervina. A recusa em falar sobre o casamento de Minervina segue a postura da família, qual seja, jamais tocar no assunto. Talvez seja a familiar que possua a maior quantidade de documentos e objetos de Minervina, inclusive o inventário mas, os documentos estavam encaixotados e naquele momento não houve possibilidade de localizá-los. Informou que Minervina morreu sem fazer testamento.

O que se conclui de seu depoimento é que faz uma imagem muito positiva de sua antepassada.

Entrevista com Isabel Corrêa Marques - sobrinha –bisneta, residente em Bagé.

Minervina era irmã de Adelaide, bisavó de Isabel. Adelaide era casada com um tio, Joaquim Pedro Corrêa.

Lembra de freqüentar a casa de Minervina em Jaguarão. Lembra que Minervina tinha uma pianola que ela sempre queria tocar e que um dia, ao chegar para a visita Minervina foi logo dizendo que aquele dia não poderia tocar pois morrera Biscuit, que era o cachorro de Minervina. Lembra da casa,

da sala, dos objetos finos que existiam na casa. Afirma que Minervina estava sempre cercada de muitas pessoas, que era muito “paparicada”. Das amigas de Minervina lembra de duas: Cora e Noêmia que apareciam por lá. Recorda que eram servidos biscoitos de polvilho que ela adorava.

Lembra de uma cerimônia na Igreja Nossa Senhora da Conceição, assim descrita: dez meninas vestidas de branco entraram na igreja e uma delas subiu as escadas do altar para colocar a coroa em Nossa Senhora. Foi um dia muito especial. A Nossa Senhora em mármore de carrara fora encomendada na Europa por Minervina tendo por base suas medidas. Que Minervina não era alta e era magra.

Minervina tinha sempre por perto uma escarradeira pois sofria de bronquite crônica.

O dia em que ela faleceu Isabel estava em Jaguarão, não pode ir ao velório porque recém havia nascido uma de suas filhas mas lembra que os sinos de todas as igrejas tocaram durante todo o dia.

Quanto ao casamento de Minervina, sempre ouviu a versão de que Minervina fora repudiada por não ser mais virgem e que Chiquinho era se filho com José Francisco Diana.

Conclusões:

Isabel acrescentou preciosos detalhes de menina observadora que freqüentava a casa da tia- bisavó. Confirmou também a versão mais conhecida da história de Minervina, qual seja que teve um filho com o cunhado.

Entrevista com Gisela de Leão Pereira- sobrinha bisneta , residente em Bagé

Relata Gisela que lembra perfeitamente do dia da morte de Minervina pois sua avó Carolina Netto Gonçalves, sobrinha de Minervina, se preparava para ir de Bagé a Jaguarão comemorar o aniversário da tia. Minervina morreu na véspera de seu aniversário , dormindo.

Conta que Minervina queria ser sepultada sob o altar da Igreja Nossa Senhora da Conceição e que a Cúria não permitiu, mas que no acordo feito

com a Cúria, quando entregou a igreja , ficou estabelecido de que ela seria sepultada então onde está.

Que a história de Minervina sempre foi envolta em mistério pela família, que nunca lhe contaram claramente, era assunto proibido.

Que sua mãe fez uma viagem inesquecível em 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, celebradas no Rio de Janeiro , acompanhada de Minervina. Foram de vapor e sua mãe sempre contava os festejos.

Conclusões :

Pessoa muito interessada na pesquisa, curiosa e que tem colaborado para os contatos.

Pelo santinho que temos realmente a igreja foi entregue à Cúria em 8 de dezembro de 1953 pouco antes do óbito de Minervina.

No verso está escrito:

"Lembrança da primeira Festa da Imaculada Conceição, Excelsa Padroeira da novél "Paróquia da Imaculada Conceição de Jaguarão."

Entrevista com Nadir Barbosa Netto - sobrinha-neta, residente no Uruguai.

Nadir morou por muito tempo em Montevidéu e conheceu a casa de Minervina na Calle Salto, uma travessa da 18 de Julho. Uma típica casa de

Montevidéu. Escada de mármore na entrada, pátio interno coberto por uma clarabóia e sempre cheia de gente, principalmente os membros da família Diana.

O pai de Nadir, José Barbosa Netto, foi o primeiro administrador dos bens de Minervina, mas ao casar , a pedido de sua mulher, deixou a administração.

Lembra de Minervina como uma pessoa muito distante e até seca. Sempre usava sapatos de salto e espartilho e como sofria de bronquite crônica tinha escarradeiras espalhadas por toda a casa.

Quando se aproximava de Minervina nunca conseguia dar-lhe um beijo pois ela sempre tinha no colo um cachorro que rosnava e Nadir ficava com medo que ele avançasse. Não gostava dos assuntos abordados por Minervina quando ia à sua casa. Ela falava somente das visitas feitas ao Papa.

Contou que Minervina tinha uma casa em Bagé que ela imagina nunca Minervina tenha habitado, mas quando Nadir precisava ir a Bagé hospedava-se- lá.

Conheceu a fazenda Sotéia de Minervina que fica no Departamento de Tacurembó no Uruguai e lembra, teria uns oito anos, participou de uma procissão , onde carregavam velas, ao fim da qual colocaram no piquete da estância , uma pesada cruz de madeira.

Que até hoje mantém relações com a neta de Chiquinho Diana em Montevidéu . Diz que estes sempre se consideraram herdeiros de Minervina, que Chiquinho apareceu depois de uma viagem que Minervina , Amélia e Francisco Diana fizeram a Europa. Que imagina que ele tenha nascido por lá. Diz ainda que Chiquinho morreu cedo e que teve os filhos: Esther, Judith, Maria e Marcos ao que se lembra.Que Marcos era piloto da Pluna, dono da estância Chalé, e que veio a falecer num acidente aéreo no Brasil.

Quando Minervina faleceu, o administrador Faustino já havia vendido todos os bens que ela tinha no Uruguai ao Frigorífico Modelo , o que segundo ela foi muito bem feito, pois os Diana se consideravam os únicos herdeiros.

Ela chegou a herdar algumas quadras de campo de Minervina, no Município de Bagé e como vive no Uruguai vendeu –as. Que herdou os movéis do quarto de Minervina da casa de Bagé, são móveis muito pesados, de cedro esmaltado em cor marfim e que desde então estão na sua fazenda. Herdou também e possui até hoje uma carteira de ouro e um anel de meio quilate de brilhante.

Conclusões:

Nadir tem 80 anos e uma disposição incrível pois vive e administra junto com seus empregados à fazenda que tem no Uruguai . Tem a franqueza própria do gaúcho e é uma pessoa sem rodeios, direta.

Na entrevista deixou transparecer claramente que as pessoas cercavam Minervina por interesse e que os Diana falam até hoje abertamente de Minervina como se ela fosse a mãe de Chiquinho com Francisco Diana.

Acrescentou que Minervina passava uma certa arrogância , característica que nas entrevistas com outras pessoas foi atribuída a Minervina

Entrevista com José Maria Antunes da Silva – coroinha na Igreja N. Sra. da Conceição em 1952/1953, residente em Porto Alegre.

Conta José Maria que nos anos de 1952 e 1953 auxiliava o Padre Otávio Gurgel a celebrar as missas na Igreja Nossa Senhora da Conceição. Padre Gurgel não pertencia a nenhuma ordem, era padre secular. Nos anos 50 os padres seculares assumiram a Igreja de Minervina.

Lembra que após a celebração das missas, dirigia-se com Padre Gurgel à casa de Minervina para tomar o café da manhã ou , dependendo da hora da missa, um lanche. As refeições eram servidas na sala de jantar que se chegava através de uma porta lateral da casa. Viu Minervina algumas vezes nestas ocasiões.

Padre Gurgel era orientador espiritual e muito amigo de Minervina. A imagem que ficou dela era de uma senhora muito séria, discreta, benemérita, que ajudava não só à igreja como aos padres. Aliás na casa sempre havia muitos padres. Da vida de Minervina lembra apenas dos comentários de que a mesma tivera uma grande desilusão mas, como era um adolescente, não ligou muito para o que ouviu.

Após a morte de Minervina os padres ficaram com a casa. Quando de posse da casa os padres lá promoviam quermesses que lembra de ter participado.

Conclusões:

José Maria é uma pessoa extremamente delicada e sensível. Emocionou-se durante a entrevista ao recordar de sua mãe, amiga de Minervina. O relato que fez são referências dos últimos anos da vida de Minervina totalmente entregue à devoção e preparando a entrega da Igreja.

Entrevista com Cassiano Gómez dos Santos- aposentado, residente em Jaguarão.

Conta o entrevistado que não é natural de Jaguarão e que lá foi residir pela década de 40. Que não conheceu Minervina. Que ouviu dizer que ela tinha um filho que tinha ido estudar num seminário, mas morreu antes de tornar-se padre. Então a igreja ficou fechada durante um tempo e mesmo porque o Vaticano não teria autorizado o funcionamento da mesma. Que este filho diziam que era fruto da relação com um peão da fazenda de seu pai.

Conta um fato pitoresco ocorrido faz tempo. Que um homem resolveu rifar quatro gansos. A rifa correu e o ganhador foi reclamar seus gansos. O impostor disse então que os gansos (na verdade os pelicanos colocados na torre da igreja) que estava rifando eram da igreja Imaculada Conceição e que se quisesse resgatar o prêmio que subisse na torre.

Conclusões:

Para uma pessoa que não é natural da cidade, os fatos chegaram totalmente distorcidos. Ouve-se em Jaguarão esta mesma versão, pessoas afirmam que Minervina não só tivera um filho com o peão da fazenda de seu pai, como este o teria matado e enterrado na fazenda. Acontece que o pai de Minervina já era falecido quando aconteceu o casamento de sua filha e seus desdobramentos. É justamente com a morte dos pais que Minervina foi morar com sua irmã Adelaide e seu cunhado José Francisco Diana.

CONCLUSÕES FINAIS:

Pierre Nora afirma que: "*a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte".*

Pretenderia Minervina com seu túmulo dentro da igreja imortalizar sua morte criando um lugar de memória?

Poderia ser a intenção mas não foi isto que ocorreu. A memória de Minervina fragmentou-se no decurso dos cinqüenta e poucos anos de sua morte, dando lugar a um farto imaginário do qual recolhemos apenas parte através da fonte oral.

Pode-se também cogitar que o desejo de ser enterrada dentro da igreja que mandou construir constitua-se em mais uma excentricidade da classe dominante numa época de opulência , vez que a família possuía um dos mais bonitos jazigos no Cemitério da Irmandade de Jaguarão.

Buscaria na condição de católica fervorosa o esforço dos vivos para sair mais rapidamente do Purgatório, que imaginava teria que ultrapassar mediante missas , orações, e das obras de caridade que praticou ao longo de sua vida?

Teria realmente alcançado uma graça que a levou à construção da igreja, em caso positivo, qual seria esta graça? Nutriria amargura por ter sido abandonada pelo marido?

Dos depoimentos das pessoas que com ela conviveram ouve-se os mais diversos testemunhos sobre sua personalidade: mulher determinada ,piedosa, arrogante, inquieta , em constante deslocamento seja por suas fazendas, seja para Europa onde por vezes permanecia muitos meses.

Os fatos ocorridos em sua existência permanecerão nebulosos, em grande parte porque a família sempre fez questão de ocultá-los muito bem. Evidentemente foram traumáticos numa sociedade preconceituosa , fechada, de rígidos padrões morais , levando em conta que Minervina pertencia a uma

família da classe dominante e que tinha representantes na política local e nacional. A oportunidade era única para os inimigos denegrirem a imagem da família.

A igreja com o sugestivo nome de Imaculada Conceição permanecerá sem dúvida como lugar de memória, realimentando o imaginário popular em torno de Minervina.

BIBLIOGRAFIA

Franco, Sérgio da Costa. ***Gente e coisas da fronteira sul.*** Porto Alegre: Sulina, 2001.

Nora, Pierre. "Entre memória e História: a problemática dos lugares". **IN:** ***Projeto História; Revista do PG em História da PUC-SP.*** São Paulo : Educ, 1981.

ARQUIVOS PESSOAIS:

Arquivos pessoais e fotografias de objetos pertencentes a Isabel Corrêa Marques, José Otávio Netto Gonçalves , Maria Luiza Lemieszek Pereira, Martha de Leão Lemieszek Norma Parera Echeverria,

BIOGRAFIA DAS AUTORAS:

Anna Maria G. Buaiss, natural de Porto Alegre, odontóloga, acadêmica do IV semestre do Curso de História da PUC-RS.

Martha de Leão Lemieszek, natural de Porto Alegre, tadvogada, acadêmica do IV semestre do Curso de História da PUC- RS.

O poder, a potência e "a violência totalitária" no mundo dos mortos

Mateus Dalmáz *

É no mínimo curioso se deparar com as idéias de Michel Maffesoli a respeito do campo político da sociedade moderna e, quase que instantaneamente, visualizá-las nos cemitérios. Afinal, uma das grandes preocupações do referido autor foi compreender a dinâmica social do mundo dos vivos, ao passo que este trabalho enfoca justamente o mundo dos mortos. A aparente contradição logo se desfaz quando se considera o cemitério como um local recheado de representações simbólicas dos valores da sociedade, especialmente aqueles ligados às concepções políticas. Mais do que simples sepulturas, os túmulos de determinadas personalidades públicas se constituíram em espaços privilegiados para a divulgação e celebração de certas visões de Estado.

É o caso do cemitério da Santa Casa de Porto Alegre. Ali estão sepultados líderes políticos consagrados do Rio Grande do Sul (RS) no início do século XX, época de supremacia do Partido Republicano Riograndense (PRR) e do ideário positivista. Em seus túmulos reside uma estatuária repleta de simbolismos alusivos à concepção de poder e de progresso hegemônicas no cenário político estadual daquele período. Algo que, na perspectiva teórica de Michel Maffesoli, particularmente desenvolvida na obra *A Violência Totalitária*, representaria uma tentativa de imposição autoritária do poder na sociedade. É justamente a análise das esculturas fúnebres sob a ótica do autor que se configura no objetivo deste estudo. Especificamente, serão examinados dois túmulos de consagradas figuras políticas do estado, ligadas, não custa repetir, à vertente republicana e positivista: o primeiro, de Júlio de Castilhos; o segundo, de Pinheiro Machado. Vale acrescentar, ainda, que a abordagem aqui proposta se ocupará menos de um resgate histórico do panorama político do RS na virada do século XIX para o XX do que de uma interpretação das obras - fúnebres e literária - mencionadas.

---

* Mestre em História do Brasil; doutorando em Comunicação Social pela PUCRS.

Ao empregar a quantia de 12:799$880 (doze contos, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta reis) para o arrendamento perpétuo de um terreno no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, em abril de 1904[1], o governo do RS estava envolvido no espírito de celebrar a figura e os ideais políticos de Júlio de Castilhos, até então um dos mais destacados líderes republicanos e falecido em outubro do ano anterior. Após ingressar nos quadros do PRR, fundar o periódico político-partidário *A Federação* (1884), redigir o primeiro texto constitucional republicano do estado (1891) e influenciar direta e indiretamente os caminhos da política regional por mais de uma década, as autoridades públicas estaduais trataram de prestar grandiosas homenagens a Castilhos. Ao fazê-las, o governo do estado não apenas se rendia à biografia do líder, como também – e principalmente – expressava o ideário positivista que tanto servia de referência política no RS. Elaborado no século XIX, ambientado no contexto da revolução industrial e tendo na figura de Augusto Comte (1798-1857) o seu grande idealizador, o positivismo considerou, em linhas gerais, que

> "a humanidade está em permanente evolução em direção ao progresso, mas dentro de uma ordem pré-estabelecida. A ordem é a harmonia entre as diversas condições da existência e o progresso é visto como o desenvolvimento ordenado da sociedade, de acordo com as leis sociais naturais. Portanto, tudo que altere a ordem é considerado como negativo e, por isso, o positivismo é anti-revolucionário. O progresso é visto como a parte dinâmica da sociedade e a ordem como a parte estática. Cabe ao Estado promover a estacidade social, a ordem e o ajustamento do indivíduo à sociedade. O Estado positivista deverá ser dirigido pelos industriais e sábios ilustrados."[2]

---

[1] Cf. Títulos de Arrendamentos da Santa Casa de Misericórdia, livro 26, nº 49 A. O túmulo foi elaborado pelo escultor carioca Décio Villares.

[2] BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária em Porto Alegre. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Rio Grande do Sul: aspectos da cultura.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994, p. 85. Em relação à ligação de Castilhos com o positivismo, Harry Bellomo ainda escreve que, "nos primeiros tempos da pregação positivista destacou-se Júlio de Castilhos, nascido em 1860, estudou de 1877 a 1888 em São Paulo, onde se converteu à doutrina de Comte. (...) A pregação de Júlio de Castilhos se identificou com a dos jovens militares positivistas no seu caráter idealista, republicano, anti-liberal, tradicionalista, patriarcal e anti-socialista, combinando muito bem com o caráter autoritário do positivismo como caudilhismo rio-grandense. Com o golpe militar que proclamou a República, Júlio de Castilhos e seu grupo positivista chegaram ao poder, impondo ao Estado uma constituição autoritária e positivista, única no mundo, garantindo um predomínio político-ideológico de mais de um quarto de século nas estruturas de poder do governo estadual", p. 86.

Ao estado caberia a tarefa, portanto, de impor e preservar a ordem, bem como de promover o progresso. No RS, tal doutrina se traduziu em uma extrema concentração de poder nas mãos do chefe do executivo, conferindo ao governo estadual ares de personalismo, autoritarismo e de uma espécie de ditadura republicana. Perpetuar a memória de uma das grandes lideranças regionais, como Júlio de Castilhos, seria uma maneira, então, de expressar o ideal de poder concebido pelos republicanos positivistas no RS. O exame dos adereços que ornamentam o túmulo de Castilhos (figura 1) habilita tal interpretação.

FIGURA 1: túmulo de Júlio de Castilhos

Observando-se a sepultura, cabe destacar, primeiramente, a frase que se enxerga ao fundo, a qual afirma que "os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos." Com ela, o poder instituído no RS procura transmitir a idéia de que os grandes vultos do passado servem de modelo para as gerações futuras, construindo uma imagem heróica do líder político, cujo

pensamento se confundia com a própria ideologia reinante no estado. A frase promove "uma idealização glorificadora dos grandes heróis da história, que (...) a ideologia positivista procurava transformar em modelos pelo seu exemplo de vida e virtudes de caráter."[3] O sentido da perpetuação do exemplo e, conseqüentemente, do poder também pode ser encontrado na forma simbólica[4] da águia, localizada no topo do monumento, uma vez que representa os ideais elevados do positivismo, os quais se estendem a longas distâncias e atingem o totalidade da sociedade. Esta, então, se subordinaria à autoridade do líder, do governo e do estado. Algo que simbolicamente se expressa no centro do jazigo com a figura feminina, que, desolada, derrama a bandeira brasileira sobre o túmulo de Júlio de Castilhos. O estandarte nacional confere à escultura o sentido de alegoria da pátria, a qual sentiria a perda de um de seus filhos mais ilustres. A efígie do morto em bronze e a data alusiva à constituição positivista do RS (14 de julho de 1891), localizadas no alto, completam o conjunto cívico-celebrativo oferecido pelo "Rio Grande do Sul a Júlio Prates de Castilhos." Tal dedicatória, exposta na parte superior, também contribui para a construção da imagem de uma sociedade inteira – a população rio-grandense – curvada diante de seu líder[5].

A tentativa de impor o poder e garantir o progresso ao conjunto da sociedade, exposta na sepultura e nos ideais positivistas, seria uma das principais características da sociedade moderna, conforme observa Michel Maffesoli. É justamente sobre a ineficiência de tal pretensão que o autor se ocupa na obra que serve de referencial para este estudo.[6] Nela, o autor não apenas problematiza a extensão e o alcance dos modelos políticos no meio social como sustenta a hipótese de que o poder não é eficiente para moldar a sociedade. Em outras palavras, a idéia de controle, dominação e até

---

[3] DOBERSTEIN, Arnoldo. **Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: SMC, 1992, p. 52.

[4] Entende-se por formas simbólicas "... um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos." THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 79.

[5] Vale acrescentar que, de acordo com Harry Bellomo, "fazia parte do pensamento oficial a celebração cívica dos líderes políticos vinculados ao grupo dominante. Desta forma, o governo patrocinou não só a construção de monumentos públicos, como o de Júlio de Castilhos em Porto Alegre, mas também de uma série de jazigos monumentais no Cemitério da Santa Casa, reafirmando seus valores políticos e também atendendo ao princípio positivista do culto cívico ao líder e da conservação de sua memória, única imortalidade possível no ser humano." *Op. cit.,* p. 86-87.

[6] MAFFESOLI, Michel. **A Violência Totalitária: ensaio de antropologia política.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

mesmo de revolução, para Maffesoli, atuaria apenas numa parte da sociedade, a qual resistiria e se expressaria de múltiplas formas:

> "... o poder atua afinal como um simulacro, algo que tem o seu lugar, nem mais nem menos, na teatralidade social. De fato, pode-se verificar que, para além do controle e da dominação, para além do poder e da contestação ou de sua 'revolução' (*revolvere*), há sempre vida, e isso é que na verdade traz problema. Não obstante as imposições mortíferas, as normas e o dever-ser, em suma, apesar de tudo o que reprime a expansão natural, observa-se a persistência social que se exprime de múltiplas maneiras."[7]

Empenhado em destacar a pluralidade do dado social, o autor prossegue desenvolvendo sua hipótese, destacando que a sociedade atuaria sobre um pluralismo estrutural, distante de um dualismo maniqueísta:

> "A dominação 'direcional', ao se estender, suscita essas brechas que são a fala, a orgia, a violência, a explosão do riso, etc., tudo o que permite exprimir o desejo, o amor ou o coletivo. Tudo isso fundamenta rigorosamente o social, regenerando-o ritualmente, e com isso sublinha que o social não atua sobre um dualismo maniqueísta mas, isso sim, sobre um pluralismo estrutural. Não existe um mal – o poder – e um bem – o não-poder – ou vice-versa, segundo o ponto de vista teórico ou existencial. Existe um misto complexo, no qual se imbricam estreitamente a destruição e a vida, a retração e a expansão, o poder e aquilo que ultrapassa, misto que determina e institui a tessitura social."[8]

Ao produzir obras que simbolicamente expressavam a submissão da pátria ao domínio político do PRR, o governo estadual seguia sua pretensão de estabelecer o controle total da sociedade. Esbarrava, porém, na pluralidade da estrutura social, a qual, conforme Maffesoli, se caracterizaria pela articulação de um conjunto de elementos (força, coletivo, diferenças), residindo aí a essência da potência social. Por este termo, entende o autor que "... um primeiro enfoque da potência exibe certa labilidade social que é pura mobilidade. Essa pulsão, no sentido simples do termo, se manifesta em todos os níveis da existência individual e social."[9] Por reunir diferentes valores, concepções e interesses, bem como por exprimir tal pluralidade diante de tentativas

---

[7] *Op. cit.,* p. 32.
[8] *Idem.*
[9] *Ibid.,* p. 66.

singularizantes de imposição da ordem, Maffesoli atribuí à sociedade a potência de instituir um controle político e de se opor a ele[10]. Desta forma, o poder encontraria seus limites, pois, "em face do Estado, que é o triunfo do uno, encontra-se a sociedade dividida, lugar das diferenças."[11]

Dentre tantos exemplos que se poderia explorar em relação à ineficiência do poder absoluto do estado positivista no RS, particularmente nos cemitérios tal limite se expressa nas diferentes maneiras de se lidar com a morte. Estas, conforme Edgar Morin[12], se caracterizariam justamente pela individualização do morto, recurso considerado fundamental para o convívio dos vivos com a idéia da morte. Argumenta Morin que, diante da notícia da perda de um indivíduo, o homem passaria por um processo dialético de conscientização, trauma e tentativa de superação da morte (ou "prolongamento da vida").[13] Isto é, a constatação do óbito (conscientização) seria imediatamente sucedida pelo sofrimento causado pela idéia da inexistência do indivíduo (trauma), o que provocaria as mais diversas formas de perpetuação da memória do morto, além de crenças e mitos sobre a imortalidade (tentativa de superação da morte). Assim, para vencer a dor da perda da individualidade, se buscaria a preservação da singularidade do indivíduo. As representações simbólicas expostas nos cemitérios, então, atuariam menos no sentido de homogeneizar a morte do que de individualizar o morto, a fim de que não desaparecesse a sua personalidade. Partindo-se de tal pressuposto, entende-se que o alcance do significado dos símbolos encontrados nas sepulturas seja reduzido, compreendendo aquela parcela de pessoas que reconhece e/ou se identifica com as particularidades do morto. O mundo dos vivos, assim, demonstraria a sua potência social no mundo dos mortos, uma vez que interpreta, percebe e se relaciona de maneiras diversificadas com os adereços tumulares. A mesma pulsão que impede a dominação totalitária[14] no campo político da sociedade contribui para que os símbolos cemiteriais não sejam absorvidos na sua globalidade. A

---

[10] O autor procura esclarecer que o poder não é uma "abstração legalizada", sendo resultante de uma solidariedade social. Assim, "... fica assinalada a ambivalência da solidariedade social que faz com que o poder não se manifeste espontaneamente ou por um ato arbitrário, mas se origine de, funcione em e por um apelo social", *Ibid.,*p. 45.
[11] *Ibid.,* p. 41.
[12] MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.
[13] É o que o autor chama de "triplo dado antropológico". *Op. cit.,* p. 34-38
[14] Vale acrescentar que Maffesoli considera que toda a forma de poder (tirânica, democrática...) se apresenta como uma "violência totalitária" à potência da sociedade, uma espécie de reducionismo do plural em favor do uno.

pluralidade do dado social, portanto, também atenua a imposição das concepções políticas nos cemitérios.

É o que se pode perceber na análise do segundo túmulo proposto neste estudo, relativo a José Gomes Pinheiro Machado (figura 2). Os 10:710$000 (dez contos, setecentos e dez mil réis) gastos pelo governo estadual para o arrendamento perpétuo de um terreno no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, em 1915[15], justificavam-se pelos mesmos propósitos verificados no caso de Júlio de Castilhos: render homenagens a uma personalidade política destacada no âmbito da república positivista rio-grandense[16].

FIGURA 2: túmulo de Pinheiro Machado

Eleito senador pelo PRR em 1890, Pinheiro Machado acabaria ganhando destaque como Presidente das Comissões de Verificação do Congresso, cargo através do qual poderia decidir a

[15] Cf. Títulos de Arrendamentos da Santa Casa de Misericórdia, livro nº 8.
[16] De acordo com Arnoldo Doberstein, "[Júlio] Castilhos, Borges [de Medeiros] e Pinheiro Machado foram as três mais importantes lideranças do PRR. Enquanto Castilhos e Borges consolidaram o poder do partido no Estado, a atuação de Pinheiro Machado foi mais a nível federal." *Op. cit.,* p. 51.

quem caberia uma vaga no Congresso em caso de uma eleição contestada. Sobre as circunstâncias de sua morte, escreve Arnoldo Doberstein que,

> "bem relacionado com o exército, com o capitalismo norte-americano e com os paulistas, seu poder de influência foi sensivelmente aumentado com a eleição de Hermes da Fonseca em 1910, sobre o qual tinha grande ascendência. Seu estilo político marcado pelo franco desdém à opinião pública, aos adversários e até mesmo aos correligionários de menor expressão trouxe-lhe um acúmulo de rancor e animosidade que desembocou no seu assassinato. Em 08/07/1915, um padeiro gaúcho, desempregado, Manso de Paiva Coimbra, apunhalou-o pelas costas, quando se encontrava numa elegante recepção no Hotel dos Estrangeiros. Apesar do assassinato nunca ter implicado ninguém, a suspeita de conspiração permaneceu."[17]

O senador gaúcho assassinado na capital federal, então, recebeu o mausoléu mais imponente e majestoso dentre todos os políticos ligados ao positivismo no RS. Inaugurado em 1923[18], o jazigo apresenta, primeiramente, a própria figura de Pinheiro Machado, que repousa morto sobre um leito de mármore e expõe a face e o tórax desnudo, com uma certa rigidez cadavérica. O restante de seu corpo está coberto por uma bandeira do Brasil, transmitindo a idéia do mártir que morreu pela pátria. A figura feminina de pé, ao seu lado, é representada com um adereço típico da república, o barrete frígio envolto na cabeça, alusivo à Revolução Francesa. Tal qual uma mãe lamentosa está a república, desolada pela morte de um de seus filhos. O conteúdo simbólico desta imagem é semelhante ao da pátria que cobre o túmulo de Júlio de Castilhos com o estandarte nacional, comentado anteriormente. Ambos expressam a subordinação do todo social ao poder hegemônico do governante. Algo que se perpetuaria através do tempo, como simboliza a imagem da musa Clio, inspiradora da história na mitologia grega e que aparece sentada aos pés do cadáver, com pena e pergaminho na mão. É a história registrando os grandes feitos do morto para as gerações futuras, representadas pelas crianças e adolescentes em torno do corpo do senador.

---

[17] *Ibid.,* p. 52-53.

[18] O túmulo foi elaborado pelo escultor carioca Rodolfo do Pinto e Couto, vencedor do concurso público nacional e preferido em detrimento do projeto de Décio Villares, aprovado em licitação estadual.

Somando-se aos comentários anteriores, convém salientar o firme propósito do governo do estado em, através deste mausoléu, associar a preservação do poder a um componente intelectual, a saber, a versão dos vencedores exposta nos livros de história. Pois, é justamente uma história vista "de cima" que Maffesoli critica em sua obra, uma vez que considera que compreender a potência da sociedade em ação seria o mesmo que enxergar a dinâmica dos vencidos, dos "de baixo" no processo histórico:

> "De modo redundante, pode-se dizer que compreender a potência em ação, cujo caminhar tem a discrição dos passos de pomba (Nietzsche), é captar a eficácia daquilo que W. Benjamim chamava de os vencidos da História, ou G. Durand de 'deixados por conta'. Esses deixados por conta que historicamente serão perseguidos, os heréticos, os poetas ou os proscritos dão de fato sentido à banalidade do vivido e para o crítico social exibem uma nova temporalidade que escapa à vida real, majestosa e firma, da história progressista. São outras tantas balizas que permitem situar (e quão imperfeitamente!) a 'manutenção' do interesse do agora onde, em miniatura, num momento, numa época, se representa o trágico do vivido."[19]

Eis o banal, o irracional e o subjetivo fazendo parte do cotidiano. Ao invés da conduta moral essencialmente guiada no exemplo do herói e justificada pelos princípios racionais do poder, a sociedade, para Maffesoli, também se conduz pelos discretos e quase imperceptíveis desejos emotivos do dia a dia. As banalidades, portanto, contribuem para a pluralidade e para o politeísmo da sociedade. Multiplicidade esta que impede, muitas vezes, a compreensão do significado das formas simbólicas presentes nos cemitérios. Afinal, onde o poder procura mostrar a sua eficiência, a potência expressa a sua força.

Sobre a relação entre o poder e a ciência, simbolicamente representada na estatuária pelas imagens do senador da república (Pinheiro Machado) e da musa da história (Clio), ainda cabe salientar que se constitui, para Maffesoli, em uma das principais características do totalitarismo[20] na sociedade moderna. Afinal, para o autor,

---

[19] *Op. cit.,* p. 65.

[20] Para Maffesoli, "chamamos de totalitarismo o empreendimento, difuso e autoritário, de órgãos estatais sobre o conjunto das atividades da vida social, e isso nos pareceu particularmente bem aplicado pelos atores que são esses 'diretores' ou 'managers' organizados em corpos solidários e eficazes. Essa tendência, representando o que se pode

> "a formulação mais rigorosa da união da ciência com o poder, devemo-la (...) a Saint-Simon, que se pode considerar o pais do socialismo. Para ele, a ciência positiva deve se colocar a serviço do que ele chama de 'ordem industrial', e é dessa função que depende a felicidade de uma sociedade racional, ponto culminante de uma longa evolução inevitável. Antes de chegar a essa função positiva, a ciência se havia extraviado no devaneio teológico e depois no metafísico. Tal concepção da ciência e de sua função, que em seguida foi sistematizada por Augusto Comte, está na base de todas a teorias dos reformadores sociais noséculo XIX. Vê-se tudo o que essa perspectiva pode trazer para o fantasma unitário do economismo que pretende integrar todos os papéis sociais na temática da utilidade."[21]

Com este estudo, enfim, buscou-se elaborar uma compreensão do alcance social do significado simbólico da estatuária cívico-celebrativa encontrada nos cemitérios, tendo por base a perspectiva teórica de Michel Maffesoli. Considerou-se que, assim como o poder se mostra ineficiente perante a potência da sociedade no mundo dos vivos, o mesmo se estabelece no mundo dos mortos, pois este pode ser interpretado como uma representação simbólica daquele. As sepulturas examinadas contêm as pretensões de imposição da ordem e do controle, identificadas em seus adereços. Estes, por sua vez, não se mostram eficazes na proposta de difusão do ideário político, tendo em vista que esbarram no pluralismo do dado social, algo que, nos cemitérios, evidencia-se nas formas individualizadas, múltiplas, de se lidar com a morte, em detrimento do comportamento único e padronizado. Assim, diante do conteúdo singular e totalizante das esculturas, impõe-se a interpretação múltipla e difusa da sociedade, o que fragiliza a concepção moderna das grandes "formas" que moldam o corpo social. A pulsão da potência, então, permearia os dois mundos, dos vivos e dos mortos.

---

chamar de 'mito do Grande Inquisitor', dá-se regularmente nas diversas sociedades humanas. Ela representa o empenho de unidade, isto é, de perdurância ante o processo arcaico de dissolução, de desagregação sempre presente nas estruturações sociais." *Ibid.,* p. 260.

[21] *Ibid.,* p. 270.

Referências bibliográficas:

BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária em Porto Alegre. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Rio Grande do Sul: aspectos da cultura.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994,

DOBERSTEIN, Arnoldo. **Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: SMC, 1992.

MAFFESOLI, Michel. **A Violência Totalitária: ensaio de antropologia política.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999,

TÍTULOS DE ARRENDAMENTOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, livro 26, nº 49 A.

TÍTULOS DE ARRENDAMENTOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, livro nº 8.

Cemitério Cristão-Islâmico do Chuí

Regina Zimmermann Guilherme Pereira[1]

Há muito tempo os cemitérios vêm sendo utilizados, pelos os historiadores, como fontes para suas pesquisas. A partir da observação dos túmulos, dos monumentos e epitáfios obtemos informações valiosas, através das quais podemos responder questões a respeito dos costumes e da vida cotidiana de indivíduos ou, até mesmo, de sociedades. Além disso, muitos outros aspectos podem ser estudados a partir da análise dos cemitérios, por serem um reflexo da condição social das famílias e dos grupos sociais, como bem define Harry Bellomo:

> *"Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes sociais."* [2]

No presente trabalho, analisaremos os cemitérios existentes na fronteira sul do Brasil, divisa com o Uruguai. Procuraremos evidenciar elementos presentes no cemitério do município uruguaio chamado Chuí que possibilitarão conhecermos melhor o tipo de povoamento que se deu na fronteira sul entre Brasil e Uruguai. Esta rápida análise consiste, também, em fonte para futuros estudos:

> *"... a análise permite conhecer múltiplos aspectos da comunidade constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico."* [3]

Por entendermos que o objeto de estudo não pode ser analisado fora de seu contexto, discorreremos em uma rápida descrição do local em questão. Trata-se, aqui, da fronteira sul do Rio Grande do Sul onde está localizado o município do Chuí. Chamamos esta fronteira de "fronteira seca" por ter como linha divisória um canteiro central que separa duas avenidas, ao contrário da maior parte das fronteiras territoriais que são demarcadas por rios. No lado brasileiro está a Avenida Uruguai e no lado uruguaio está a Avenida Brasil. Cada uma delas pertence a um dos dois municípios chamados Chuí, um brasileiro e outro uruguaio.

A ocupação européia desta região começou no século XVIII com uma Estância Real que visava abastecer, de carne e montaria, a guarnição de São Miguel e a guarda do Chuí que tinha como principais funções: a cobrança de pedágio das tropas de gado e prender os desertores.

Nos dois municípios existe, hoje, uma presença marcante de descendentes de árabes. E através dos cemitérios podemos observar que nesta região há um comportamento diferenciado, tanto dos cristãos quanto dos

---

[1] Acadêmica do curso de graduação em História pela PUCRS. E-mail: natureg@ig.com.br

[2] BELLOMO, Harry Rodrigues. *A Arte Funerária. In: Cemitérios do rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.* Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 15.

[3] BELLOMO, op. cit., p. 15.

islâmicos, em relação à tolerância religiosa. Segundo Harry Rodrigues Bellomo, se levarmos em conta que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade, a análise das inscrições, fotos, datas, títulos, dados pessoais ou profissionais, nos leva a conhecer a atuação das várias gerações e do processo histórico local. [4]

No Chuí brasileiro existem dois cemitérios, o cristão (figura 01) e o islâmico (fig. 02), que estão lado a lado. Os dois cemitérios deste lado seguem as suas tradições, enquanto o cemitério cristão é aberto ao público, o islâmico permanece fechado, sendo acessível somente aos membros da comunidade islâmica, além de não possuir lápides, monumentos ou edificações. Nota-se que esta comunidade preserva o uso de seus ritos tradicionais.

> *"El Islam, qué duda cabe, concede especial importância a los rituales, pues tienem una gran influencia en la vida interior del individuo y de la comunidad."* [5]

No Chuí uruguaio encontramos uma novidade. Ali, existe apenas um cemitério que abriga tanto cristãos como muçulmanos. É possível perceber neste cemitério, túmulos cristãos (fig. 03) ao lado de túmulos muçulmanos (fig. 04). Isto pode ser facilmente percebido, pois os elementos normalmente constantes nos túmulos cristãos, como a cruz e os vitrais com motivos religiosos não estão presentes nos túmulos islâmicos. Por outro lado, os túmulos islâmicos possuem elementos diferenciadores como as cúpulas árabes.

Acreditamos que esta ocorrência indique uma tolerância religiosa resultante de uma longa convivência de indivíduos das duas vertentes religiosas, em uma comunidade tão pequena. Mas, é possível apontar, também, outra hipótese explicativa para esta união cristão-islâmica: a de sincretismo religioso que é comum em nossos tempos. Esta ocorrência entre os muçulmanos é tratada por Adailton Altoé.

> *"Segundo Carlos R. Brandão (2002), diante do contexto de pluralismo cultural e religioso, típicos da modernidade e pós-modernidade, as pessoas seguem variados caminhos de opções e vivências (...)*
>
> *Convertem-se de uma religião para a outra, tendo uma religião de origem e outra de opção (...) Criam sistemas próprios de adesão à fé e a crença religiosa mesclando por sua conta elementos de várias ou pelo menos de algumas religiões (...) Preferem crer no valor e no sentido da religião em si e do modo geral, abstendo-se de acreditar e ou aderir a uma religião, aderindo mais a uma espiritualidade do que a uma religião (...) aderem a uma visão científica da vida e do mundo ou a uma ideologia entre muitas, vivendo isso também como um*

---

[4] BELLOMO, Harry Rodrigues. *A Arte Funerária. In: Cemitérios do rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.* Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 16.

[5] SAFI, A Mahu. *Ensayo Sobre Algunos Conceptos Islâmicos.* Madrid: Centro Islâmico em Espana, 1991. p. 42.

> *tipo de crença de orientação da vida e de um modo peculiar de espiritualidade. (Brandão, 2002: 82-82)* [6]

Adailton Altoé explica o sincretismo religioso, que vem sofrendo o islamismo, como sendo resultado dos efeitos da modernidade e da pós-modernidade. Neste sentido, observamos que no início do século XX as representações da arte antiga se tornaram constantes nos túmulos da América Latina.

> *"... 1920-40 época em que ocorreu um surto provocado pela moda de usar modelos inspirados na arte antiga, ocasionado pelas descobertas arqueológicas, feitas principalmente pelo Egito, Grécia e Roma, junto com a influência deixada pelo período da arte neoclássica."* [7]

A explicação para este fato está, talvez, nas palavras de Arnold Hauser quando fala do meio-termo que o homem, a partir da modernidade, procura realizar entre progresso e tradição. [8]

No caso estudado temos alguns indícios que podem contribuir para reforçar a hipótese explicativa defendida acima. Encontramos mausoléus com formas piramidais (fig. 05 e fig. 06), e outros (fig. 07) com estilo modernista à semelhança da arquitetura de Brasília. Os túmulos com formas de pirâmides estilizadas podem significar uma solução mais econômica para representar a arte antiga em uma comunidade que não possua um escultor. Esta hipótese vem sendo trabalhada por Thiago Araújo.

> *"... estilização de uma pirâmide. Essa tendência é comum nos cemitérios localizados no interior das grandes cidades, pois muitas vezes, não tendo tanto técnicas como condições financeiras de construir um suntuoso túmulo, encontra-se uma maneira de representas os elementos as arte antiga..."* [9]

Os dados a respeito deste cemitério ainda são limitados e muito ainda há a ser pesquisado, porém não temos a pretensão de apresentar a verdade, mas ao contrário queremos mostrar que este assunto permite uma infinita gama de possibilidades de pesquisa. Apresentamos aqui um caminho que poderá ser trilhado pelos historiados e acadêmicos, entretanto, muitos outros caminhos ainda poderão ser trilhados no intuito de responder as mais diversas questões que podem ser levantadas em torno deste assunto.

---

[6] ALTOÉ, Adailton. *O Islã e os Muçulmanos.* Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66.

[7] ARAUJO, Thiago Nicolau de. *Arte Cemiterial: Uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios do Rio Grande do Sul (1920-1940)* In: In: Cemitérios do rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 266.

[8] HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[9] ARAUJO, Thiago Nicolau de. *Arte Cemiterial: Uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios do Rio Grande do Sul (1920-1940)* In: In: Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 272.

Figura 01 – Cemitério cristão no Chuí brasileiro.

Figura 02 – Cemitério Islâmico no Chuí brasileiro.

Figura 03 – Túmulo Cristão no cemitério do Chuí uruguaio

Figura 04 – Túmulo islâmico ao lado de túmulos cristãos no Cemitério do Chuí uruguaio.

Figuras 05 e 06 – Túmulos com formas pirâmides estilizadas no cemitério do Chuí uruguaio.

Figura 07 – Túmulo com arquitetura modernista no cemitério do Chuí uruguaio.

BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, Adailton. *O Islã e os Muçulmanos.* Petrópolis: Vozes, 2003.

ARAUJO, Thiago Nicolau de. *Arte Cemiterial: Uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios do Rio Grande do Sul (1920-1940)* In: In: Cemitérios do rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *A Arte Funerária.* In: Cemitérios do rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia. Org. Harry Rodrigues Bellomo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FLORES, Moacir. *História do rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ediplat, 2003.

GONÇALVES, José Júlio. *O mundo Arabo-Islâmico e o Ultramar Português.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 2ª ed. 1962.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SAFI, A Mahu. *Ensayo Sobre Algunos Conceptos Islâmicos.* Madrid: Centro Islâmico em Espana, 1991.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELOS CEMITÉRIOS E A EFETIVIDADE DAS NORMAS LEGAIS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dahyana Siman Carvalho da Costa*
Roberta Moreira de Souza**

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os prováveis impactos ambientais causados pelos cemitérios, especialmente na cidade de Araraquara – SP. Neste viés, primeiramente realizamos uma pesquisa bibliográfica em outros estudos que se preocuparam com esta temática e sinalizamos alguns aspectos relevantes para a construção desta pesquisa. Também, nos preocupamos em realizar um breve levantamento histórico sobre a temática cemiterial por meio de pesquisa bibliográfica e de campo com entrevistas de moradores antigos da cidade de Araraquara objetivando relatar a realidade da população local e sua relação com os cemitérios. Assim, a legislação referente aos cemitérios foram analisada e as questões que acreditamos serem as mais relevantes foram discutidas e questionamos a efetividade das normas legais, por fim, sugerimos então a educação ambiental enquanto alternativa para conscientizar a população, prevenir os impactos ambientais e imprimir efetividade as normas legais.

* Graduada em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), especialista em direito da empresa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Contato: dahyanasiman@yahoo.com.br
** Graduada em Turismo pelo Centro Universitário SENAC, mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) e pesquisadora da Temática Cemiterial. Contato: romosouza@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A temática cemiterial nos últimos anos, tem sido objeto de pesquisa, de publicações e de eventos. Todavia, os estudos que levam em conta a relação cemitério – meio ambiente ainda são incipientes, acreditamos que, por mero preconceito.

Este artigo foi desenvolvido a partir da percepção a respeito da necessidade de se estabelecer e ampliar discussões sobre a instalação de cemitérios no meio urbano e os seus impactos ambientais e sociais em Araraquara - SP. Os cemitérios, até então, pouco estudados e discutidos, segundo Reis Sobrinho (2002) podem causar danos ao meio ambiente, em particular às águas subterrâneas, pela ação de microorganismos patógenos, resultantes de decomposição de cadáveres.

Acreditando que haja interação entre cemitério e meio ambiente urbano, porque ambos fazem parte de nossa realidade, é que justificamos a pesquisa sobre os cemitérios localizados em Araraquara.

A localização dos cemitérios ocorre, historicamente, em áreas afastadas dos centros urbanos. Nas médias e grandes cidades, devido ao intenso e desordenado processo de urbanização, é comum encontrarmos, cemitérios integrados à malha urbana, até mesmo em suas áreas centrais, como é o caso do Cemitério Municipal São Bento em Araraquara.

A presença de cemitérios nas imediações ou interior das cidades pode gerar impactos psicológicos e físicos. Os impactos psicológicos, segundo Reis Sobrinho (2002) podem se resumir no medo da morte e outras supertições que afastam as pessoas de quererem residir em locais próximos a esses, como exemplo centro da cidade que circunda o cemitério citado acima. Como forma de evitar os impactos psicológicos é que se verifica, que mais recentemente, a construção de cemitérios parques, em extensas áreas verdes, afastados dos centros urbanos com objetivo de transmitir paz e tranqüilidade ao local e conseqüentemente, melhorar a aceitabilidade da convivência com a proximidade urbana, como exemplo na cidade de Araraquara podemos citar o Cemitério Parque dos Lírios, cuja proposta segundo a administradora é a igualdade e harmonia de todas as pessoas com a natureza.

Neste sentido, objetivamos por meio desta pesquisa demonstrar a importância de adequar as instalações dos cemitérios à legislação ambiental pertinente, levantar a hipótese de que um programa de Educação Ambiental pode colaborar e muito na conscientização dos vizinhos e de toda a população direta ou indiretamente afetada pelos impactos ambientais causados pelos cemitérios e consequentemente viabilizar a efetividade da norma legal.

A metodologia empregada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica e de campo por meio de entrevistas com órgãos municipais pertinentes e com moradores tradicionais de Araraquara.

BREVE HISTÓRICO

A palavra cemitério (do grego koumetérion, de kmão, eu durmo), designava, a princípio, o lugar onde se dorme, quarto, dormitório. Foi sob a influência do cristianismo que o termo tomou o sentido de "campo de descanso após a morte". Tem como sinônimos; necrópole, carneiro, sepulcrário, campo santo, "cidade dos pés juntos" e "última moradia".

Segundo Soares (2003) só se pode falar realmente em cemitérios a partir da Idade Média, quando se enterravam os mortos nas igrejas paróquias, abadiais, mosterios, conventos, colégios, seminários e hospitais. Contudo, foi somente a partir do século XVIII, que a palavra começou a ter o sentido atual, quando por razões sanitárias, os sepultamentos passaram a ser feitos ao ar livre, em cemitérios campais localizados o mais longe possível das áreas urbanas.

No Brasil, ainda segundo Souza e Oliveira (2004) esta forma de sepultamento só tornou-se habitual entre as famílias mais abastadas a partir do decreto assinado por D. Pedro II e de medidas sanitárias primeiramente, na cidade do Rio de Janeiro com a inauguração do Cemitério São João Batista e em São Paulo do Cemitério da Consolação. Araraquara curiosamente foi a primeira cidade do interior paulista que atendeu à essas medidas sanitaristas e construiu seu primeiro cemitério localizado na Praça Pedro de Toledo, que foi posteriormente removido e instalado no local onde hoje se encontra o Cemitério São Bento.

Em geral, os sepultamentos de cadáveres humanos em cemitérios são feitos por inumação[1], e por entumulação. Conseqüentemente, as necrópoles são laboratórios de decomposição de matéria orgânica, representando um risco potencial para o ambiente e saúde pública. Por isso, é inquestionável a necessidade de maiores preocupações com a localização e operação deste tipo de construção.

A partir da Proclamação da República, quando feita uma separação entre o poder civil e o poder religioso (Igreja Católica Apostólica Romana), a disposição dos cadáveres passou a ser basicamente um problema que deve ser gerenciado pelas prefeituras, mas respeitando-se ações isoladas de grupos religiosos (católicos, evangélicos, judeus) e de grupos particulares.

Se levarmos em consideração o uso de áreas para a implantação dos cemitérios, verificamos que sempre houve uma preocupação em afastar sua localização do centro urbano. Contudo, com o crescer da cidade os cemitérios deixam de fazer parte da periferia e passam a ser incorporados ao centro urbano. Na cidade de Araraquara isso ocorreu no Cemitério Municipal primeiramente localizado na Praça Pedro de Toledo e posteriormente transferido para o local onde se encontra hoje, era uma área considerada inóspita, afastada do centro urbano mas, que atualmente localiza-se no centro da cidade.

Mais tarde, segundo Sr. Oswaldo Zaniolo[2] com a febre amarela que invadiu a cidade de Araraquara foi preciso procurar um local muito afastado da cidade para que esses corpos pudessem ser enterrados, o local escolhido foi ao lado de onde hoje se encontra o Cemitério

---

[1] *Inumação: [do latim inhumare] – Ato de inumar, sepultamento, enterro. É a colocação de cadáver em sepultura ou jazigo.*
[2] *Morador antigo de família tradicional da Cidade de Araraquara*

dos Britos. Os corpos nestes cemitérios eram enterrados em valas comuns e muitas vezes, como indigentes.

Araraquara possui cinco cemitérios sendo três Municipais – Cemitério São Bento, Cemitério dos Britos e Cemitério das Cruzes – e dois particulares – Cemitério Parque dos Lírios e Cemitério da Ressurreição.

Atualmente, exige-se que a área dos cemitérios devem ser calculadas para conter os locais das sepulturas e os eventuais ossários, sistema de circulação interna, jardins, salas de velórios com sanitários, unidades de apoio, administração e sala para cultos religiosos.

Numa perspectiva contemporânea, o modelo de cemitério-jardim ou parque foi significamente incorporada em várias cidades, pela sua própria concepção arquitetônica, tem um espaço livre, de ampla vegetação de copa e espécies rasteiras, com um enorme jardim, contendo as mais diversas espécies de flores silvestres. Água encanada, acesso fácil a qualquer ponto, bancos ao ar livre, iluminação, floriculturas, lanchonetes, banheiros modernos, salas de atendimento, capelas mortuárias com salas de repouso, entre outros. Em Araraquara encontramos o Cemitério Parque dos Lírios com essa concepção.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme o já colocado por Reis Sobrinho (2002) o impacto físico mais significativo dos cemitérios é o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas, por microorganismos que se proliferam no decorrer da decomposição dos corpos. Neste contexto, devemos nos preocupar e muito com a sociedade local visto que a cidade de Araraquara está quase que totalmente localizada sobre o Aqüífero Guarani[3] e possui em seus limites duas áreas de recarga.

Quase sempre, a implantação de cemitérios é feita em terrenos de baixo valor imobiliário ou com condições de relevo inadequadas para outro tipo de uso, levando em conta o fator geológico e hidrogeológico. Assim sendo, poderão ocorrer impactos ambientais primários e secundários e fenômenos biológicos que modificarão ou impedirão os processos de decomposição e transformação dos cadáveres.

Assim os impactos ambientais tem lugar, inicialmente, com a formação de maus cheiros na área dos cemitérios, provocados pela emanação dos gazes funerários, como conseqüência da má confecção das sepulturas por inumação, isto é, profundidade de enterramento insuficiente e cobertura de terra inadequada, quanto à altura e tipo de solo. Nos jazigos também podem ocorrer odores, quando nestas construções aparecem fendas.

---

[3] *Aqüífero Guarani: O Aqüífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul, ocupa uma área de 1,2 milhões de Km², estendendo-se pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.*

Uma nova forma de sepultamento, como já mencionado, tem sido alvo de investimentos da iniciativa privada, os chamados cemitérios-jardim ou cemitérios parque que foram criados para guardar os mortos e para bem receber e servir aos vivos, podendo estes, dignamente, visitar e homenagear seus entes queridos que já partiram. Toda a infra-estrutura é montada para criar um ambiente de paz e serenidade, onde a beleza da natureza é um fator predominante. Todavia no que se refere a riscos de contaminação estes cemitérios não se diferenciam dos cemitérios horizontais.

Por outro lado, os cemitérios, segundo Reis Sobrinho (2002) são fontes causadoras de outros impactos ambientais quando sua localização é irregular, ou seja, situada perto de mananciais. A proliferação dos microorganismos dos corpos em decomposição se dá através do solo, contaminando o lençol freático que, posteriormente, contaminará o homem. Se o cemitério estiver localizado próximo a um córrego ou a um reservatório, as bactérias e os fungos contidos no necro-chorume (líquido que sai dos corpos em decomposição) contaminam o solo que contamina a água. Já a transmissão da bactéria no ser humano acontece quando a pessoa bebe e/ou come alimentos lavados ou cultivados com a água contaminada. Dentre as doenças transmitidas estão o cólera e a hepatite.

Os cemitérios, segundo Barbosa (2003) devem ser alvos de fiscalização ambiental porque no processo de decomposição os corpos liberam um líquido chamado necrochorume que pode contaminar s lençóis freáticos, especialmente pela má conservação dos túmulos e a localização dos cemitérios.

Esse líquido viscoso, segundo Boljvar (2001), com coloração acinzentada, composto por 60 % de água, 30% de sais minerais e 10% de substâncias orgânicas muito tóxicas, como a putresina e a cadaverina, além de poderem atingir as águas subterrâneas de pequenas profundidades, bem como vazar para a superfície, representa um meio ideal para a proliferação de doenças como a poliomielite e hepatite.

Fatores como o tipo de solo, quantidade de chuvas, colocação do caixão diretamente na terra e profundidade das águas subterrâneas, combinados à falta de higiene, fazem dos cemitérios depósitos de microorganismos nocivos ao ser humano.

Ainda segundo Boljvar (2001) no que diz respeito aos riscos de contaminação, os cemitérios verticais têm uma vantagem, o necrochorume não entra em contato com o solo, pois é depositado em gavetas e depois se evapora, já os cemitérios parques não diferem dos cemitérios horizontais mais tradicionais,ou seja, também podem polui os lençóis freáticos.

Assim, a problemática da instalação de cemitérios em meio urbano, segundo Reis Sobrinho (2002) tem que levar em consideração o risco de contaminação microbiológica. A construção de cemitérios em meio urbano deve levar em conta basicamente três fatores: a profundidade do nível de d'água, a capacidade do solo de reter microorganismos e a topografia, quanto mais superficial for o nível do lençol freático, maior será o risco de contaminação. Este fator é especialmente importante em regiões baixas, tais como várzeas, onde os níveis de água são geralmente rasos.

Em relação ao mecanismo de retenção de microorganismo pelo solo, os processos mais importantes são a filtração mecânica, a aeração e absorção. De uma maneira geral, numerosos estudos tem mostrado que o solo é extremamente atuante na retenção ou inativação de microorganismos patogênicos.

Por meio apenas do processo de filtração mecânica e da presença de um ambiente em geral hostil, para Pacheco (2005) um grande número de organismos são retidos. Os resultados mostram que esta retenção ocorre em distâncias relativamente curtas, muitas vezes em menos de 3,0 m. Por outro lado, esta retenção rápida ocorre na zona não saturada, porém, ao atingirem a zona saturada, os microorganismos encontram condições mais favoráveis de mobilização e também de sobrevida.

Com relação à topografia, as áreas com declividade acentuada causam graves problemas. Nas épocas de chuva, devido à intensa erosão, ocorre o arraste de material terrígeo, expondo as sepulturas à superfície do terreno.

A partir do exposto podemos sem dúvida afirmar que a implantação de cemitérios e a operação dos mesmos devem merecer cuidados especiais por parte das autoridades ambientais, do serviço de saúde e dos administradores municipais, como modo de preservar o meio ambiente e a saúde das populações. Nesse sentido procuraremos agora analisar as regras exigíveis para que os cemitérios não criem impactos ambientais.

ASPECTOS LEGAIS

Verifica-se uma deficiência legislativa no que tange a regulamentação, implantação e operação de necrópoles no Brasil e tal fato tem contribuído para que os cemitérios sejam instalados em áreas diversas, e geralmente inadequadas, sem a necessária realização prévia de estudos ambientais.

Apesar de a Lei nº. 6938/81 conhecida como Lei de Política Nacional do Meio Ambiente que objetiva preservar os recursos naturais, especialmente os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como a Constituição Federal de 1988 que elevou a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a um direito fundamental das gerações presentes e futuras.

Os cemitérios envolvem uma problemática intrinsecamente vinculada à saúde pública e à qualidade ambiental, dado o comprometimento potencial a que estão sujeitos os solos e as águas. Neste contexto é que acreditamos serem necessárias normas técnicas para a implantação dos cemitérios.

No âmbito Federal, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA (2003), em resposta a necessidade de regulamentação dos aspectos essenciais relativos ao processo de licenciamento ambiental dos cemitérios, editou recentemente a Resolução nº. 335, de 3 de abril de 2003, alterada posteriormente pela Resolução nº. 368, de 28 de março de 2006, exigindo que os cemitérios horizontais e verticais sejam submetidos ao processo de licenciamento ambiental com a devida caracterização da área na qual será instalado o

empreendimento, mapeamento da cobertura vegetal e dos lençóis freáticos, caracterização do terreno e do subsolo, bem como o estudo da fauna e da flora.

Em geral, proibiu a instalação de cemitérios em áreas de Preservação Permanente ou nas que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária e secundária, bem como em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, semidouros ou rios subterrâneos e em áreas de manancial para abastecimento humano.

Segundo a Resolução 335/03 do CONAMA (2003), os corpos sepultados poderão estar envoltos por mantas ou urnas constituídas de materiais biodegradáveis, não devendo ser empregando plásticos, tintas, vernizes, materiais pesados ou qualquer outro tipo de material nocivo ao meio ambiente, ficando vedado o emprego de material impermeável que impeça a troca gasosa. Os resíduos sólidos resultantes da exumação deverão ter destinação ambiental e sanitariamente adequada.

No que diz respeito aos cemitérios horizontais o CONAMA (2003) determina que, o nível inferior das sepulturas deverá estar a uma distância de pelo menos um metro e meio acima do mais alto nível do lençol freático e será necessário adotar técnicas que permitam a troca gasosa, proporcionando condições adequadas à decomposição dos corpos. No caso dos cemitérios verticais, os lócus devem ser constituídos por materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores, e por outro lado, devem usar de dispositivos que permitam as trocas gasosas necessárias para a decomposição dos corpos de forma adequada, e ainda, que utilizem acessórios ou características que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coliquação,

No caso de encerramento das atividades, o empreendedor também deverá, previamente, requerer a licença juntamente com o Plano de Encerramento da Atividade, incluindo medidas de recuperação da área atingida e indenização de possíveis vítimas e a área deverá ser utilizada, prioritariamente, para parque público ou pra empreendimentos de utilidade pública ou interesse social.

Os cemitérios já existentes e licenciados, na data da publicação da Resolução n.º 335/03, mas que estavam em desacordo com as exigências nela contida, tiveram, com a alteração da Resolução n.º 368/06, o prazo de dois anos para se adequarem.

Assim, todos os cemitérios, novos ou antigos, devem estar em acordo com a resolução do CONAMA (2003) e o descumprimento das disposições constantes nesta resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 9605/98, sem prejuízo do dever de reparar os danos ambientais causados, bem como a mitigação dos riscos, desocupação, isolamento e/ou recuperação da área do empreendimento.

No âmbito Municipal, a Lei orgânica do município de Araraquara de 5 de abril de 1990 dispõe que compete ao município, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, dentre outros, os serviços de cemitérios e funerários. No Código de Posturas do município, Lei complementar nº. 18 de 22 de dezembro de 1997, em seus artigos 164 e seguintes o legislador dedicou todo um capítulo aos cemitérios, sistemática e minuciosamente, regulamentou todas as atividades de administração e organização dos

cemitérios, bem como as concessões de uso e as diretrizes para o sepultamento. Entretanto, não verificamos qualquer tipo de preocupação com as questões ambientais e de saúde pública que envolve esta atividade, logo, não há nenhuma fiscalização nesse sentido, no âmbito municipal.

Na visitação *in* loco, bem como, nas entrevistas com os vizinhos, das áreas circundantes, com pesquisadores de cemitérios da região e com os responsáveis da divisão de posturas da prefeitura municipal, percebemos que não há a devida fiscalização das atividades, e conseqüentemente, não há cumprimento da norma. Logo, apesar do grande avanço introduzido pela Resolução do CONAMA (2003) no que tange ao gerenciamento dos passivos ambientais dos cemitérios, na prática, muito pouco se alterou.

Assim, parece-nos que há uma ineficácia técnica da norma em função da inércia do órgão sancionador e também uma ineficácia social em função da falta de conhecimento da população local quanto aos impactos ambientais e problemas de saúde que os cemitérios podem acarretar.

Torna-se urgente a efetividade desta norma por meio de fiscalização e aplicação de sanções aos seus infratores, bem como, por meio de programas de educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema "Cemitério e Meio Ambiente" impõe um acompanhamento contínuo do poder público e processos de auto-monitoramento dos empreendedores e comunidade. Por sua vez, os Cemitérios de Araraquara possuem um saldo ambiental negativo de modo que aplicações deverão ser feitas, com base na Lei Ambiental e em novas tecnologias, mitigando possíveis desequilíbrios da atividade ambiental.

Acreditamos que a educação ambiental é um instrumento útil e necessário para a conscientização da população quanto aos impactos ambientais que os cemitérios podem causar, principalmente, aos visitantes, funcionários e a comunidade do seu entorno.

A ênfase nos processos educativos formais e não formais mostra uma nova perspectiva: uso de metodologias participativas e interdisciplinares; geração de conhecimento transdisciplinar, sendo capaz de oferecer soluções para problemas do meio ambiente; visão sistêmica e ampla do meio natural, incluindo o social, político, cultural e econômico. Abandonando o ponto de vista antropocêntrico, valorizando diversos tipos de conhecimentos e respeitando os valores, comportamentos e atitudes.

Um programa de Educação Ambiental, que deve estar ligado a problematização do chamado desenvolvimento sustentável, deve ser implementado, como forma de levar até a população os problemas que envolvem a atividade, as precauções que devem ser tomadas e as soluções mais viáveis.

Esta conscientização da população que de alguma forma esta envolvida com a atividade é importante até mesmo para que cobre dos órgãos públicos o cumprimento das

normas ambientais em vigor, principalmente porque, apesar de todo cemitério ser um risco potencial para o meio ambiente e saúde da população, só se torna um risco efetivo quando não estão implementados adequadamente.

Enfim, é preciso construir a noção de que preocupação ambiental onde a preservação pode ser implantada em cemitérios, possibilitando que mesmo após o fechamento dos olhos consigamos colaborar com a proteção da natureza e o meio ambiente, para que futuras gerações orgulhem-se de seus antepassados.

Outra proposta para a adequação que leva em consideração além dos impactos ambientais a preservação do Patrimônio Histórico é o proposto por Rezende (2004) que não altera a forma dos cemitérios, mas muda-se o uso, o chamado cemitério-museu que já é encontrado em algumas cidades como forma de "... preservar a representação da burguesia e manter um espaço de representações por muito tempo dentro da cidade." (REZENDE, 2004, p. 186).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Claudia e COELHO, Hamilton. **Impactos Ambientais dos Cemitérios Horizontais e sua relação com o controle sanitário nas áreas urbanas.** Rio de Janeiro – RJ, 2003. Disponível em www.biosegurancahospitalar.com.br. Acesso em 20/04/2006

BOLJVAR, A. Matos. **Avaliação da ocorrência e do transporte de microorganismos no aqüífero freático do Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, Município de São Paulo.** Tese de doutorado apresentada à o Instituto de Geociências, USP, São Paulo, 2001.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Implantação e Operação de Cemitérios: procedimentos.** São Paulo: CETESB, 6 p. 1999.

LEMOS, Alberto. **História de Araraquara**. Edição do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria e Prefeitura Municipal de Araraquara.

MIOTTO, S.L. **Aspectos geológico-geotécnicos da determinação da adequabilidade de áreas para a implantação de cemitérios.** Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 1990.

NASCIMENTO, Esmeralda, TRABULO, Márcia. **Cemitérios: Ordenamentos e questões jurídicas**. Almedina: Porto, 2000.

PACHECO, Alberto. **Como os cemitérios podem contaminar as águas subterrâneas.** São Paulo: pesquisa realizada com apoio da FAPESP, 2002.

PACHECO, A. e SARAIVA, F. A. **Normas a que deve obedecer a escolha de terrenos para a instalação de cemitérios públicos em Portugal**. In Revista Tecnologias e Ambiente. Lisboa (Portugal). Maio, junho, 2005, ano 12, n.65, p.12-14.

REIS SOBRINHO, Bráulio Miranda dos. **Cemitério e Meio Ambiente**. Monografia apresentada à Universidade Católica de Salvador – BA, 2002.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **O Céu Aberto na Terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana**. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo, 2004.

SOARES, Adriana Nakanishi. **A Última Morada - Um Muséu a Céu Aberto.** TCC, Senac, 2003.

SOUZA, José Maria Viana de. **A ideologia da cidade-modelo.** São Carlos-SP: Editora Compacta, 2003.

_____. **Araraquara: 212 anos de história**. São Carlos-SP: Editora Compacta, 2003.

SOUZA, Roberta Moreira de, OLIVEIRA, Soely A. **Necrópole: Cidade dos Mortos, Visita dos Vivos.** TCC, Senac, 2004.

WHITAKER, Dulce C. A. **Araraquara: histórias não reveladas**. São Paulo: Letras à Margem, 2004.

Cultura material funerária: Estudo arqueológico de Cemitérios da Região Rural de Uruguaiana do Inicio do Século XX.

MEDEIROS. Adriano Viégas[1], E-MAIL: adrianoviegasmedeiros@ibest.com.br

Palavras-chave: Arqueologia Funerária Histórica, Padrão de sepultamento, Campanha, Século XX.

Introdução:

Neste trabalho será apresentado o estudo sobre os cemitérios da região rural do município de Uruguaiana, todos os seguimentos deste trabalho, a elaboração, pesquisas de campo, análises e escrita, foram direcionados para a área de arqueologia histórica, tendo como orientador o professor mestre em arqueologia Flamarion Freire da Fontoura Gomes.

Esta pesquisa é um estudo de caso, designando subseqüentemente um modelo de curto alcance, organizando por fim uma análise composta por valores quantitativos e qualitativos, designando nomenclaturas distintas para os vários segmentos encontrados dentro do tema.

O trabalho visa a organização de um padrão de sepultamento tendo como referência temporal a primeira metade do século XX, ao longo do texto abordarei vários aspectos relevantes ao tema como a parte teórica e prática, por fim a conclusão final.

Referencial Teórico:

Os cemitérios surgem como necessidade, pelo fato de ocupação do território, em forma de núcleo habitacional e de trabalho, denominada estância, fazem parte desta ocupação e são sítios arqueológicos de estudos fundamentais.

A melhor forma de definirmos o que é sítio arqueológico é pelo seguinte conceito:

"Lugar onde se encontram restos de uma cultura passada ou extinta e que deixou um registro de ocupação humana, baseado em artefatos e estruturas analisadas". In Funari (RIBEIRO, 1977, p. 57).

A arqueologia segundo Ribeiro tem mostrado através de suas pesquisas que cada vez mais é possível produzir ciência através de estudos de cultura material, é relevante ao estudo tanto na área pré-histórica como histórica ter o material deixado por uma civilização passada seja ela extinta ou não.

A estas evidências chamamos sítios arqueológicos, estes são de grande valia para o arqueólogo, nos valemos de tais registros para analisar, confrontar idéias e organizar explicações que servem como provas de um viver passado.

Fagundes aponta que as formações das estâncias do Rio Grandes do Sul são registros perfeitos de como se viviam no século passado.

Tendo em vista que a ocupação se deu por interesse de conquistar território, estabelecendo as sesmarias na região oeste do estado onde hoje se encontra o município de Uruguaiana.

> As estâncias tiveram um papel de importância na organização deste território, o ato de permanecer, se fixar, foi o primeiro ato de povoação.

[1] Graduado em História Pela PUCRS- Câmpus II Uruguaiana.

> Deste motivo de permanecer e trabalhar com o gado, os donos ou "sesmeiros" tiveram que montar uma estrutura para poder ter todo o apoio logístico, e assim estâncias se tornaram núcleos auto-sustentáveis. (FAGUNDES, 1997, p. 30).

Estes ambientes formados dentro destas estâncias eram utilizados em sua totalidade, dentre eles os cemitérios, que é objetivo de estudo deste trabalho.

A partir deste momento passo a descrever como outros autores apontam à concepção de criação destes espaços e os motivos variados de sepultamento encontrados.

Tendo em vista que cada população tem em mente uma visão de morte e como lidar com esta, por isto cabe descrever alguns estudos referentes ao tema.

> A criação de espaços designados como lugar sagrado em respeito aos que morreram não é uma questão recente [...] vários povos desde a era pré-histórica, passando por Egito, gregos e idade média até os dias atuais, desenvolveram seus próprios sistemas de lidar com este fato.(BELLOMO, 2000, p. 15).

Nas estâncias não foi diferente, tendo em vista que se fazia necessário designar tal lugar para enterrar os seus mortos.

Foi demarcado um território e que faz parte desta estrutura na qual ficou inserida na paisagem do campo, sendo respeitada e ainda vista como local de reflexão e respeito à lembrança dos que não estão mais em convívio com outros seres vivos.

> Podemos afirmar que os cemitérios são umas das fontes escritas e não-escritas mais ricas que o historiador, o sociólogo e o antropólogo têm ao seu dispor para conhecer uma região.(BELLOMO, 2000, p. 18).

Tal afirmação vem auxiliar no fato de que o estudo de cemitérios se valendo de meios arqueológicos e da cultura material, ou seja, tudo o que é encontrado dentro do sítio nos ajuda a formular as teses propostas.

A identificação por parte de círculos sociais também é evidenciada, uma destas organizações é a maçonaria encontrada também em túmulos na área rural.

São várias as formas de evidenciar que um maçom foi enterrado no cemitério, e isto se da pelos símbolos expostos nos túmulos.

> A maçonaria é uma ordem discreta formada por homens livres e que tem por finalidade o convivo e filantropia entre este grupo, [...] os maçons tem um ritual e forma de encarar a morte, [...] por este fato eles evidenciam em seus túmulos os símbolos, deixando para a posterioridade o destacamento daquele que ali se encontra e o merecido respeito de outros irmãos que vierem a se deparar com tais túmulos.
>
> As figuras mais comuns em mausoléus são: os dois pilares representando o pórtico de entrada das lojas [...], a letra G da concepção do criador chamado de Geomedra, também conhecido como o grande arquiteto do Universo, [...] o compasso e o esquadro, o olho e a pirâmide entre outros. In Bellomo (DULLIUS; PERETTI, 2000, p. 224 e 238).

Neste estudo ressalto as referências analisadas por outros pesquisadores em seus trabalhos publicados.

Fica a pergunta quanto aos cemitérios de campanha, não foi descrito, pois não foi encontrada bibliografia referente ao tema, principalmente na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Cultura Material funerária:

Após a pesquisa bibliográfica e teórica, foi iniciado o trabalho de pesquisa de campo.

Após o levantamento cartográfico foi feito um roteiro de saída de campo com o intuito de desenvolver um perfil cronológico na ocupação deste território da Fronteira Oeste.

Não foi possível trabalhar com documentos históricos porque os registros e documentos não foram encontrados, foi recorrido o cartório de imóveis e nos foi comentado que não existia em sua posse um arquivo tão antigo que pudesse nos ajudar na organização da pesquisa, utilizamos somente a cultura material encontrada e não nos baseamos na documentação histórica.

Dentro da arqueologia podemos nos ater somente aos vestígios de ocupação dispostos na área de pesquisa.

Estes servem como documento de fonte primária, posterior a análise destes sítios os documentos serviram para auxiliar no resgate histórico desta sociedade que podemos evidenciar com o material arqueológico.

Não sendo possível o uso de registros de fonte histórica e documentacional, partimos para uma seqüência na formulação da rota a ser seguida no andamento das prospecções, tomamos por base o sentido norte sul do município.

Partindo da região norte iniciamos pelo distrito de João Arregui na divisa com o município de Itaqui.

Posterior foi feita a prospecção na localidade do Ipané a leste do município, formando divisa com o município de Alegrete.

Nos valemos para a localização dos sítios as fontes orais.

Após a pesquisa de campo, todos os sítios foram registrados de forma cartográfica e para cada sítio foi feito um registro em forma de ficha de análise com todas as informações retiradas do local pesquisado.

Estas informações foram registradas com a finalidade de auxiliar na formação do padrão proposto, cada quesito registrado foi posterior confrontado com os anotados nos outros sítios.

Os termos técnicos são de cunho arqueológico, isto porque o segmento de pesquisa é nesta área, o auxilio do Nupa (Núcleo de Pesquisas Arqueológicas) da PUC câmpus II – Uruguaiana na pessoa do professor Flamarion Gomes e da aluna Viviane Margareth Pouey Vidal foram constante durante a pesquisa.

Análise de Registros arqueológicos:

Após as pesquisas de campo, os registros foram analisados e separados por itens para podermos organizar um perfil de cada sítio, as análises individuais serviram como parâmetro para as estatísticas quantitativas e qualitativas.

Os sítios apresentam algumas particularidades, e algumas singularidades, a descrição será feita na mesma seqüência das prospecções, visando à ordem cronológica da pesquisa de campo.

Todos os itens analisados foram convertidos em forma de gráficos, o cruzamento destas análises possibilitou a formulação do padrão encontrado e que é o tema deste estudo.

Associado a interpretação das ficha utilizamos a leitura de conteúdo arqueológico e bibliográfico para corroborar nas interpretações para obtenção do padrão.

Contudo observamos que as definições evidenciadas são de cunho arqueológico, mas também perfazendo uma visão mais ampla e historiográfica já que o campo maior de pesquisa esta dentro da história.

Padrões analisados:

A totalidade de sepultamento indica que os sítios eram sim utilizados como núcleo familiar, não deixando margem para enterros de pessoas da localidade, o distrito de João Arregui apresenta dentro da vila um cemitério de uso coletivo e que esta em funcionamento.

A linha arquitetônica empregada, linha convexa, indica um segmento dentro de um determinado período cronológico, indicando que a seqüência deste é vista como linha de destaque dentro de uma determinada camada social.

> **Foi a preocupação do ser humano com o abrigo, sempre correlacionado ao meio ambiente, que motivou a regular o seu entorno, conforme as necessidades e demandas de seu tempo.**
>
> Este aspecto influenciará a materialização do acervo edificado, **determinando a escolha arquitetônica, forma e implantação.**[2]
>
> Desde tempos imemoriais a humanidade toma iniciativas isoladas para preservar bens que lhe eram importantes e que perpetuavam um legado para a posterioridade.
>
> Pode ter havido razões simbólicas, políticas, religiosas, econômicas ou estéticas.
>
> Porém, quaisquer que sejam as motivações, o acervo construído estabelece, ao longo do tempo, um elo e uma continuidade entre gerações. (ADAMS, 2002, p. 21).

O número de estruturas construídas e sepultamentos simples reforça a interpretação de que a divisão socioeconômica era feita também após a morte, a divisão de tamanhos também aponta uma maior influência de adultos masculinos sobre os sepultamentos de adultos femininos e crianças.

A religiosidade é apresentada como fator relevante às mulheres e aos homens cabe a distinção em forma de espaço, associado ao poder, e localização, não negando a religiosidade masculina e sim que se mantém em segundo plano dentro da ideologia do período.

As cruzes encontradas nos sítios reforçam de forma geral o clamor por uma religiosidade católica, os arranjos de flores, anjos e corações indicam um grande apego de forma consciente e inconsciente na figura de Deus, tentando a ascensão ao reino do céu.

Cabia ao homem expor a dominação e a mulher à subordinação mesmo após a morte, esta representada pela indicação de cunho político encontrado nas sepulturas.

As lápides indicam um poder econômico vigente, a ostentação do nome reforça o entendimento que ao sexo masculino o grau de poder estava intimamente ligado às ideologias políticas e econômica enquanto que ao sexo feminino estava a soberania do sobre nome da família perante os outros sepultados.

Todos os cemitérios são retangulares, colocados estrategicamente com a frente voltada para o norte, indicando assim conseqüentemente que as sedes das estâncias tinham a frente voltada para o sul.

Sendo assim os cemitérios foram construídos voltados para o norte com a finalidade de ficar de frente para a estância, e não por outros motivos aparentes.

A escolha do local para a construção dos cemitérios, também é motivo de análise, e passível de um comentário.

Todos se encontram em um pediplano, prostrados acima de uma coxilha, a escolha visa deixar o local à contemplação de todos.

---

[2] Grifo meu.

A dispersão dos sepultamentos e a totalidade de área construída, apontam um núcleo mortuário reservado as posses, o masculino como destaque, estando este sempre na primeira linha de sepultamento.

Ao feminino e as crianças seguiam os pequenos lotes reservados, indicando uma obediência em vida e portanto seqüência deste, perante a morte.

A contemplação destes cemitérios é uma constante, diante da sede das estâncias, se tornava um fator de ligação entre vida e morte, os túmulos serviam como alerta de que a vida dever ser conduzida dentro das normas religiosas impostas.

Visando a busca final da eternidade e o desígnio de ser uma alma temente a Deus, a importância desta regrava a vida de ambos os sexos, deixando para as crianças um fator menos radical, estas sendo consideradas anjos iria sim direto para o céu.

Ao encerrar, evidencio que estas questões abordadas e analisadas servem sim como ponto de referência para a conclusão do padrão encontrado nos cemitérios de tal localidade.

Fatores de perturbação analisados:

O fator antrópico foi apresentado como sendo a causa mais determinante na destruição destes locais pesquisados, a movimentação humana foi amplamente averiguada e mostra dentro deste item uma subdivisão de motivos para a perturbação.

A religiosidade tem uma relação intima com a destruição dos sítios, evidenciada ao longo da pesquisa, mostra a procura de tais locais para a ritualização.

Estas religiões têm uma característica importante e passível de análise, o ritual destes mantém uma ligação intima com a morte, e para isto devem procurar locais que a representem.

Os cemitérios são uma das principais fontes de ligação das divindades africanas com os vivos a partir desta consideração, se da a procura por locais próprios para a execução dos rituais.

A utilização de ossadas humanas não é generalizada, fica incumbida aos rituais de magia negra e cultos funestos de algumas sub-ordens religiosas, a umbanda e o candomblé em geral não associam ossos aos seus rituais.

Cabe fazer esta distinção para a finalidade de entender de forma mais aprofundada quais as organizações religiosas que procuram os cemitérios para a organização de seus rituais.

O cemitério público municipal não permite tais rituais, e partindo assim desta proibição, são procurados os cemitérios da área rural.

As garrafas de água-ardente encontrada nos sítios revelam uma possível concordância com entidades ligadas a morte, as entidades desta linha fazem uso deste tipo de bebida.

As velas de cor verde indicam uma devoção aos santos da guerra, o verde é a cor desta entidade (denominado Ogum).

As velas de cor vermelha indicam duas linhas de segmento, pode ser em referência a Exu ou a Pomba-gira, entidades protetoras de homens e mulheres respectivamente.

A religiosidade católica também é encontrada dentro destas análises, à vela de cor branca indica isto.

Possivelmente foi utilizada como forma de auxilio na evolução espiritual deste que se encontra ali sepultado, a interpretação se da pelo fato de que na concepção apostólica a alma precisa ser iluminada até o paraíso.

A movimentação dos corpos para as sepulturas da cidade indica que os familiares não querem se distanciar dos mortos e por conseqüência manter a lembrança dos que partiram.

O segundo fator antrópico descrito diz respeito ao caráter destrutivo mas não com ação direta, e esta evidenciada pela ocupação do local.

A produção de arroz e a criação de gado exigem a utilização do espaço rural como um todo, sendo assim os sítios sofrem ação destrutiva com o intuito de ocupação do local para fins de produção.

Dutos de água para irrigação de lavouras ou os animais (gado a eqüino) dividem o espaço com os sepultamentos, ocasionando assim uma destruição lenta e gradual.

Este tipo de destruição não se da por ação direta e imediata, mas sim involuntária, e ocasiona a destruição das estruturas.

O terceiro fator é considerado o mais grave das ações humanas, é a violação de túmulos em busca de objetos de valor.

Este tipo de depredação esta vinculada à lei e pode sofrer ação penal conforme a regulamentação brasileira.

O imaginário popular tratou de formular o entendimento que os mortos eram enterrados com suas riquezas, e partindo desta idéia acontece uma série de ações com o intuído de procura por objetos de valor.

A religiosidade não é respeitada, passou para segundo plano o respeito aos cristãos mortos, o empobrecimento de uma parcela considerável da população acabou por incitar a procura por locais de sepultamento de região rural.

Isto gera uma desestruturação dos sítios e proibição de pesquisas neste segmento da área arqueológica, principalmente nesta faixa temporal e cronológica verificada ao longo da pesquisa proposta.

A floroperturbação representa também uma importante fonte de destruição, a vegetação apresenta formas de destruição associadas ao tempo.

O crescimento de árvores e plantas dentro dos cemitérios causa a destruição das fundações das estruturas.

As raízes das plantas e árvores são as responsáveis por tal destruição, ao se desenvolverem vão ocasionando uma movimentação da terra e posterior destruição das estruturas.

Esta ação acontece associada ao fator tempo, a demora no crescimento das plantas não diminui a formulação de destruição por elas geradas.

A intempérie também é responsável no auxilio da perturbação dos sítios, o sol, chuva, ventos e uma série de outros fatores climáticos contribuem para o desgaste das estruturas.

Ocasionando assim a perda de sinais materiais que são importante para um melhor desempenho da pesquisa proposta.

Por último destaco a bioperturbação, os animais silvestres procuram estes locais para o armazenamento de comida, criação de filhotes e para a própria proteção.

Isto indica uma destruição do habitat natural destes, que se vêem obrigados a procurar novos locais para se fixar, um exemplo disto são os roedores e tatus que produzem tocas nos locais de pesquisa.

Considerações finais:

Utilizei a teoria arqueológica processual como formulação teórica para o embasamento da pesquisa, desenvolvendo a partir deste ponto toda uma metodologia para o desenvolvimento do trabalho.

Ao longo de um ano de pesquisa, consegui executar as prospecções e registrar sítios de várias localidades do interior do município de Uruguaiana.

Este tipo de pesquisa (cemiterial) é valido e pode ser aprofundada, pois sabemos que existe um amplo registro de fonte primária que ainda não foi totalmente investigado.

As pesquisas laboratoriais contaram com análise das fichas de campo, leitura de bibliografia arqueológica e execução de práticas para o desenvolvimento das considerações.

Consegui evidenciar um modelo de padrão de sepultamento, referente à localidade de João Arregui, sendo considerado uma conclusão um tanto pertinente.

Este padrão não foi estendido a outras localidades do município, pelo fato de que este trabalho apresenta um estudo de caso, sobre tal região.

Indicamos sim a possibilidade de evidenciar tal padrão, cabendo antes o estudo aprofundado das regiões restantes.

Foi registrado um padrão arquitetônico, tendo a linha convexa como destaque, esta utilização foi feita durante um determinado período cronológico.

Os registros de fonte primária (túmulos) indicaram uma formulação estética, porém a datação cronológica de uso deste padrão não pode ser determinada.

A religiosidade católica é sim um dos quesitos evidenciados e tornou-se padrão, levando em consideração o periodo estudado e a ideologia religiosa e moral.

A questão econômica e de poder encerram a abordagem e conclui a formulação da afirmação que existe um padrão de sepultamento, tendo como evidência às questões acima abordadas.

O poder foi evidenciado em todos os sítios pesquisados e está configurado em três ordens de domínio.

O poder econômico, que ocasionou uma dispersão em detrimento de quem contava com maior valor no ato de construção das estruturas.

As relações sociais indicam que classes com maior poder de influencia e de mando eram enterrados na primeira linha dos sepultamentos.

Enquanto que os “inferiores” dentro desta cadeia de comando eram colocados a partir da segunda linha evidenciando assim uma distinção entre eles.

A terceira distinção diz respeito à divisão de sexos, homens tinham como principio túmulos de maior porte e elevado grau de ostentação.

Mulheres e crianças seguiam linhas inferiores em suas construções, ocasionando assim a distinção entre sexo, demonstrado que o poder em vida era seguido na morte.

Este trabalho abre um precedente, que é fundamental dentro do ambiente acadêmico.

Pesquisadores que por ventura vierem a seguir este tipo de pesquisa, poderão se ater às conclusões averiguadas, partindo como ponto inicial de referência.

Os estudos feitos podem ser entendidos como inicial, uma vez que não encontramos referências quanto a este tipo de pesquisa na fronteira oeste, mais precisamente no município de Uruguaiana.

Foi destacado ao longo do texto um viver rural, portanto trabalhamos com questões sociais, evidenciando um modo de viver e morrer, enquadrado na primeira metade do século XX.

A história só é concebida com leitura de texto, análise, averiguação de ideologia e confronto de idéias.

Nos detivemos em todos estes aspectos, e a arqueologia histórica foi à área utilizada para evidenciar as conclusões, porém qualquer que seja a disciplina empregada, sem uma metodologia de caráter e um estudo aprofundado não se pode produzir ciência.

Anexos:

Mapa do município com indicação dos sítios pesquisados.

Sítio J.A. 1-RS (Autor: Adriano Medeiros)

Sítio J.A. 2-RS (Autor: Adriano Medeiros)

Sítio Ipané-RS (Autor: Adriano Medeiros)

Referências:

ADANS, Betina. ***Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História.*** Florianópolis. ED. Da UFSC, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. ***História da Vida Privada no Brasil: Império*** / coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume 2: Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo, Ed.Companhia das Letras 1997.

BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org). ***Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia****.* Porto Alegre. EDIPUCRS, 2000.

_____. ***A arte funerária Rio Grande do Sul: aspectos da cultura****.* Porto Alegre. Ed. Martins Livreiro, 1994.

_____. ***A estatuária funerária em Porto Alegre: 1900-1950****.* 1988. Coleção Geral.

FAGUNDES, Antonio Augusto. ***História do Rio Grande do Sul.*** Porto Alegre. Ed. Martins Livreiro. 1997. 3º edição.

FUNARI, Pedro Paulo. ***"Como se tornar arqueólogo no Brasil".*** São Paulo, SP. Revista da USP. Dezembro de 1999.

_____. ***"Arqueologia".*** São Paulo, SP. Ed. Ática.

SILVEIRA, Gicelda Weber. ***A Arquitetura de cemitérios: notas sobre uma abordagem tipológica****.* Monografia do propar/UFRGS, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. ***O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial.*** São Paulo. Ed: Companhia das Letras, 1986.

Currículo:

Nome: Adriano Viégas Medeiros.
Nascimento: 19/12/1978, São Borja/RS – Brasil.
Endereço residencial: Prado Lima 2157, Bairro centro, cep: 97510420 URUGUAIANA, RS – Brasil.
Graduação em História (2003 – 2006) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Rio Grande do Sul, Brasil.
Monografia de conclusão título: Cultura material funerária: Estudo arqueológico de Cemitérios da Região Rural de Uruguaiana do Inicio do Século XX.
Orientador: Flamarion Freire da Fontoura Gomes.

CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE – A INTERAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO

Gessonia Leite de Andrade Carrasco[1], Elisangela da Silva[2], Adriana Maria Pereira dos Santos[3], Mateus Roberto Carle[4]

O aparecimento do Cemitério do Imigrante de Joinville está ligado à fundação da Colônia Dona Francisca (hoje Joinville), com a chegada dos primeiros imigrantes vindos da Europa Central, no início do ano de 1851.

Assim, a Companhia Colonizadora de Hamburgo, que administrava a colônia no período, determinou que os sepultamentos fossem realizados num morro existente na Mittelweg (atual Rua XV de Novembro). O primeiro sepultamento ocorreu em 27 de dezembro de 1851, dando início ao funcionamento do Cemitério do Imigrante.

O Cemitério foi oficialmente fechado em 1913, com a inauguração do Cemitério Municipal, e tombado em 1962, pela então DPHAN – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN.

Em estudo ímpar sobre os cemitérios brasileiros, VALLADARES (1972, P.310-311) se refere ao Cemitério do Imigrante de Joinville, como sendo:

> "Um dos poucos cemitérios brasileiros erigidos no paisagismo de um bosque, conservando e cultivando árvores frondosas assim como selecionando plantas decorativas regionais.
> Predominam túmulos em alvenaria com lápides de mármore. Os mais ricos se distinguem por elementos de cantaria e placas de bronze, mas em nenhuma se constata demasia de pomposidade.
> Muitos dos túmulos são elaborados canteiros ajardinados. A topografia deste cemitério, ocupando todo o cume de um morro sem aclives, favorece grandemente o encantamento da natureza preservada.
> O Cemitério de Joinville teria servido de modelo ou padrão para outros nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná." (1921, p.310-311)

A primeira mobilização em prol da preservação do Cemitério após o ato de tombamento, se deu em 1966, sendo uma iniciativa da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização que buscou envolver os familiares dos sepultados no Cemitério. Em 1980 foi criada a Comissão do Cemitério do Imigrante de Joinville que se encarregaria de viabilizar um programa de melhorias no Cemitério, já seriamente danificado pelos atos de vandalismo. O programa visava à recuperação dos túmulos, substituição de grades de ferro em estado avançado de degradação e principalmente a desativação de uma torre de TV instalada no alto do Cemitério.

---

[1] Especialista Cultural, Centro de Preservação de Bens Culturais, Joinville, SC; Mestranda em Arquitetura/UFSC.
[2] Técnica em Conservação e Restauração do Centro de Preservação de Bens Culturais, Joinville, SC.
[3] Especialista Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, SC.
[4] Assistente Cultural do Arquivo Histórico de Joinville, SC.

A primeira intervenção de fato iniciou em 1983 e foi inaugurada juntamente com a Casa da Memória, em 9 de março de 1984, como parte das comemorações do aniversário da cidade. A Casa da Memória foi criada com a finalidade de manter o Cemitério do Imigrante, tomando as medidas necessárias no sentido de alcançar este objetivo, bem como abrigar e disponibilizar a documentação referente à história do mesmo.

Em 1989 foi criado pela municipalidade um programa de adoção de praças, jardins e outras áreas públicas do Município pela iniciativa privada que visava à manutenção desses espaços. Por um período de dois anos o Cemitério foi beneficiado por esse programa, sendo adotado por uma empresa da cidade que cuidava da manutenção geral do Cemitério, especialmente do seu paisagismo.

1. Descrição Geral

Como já foi dito anteriormente, o Cemitério Protestante, mais conhecido como Cemitério do Imigrante, foi fundado em 1851, ocupando o cume de um morro na Rua XV de Novembro, sendo fechado em 1913 e tombado pela DPHAN em 1962.

Localiza-se na região central de Joinville em rua de intenso tráfego, tendo de um lado edifícios residências e do outro a ala de um hospital e maternidade destinada à incineração de lixo hospitalar. (Ilustração n. 1)

A área total do Cemitério é de 11.393 m2, possuindo um total de 490 túmulos, entre eles, simples, duplos e até quíntuplos, de arquitetura singela, em perfeita harmonia com a paisagem natural do local. (Ilustrações n. 2 e 3)

Numa avaliação inicial do estado de conservação do Cemitério do Imigrante, observou-se que a maior parte dos danos encontrados foi causada por atos de vandalismo, sendo muitos desses danos com perdas irreparáveis. Assim, procedeu-se uma análise minuciosa, túmulo a túmulo, com formulário específico, onde foram registrados os dados sobre a natureza dos materiais e os danos encontrados e o registro fotográfico de cada túmulo. Esse levantamento foi realizado no período de agosto a dezembro de 1999.

Ilustração n. 1 – Localização do Cemitério do Imigrante

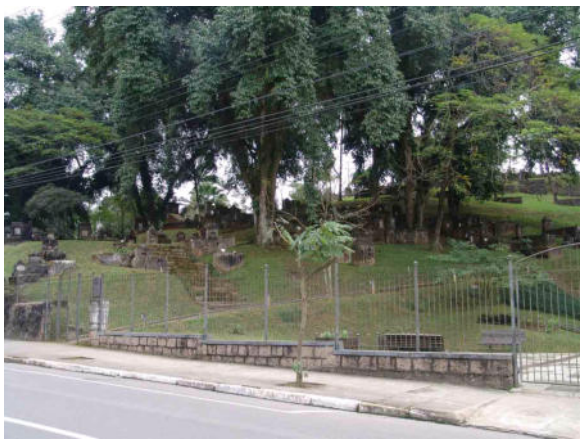


Ilustração n. 2 – Vista da Rua XV de Novembro

Ilustração n. 3 – Área central do Cemitério

2. Natureza dos materiais encontrados

No Cemitério do Imigrante de Joinville encontra-se uma diversidade de materiais, como alvenaria, mármore, granito, arenito, terracota, porcelana, metal, madeira entre outros, predominando a alvenaria, as lápides de porcelana e mármore e ornamentos em metal.

Todos os túmulos são de alvenaria, sendo quase 100% em alvenaria de tijolos, apenas um túmulo foi encontrado em alvenaria de pedras. A argamassa de assentamento dos tijolos é composta de argila, cal e areia. A argamassa de revestimento (reboco) é mista – cal, cimento e areia.

Quase 50% dos túmulos possuem algum tipo de ornamento nos mais diversos materiais, como: metal, mármore, granito, conchas, concreto, madeira, arenito e terracota. Alguns túmulos possuem gradis metálicos – em ferro fundido e/ou forjado. As lápides são, na sua maioria, em concreto, mas há, também, várias lápides de porcelana pintadas a frio, granito, mármore, metal, arenito e terracota. Há várias inscrições em relevo, seguidas de inscrições pintadas, baixo relevo e uma quantidade mínima feita de metal e fixadas sobre suporte de pedra ou concreto.

3. Avaliação geral do estado de conservação

A primeira avaliação do estado de conservação do Cemitério, de forma global, foi realizada em 1999 e no seu relatório final propunha algumas ações visando à mínima valorização do local, tais como:

a) contratação de empresa especializada para restabelecer e manter o potencial paisagístico do Cemitério do Imigrante;
b) contratação de empresa especializada em segurança para garantir a integridade física do Cemitério no que diz respeito às ações de vândalos;
c) identificação dos túmulos, por meio da numeração já existente, porém de forma padronizada;
d) confecção de folder com histórico e planta baixa do Cemitério para que o visitante possa se localizar com maior facilidade;
e) implementação de um projeto de educação patrimonial.

Esse levantamento levou à elaboração do Projeto “Cemitério do Imigrante de Joinville: Monumento a ser preservado”, que foi aprovado pelo Ministério da Cultura, recebendo

recursos do Fundo Nacional de Cultura. A execução do projeto ocorreu no período de setembro a dezembro de 2000, quando algumas ações foram implementadas no sentido de melhorar as condições físicas do Cemitério do Imigrante naquele momento.

Como o relatório geral de avaliação do estado de conservação revelava que boa parte das degradações encontrada no Cemitério do Imigrante estava relacionada à localização dos túmulos e a atos de vandalismo, na execução do projeto, priorizou-se as seguintes intervenções:

a) drenagem da área para contenção do solo e, por conseqüência, estabilização das rachaduras encontradas em vários túmulos;
b) colocação de gradil na parte frontal do Cemitério, para inibir a invasão e ação de vândalos;
c) recolhimento de todo material encontrado no Cemitério que se relacionassem com os túmulos – lápides ou parte dessas; gradis, ornamentos, entre outros;
d) mapeamento de duas áreas para intervenções de restauração, principalmente, da alvenaria;
e) intervenções de restauração das áreas mapeadas.

4. Intervenções de restauração

As áreas de intervenção de restauração compreenderam aquelas com maior concentração de ornamentos e diversidade de materiais. [5] Entretanto, essas áreas foram parcialmente recuperadas, dando-se prioridade à recuperação total da alvenaria.

Todo material recolhido no Cemitério do Imigrante foi acondicionado, de maneira provisória, e armazenado na Casa da Memória. [6] À medida que esse material foi sendo identificado, procedeu-se o devido tratamento e sua colocação no seu respectivo lugar.

A limpeza tanto das alvenarias, como dos diversos tipos de pedra encontrados, foi realizada à mão, com um detergente não ionizável, água e escovas com cerdas de nylon. Em casos nos quais a sujeira estava muito incrustada, faziam-se compressas com uma solução de detergente não ionizável, água morna e metilcelulose.

A consolidação das alvenarias, na sua maioria, foi feita com argamassas à base de cal. Em alguns casos se utilizou uma argamassa mista, à base de cal e cimento. As pedras – mármores e granitos – foram consolidadas com resina epóxi. (Ilustrações n. 4 e n. 5)

[5] Os túmulos parcialmente recuperados foram os de n. 1 a 79, frente para a rua principal e, n. 380 a 490, parte central do Cemitério.

[6] A Casa da Memória é uma unidade da Fundação Cultural de Joinville que foi criada em 1984 para cuidar da manutenção e preservação do Cemitério do Imigrante.

Ilustração n. 4 – antes da restauração

Ilustração n. 5 – depois da restauração.
Consolidação realizada com argamassa mista.

Os metais – todos em ferro – seguiram o seguinte tratamento: limpeza mecânica e química, com ajuda de espátulas e removedores de pintura; tratamento anticorrosivo; estabilização e aplicação de uma camada protetora – no caso, a pintura. Nas prospecções realizadas, evidenciou-se que a cor da camada original de pintura era preta fosca, assim, optou-se por restituir a cor original dos objetos metálicos. (Ilustrações n. 6 e n. 7)

Ilustração n. 6 – antes da restauração

Ilustração n. 7 – depois da restauração

5. O projeto atual

O projeto "Cemitério do Imigrante – pesquisa, interdisciplinaridade e preservação", patrocinado pela FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de SC e pela FCJ – Fundação Cultural de Joinville, iniciado no segundo semestre de 2005, tem duração de um ano e visa aprofundar as pesquisas realizadas até agora.

O projeto tem um caráter interdisciplinar, envolvendo profissionais das diferentes unidades da FCJ – Arquivo Histórico, Museu Arqueológico do Sambaqui e Centro de Preservação de Bens Culturais, que realizarão diferentes pesquisas e ações na área de história, arqueologia, conservação e educação patrimonial.

Os trabalhos realizados na área de conservação ocorrerão concomitantes aos trabalhos de arqueologia, buscando identificar, registrar e mapear todas as evidências materiais encontradas soterradas e na superfície do Cemitério, garantido-lhes o tratamento adequado desde a evidenciação até o acondicionamento final.

Contudo, nos trabalhos de conservação é necessário levar em conta que todo material enterrado, em decorrência de sua interação com o meio em que foi depositado, acaba passando por alterações de ordem física, química e biológica quando colocados em contato com o oxigênio do ar. Para que o material não sofra um processo de deterioração acelerado é necessário que ele atinja em estado de equilíbrio com o meio a que está submetido.

Assim, antes da efetivação das ações de tratamento e acondicionamento do material encontrado no Cemitério do Imigrante, outras ações foram colocadas em prática, como o estudo dos diversos materiais encontrados, o levantamento do estado de conservação e os diferentes processos de degradação desses materiais. Foi elaborado também, um

roteiro de resgate dos objetos, conforme seu material de composição e o estado visual em que se encontram.

Dessa forma, espera-se com os estudos e procedimentos adotados, minimizar os impactos que esses objetos ou estruturas possam sofrer, química ou mecanicamente quando do seu resgate, garantindo assim sua estabilidade *in situ* e *ex situ*.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Gessonia Leite de. **Levantamento do Estado de Conservação do Cemitério do Imigrante**. Joinville: FCJ-CPH-CPBC, 2000, 50p. Relatório Técnico.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl; Apresentação: Giovanni Carbonara. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. 261p.

KANAN, Maria Isabel. **Materiais a base de cal**. Apostila da Oficina Tecnologias Construtivas. IPHAN, Projeto Terra Cal. [Oficina ministrada em Joinville, no ano de 2000, por ocasião da execução do projeto de restauração].

_____. Projeto Terracal 2000. In: Anais do X Congresso da ABRACOR. São Paulo, 2000, p. 197-200.

_____. **Panorama dos Trabalhos de Restauração com Materiais a Base de Cal em Santa Catarina**. In: Anais do IX Congresso da ABRACOR. Salvador, 1998, p.292-298.

LE GOFF, Jacques. **Histoire et mémoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1988. 416 p.
VOLFOVSKY, Claude (Org.). **La conservation des métaux**. Paris :CNRS Editions, 2001. 295p.

LORÊDO, Wanda M. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: IBPC, 1994. 124 p.: il.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado**. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

MOHEN, Jean Pierre. **Histoire de la Métallurgie Pré-Industrielle**. In: VOLFOVSKY, Claude (Org.). La conservation des métaux. Paris :CNRS Editions, 2001. 295p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p. Il.

OLIVEIRA, Mário M. de. **Rudimentos para oficiais de conservação e restauração**. Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996, p.87-88.

ORIEUX, M. **Rochas e Minerais**. Rio de Janeiro: Editora Liceu, 1968. 95p.

PRÉSERVER LES OBJETS DE SON PATRIMOINE. Précis de conservation préventive. Belgique: Mardaga, 2001. 264p.

SILVA F., Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998, p. 99-115.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Volumes I e II. Brasília: Imprensa Nacional, 1972.

VOLFOVSKY, Claude (Org.). **La conservation des métaux**. Paris:CNRS Editions, 2001. 295p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Enxaimel em Santa Catarina**. Joinville: L&PM Editores, p.14-21

RESUMO DOS CURRÍCULOS:

Gessonia Leite de Andrade Carrasco – Especialista Cultural da Fundação Cultural de Joinville/ Centro de Preservação de Bens Culturais, onde atua há 14 anos na área de conservação e restauração de bens culturais. Realizou o "Levantamento do Estado de Conservação do Cemitério do Imigrante" (1999); Coordenou o Projeto de Restauração Parcial de Lápides e Ornamentos dos Túmulos do Cemitério do Imigrante (2000); Fez estágio em conservação de metais no *Laboratoire de Recherche des Monuments Historiques – LRMH* (20001), França, tendo em vista os metais encontrados no Cemitério do Imigrante (ligas de ferro e ligas de cobre); É mestranda em Arquitetura na UFSC.

Elisangela da Silva – Técnica em Conservação e Restauração da Fundação Cultural de Joinville/ Centro de Preservação de Bens Culturais. Participou do Projeto de Restauração Parcial de Lápides e Ornamentos dos Túmulos do Cemitério do Imigrante (2000); Participou do Monitoramento Arqueológico das linhas de drenagens do Cemitério do Imigrante (2002).

Adriana Maria Pereira dos Santos – Especialista Cultural da Fundação Cultural de Joinville / Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, onde é responsável há sete anos pela aplicação de conhecimentos científicos e de técnicas para conservar, restaurar e comunicar acervos museológicos e de arquivos, elaborando e desenvolvendo vários projetos nestas áreas.

Mateus Roberto Carle – Assistente Cultural da Fundação Cultural de Joinville / Arquivo Histórico de Joinville. É licenciado em História pela UNIVILLE. Atua em projetos realizados pelo Centro de Preservação de Bens Culturais.

CEMITÉRIO DOS AFLITOS:
A LUTA PELO ESPAÇO: SACRO OU LAICO?

Eduardo Coelho Morgado Rezende

Professor da FASB (Faculdade São Bernardo) e UNIBAN (Universidade Bandeirante de São Paulo) nos cursos de Geografia e História.

O Cemitério dos Aflitos é uma das materializações provenientes das relações que foram travadas entre os habitantes da cidade, através da Câmara Municipal, e a Igreja que determinava as regras com o poder temporal.

Esta luta invisível parecia estar totalmente vencida pela Igreja, já que a forma de domínio era via o irredutível para o ser humano, a morte, porém o visível revela abstrações que possibilitam esclarecer melhor algumas situações.

No caso do Cemitérios dos Aflitos, o que fica latente é o começo da perda da dominação da Igreja através da morte, pois o corpo começa a separar-se da Igreja e ir para a municipalidade; começa aí a transição da igreja-cemitério para o cemitério.

O sepultamento do corpo junto aos santos, ou seja, em um lugar sagrado era a principal forma de a Igreja exercer o seu domínio. Quando este corpo passa a ficar longe da Igreja, indo em direção à municipalidade, começa a entrar em crise a reprodução da autoridade eclesiástica.

Deve-se lembrar que estes acontecimentos ocorreram no final do século XVIII, quando a Igreja possuía amplo poder na cidade de São Paulo. As manifestações anticlericais eram sufocadas facilmente pelo sistema de repressão, baseado no terror da não salvação da alma.

O período do século XIX é muito mais rico para se perceber a luta pelo espaço da cidade, através da secularização proposta pelos liberais, e a manutenção da sacralização do espaço da morte pela Igreja.

Por se tratar de um período de transição e de crise, as posições e o invisível vêm à tona com maior freqüência e pode-se vislumbrar aquilo que estava no escuro: a dominação velada da Igreja através da morte.

Neste período de ruptura e de novas forças passando a exercer o poder, verifica-se no espaço as marcas do grupo ascendente (liberais), que apesar das tentativas de apagar os rastros do grupo descendente (Igreja católica), nem sempre consegue fazê-lo, por isso também é preciso ficar atento às permanências do sagrado no espaço da cidade de São Paulo.

Isso fica mais claro na necessidade de sagração do cemitério público, tanto o da Consolação (1858), como o dos Aflitos, ou ainda na intolerância da Igreja católica que, mesmo permitindo o sepultamento dos acatólicos, só o fez com a separação de um muro dividindo as duas alas no Cemitério da Consolação.

Do outro lado estavam os liberais, seguidores principalmente do positivismo, que tinham como principal lema "ordem e progresso" e o triunfo da razão sobre a religião. Como eram anticlericais, tinham uma bandeira principal: os cemitérios seculares com administração pública sem intervenção da Igreja católica, algo que mais tarde conseguiram com o advento da República.

Para a obtenção do progresso com a modernização do espaço, os liberais utilizaram a estratégia da Igreja, ou seja, o terror, só que agora o medo não era o da não salvação da alma, e sim a morte pela peste e a peste pela morte.

A peste a que se referiam nossos extemporâneos habitantes da cidade de São Paulo estava no ar, e os responsáveis eram os cadáveres que, em contato com a atmosfera, disseminavam milhares de cadaverinas fatais.

O grande temor que os liberais instauraram era que a peste viria pelos mortos, atacando assim o ponto de sustentação do sistema de dominação da Igreja e ainda desviando a atenção para a modernização das cidades.

É bom lembrar que os liberais não eram um bloco homogêneo, existiam os mais convictos, geralmente estrangeiros, que tinham interlocução com o exterior (Líbero Badaró, Benjamim Constant), e os que eram liberais naquilo que lhes convinha, de acordo com seus interesses apoiavam ou não os liberais (no caso do fim da escravidão muitos liberais, donos de escravos, eram contrários à abolição).

Neste trabalho, as referências aos liberais farão alusão ao grupo mais convicto, que era republicano, abolicionista e anticlerical.

Dois grandes e importantes passos foram dados para a secularização. O primeiro, mais tímido, foi o do Cemitério dos Aflitos e o segundo, permeado pelo terror da peste, bem mais incisivo e com um grupo visível por trás, o dos liberais.

Neste turbilhão ainda ocorre a doação de terrenos e recursos para a construção de igrejas, vendo as diferenças do período anterior, motivadas principalmente pelo sagrado.

A Transição da Igreja-Cemitério para o Cemitério (1° Momento)

Como foi visto anteriormente, o Cemitério dos Aflitos foi criado para atender a demanda dos excluídos dos solos sagrados das igrejas, aqueles que não podiam pagar para figurarem junto aos santos nos templos.

A composição dos excluídos era variada: escravos, enforcados, detentos, escravos alforriados e homens brancos pobres.

O motivo que levou a Câmara Municipal a criar o cemitério foi o alto preço cobrado por um funeral. Na época (século XVIII) quem pagava o funeral do escravo era o seu dono e isso induz a pensar que a pressão exercida na Câmara foi feita apenas pelos donos de escravos, porém também se viu que muitos moradores não traziam seus parentes defuntos a São Paulo, com vergonha de não conseguir pagar o funeral.

Todos estes acontecimentos mostram que a luta pelo lugar de sepultamento não foi capitaneada por um grupo homogêneo, e sim pelos vários setores da

sociedade paulista, dando um caráter espontâneo e difuso às manifestações expressas na carta da Câmara ao Bispo (reclamando do valor do enterro).

O que aconteceu posteriormente com o Cemitério da Consolação foi bem diferente, pois existia um grupo articulando e planejando o fim dos sepultamentos na igreja, ou seja, aquilo que era sonhado antes do Cemitérios dos Aflitos foi realizado depois da construção do Cemitério da Consolação.

O Cemitério dos Aflitos começou a funcionar em 1774 (no atual bairro da Liberdade, entre as ruas da Glória e dos Estudantes), mas a sua sagração só ocorreu cinco anos mais tarde, como mostra este documento:

> *"A 27 de junho de 1779 foi sagrado o nosso Cemitério, pelo Excelentíssimo Senhor Bispo Dom Frei Manoel da Ressurreição, assistindo o Reverendíssimo Senhor Cônego Arcipreste Paula, e mais três cônegos sendo um o Arcediago.*
>
> *Foi sagrado com toda a cerimônia da Igreja; Senhor Excelentíssimo paramentado com vestes de pontificar. O qual entraram pelo velho portão com todos os Senhores Reverendíssimos Padres, tendo sido armado grande toldo para este ato.*
>
> *Assistiu o nosso governador Martim Lopes Lobo de Saldanha com toda a pompa de costume, começou a sagração às 8 horas da manhã indo até às 3 da tarde.*
>
> *O jantar foi na Chácara do Reverendíssimo Cônego Arcipreste Paula, Sacristia de Nossa Senhora dos Aflitos na Capela do Cemitério*
>
> *São Paulo, 28 de junho de 1779."* [38]

O documento mostra que o cemitério já estava em funcionamento, pois os padres entraram pelo velho portão. A demora de cinco anos para sagrar o cemitério demonstra o descaso da Igreja para com o cemitério que era administrado pela municipalidade.

A presença do governador na cerimônia reforça o caráter municipal do cemitério, e a necessidade de tornar o espaço do cemitério sagrado mostra a diferença da igreja-cemitério, que por si só já é um espaço sacro.

Outra forma de notar como o cemitério estava literalmente afastado da Igreja é a sua localização próxima a outros estabelecimentos municipais como a Cadeia, o Quartel e a Forca.

Esta lógica espacial pode explicar a escolha do lugar do cemitério no atual bairro da Liberdade, próximo à Cadeia e à Forca, facilitando o transporte do público-alvo do cemitério, presos e enforcados.

Neste caso, a escolha do local obedeceu a critérios diferentes do Cemitério da Consolação, onde o isolamento e a distância da cidade na época foram preponderantes para a sua instalação.

No Cemitério dos Aflitos, o que mais pesou na eleição do lugar, foi a proximidade com a região produtora de óbitos: a Cadeia e a Forca.

---

[38] Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. *Autos de Ereções e Patrimônios de Capelas.* p. 189, v.I.

Outra instituição que achava muito cômoda a proximidade do Cemitério dos Aflitos era a Santa Casa de Misericórdia, pois ela possuía um hospital na região, e, durante um período, estava encarregada do sepultamento dos pobres.

Quando o Cemitério da Consolação já estava em funcionamento surgiu um fato que ilustra bem as diferentes concepções da municipalidade com relação à localização.

> *"Contra o fechamento do Cemitério dos Aflitos representaram no Governo, a Santa Casa de Misericórdia e alguns moradores do bairro da Liberdade, ao que se opôs a Câmara, por se achar "ele dentro da cidade", pois sua conservação iria destruir os efeitos salutares que tiveram os legisladores da província quando aprovaram a Postura de 3 de maio de 1856."*[39]

Na resposta da Câmara fica evidente a diferença de localização dos dois cemitérios, enquanto um está dentro da cidade (Aflitos), o outro (Consolação) atende às medidas salutares do primeiro regulamento dos cemitérios da cidade de São Paulo, que trazia a determinação do isolamento, lugares altos, preocupações com o solo e os ventos.

O de dentro da cidade era interessante na época da sua instalação para a própria municipalidade e, posteriormente, para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia que liderou a representação, pois a condução dos cadáveres do hospital era facilitada pela curta distância ao cemitério.

Outro fato interessante foi a representação de alguns moradores do bairro da Liberdade contra o fechamento do cemitério, mostrando que o pânico dos higienistas positivistas não atingiu a todos, e a vizinhança ao cemitério nem sempre desagrada os moradores.

No documento que relata a sagração do cemitério, nota-se que os padres entraram pelo velho portão, vê-se a disposição interna do Cemitério dos Aflitos, que possuía a capela no centro do terreno e o muro delineando o quadrado do cemitério.

Esta paisagem interna foi pioneira dos cemitérios paulistanos, pois os posteriores (Consolação, Protestante, Araçá e Brás) seguiram essa formatação dos anteriores, como os das cidades históricas de Minas Gerais (São João Del Rei, Ouro Preto) e algumas cidades do interior de São Paulo (São Luís do Paraitinga): a igreja ficava na frente e, na parte dos fundos, ficava o cemitério.

O novo formato do cemitério municipal não excluiu totalmente a presença religiosa, já que a capela é figura presente nos cemitérios municipais de São Paulo, entretanto a capela desempenhava uma função menor que a antiga igreja-cemitério.

No caso do Cemitério dos Aflitos, a capela ficava praticamente reduzida à função de avisar brevemente a morte com o badalar do sino.

> *"Situado logo abaixo do morro da Forca, em terreno ao redor da capela, aí foram sendo enterrados soldados, indigentes e supliciados, e, por sobre as covas, se plantaram cruzes rústicas, aglomeradas aos poucos, as quais vieram a constituir o primeiro cemitério público da cidade. Do alto da capela, quando o corpo de um*

---

[39] Antônio Barreto do Amaral. *O Cemitério dos Aflitos - A Capela dos Aflitos*. São Paulo, 1977, p.26.

enforcado era descido do patíbulo, o sino tocava tristemente, dando aviso, e daí mesmo partia uma padiola para trazer o cadáver para ser enterrado."[40]

O trecho acima mostra como era cômoda a localização do cemitério bem próximo da forca, o processo morte e sepultamento era quase simultâneo e realizado praticamente no mesmo local.

A capela do cemitério nesse período ainda tinha alguma função religiosa, já no período atual (2006) ela é usada basicamente como velório, ou como a última abertura do caixão antes do sepultamento.

Ainda sobre a citação acima o autor coloca o Cemitério dos Aflitos como o primeiro público da cidade, e realmente não se tem também registro de algum outro cemitério municipal no Brasil, anterior ao dos Aflitos.

O problema maior era que o Cemitério dos Aflitos era destinado aos pobres, presos, escravos, soldados e enforcados e não tinha um caráter de cemitério geral que agrupasse todos os setores da sociedade, também se observa que atualmente (2006) quase não existe um cemitério em São Paulo com essa característica.

Para efeito de comparação, os cemitérios municipais de Vila Formosa e do Jardim São Luís têm muita semelhança com o dos Aflitos, pois recebem os pobres da cidade que não têm condições de pagar um funeral.

Os cemitérios particulares também não abrigam todos os setores apesar de as sepulturas serem homogêneas (cemitério-jardim) o público não é heterogêneo, pois o que define os usuários é a possibilidade de comprar um jazigo, homogeneizando os usuários através da condição econômica.

A questão do cemitério geral fica melhor expressa com a fundação do Cemitério da Consolação que inicialmente recebeu um público heterogêneo, como se verá mais adiante.

Retomando o caráter municipal do Cemitério dos Aflitos alguns documentos comprovam que ele estava a cargo da administração municipal. No dia 14 de janeiro de 1830, o Senhor João Batista de Lara pediu à Câmara uma gratificação de quarenta mil réis (40$000) como sacristão do cemitério[41].

Este pedido foi deferido em 21 de julho de 1830, pagando-se a gratificação ao administrador do cemitério[42].

Esse fato comprova que a Câmara zelava pelo Cemitério dos Aflitos e se preocupava em manter o cemitério, em função da alta gratificação concedida ao administrador do local.

No período em questão, a população da cidade crescia, e conseqüentemente o número de mortos era maior, criando a necessidade de que Câmara aumentasse o cemitério, que na época estava avizinhado com algumas chácaras.

A solução para o aumento seria a de utilizar terrenos próximos para a ampliação do cemitério, entretanto as pessoas continuavam sendo enterradas

---

[40]Antônio Barreto do Amaral. Op. cit., p. 25.
[41]Atas da Câmara Municipal, 1829-1830. p.93, v.25.
[42]Atas da Câmara Municipal, 1829-1830. p.164, v.25.

dentro das igrejas, possibilitando que o Cemitério dos Aflitos fosse suficiente para a demanda.

O Senhor Luís Costa Pereira solicitou uma concessão de parte do terreno do cemitério e foi atendido pela Câmara.

> *"De Luís Costa Pereira , informado pelo fiscal, sobre a concessão de braça e meia de um terreno para a parte do cemitério; despachou-se vista a informação que o fiscal proceda ao alinhamento incluindo no terreno do suplicante a braça e meia que sobra do beco ali existente."*[43]

A concessão mostra que o terreno do cemitério pertencia à municipalidade e não à Igreja como colocam alguns autores, e verifica-se também que a prática do patrimonialismo é antiga na cidade, principalmente, no que se refere à sobra de terrenos. Atualmente (2006) algumas obras, depois de concluídas pela prefeitura, têm também terrenos que não são aproveitados, e muitas vezes são apropriados privativamente por pessoas influentes no poder municipal.

O Senhor Luís Costa Pereira foi contemplado com uma parte do terreno do cemitério, fato esse referendado pela Câmara.

Revendo todos esses documentos acima citados e as fontes primárias, constata-se que o Cemitério dos Aflitos pertencia à Câmara Municipal.

Os autores ao escrever que o terreno do Cemitério dos Aflitos pertencia à Mitra, em sua maioria, embasam-se no leilão que a Mitra fez do terreno[44].

O leilão de fato aconteceu e o dinheiro conseguido foi utilizado na reforma da nova Igreja da Sé, porém, nesta época (1885), a Câmara não se preocupava com o Cemitério dos Aflitos por ele estar abandonado e precisando de reformas, e agora a cidade já contava com o Cemitério da Consolação (1858).

A Câmara resolveu então deixar o terreno do Cemitério dos Aflitos a cargo da Igreja, em virtude de o cemitério ser um solo sagrado e o mesmo estar abandonado e sem muro; além do mais o grande período de luta para o fim dos sepultamentos na igreja já tinha ocorrido (1885).

> *"Do senhor Araújo Costa: Indico que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Bispo Diocesano para que faça reconstruir os muros do antigo cemitério à rua da Glória, visto como aquele local não pode deixar de considerar-se pertencente à Mitra, por ser, segundo os cânones, um lugar sagrado, e não mais ser enterrado ali cadáver algum; ficando portanto sob a guarda da primeira autorização eclesiástica."*[45]

No documento acima, vê-se que o Senhor Araújo Costa diz que o local <u>pode considerar-se</u> da Mitra, ou seja, se pode considerar-se é sinal de que ele não era de fato pertencente à Mitra.

A intenção da Câmara, em deixar o terreno do cemitério para a Mitra, parece também ser motivada pelo funcionamento do Cemitério da Consolação, já que esse era feito nos moldes do cemitério público.

---

[43] Atas da Câmara Municipal, 1829-1830. p.149, v.25.
[44] Maria Amélia Salgado Loureiro. *Origem Histórica dos Cemitérios.* São Paulo, 1977, p.51-52.
[45] Atas da Câmara Municipal, 1885. p.92, v.71.

Ainda observando a trajetória dos autores que escreveram sobre o tema e sustentaram que o Cemitério dos Aflitos não pertencia à Câmara Municipal, percebe-se que eles se apoiaram nos escritos de Maria Amélia Salgado Loureiro, como por exemplo:

> *"Numa tentativa de colocar também sob sua fiscalização os sepultamentos dos menos favorecidos e que eram vítimas de enterros clandestinos, a Cúria criou, em 1775, um cemitério ao ar livre. O cemitério foi ali construído. Este cemitério, pioneiro num país católico, de acordo com Maria Amélia Salgado Loureiro, destinava-se ao sepultamento de escravos, indigentes e sentenciados, muitos dos quais eram ali mesmo enforcados, pessoas que normalmente não eram sepultadas no interior das igrejas paulistanas."*[46]

A reprodução da informação de que a Cúria é que teria criado e administrado o Cemitério dos Aflitos, vem sendo levada adiante porque os autores não recorrem às fontes primárias e acabam baseando-se em Sandra que escreveu em 1986, ou na própria Maria Amélia que escreveu em 1977.

Na citação acima, se o Cemitério dos Aflitos foi criado pela Cúria em 1775, por que a própria Igreja só o sagrou em 1779, como aparece em outro documento? Ademais, a concessão de parte do terreno do cemitério, deferida pela Câmara, mostra quem era o verdadeiro proprietário do terreno.

O Cemitério dos Aflitos marca a dessacralização do espaço e já colocava frente a frente os primeiros confrontos entre o poder secular (Câmara) e o poder temporal (Igreja católica).

A igreja-cemitério era marcada pelo subterrâneo, o local dos mortos era a nave, a cripta, embaixo do assoalho; em cima, no teto da igreja, estava pintada a salvação, com os tradicionais anjos condutores e esvoaçantes.

Com o cemitério, as marcas foram soerguidas acima do solo. Nos Aflitos já aparecem as cruzes rústicas. Apesar de serem símbolos do catolicismo, as cruzes acima do solo começam a representar o fim do poder de ocupação do espaço subterrâneo, tanto em termos simbólicos como reais.

O Céu aberto na Terra pelo cemitério parece agora estar prejudicando a Igreja, pois a cova ao ar livre retira o mistério do destino do corpo e amplia o céu para além do espaço da igreja.

---

[46]Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. *Atitudes Perante a Morte em São Paulo (Séculos XVII a XIX*). São Paulo, 1986, p.68.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Antônio Barreto do. O Cemitério dos Aflitos - A Capela dos Aflitos. *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, São Paulo: v. LXXIII, 1977.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes Perante a Morte em São Paulo (Séculos XVII a XIX*). São Paulo: Dissertação (Mestrado) - Departamento de História FFLCH/USP, 1986.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. Origem Histórica dos Cemitérios. São Paulo: Secretaria de Obras e Serviços,1977.

FONTES DOCUMENTAIS

Câmara Municipal de São Paulo

Atas da Câmara Municipal de São Paulo. 1829 -1830. vol. 25.

Atas da Câmara Municipal de São Paulo. 1885. vol. 71.

Cúria Metropolitana de São Paulo

Autos de Ereções e Patrimônios de Capelas. p. 189. vol. I.

CEMITÉRIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE
HISTÓRIA E SIGNIFICAÇÃO

Daniela Cristina Martins Muller[1]
Egiselda Brum Charão[2]

A finalidade deste trabalho, inicialmente, é estudar e contextualizar a história do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade sintetizando cronologicamente as etapas de transformações desde o decreto de sua criação até os dias atuais. Avaliar a importância histórica artística e cultural, analisar a construção do significado coletivo, com vistas a compreender o fascínio que o cemitério, como símbolo, exerce sobre a coletividade.

Os passos para esta pesquisa foram os seguintes: Viagem à Belém do Pará e visita ao Cemitério Nossa Sra da Soledade; Registro fotográfico das imagens externas do (Portão entrada e Túmulos) Estudo imagens segundo a metodologia de análise de conteúdo de Ciro Flamarion Cardoso; Avaliação e reelaboração dos significados segundo Roland Barthes, Leitura de bibliografia referente à história de Belém, História dos cemitérios brasileiros, sobre mitologias e sobre análise de conteúdos. Para iniciar se elaborou um breve relato histórico e cronológico do Cemitério de 1850 até os dias atuais, conforme segue:

O Cemitério Nossa Senhora da Soledade foi inaugurado no dia oito de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e foi o primeiro cemitério de Belém do Pará. Sua construção foi autorizada em uma carta regia ao governador Dr. Francisco de Souza Coutinho ainda em mil oitocentos e um que indicava que ali deveriam ser sepultados todos os mortos da cidade. Todavia está ordem não foi seguida porque os mais afortunados queriam que seus

[1] Acadêmica do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - 2006
[2] Idem

sepultamentos continuassem serem feitos dentro das igrejas, separados dos outros. Escravos, condenados, acatólicos e outros que não tinham o privilegio de um sepultamento dentro da igreja sendo os mesmos enterrados em um Largo onde atualmente se encontra a praça da República.

Porém com a febre amarela que disseminou centenas de pessoas na região esta prática tornou-se inviável e o presidente da província determinou a construção do cemitério, proibindo o sepultamento em igrejas sob a pena de trinta dias de prisão na resolução nº181 do dia 9/12/1850. Uma Capela também foi construída no local pelo Capitão Joaquim Vitorino de Souza e foi dedicada a Nossa Senhora da Soledade, de estilo Neoclássico com elementos do barroco-pombalina.

O cemitério se dividiu naturalmente em quatro partes distintas, uma em que se localizavam as sepulturas particulares, outra em que estavam os mausoléus coletivos e a área para acatólicos e escravos, além desta partilha as principais irmandades como a Santa Casa de Misericórdia, a Ordem III do Carmo e outras construíram quadras particulares.

Ainda em 1850 sob a administração da província a cargo de Fausto Augusto D'Aguiar, o cemitério passou a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia, que pagaria um foro anual ao município e que logo iniciou as obras de conclusão. Em 1853 adquiriam de Lisboa materiais de mármore Português num montante de quase quinhentas peças. Gradis foram trazidos da Inglaterra e em 1854 uma nova inauguração é feita ao final da obra. O pórtico e o portão foram desenhados pelo Arquiteto - engenheiro Pezerat, sendo talhado em cantaria de pedra-de-lioz, lavrada e escoada. Em um estudo realizado posteriormente o pórtico e o portão são descritos conforme segue:

Um dos monumentos mais representativos do neoclassicismona arte cemiterial. É encimado por um atiço triangular com ornatos nas acrotérias e com trabalho de relevo em todo tímpano.É a alegoria da inexorabilidade , representada pela figura de uma

ampulheta alada. A serralheria do portão e do gradeado é de alta qualidade da produção industrial da época. [3]

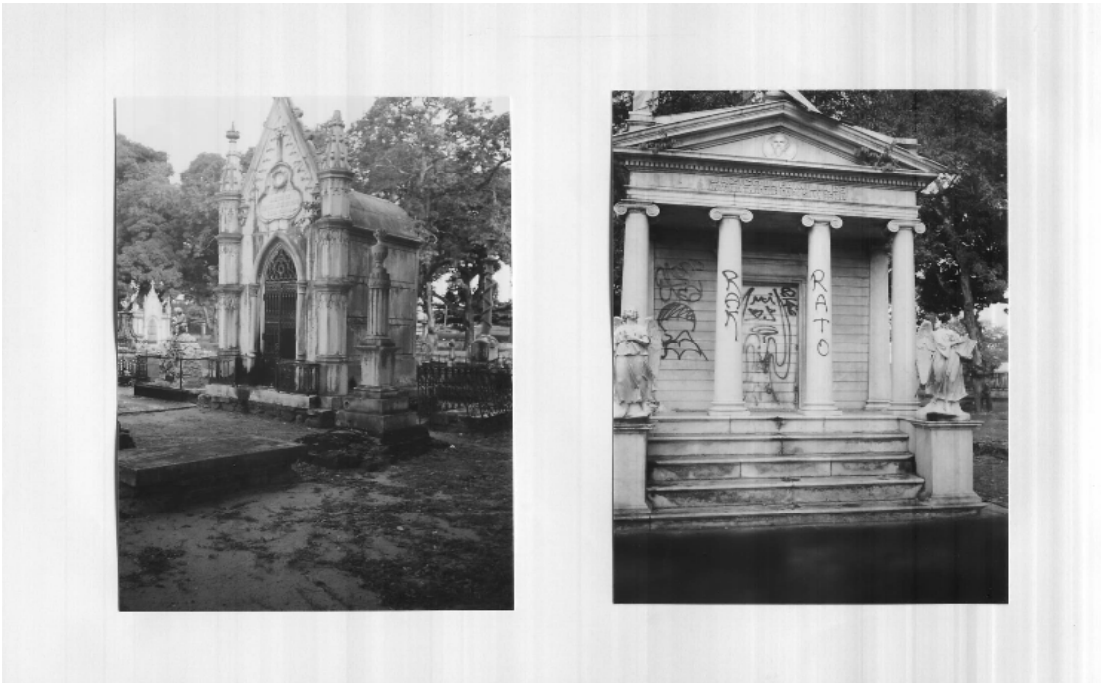
Nesta época os sepultamentos eram de um preço exorbitante variando de 2$000 réis nas valas em tempo de epidemia e 40$000 réis em temporária em carneiro ou pedra e cal. Em 1864 o cemitério passa por novas reformas, o arvoredo de cabuarina foi derrubado e as grades de madeira foram substituídas por parapeitos de tijolinhos , a capela foi retalhada e caiada .

[3] Valadares, Clarival do Prado.*Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*.Conselho Federal de Cultura Departamento de Imprensa Nacional.Rio de Janeiro, Brasília 1972

Em março de 1890 a Santa Casa entrega o cemitério ao município, porém a partir de 14 de agosto de 1880 já não eram mais feitos sepultamentos. Durante os trinta anos que esteve ativo, foram enterrados lá mais de 30.000 pessoas sendo que a primeira foi a preta Romana de propriedade de Joaquim Francisco Corrêa e o último o da menor de idade identificada como Ana.

Em 1912 o senador e Superintendente de Belém, Antônio Lemos decidiu fazer uma modernização da necrópole, destruindo as velhas sepulturas a capela e outros. Porém devido a um golpe político ele foi destituído e um novo superintendente assumiu e efetuou algumas obras de melhoramento.

O cemitério trás traços de uma preocupação da época em demonstrar a riqueza , a pompa e o poder e por isso "são tão freqüentes os jazigos-capelas do arremedo gótico flamejante em rico mármore talhado, a tendência, o gosto pelos bustos e estatuaria consagratória , e a exuberância dos materiais custosos"[4]



[4] Ibidem

Em 1964 o Cemitério Nossa Senhora da Soledade foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém no ano de 2005 houve uma ameaça de destruição do cemitério devido a sua localização no centro da cidade, aliás o único no Brasil no centro urbano segundo Filomena Logo diretora do Departamento de história da Fundação Cultural do Município da Belém (FUMBEL).

Das figuras ilustres da história do Pará e do Brasil que se encontram enterradas no cemitério da Nossa Senhora da Soledade destacam-se: Siqueira Mendes líder do Pará no período Imperial, Honório José dos Santos , fundador do primeiro jornal de circulação diária de Belém, o revolucionário Antônio Bernal do Couto, Domingues Marreiros Frutuoso Guimarães , Antônio Lacerda Chermont, conhecido como Visconde de Arari, o senador e Historiador Manuel Barata e o General Gurjão herói da Guerra do Paraguai .

De importância religiosa, se destacam-se os santos populares como a escrava Anastácia , a preta Domingues o menino Zezinho, a menina Janaína e Raymunda Chermont Picanço a quem o povo atribui milagres, sua sepultura de ladrilhos portugueses be cercada de gradil de ferro constantemente se encontra ornada de flores e velas deixadas por visitantes e devotos .

Atualmente está sendo discutido um projeto de lei para uma recuperação do cemitério a fim de valorizar sua estrutura histórica , arquitetônica ,artística e decorativa .O projeto discute a possibilidade de transformar o cemitério em museu que visa além de usar como local de contemplação, desenvolver atividades econômicas como o turismo. Para o presidente da FUMBEL Heitor Pinheiro, a importância do cemitério da Soledade se deve ao seu aspecto histórico que agrega valores culturais incalculáveis.

As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas sócio-econômicas e ideologias.[5] Com bases nesta projeção e na obra Mitologias[6], iniciamos este trabalho analisando o cemitério como um mito, como se reconstrói no decorrer do tempo, originando novos mitos que se inserem no imaginário ou consciência coletiva e passam a fazer parte do contexto em determinado momento histórico. O mito, como tal, tem uma dupla função: nomeia e informa, faz compreender e impõe, contém juntos: o sentido e a forma, pois tem uma realidade que é sentida, que tem um valor próprio e que faz parte de uma história, postula, também um saber, um passado, uma memória. O mito é uma inflexão, quando ameaçado, se reelabora, neutraliza conceitos anteriores e atinge assim seu próprio princípio que é transformar história em natureza. A imagem provoca um conceito e o significante cria o significado, assim o mito é uma fala justificada.

O Cemitério da Nossa Senhora da Soledade quando surge em 1850/1880 nasce sob a égide da nobreza tradicional. Seu conjunto arquitetônico, seus, túmulos em mármore de lioz vindos de Lisboa e o gradeamento de ferro que era fabricado na Inglaterra, são símbolos do poderio econômico da sociedade da época. Após dez anos de inatividade a Intendência de Belém estabelece a secularização do mesmo, isto é transferência de sua administração para o município. Em 1912 é reconstruído e segundo Werneck Cruz, já está constituído o mito da santa popular Raymunda Chermont Picanço conforme segue:

---

[5] BELLOMO, Harry Rodrigues. Org. *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia.* Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000

[6] BARTHES, Roland. *Mitologias.*São Paulo. DIFEL. 2005

Existe uma campa revestida de ladrilhos portugueses e cercada de gradil de ferro, pertence a Raymunda Chermont Picanço, nascida em 1851 e falecida em 1874, que até hoje merece grande afluência de visitantes como devoção local.

O povo atribui-lhe virtudes divinas e lhe credita inúmeros milagres. Sua graciosa sepultura acha-se constantemente ornamentada de Flores e velas, levadas pelos devotos que fazem preces e lhe rendem graças.[7]

Somam-se, mais tarde, ao nome de Raymunda outros santos populares como: Escrava Anastácia, Preta Domingas, Menino Zezinho e a Menina Janaína. Estes santos e suas histórias ainda nos dias atuais povoam o imaginário da população local.

Em 1964 tendo em vista a relevância arquitetônica, artística, decorativa e histórica o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico. O jazigo que guarda as cinzas do General Gurjão, herói da Guerra do Paraguai, construído nas oficinas de Lombardi, Bréscia, Itália com estrutura em bronze e rubrica do Prof. Allegretti do Institutos de Belas Artes de Roma simboliza a bravura, ao seu acrescentamos ainda os jazigos de outras outras figuras ilustres como: Siqueira Mendes, Honório José dos Santos, Antonio Bernal de Couto, Domingos Marreiros, Frutuoso Guimarães, Antônio Lacerda Chermont Manuel Barata são símbolos da ideologia política política e social, regional e nacional de determinada época histórica. O Jazigo de Isidoro da Ponte e Souza tem a intenção de enaltecer a natureza regional. As obras que se encontram no cemitério estão carregadas de tipologia alegórica clássica.

O classicismo tem a tendência de fazer a apoteose de um indivíduo cuja perfeição não é apenas ética. O culto do herói é um dos centros da

---

[7] VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros.* Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura. MEC. 1972 (Citação compilada da obra de Ernesto Cruz)

teoria neoclássica, assim como o culto das virtudes. A partir de um certo momento a arte passa a representar os dois cultos através da celebração de um indivíduo.

Segundo Goethe, o artista procura no particular o universal, daí nascendo a alegoria. A alegoria tem duas finalidades: a expressão de um conceito, e a expressão de uma idéia personificada.[8]

Assim, conforme metodologia aplicada na investigação e estudo, ficou constatado, nesta pesquisa, que o Cemitério da Soledade se recria constantemente, primeiro como signo da morte, da doença, retrai-se e ressurge posteriormente como signo de riqueza e poder, retrai-se novamente e renasce valorizado na beleza e na arte européia. Origina novos mitos com os mesmos signos simbolizando devoção e fé. Recria-se como símbolo da memória regional, amplia seu conceito e nacionaliza seu significado. Retrai-se novamente e se amplia símbolo da vontade e da necessidade coletiva.

Verifica-se, portanto, que como mito, o Cemitério da Soledade tende a esquecer suas raízes e quando estão quase esquecidas, o mito ressurge com novos conceitos e significados. Há nesse processo uma retração e uma ampliação, e em determinado momento ocorre a absorvição de um significado do conceito anterior que reelabora o mito novamente. Essas transformações decorrem em função da coletividade, das mudanças de pensamentos e do contexto histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. Mitologias.São Paulo. DIFEL. 2005

[8] BELLOMO, Harry Rodrigues. Org. *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia.* Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000

BELLOMO, Harry Rodrigues. Org. Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte – Sociedade – Ideologia. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000

BACZKO, B. Imaginação Social, Encicl. Einaudi, v. V

CARDOSO, Ciro Flamarion. Análise de conteúdo: método básico. Mimeo. 2005

VALLADARES, Clarival do Prado. Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros. Rio de Janeiro.

http://www.belem.pa.gov.br/app/paginas/noticia.phP?ID_noticia=389 04/06/2006

http://www.oliberal.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=165267 04/06/2006

http://www.funerariaonline.com.br/news/news2.asp?id=3185 26/07/2005

SIMBOLISMO FUNERARIO DE LA CLEPSIDRA ALADA

María Carlota Sempé.UNLP-CONICET
Antonia Rizzo. Docente-Investigador UNLP.

INTRODUCCION

El cementerio es una institución donde la sociedad integra la muerte a la vida cotidiana de una comunidad urbana y como tal es un lugar de memoria social y de fuerte simbolismo. Como icono de la muerte es esencialmente polisémico y esta constituido por un complejo de representaciones y creencias. En él se objetivan prácticas sociales desarrolladas a través de la historia de la comunidad que han ido constituyendo, con sus mensajes materiales un lenguaje de la muerte.

En este trabajo analizamos la relación entre ideología y expresión funeraria, tomando como eje el simbolismo del reloj de arena o clepsidra, presente en bóvedas familiares y panteones sociales de los cementerios de La Plata, San Isidro, San Fernando, Mercedes y Mar del Plata, lo que muestra que a fines del siglo XIX y principios del XX, los diversos sectores, ideológicos, socioeconómicos y religiosos que conformaban la sociedad urbana de la época se expresaban con iconografías funerarias particulares. Nuestros objetivos son: Analizar las manifestaciones funerarias de las bóvedas que llevan la clepsidra alada. Contextualizar históricamente las expresiones simbólicas representadas. Establecer la significación simbólica de la clepsidra y su contexto de asociación.

MANIFESTACIONES FUNERARIAS DE LA CLEPSIDRA ALADA.

En los cementerios urbanos es muy frecuente la representación del icono de la clepsidra alada, en las construcciones funerarias de fines del siglo XIX y principios del XX. Se la encuentra ubicada por encima del dintel de las puertas de entrada a las bóvedas familiares. Como elemento decorativo aparece en construcciones neogóticas, neoclásicas, art nouveau y art decó.

El cementerio de La Plata, abierto al público en 1887 se caracteriza por su trama urbana con calles arboladas. En el sector de bóvedas, muchas de ellas presentan en los frentes el icono de la clepsidra, destacándose entre otros.

Bóveda de la familia Langenheim (Figuras 1 y 2).

Esta bóveda, de estilo neoclásico con frontón triangular y columnas dóricas, data de 1889 por lo que es una de las más antiguas del cementerio. La imagen de la clepsidra alada esta ubicada sobre el dintel de la puerta dentro de un triángulo escalonado, por debajo se ubican los símbolos Rho y Phi, flanqueados por los del alfa y la omega. Manuel H. Langenheim fue una importante personalidad de fines del siglo pasado, destacándose por su trayectoria en el poder judicial y en la masonería (Rizzo-Sempe, 2002).

Bóveda de la familia Di Giano (Figuras 1 y 3).

Es de estilo neoclásico presenta la clepsidra alada dentro del triángulo del frontón, que se asienta sobre la metopa de cinco triglifos. La metopa es sostenida por dos columnas dóricas de fuste estriado. La puerta esta flanqueada por dos trípodes que sostienen lámparas votivas.

Bóveda de la familia Menochi (Figura 4 y 5)

La bóveda de estilo art decó esta revestida de mármol negro. Los adornos y la puerta son de bronce. Los frontones del frente y la entrada lateral están adornados con el icono de la

clepsidra con las alas elevadas hacia arriba y dos rosetones de ocho pétalos a ambos lados. Presenta una vereda ajedrezada que ya hemos señalado como emblema del compañero masón (Sempé y Rizzo, 2002).

.

Bóvedas de las familias Cogoma (Figura 6):

Esta bóveda presenta una enorme clepsidra alada sobre el dintel de la puerta llegando a cubrir la mitad de las jambas de la puerta. Es de estilo Art Nouveau, a la cual se le han agregado rasgos de arquitectura clásica como las acroteras jónicas en la parte superior y un triglifo central. Debajo del arquitrabe y a ambos lados de las alas tiene adornos de guirnaldas. La integración de rasgos estilísticos mezclados en las obras de arquitectura es un rasgo característico del movimiento al que pertenece esta construcción funeraria, que renovó todas las artes a fines del siglo XIX y principios del XX.

Bóveda de la familia Etchegoyen-Di Franco (Figura 7)

La bóveda, de estilo art decó, es un fiel exponente de las llamadas "estéticas periféricas" ya que presenta rasgos de estilo egipcio en la composición de los adornos acompañantes en los paños de los muros frontal y lateral. Situada en una esquina de manzana, presenta el vano de entrada semejante a un pilón egipcio y en ambas jambas un friso vertical con temas relacionados al culto de Isis como ya lo señaláramos en otro trabajo (Sempé, 2001). Sobre el dintel presenta un relieve con la clepsidra alada asociada a la corona de laureles.

Bóveda de la familia Letchos (Figura 8)

El escribano Regino Letchos fue uno de los primeros integrantes de la Logia La Plata 80, creada en la época fundacional de La Plata. Su Bóveda presenta un frontón en arco de medio punto que en su lienzo lleva como único adorno el icono de la clepsidra alada.

Hipogeo Isnardi (Figura 9)

Vicente Isnardi, fue profesor en la Universidad de La Plata e integrante de la logia masónica La Plata, nº 80, donde tuvo el grado de compañero. Su monumento funerario hipogeo presenta una columna asentada sobre un pedestal octogonal realizado en mármol negro y blanco con un basamento de mármol ajedrezado.

Esta adornado con un friso de ocho facetas con diversos símbolos en relieve (Figura 9) , observamos entre ellos el icono del querubín (cara alada); una composición donde se sobreponen y entrelazan la clepsidra alada, la cruz, un lazo y la azada; luego otra composición con un libro rodeado por ramas de roble atadas con cintas; otro libro que lleva una página marcada; la paloma con una rosa en el pico; las antorchas cruzadas iluminando hacia abajo; y en la última faceta, un cáliz con ostia acompañada por la cruz y el ancla.

Bóveda de la familia Morales (Figura 10).

Esta bóveda es de estilo neogótico, con cinco arcos con rosetones en su interior y sobre los mismos una guarda de frutos de granadillas con un querubín en su vértice. La clepsidra alada forma la base de la cruz ubicada sobre el techo. A ambos lados del frente, sobre las pilastras se encuentran los símbolos del ancla a la derecha y una lámpara de aceite con el compás, a la izquierda.

Bóveda de la familia Guzzetti (Figura 11)

Esta bóveda esta construida en un estilo Art nouveau muy ecléctico, se encuentra ubicada en el sector fundacional inmediato a la entrada y su frente da a la avenida principal del

cementerio, es la única, de todas las que hemos visto, que presenta como adorno, tanto sobre el dintel de la puerta de entrada como en el lienzo lateral, una gran clepsidra sin alas.

En el Norte del conurbano bonaerense el cementerio de San Fernando presenta una interesante bóveda perteneciente a la familia Bonini, de estilo Art Decó que lleva sobre el dintel una clepsidra alada con las alas para abajo (Figura 12).

En el Cementerio del centro balneario de Mar del Plata, en la provincia de Buenos Aires se destaca la bóveda de la familia Sampietro (Figura 13 y 14) ubicada en la avenida central del cementerio, inmediata a la entrada.

La cúpula es redondeada y rematada en una urna. El pórtico tiene dos columnas que sostienen el dintel de la puerta de entrada. El remate de las columnas es facetado y en cada una de las facetas presenta una serie de iconos. Al frente, el triángulo con la escuadra y el compás; en otra cara el ouroboro o serpiente que se muerde la cola; la clepsidra alada y por último el disco solar. La simbología masónica de esta construcción funeraria esta confirmada por el dato de que el Sr. Sampietro fue venerable de la logia "7 de junio de 1891" de la citada localidad.

El simbolismo de la clepsidra y su contexto de asociación.

El reloj de arena o clepsidra cuando se lo representa solo ha significado el símbolo del correr del tiempo, como en la bóveda Guzzetti.

Para la masonería su significado exotérico es tan marcado que la interpretación mística se pierde de vista. El tiempo vuela y la vida humana sobre la tierra se parece al caer de la arena.

El reloj de arena alado indica la fuga del tiempo y es por ello que el hombre debe prepararse para la muerte como hecho en el cual culmina la vida y debe pensar en la inmortalidad y en el pasaje de esta vida a la otra. Acompañado por la guadaña significa la fuga del tiempo y la certidumbre de la muerte como en el hipogeo de Isnardi.

La serpiente tuvo como significado la sabiduría y, mordiéndose la cola al formar un círculo, simboliza la eternidad, el universo sin principio ni fin, completo y sapiente. Asociada al reloj de arena como símbolo de temporalidad, como se encuentra en la bóveda Sampietro de Mar del Plata, significa para el pensamiento masónico la sabiduría universal constante en su acción y eterna en su existencia.

El triángulo es el símbolo de manifestación material y de perfección, sus dos puntas representan la ley de la dualidad significando que, cuando dos fuerzas o fases diferentes de la naturaleza se unen, surge un tercer estado en el vértice, que es el lugar de materialización de la creación y la perfección.

En las bóvedas de Sampietro y Langenheim, dos reconocidos masones de La Plata y Mar del Plata, la unión de los signos del triángulo y la clepsidra sugiere la perfección del estado aparente de la vida lograda en la muerte, en este sentido ambos personajes pueden considerarse como maestros consumados.

La corona vegetal significa la victoria y, asociada al reloj de arena, simboliza la victoria sobre la vida lograda en la muerte, como lo ejemplifica la bóveda Etchegoyen- Di Franco de La Plata, donde también se asocia a la cruz Ansata cuyo significado es la vida en el otro mundo.

Contexto histórico de las expresiones simbólicas asociadas a la clepsidra.

El reloj de arena o clepsidra es un icono que hace su primera aparición en las representaciones artísticas de los siglos XV y XVI, acompañando a otros como la serpiente que se muerde la cola (ouroboros) y la hoz, que de ser un utensilio agrícola, fue reinterpretado, convirtiéndose en un símbolo de la temporalidad de las cosas humanas (Panofski, 1984, 1986).

Durante el Renacimiento y el Barroco, la imagen del Padre Tiempo lleva como atributos una guadaña o una hoz, un reloj de arena (clepsidra) y una serpiente o dragón que se muerde la cola (ouroboros).

La serpiente que se muerde la cola es de origen iranio, estuvo relacionada al Aion (principio divino de creación eterna), y hacia el 1100 d. C. aparece asociada a las representaciones de Saturno. Hacia fines del siglo XV, se produce un cambio donde el tiempo, con la imagen de Saturno, pasa a asociarse con la idea de la muerte y comienza a representarse junto a la imagen del reloj de arena.

El reloj de arena como atributo de la muerte ya figura en la Vita Breve de Ripa y por primera vez aparece con alas en la tumba de Alejandro VI, obra de Bernini. Para 1546, el tiempo es frecuentemente representado con alas y acompañado por el reloj de arena (Gombrich, 1972).

En la ideología masónica, el reloj de arena o clepsidra es un significante muy polisémico, su simbolismo exotérico es muy fuerte y su significado esta marcando el correr del tiempo. En un plano místico la interpretación, más compleja, tiene como significado que el tiempo y el transcurrir de la vida son solo estados aparentes, el espacio y el tiempo no existen mas allá de la mente humana. porque en el mundo cósmico y en el mundo del pensamiento, el presente esta eslabonado con el pasado y con el futuro. Por ello su simbolismo se puede sintetizar en la frase *lo que fue, es y será.*

Desde el punto de vista iniciático, el Reloj de arena representa el discurrir fatal del tiempo y su irreversibilidad. Se lo ubica entre el Gallo (símbolo de renacimiento y vida) y la Calavera (símbolo de la Muerte).

Para Domenech (2000) "*Los dos compartimentos del reloj de arena nos pueden quedar como símbolos del cielo y la tierra, y el hecho que sean indistintamente parte superior e inferior, depende de la voluntad o necesidad del hombre. El pequeño canal que une o separa ambos compartimentos, nos vendría a simbolizar la puerta estrecha por la que es necesario pasar, para experimentar más tarde un desarrollo espiritual; viene a ser la puerta estrecha por la que se efectúan los intercambios, el "Polo de la Manifestación".*

En los cementerios aquí tratados el contexto histórico de las bóvedas que presentan la clepsidra alada, nos indica que los centros urbanos de la llanura pampeana, especialmente los del conurbano bonaerense y de la capital provincial tenían una población inmigrante europea, conformada por argentinos, italianos, españoles, franceses, ingleses, alemanes rusos, suizos y otras pequeñas comunidades (Sempé, 2001), ingresada en su mayoría entre 1880 y 1910. Estos grupos de gran diversidad étnica trajeron sus ideologías, cosmovisiones y creencias, así como también sus costumbres funerarias.

Para ese momento histórico los cementerios fueron un ámbito expresivo de los sentimientos, creencias e ideas cuya gran riqueza cultural, artística y arquitectónica se manifestó en las imponentes construcciones funerarias poseedoras de un alto simbolismo, a partir de las cuales es posible establecer las ideologías sociales de sus propietarios.

En la ciudad de La Plata, tanto los fundadores como sus colaboradores militaron en la masonería, fundando la Logia La Plata No. 80 en la que actuaron Florentino Ameghino, Eduardo Ves Losada, Manuel H. y Cesar Langenheim, Julio Sánchez Viamonte, Alberto Gregorio, Carlos A. Fajardo, Vicente Isnardi, Juan B. Lavié, Regino Letchos y muchos otros ciudadanos prominentes.

Logias presentes desde el inicio de la ciudad fueron: "Luz y Verdad", "Stretta Uguaglianza", "Triunfo y Justicia", "Hijos del Universo" y "1º de Mayo", luego se fundaron las logias 19 de Noviembre del rito Azul, cuyo templo ubicado en la calle 46 entre 2 y 3, esta ahora ocupado por la iglesia adventista. En Mar del Plata se conocen las logias "7 de junio de 1891" y Estrella de Mar.

CONCLUSIONES

La existencia de un simbolismo iconográfico funerario compartido por determinados sectores de las comunidades urbanas de los centros fundados entre fines del siglo XIX y principios del XX, indica que el mismo da identidad a los grupos de individuos, reforzando los lazos de unión entre sus miembros y marcando la pertenencia a sociedades secretas masónicas.

Para este momento, dentro de los citados grupos, la clepsidra fue un icono de fuerte carga simbólica. Cuando se presenta solo, como en la bóveda Guzzetti tiene el significado no masónico del discurrir del tiempo. En una serie importante de construcciones funerarias, como bóvedas y panteones sociales, tanto en La Plata como en otros cementerios del país, el icono se asocia a alas. En estos casos los dueños de las bóvedas y las asociaciones a las cuales pertenecen los panteones sociales, de acuerdo a las evidencias documentales, tienen una clara adscripción a la actividad masónica. En la historiografía masónica y en las obras específicas, referidas a los rituales es considerada un símbolo propio, razón por la cual se le puede considerar como característico de la simbología funeraria masónica, en especial cuando su contexto de asociación esta constituido por el ouroboros, la escuadra y el compás, las antorchas invertidas y el triángulo.

LAMINA 1

Figura 1 Bóvedas Langenheim y Di Giano

Figura 2 clepsidra alada. Langenheim

Figura 3 Clepsidra alada Di Giano

Figura 4 Bóveda Menochi

Figura 5 Detalle clepsidra y rosetones

Figura 6 Bóveda Cogoma

Figura 7 Clepsidra Bóveda Etchegoyen Di Franco

Figura 8 Clepsidra Bóveda Letchos

LAMINA 2

Figura 9 Clepsidra alada y detalles en relieves del Hipogeo Isnardi

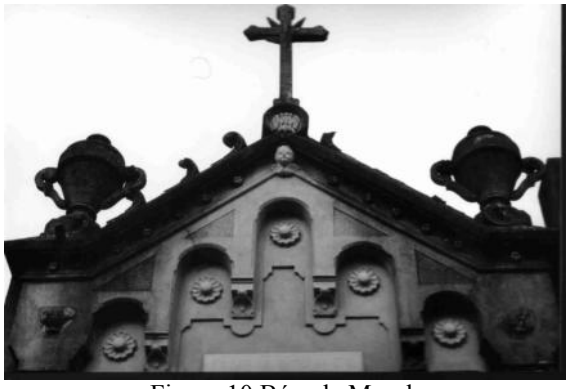


Figura 10 Bóveda Morales

Figura 11 Clepsidra alada Bóveda Guzzetti

Figura 12 Clepsidra Bóveda Bonini

Figura 13 Bóveda Sampietro. Derecha

Figura 14 Sampietro.Izquierda

BIBLIOGRAFÍA

CHEVALIER, J. y A. GHEERBRANT. 1995 **Diccionario de los símbolos**. Barcelona, Herder

CORBIÈRE, E. J. 1998 **La masonería, Política y Sociedades Secretas en la Argentina**. Buenos Aires, Sudamericana.

- 2001. **La masonería II. Tradición y Revolución**. Buenos Aires, Sudamericana.

DOMENECH J. L. 2002 **-EL Simbolismo del Reloj de Arena en la masonería**.

GOMBRICH E. H. 1972 **"Imágenes Simbólicas".** Madrid, Alianza Forma.

KHEI. 1998 **Simbología Rosacruz**. Barcelona, Obelisco.

LEADBEATER C.W. 1999 **Antiguos ritos místicos**. Barcelona, Ediciones Abraxas.

LEWIS, R. M. 1980 **Los antiguos símbolos sagrados.** California. AMORC. Press Department. San José.

LURKER M. 1992 **El mensaje de los símbolos**. Barcelona, Herder.

PANOFSKI ERWIN, 1984 **Estudios sobre Iconología**. Alianza editorial.

-1986 **Renacimiento y Renacimientos en el arte occidental**. Alianza editorial.

RIZZO, A. - 2001 "Sectores económicos y funebria en el cementerio de La Plata: la bóveda Berisso". **Milenio.** Chivilcoy.

2004 Los panteones sociales a fines del siglo XIX y principios del XX en el cvementerio de La Plata, **III Jornadas de Arqueología Histórica y de Contacto del Centro Oeste de la Argentina y Cuartas Jornadas de Arqueología y Etnohistoria del Centro Oeste del País.** Vol. 1 pp 139-148. Universidad Nacional de Río Cuarto. Facultad de Ciencias Humanas. Río Cuarto Córdoba

RIZZO, A. y SEMPÉ, M. C. 2001 "La actividad de la masonería en el Partido de Almirante Brown y su zona de influencia durante fines del siglo XIX y principios del XX". **Actas IV Jornadas de Historia del Conurbano Bonaerense.** Publicado en CD, Municipalidad de Almirante Brown - Secretaría de Educación y Cultura. Adrogué.

RIZZO, A.; SEMPÉ, M.C.; CATULLO M.R. Y SHIMKO S**.,** 2000. Ideología y Funebria a fines del siglo XIX y principios del XX en el cementerio de La Plata. En: **Unidad y Diversidad en América Latina: Conflictos y Coincidencias**. Centro de Graduados en Historia. Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, Imprenta Rago

SEMPÉ, M.C. 2001 "El cementerio de La Plata y su contexto social fundacional". **Milenio.** Chivilcoy.

- 2004 "Las bóvedas de la escuadra y el compás". **III Jornadas de Arqueología Histórica y de Contacto del Centro Oeste de la Argentina y Cuartas Jornadas de Arqueología y Etnohistoria del Centro Oeste del País.** Vol. 1 pp 131-138. Universidad Nacional de Río Cuarto. Facultad de Ciencias Humanas. Río Cuarto Córdoba

SEMPÉ, M.C. y RIZZO, A. 2002 "Análisis estilístico en arqueología histórica urbana". En **Arqueología Histórica Argentina**. Ed. Corregidor. Buenos Aires

SEMPE M.C. Y RIZZO A, 2003 La Plata ciudad simbólica. **En Presencia Masónica en el Patrimonio Cultural Argentino**. Temas de Patrimonio 8. CPPHCCBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

SEMPÉ M. C., M.L VIERA, T. GARCÍA Y A RIZZO. 2004 Arquitectura y simbolismo como imagen de la muerte en el cementerio de La Plata. En: **Imagen de la Muerte.** Ed. Centro de Producción Fondo Editorial. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.

VÁZQUEZ ALONSO, M. 1979 **El libro de los signos**. Barcelona. Ediciones 29.

VIERA L.M. Y M.C. SEMPÉ 2005 Los estilos arquitectónicos como expresión de un momento social en el cementerio de La Plata. En Temas de Patrimonio 13 **"Patrimonio Cultural en Cementerios y Rituales de la Muerte"**.Tomo I pp 301 y ss.

Viera, L M y Sempé, M C 2004 La expresión funeraria del Art Nouveau. **Miradas al pasado desde Chivilcoy:** pp 553-565 Ed. CECH. Chivilcoy, Buenos Aires. CD Formato Libro

WIRTH, O. 1908 **El Libro del Aprendiz**. Buenos Aires.

María Carlota Sempé: Doctora en Ciencias Naturales. UNLP. Licenciada en Antropología. Investigadora Principal del CONICET. Profesora Titular cátedra Arte, Tecnología y Antropología Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP. carlota_sempe@yahoo.com.ar

Antonia Rizzo: Doctora en Historia. UNRosario. Docente-Investigadora Programa Incentivos UNLP. Profesora Titular cátedra Etnohistoria. Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP. carlota_sempe@yahoo.com.ar

EL SURGIMIENTO DEL CEMENTERIO ISRAELITA DE LA PLATA

Dulout Luis Noel[1]

RESUMEN

La mayoría de los cementerios Israelitas de la Argentina están íntimamente ligados al surgimiento de asociaciones comunitarias Judías y se presentan en predios adquiridos específicamente para este fin. Sólo algunos se encuentran relacionados espacialmente con cementerios de otras religiones. Uno de estos caso en el del Cementerio Israelita de La Plata en la Provincia de Buenos Aires. El objetivo de este trabajo es relatar la historia de la creación del Cementerio Israelita de La Plata. que se encuentra construido dentro del mismo predio que el cementerio municipal local.

INTRODUCCIÓN

La mayoría de los cementerios Israelitas de la argentina están íntimamente ligados al surgimiento de asociaciones comunitarias Judías y se presentan en predios adquiridos específicamente para este fin. Sólo algunos se encuentran relacionados espacialmente con cementerios de otras religiones. Uno de estos caso en el del Cementerio Israelita de La Plata en la Provincia de Buenos Aires. El objetivo de este trabajo es relatar la historia de la creación del Cementerio Israelita de La Plata. que se encuentra construido dentro del mismo predio que el cementerio municipal local.

En un trabajo anterior analizamos documentos provenientes del Archivo Municipal de La Plata, que hacían referencia al tratamiento de la ordenanza que reglamenta el funcionamiento del cementerio y lo comparamos con diversas noticias periodísticas que hacían referencia al tema. En ese trabajo pudimos establecer y comentar la filiación política de los diferentes actores políticos que trataron el tema. Hasta ese momento no teníamos certeza de la fecha de creación y apertura del Cementerio Israelita Platense ya que no existe un archivo municipal que conserve este tipo de documentación que supere los diez años de antigüedad.

Afortunadamente tuvimos acceso a documentación de la Asociación Mutual Israelita Argentina de La Plata, donde pudimos obtener las fechas correspondientes y hasta pudimos contrastar las mismas con expedientes encontrados en el archivo de Obras Particulares del Municipio de La Plata.

EL NACIMIENTO DE UNA CIUDAD

Luego de declarar la independencia en 1810 la República Argentina atravesó un extenso periodo de luchas primero por la independencia y luego atravesó un periodo de guerra civil. Esta tuvo como protagonistas a dos facciones, por una parte la Provincia de Buenos Aires, liderada por Juan Manuel de Rosas y por el otro las provincias que se denominan del Interior dominadas por diferentes caudillos. Luego del triunfo de las provincias del interior sobre Buenos Aires comienza un periodo de reorganización, en 1853 se sanciona la primer Constitución Nacional. Para 1880 la Nación se había estabilizado y había perfilado la economía hacia un esquema ganadero de exportación. Se decide entonces designar a la Ciudad de Buenos Aires, hasta ese momento capital de la Provincia homónima, como Capital de la Nación. Esta situación genera la necesidad de encontrar un nuevo emplazamiento para la capital provincial. Dado el estado de bonanza que

Licenciado en Antropología UNLP. Docente Investigador Programa Incentivos Ministerio de Educación de la Nación. Ayudante diplomado cátedra Levantamiento Geológico Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP.
ldulout@yahoo.com.ar

atravesaba la Argentina se decide construir una ciudad totalmente nueva y no tomar como emplazamiento una ciudad ya existente. Fue así como en 1882 se funda la ciudad de La Plata que se localiza a unos 60 kilómetros al sudoeste de la ciudad de Buenos Aires y a 10 kilómetros de las ciudades de Ensenada y Berisso que ya existían como puertos.

En la década de 1870 la economía mundial había dado un giro. Europa no sólo necesitaba la carne que se producía en Argentina sino que requería también granos. La Argentina enfrentó entonces un periodo de reacomodamiento para la producción agrícola. Como la ganadería requería de una cantidad menor de mano de obra que la actividad ganadera comenzó a fomentarse la inmigración. Esta fue principalmente de origen europeo, que comenzó a establecerse en diversas colonias agrícolas en las provincias de Entre Ríos y Santa Fe y con posterioridad a la conquista del desierto en la provincia de Buenos Aires.

La construcción de una nueva ciudad necesito de abundante mano de obra especializada. Así se iniciaron campañas propagandísticas en toda Europa con el fin de captar artesanos, escultores, constructores, albañiles, entre otros.

Desde su fundación hasta 1914, fecha en que la inmigración europea decrece abruptamente debido a la primer guerra mundial la evolución de la población fue la siguiente:

Año	Población Argentina	Porcentaje	Población Extranjera	Porcentaje	Total
1884	2278	21,9	8129	78,1	10407
1885	6398	37,3	10773	62,7	17171
1909	43223	65,7	22589	34,3	65812
1914	59211	65,5	31225	34,5	90436

Si bien la mayor proporción de los inmigrantes provenía de Italia, España y Francia, con una adscripción religiosa claramente católica apostólica romana; otro porcentaje de inmigrantes provenía de otros piases y su adscripción religiosa era diversa, entre ellos había un número considerable de Judíos tanto Asquenazí como Sefardíes.

EL SURGIMIENTO DE UNA ASOCIACIÓN Y SU CEMENTERIO

La necesidad de llevar a cavo las ceremonias religiosas debió ser el primer nexo entre los pobladores judíos de La Plata ya que el domingo 7 de julio de 1907 un grupo de 13 judíos se reúne con la intención de crear una asociación con fines benéficos. Deciden entonces invitar a los Israelitas de La Plata para una asamblea general el día sábado 13 de julio con el fin de organizarse y elegir una comisión para que redactara los estatutos.

El día sábado 13 de julio de 1907 a las ocho de la noche, nótese que a esta hora ya había finalizado el sabat, se declara abierta la primer asamblea bajo la presidencia del Sr. E. Raijman. El primer punto que se discutió fueron los fines que perseguirá la asociación, decidiéndose que los mismos serían de socorros mutuos, buscar trabajo a sus asociados, fundar una biblioteca y una escuela nocturna para adultos. Fue entonces elegida por votación una comisión para que redactase los estatutos. Posteriormente se discutió el nombre que debería llevar la asociación y se resolvió llamarla “Sociedad de Socorros Mutuos Esra”. Se procedió entonces a la elección de una comisión directiva provisoria.

Una semana después, el 20 de julio de 1907, en una tercer asamblea se presentaron los estatutos que serían enviados para su aprobación al ministerio público provincial. Se decide en esta reunión hacer público el surgimiento de la sociedad publicando la noticia en el diario “La Voz del Pueblo” de la Capital Federal y en otro diario de la Ciudad de la Plata. Lamentablemente no hemos podido dar con las publicaciones, no sabemos si es que las mismas se perdieron en el atentado a la AMIA o que quizás no fueron publicados.

Es sumamente interesante que no se hiciera mención a la necesidad de un cementerio comunitario en estas primeras reuniones, ya que la posesión y administración de cementerios

comunitarios son el principal factor para el surgimiento de la mayoría de las asociaciones judías de la Argentina.

La primera mención a la necesidad de un cementerio judío local aparece en la décima reunión de la asociación el día 21 de septiembre de 1907. Esta surge de la propuesta del Sr. Kraiselburd para la adquisición de un terreno para un cementerio. Se discute entonces si la asociación debe ocuparse del tema inmediatamente o dejarlo para después, se vota entonces que la asociación se ocupe del tema inmediatamente. En la reunión del día 3 de octubre donde se plantea el temario a tratar en la asamblea del día sábado 12 octubre aparece como cuarto punto a tratar "Proyecto del cementerio".

La Asamblea General del día 12 no termina de sesionar por pelea entre los socios. En la reunión del día 22 de octubre se decide llamar a una nueva Asamblea General el día 26 de octubre de 1907. En esta asamblea se trata el proyecto de creación del cementerio y es rechazado por votación.

> "...Se pasa al segundo punto del orden del día –Proyecto Cementerio Israelita -, después de una corta discusión, queda rechazado por 26 votos" (Actas Esra, Folio 78)

Si bien parecía que la voluntad de la asociación era no tratar el tema, el 29 de febrero de 1908 el Sr. Perman pide la reconsideración, se eleva el tema a tratamiento de la comisión ejecutiva de la asociación y esta resuelve estudiarlo por 15 votos a favor contra 6 en contra. Es así como el 31 de marzo de 1908 se designa a los señores M. Klot y A. Pdosky para que recojan datos e informen a la comisión. El 19 de abril el Sr. Klot informa que esta esperando informes de la Municipalidad de la Capital Federal. El 2 de junio la Comisión Central les pide que apresuren los trabajos sobre el cementerio. El 21 de mayo de 1909 el Sr. Klot propone que la comisión ejecutiva se ocupe de la adquisición de un terreno en el cementerio para utilizarlo como Cementerio Israelita, cuando el tema es tratado se le responde al Sr. Klot que se atenga a lo encomendado en marzo de 1908.

El problema del cementerio propio aun no había sido resuelto en 1911, es así que el 27 de marzo el Sr. Klot propone la emisión de acciones de 5 y 10 pesos para poder solventar los gastos de un posible lote para el Cementerio que espera conseguir en tratativas con el Municipio Platense, la comisión ejecutiva le responde que se ocupe del tema.

El 8 de agosto de 1912 aparece una mención de la existencia de una "Yebra Keduscha" que le solicita a la Esra una participación de las ganancias obtenidas de la venta de localidades en la sinagoga de las festividades de ese año. Esta sociedad santa se disolvió poco después.

Finalmente en la reunión del día 12 de abril de 1913 el presidente de la Esra da cuenta de que había recibido la copia de una escritura de un terreno que la Municipalidad de La Plata regala a la sociedad para la construcción de un cementerio Israelita. Se discute entonces la forma en que se conseguirían los fondos para la construcción del muro perimetral del cementerio.

En la reunión del día 6 de mayo de 1913 se transcribe el contrato que la sociedad realizó con un constructor local para las obras del muro del cementerio. De estos puntos se desprende que el terreno donado por la Municipalidad es el mismo predio que esta ocupado en a actualidad en la calle 72 entre 134 y 135. Las características que se exigen en el contrato son similares a las que figuran en el expediente que se encontró en el archivo de obras particulares, parte de este muro aun puede observarse en la actualidad.

Finalmente el 9 de noviembre de 1913 se realiza una ceremonia en la que se trasladan los restos de asociados enterrados en el cementerio General al Cementerio Israelita. Con esto queda oficialmente abierto para su uso el cementerio Israelita de LA Plata.

DIFERENTES LUGARES DE ENTIERRO DE LOS JUDÍOS PLATENSES, ANTES DE LA EXISTENCIA DEL CEMENTERIO ISRAELITA DE LA PLATA.

Cuando comenzamos a trabajar en el cementerio Israelita de La Plata uno de los interrogantes que se nos presento fue donde eran enterrados los socios de la Esra antes de la existencia del Cementerio colectivo, ya que en el cementerio general no encontramos ninguna tumba con adscripción claramente judía.

Comenzamos nuestra búsqueda en obituarios de diarios locales pero sólo encontramos obituarios católicos. Posteriormente pudimos revisar algunos diarios de la colectividad Judía de Buenos Aires. Cabe destacar que es muy poca la información que pudo ser rescatada luego del sangriento atentad a la AMIA donde se encontraban los archivos. Afortunadamente dimos con un obituario de una Mujer Judía platense que fue inhumada en el cementerio de Liniers, primer cementerio Judío de la Argentina creado en 1910.

Cuando trabajamos con las actas de la Esra encontramos dos menciones de traslado de socios difuntos al cementerio de Liniers. El 14 de octubre de 1911 se comunica el fallecimiento del Sr. Leon Kopeloff y se menciona que la comisión ejecutiva de la Esra hará las tratativas para el traslado de los restos al cementerio Israelita de Liniers. El otro fallecimiento fue el de Paulina L de Goldenberg el 20 de abril de 1912.

Hasta ese momento supusimos que todos los judíos platenses eran enterrados en el cementerio de Liniers pero, cuando analizamos las actas de apertura del cementerio Israelita platense notamos que el acto de apertura consistió en el traslado de los resto de los socios inhumados en el cementerio General de La Plata. Observamos que existen diferencias en las inhumaciones de los socios de la Esra, suponemos que estas diferencias responden a diferentes posibilidades económicas de los asociados. Quienes podían pagar el traslado eran inhumados en el cementerio de Liniers, quienes no podían pagar eran inhumados en el Cementerio general a la espera de la realización del cementerio Israelita local.

CONCLUSIONES

El contexto histórico y social en que se funda la ciudad de La Plata responde al auge económico reinante en el país. La creación de una nueva ciudad favoreció la expresión de sectores progresistas de la sociedad. Como establecieron las Dras. Sempé y Rizzo en trabajos anteriores la construcción de La Plata atrajo a numerosos librepensadores, progresistas entre ellos masones, socialistas y anarquistas entre otros. Por lo observado en las actas creemos que los creadores de la Unión Israelita Esra respondían a estos patrones. Esto queda evidenciado en los fines que perseguirá la asociación, los mismos serían de socorros mutuos, buscar trabajo a sus asociados, fundar una biblioteca y una escuela nocturna para adultos. Esto es notable ya que la mayoría de las asociaciones Judías argentinas surgen con la intención de fundar un cementerio propio.

La existencia de diferencias en el lugar de inhumación de los diferentes socios fallecidos, nos permite supones la existencia de divisiones económicas entre los asociados. Seguramente los socios con mayor poder adquisitivo fueron comerciantes afincados en Buenos Aires que por diferentes causas se asentaron en la nueva y prospera ciudad de La Plata.

La diversidad en la expresión funeraria es un factor muy importante para establecer patrones sociales en el periodo fundacional platense. Asimismo es sumamente importante comprender, estudiar y analizar la diversidad presente en el patrimonio tangible en el cementerio platense.

BIBLIOGRAFÍA

Actas "Unión Israelita Esra" tomos 1,2 y 3.

Slavsky, Leonor
1993 La espada encendida" Mila. Buenos Aires. Argentina.

Rizzo Antonia.
2001 *Hacia una clasificación de la parafernalia funeraria (fines del siglo XIX e inicios del XX).* En actas y resúmenes del XIV Congreso Nacional de Arqueología Argentina. U.N.R. Rosario

Sempé M. C. Y V. Dubarbier.
2001 *La galería de los nichos del cementerio de la plata.* En actas y resúmenes del XIV Congreso Nacional de Arqueología Argentina. U.N.R. Rosario

Rizzo Antonia y María Carlota Sempé.
2001 Importancia del Cementerio como documento etnohistórico y Antropológico. XXI Encuentro de Geohistoría Regional. Fac. de Humanidades UNF..

Thomas Louis Vincent
1993 Antropología de la muerte. Fondo de Cultura Económica. México.

Dulout, Luis N.
2003 Utilización diferencial del espacio en cementerios urbanos. MIRADAS AL PASADO DESDE CHIVILCOY, formato CD. Editado por el Centro de Estudios en Ciencias Sociales y Naturales de Chivilcoy. Buenos Aires.

ABEC- II ENCONTRO SOBRE CEMITERIOS BRASILEIROS

Conferência de abertura

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DE CUNHO POPULAR EM CEMITÉRIOS BRASILEIROS[1]

Maria Elizia Borges[2]
Brasil

" "Quando eu morrer",
não quero choro nem vela,
"quero uma fita amarela, gravada com o nome dela..."
NOEL ROSA (música Fita Amarela).

O presente texto objetiva identificar aspectos iconográficos das imagens visuais capturadas durante a pesquisa de campo que estamos realizando em cemitérios convencionais secularizados do Brasil, a partir do período denominado por Michel Vovelle como a "era de ouro dos cemitérios" (1890-1930), caracterizado pela afirmação do luto burguês. Esses campos socioculturais preservam em seus territórios arquiteturas, esculturas e ornamentos possuidores de uma iconografia erudita, de massa ou de cunho popular. Essas expressões artísticas transmitem representações estereotipadas acerca do significado que o homem ocidental confere à morte e ao espaço dedicado ao morto. Independentemente de como se expressam, os monumentos funerários são dotados de funcionalidade e de valores artísticos, simbólicos e religiosos (Borges, 2002). Essas iconografias vêm reforçar o sentimento de perda e de dor cristalizado no fim do século XIX e que se manteve por todo o século XX.

Que tipo de espaço são os cemitérios secularizados convencionais do Brasil? Num primeiro momento, diríamos que é um espaço público, assim como o são as praças repletas de esculturas comemorativas. Todavia, englobam um universo muito singular. A sua representação está vinculada ao esvaziamento da vida e, diante do fato, ficamos perturbados e temos dificuldade de ver simplesmente o objeto ali representado. O cemitério é um dos "lugares de memória", assim como os museus, os arquivos e os santuários. Ele também está associado à vida, pois ali se instala uma rede articulada de identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva, que nos faz tomar consciência do seu significado cultural (Nora, 1993).

Qual é a situação da produção artística ali exposta, em relação à crítica da arte brasileira? Outrora tida como uma produção "paralela", ela vem ocupando, desde a década de 1990, um espaço peculiar na historiografia da arte no Brasil, em virtude do novo quadro de estudos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação, que apontam para as particularidades do trabalho de escultores que fizeram desta arte um meio de subsistência. Quanto às manifestações artísticas realizadas por

---

[1] Texto apresentado no livro: ARTE latinoamericana del siglo XX: otras historias de la Historia/ Rodrigo Gutiérrez Viñuales (diretor). – Zaragoza: Prensas Universitaria de Zaragoza, 2005: 21-43.

[2] È professora Adjunta de História da Arte na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Ministra aulas nos programas de Pós-Graduação: mestrado em Cultura Visual, doutorado em Historia.Pesquisadora do CNPq.Tem artigos publicados no país e no exterior sobre arte funerária no Brasil. Publicou os livros: *A pintura na "Capital do Café": sua história e evolução no período da Primeira República* (Franca: UNESP/Franca, 1999); *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto* (Belo Horizonte: Editora C/arte, abril, 2002{bilíngüe}). Integra o Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), a Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) e a Association for Gravestone Studies (AGS/ EUA). E-mail: maelizia@terra.com.br; Site: www.artefunerariabrasil.com.br.

construtores autônomos, isto é, pessoas que trabalham no sistema da economia informal e constroem túmulos simples, decorados segundo o padrão do gosto popular, ainda não temos parâmetros para avaliá-los, dada a falta de levantamento mais sistemático.

Os estudos já realizados sobre a arte funerária no país contribuem para confirmar a importância do cemitério secularizado como um espaço de concepção urbanística moderna. Ele é detentor de um tipo de produção artística peculiar, capaz de exercer influências sobre o gosto estético da população local, que adquire o conhecimento artístico tanto da cultura erudita como da cultura popular e a de massa, na condição de "mosaico". Atualmente, não se têm como separar nitidamente as fronteiras que outrora definiam esses tipos de produções artísticas. Pode-se, então, afirmar que o predomínio de um tipo de cultura, em detrimento de outra, varia de acordo com as condições socioculturais de cada cemitério.

Normalmente, os cemitérios secularizados possuem um modelo de Planta Baixa com uma estrutura similar à de uma cidade. As quadras são subdivididas em quadriláteros formando malhas através de avenidas, ruas e travessas. As carneiras ficam dispostas lado a lado, dentro de cada quadra. As instaladas de frente para as vias de acesso são sempre as que contemplam o gosto da burguesia vigente, referenciado pela arte erudita, enquanto que as alojadas no interior das quadras, que são a maioria, seguem uma estrutura mais simples, passíveis de representar o mobiliário funerário de cunho popular. Apesar de ocuparem um espaço maior, elas são imperceptíveis, dadas à fragilidade de suas construções e a pouca visibilidade que adquiriram.

Nessa aparente distribuição democrática das carneiras fica registrado o silêncio camuflado do conflito social e a evidência da desigualdade, que se assenta na organização da classe a que pertence o morto. Aparentemente, os vários repertórios estilísticos alojados lado a lado avançam os limites uns dos outros por entre as alamedas e ruas, fundem-se pela ação de seus construtores e se popularizam nesse espaço unificado. Não há como desconsiderar a importância de tais produções, calcadas em ações técnicas culturalmente assimiladas.

Neste texto pretendemos nos acercar de algumas ações contidas nas expressões artísticas de cunho popular. O nosso interesse é recente e advém da nossa empatia com o tema e da ausência de uma reflexão teórica a esse respeito na produção acadêmica do país. Existe ainda uma resistência, por parte de alguns pesquisadores, ao estudo dos valores inerentes à arte funerária, resistência que ainda se torna maior quando procuramos reconhecer o artista-artesão, produtor de uma manifestação artística funerária dotada de "outros tipos de reconhecimento estético". Sabe-se o quanto alguns desses produtores solucionam as construções funerárias de maneira simplificada e rústica, e o quanto tiveram que tratar com o improviso dada a ausência de certos domínios técnicos. Eles se reconhecem como reprodutores de um ideário espiritual facilmente assimilado pela comunidade, todavia, isso não está legitimado social e culturalmente. Enfim, trata-se de um vasto material a ser decifrado, que dialoga lado a lado com a arte erudita, advinda de outro contexto cultural.

ARTE FUNERÁRIA NO BRASIL

Pesquisas de antropólogos e arqueólogos realizadas em sítios arqueológicos brasileiros registram diversas formas de sepultamentos das culturas nativas que habitaram este território até quinze mil anos AC, denominado de Período Pré-Colonial. Enterrava-se *no interior das cavernas* – onde se construía monumentos megalíticos, tipo dolmens; *no interior dos sambaquis* – elevações costeiras formadas pelo acúmulo de conchas de origem natural e de esqueletos; e *nas tibicoeras* – locais de sepultamentos situados perto das povoações indígenas (Loureiro, 1977:32).

Nos museus antropológicos, encontramos muitas peças de cerâmica apropriadas para depositar o cadáver ou as cinzas dos mortos, denominadas *urnas funerárias*. Existem inúmeros modelos de urnas antropomorfas marajoaras – peças feitas na Ilha de Marajó – de grande porte, decoradas por formas geométricas estilizadas, em incisões sobre branco e vermelho, produzidas por agricultores de origem andina que habitavam a floresta Amazônica.

Na época do Brasil Colonial, quando o território foi dominado por Portugal, os novos habitantes de origem européia realizavam os sepultamentos de católicos em valas coletivas ou em

sepulturas no interior das igrejas e conventos, ao rés-do-chão, cabendo às ordens e irmandades religiosas administrar todo o ritual da morte.

Normalmente, as pedras tumulares eram confeccionadas na cidade de Lisboa, Portugal, ou por artesãos locais. Elas contêm, geralmente, inscrições e desenhos incisivos ou brasões em relevo, no mármore ou na pedra de lioz. Provavelmente, esses são os primeiros materiais de lavor artístico existentes no país. As inscrições assinalam as realizações mais importantes dos falecidos e os arabescos são desenhados de forma delicada, gravados na pedra. Sabe-se que as pessoas tidas como clandestinos – assassinos, protestantes, judeus e suicidas – eram enterradas em covas rasas, em locais afastados do povoado, sem nenhuma estrutura para esse serviço (Valladares, 1972: 123).

O século XIX ficou marcado como o período inicial da construção de cemitérios secularizados nos grandes centros urbanos da Europa e da América Latina. Uma das causas disso foi à ocorrência de epidemias, como as de cólera e de febre amarela, que provocaram altos índices de mortalidade. No Brasil, esse processo de secularização foi iniciado pelas principais cidades da época: no Rio de Janeiro foram construídos os cemitérios da *Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula*, em 1849, o *São João Batista*, em 1851 e *São Francisco Xavier,* em 1857. Na cidade de São Paulo inaugurou-se o *Cemitério da Consolação*, em 1858; e em Belém do Pará, o *Cemitério Nossa Senhora da Soledade*, em 1853. Todas essas necrópoles podem ser consideradas "museus a céu aberto", onde jazigos-capelas, túmulos monumentais e esculturas transcenderam suas qualidades meramente utilitárias e artísticas para se transformarem em monumentos históricos de grande valor cultural, convertendo-se em definidores do *status social* dos defuntos e de seus descendentes.

Após a Proclamação da República (1890), todas as cidades do país foram obrigadas a instalar seus cemitérios secularizados, que passaram a ser administrados pelos órgãos públicos municipais, e não mais sob a custódia da igreja, período que se oficializou a separação entre o Estado e a Igreja (Borges, 2002: 143). Daí resultou um processo multiplicador desse tipo de cemitério. Atualmente, diante da distância temporal da época e do que nos foi legado desses espaços públicos, que já sofreram inúmeras interferências, pode-se investigar a arte funerária no Brasil tomando como base a origem artística de seus monumentos.

Nas atuais metrópoles regionais do país, vê-se que os cemitérios são transmissores de uma arte funerária procedente de duas situações distintas. A primeira advém da intenção de satisfazer o gosto das famílias burguesas, dotadas de grande poder aquisitivo, que costumavam importar túmulos de "estilo" da Europa. A segunda, com o mesmo objetivo da anterior, consistia em encomendar túmulos para escultores brasileiros, imigrantes e/ou descendentes de italianos, franceses, portugueses e alemães, alguns dos quais considerados *acadêmicos* e outros, como *modernistas.*

Em ambos os casos, há o predomínio de um tipo de produto artístico fetichizado, no qual o valor supremo é a originalidade, detentora de uma iconografia advinda dos postulados da arte tida como elitista e erudita (García Canclini, 1984: 49). Esses profissionais usufruíam, então, de uma suposta liberdade artística no momento da execução dos túmulos, uma vez que seus serviços eram contratados justamente porque havia um conhecimento e uma apreciação prévia dos méritos de seu trabalho pelo meio artístico e pela comunidade local. Isso lhes assegurava certa autonomia na produção funerária e garantia sua popularização.

Já no interior do país, os cemitérios contêm uma arte funerária proveniente de outras circunstâncias. Em cidades de médio porte, nas quais a instalação das marmorarias locais está atrelada ao progresso econômico da região, as famílias com maior poder aquisitivo encomendavam seus monumentos aos marmoristas (artistas-artesãos) de formação européia (Borges, 2002). Verificou-se, então, o predomínio de um tipo de produção padronizada, inspirada nos modelos registrados nos manuais especializados da Europa. Aqui, o processo artístico se concentrou mais na distribuição do produto realizado em série, que se tornou eficaz ao transmitir, para inúmeros cemitérios, das mais variadas localidades do país, alguns modelos de arquitetura e escultura já cristalizados e banalizados na Europa, e que haviam sido influenciados pelos postulados da arte erudita.

Vê-se um número maciço de anjos, imagens e adornos provenientes da cultura cristã, concebidos segundo uma plástica artística neoclássica, neogótica, realista, *art nouveau* e *art déco.* Com isso, a arte funerária propicia a toda a comunidade um contato com um tipo de obra vinculadora de um valor também supremo, que causa no espectador uma "sujeição feliz", segundo atesta o sociólogo Néstor García Canclini (1984: 49). Vê-se, então, que os cemitérios públicos secularizados, metropolitanos e das cidades de médio porte, se tornaram, em graus diferenciados, grandes depositários de um tipo de produto carregado de conhecimento artístico sedimentado pela arte erudita, apesar das inúmeras reformas e ampliações pelas quais passaram no transcorrer dos anos.

Em cidades de pequeno porte, os cemitérios secularizados sofreram poucas intervenções e estão menos descaracterizados. Neles, constatamos uma variedade maior de construções tumulares, realizadas com o emprego de materiais regionais e/ou básicos da construção civil. Eles são construídos por pedreiros e/ou artesãos autônomos, na maioria das vezes desvinculada do trabalho realizado pelas marmorarias da região, com as quais estabeleciam concorrência. Geralmente, essas construções possuem uma feitura bucólica, uma decoração genuína, em conformidade com o gosto popular, sendo edificadas ocasionalmente com interferências de seus proprietários, que têm prazer em participar do processo de produção. A participação familiar na feitura do túmulo é uma das maneiras que se tem de comprovar a necessidade de melhor elaborar a perda do ente querido. As pessoas necessitam de se acercar dos túmulos, criarem um ambiente íntimo e de recolhimento, para que possam exercitar o ato de devoção, fazer-lhes visitas e embelezá-los com flores.

Nesse caso, "o valor supremo é a representação e a satisfação solidária de desejos coletivos" (García Canclini, 1984:50), levada às suas últimas conseqüências. Os valores estéticos da arte erudita não interferem diretamente nesse tipo de produção artística, conforme pretendemos demonstrar neste esboço que selecionamos para análise. Alguns tipos de construções funerárias se tornam pólos de resistências numa sociedade em que as camadas populares têm pouco espaço para se expressar. São os jazigos-casas, os túmulos regionalistas, as gavetas funerárias, os túmulos decorados por "riscadores de pedra" e por artesãos locais.

JAZIGOS-CASAS

Jazigo-casa. Cemitério Municipal de Brodowski, Brodowski (SP). Fotógrafo: Almir Abdala.

A partir do século XIX, ocorreu a disseminação dos jazigos-capelas em cemitérios ao ar livre, moda abraçada pela classe burguesa, que tinha o hábito de construir uma capela pequena, um recinto privativo em um local público, para ali enterrar todos os mortos de uma mesma família. Ali os vivos poderiam fazer suas orações sem serem importunados e se aproximar mais fisicamente dos entes mortos (Ariès, 1982:310). A cultura arquitetônica dos jazigos-capelas, de maneira geral, está imbuída de características provenientes do estilo eclético. Assim, acolheram-se variados elementos arquitetônicos de épocas anteriores, oriundos de regiões diversas, recompostos de diferentes maneiras, cedendo às novas exigências da produção de massa (Borges, 2002:176).

Muitas construções européias serviram de modelo para os canteiros e marmoristas do Brasil. Para a sociedade vigente, construir um jazigo-capela constituía sinônimo de *status quo* para o grupo familiar, não só pela privacidade adquirida como também pela ostentação que esse tipo de monumento possibilitava diante dos demais. Foi, certamente, uma das maneiras de evidenciar a desigualdade social, que se assentava na organização da classe a que pertencia o morto. Os jazigos-capelas seguem uma estrutura construtiva comum e simples, possuem sempre uma planta retangular, pequena, variando apenas na altura da capela e nos adereços instalados em mármore de carrara, que os tornam, à primeira vista, ostensivos e sofisticados.

O processo de laicização da sociedade brasileira, o achatamento econômico que sofreu a população e a persistência em se associar o local do morto à idéia de morada eterna, ainda capaz de manter reunidos todos os componentes familiares após a morte. Independentemente da seita religiosa os atuais construtores edificam cada vez menos jazigos-capelas. Ao mesmo tempo, aumenta o número de jazigos-casas e/ou casas-capelinhas – assim denominadas por Renato Cymbalista (2001:90) –, como construções sucedâneas aos jazigos-capelas. Na realidade, são túmulos que possuem o formato de casas em miniatura, que continuam reportando, no seu interior, altares similares aos das igrejas brasileiras.

Os jazigos-casas seguem a mesma estrutura dos jazigos-capelas, são edificados por construtores que podem, por vezes, seguir um projeto elaborado por um arquiteto. Nesse caso, há uma preocupação em vinculá-los aos parâmetros da arquitetura moderna, adotando grandes paredes envidraçadas, telhados, portas e janelas de formatos irregulares e regulares, influenciados pelo encantamento propiciado pelos projetos do arquiteto Oscar Niemeyer, que foram apreendidos pela população brasileira. Como exemplos dessa assimilação, e a título de curiosidade, existem inúmeras representações da fachada do Palácio da Alvorada, de Brasília, ou detalhes das suas colunas, pintados em borrachas de linóleos que decoram os pára-lamas dos caminhões que circulam pelo país, transformando-os, assim, em ícones popularizados da linguagem visual modernista.

Na intenção de imitar moradias populares, os jazigos-casas tiveram sua entrada ampliada com a construção de varandas, ora sustentadas por colunas, ora protegidas por muros ou agregando muretas e reservando, sempre, lugar específico para a instalação de floreiras e de vasos de flores. Normalmente, os construtores adotam o acabamento similar ao das construções civis, isto é, usam como revestimento reboco com estuque, tijolos aparentes, alvenaria, pedras e azulejos padronizados (Figura 01).

Os jazigos-casas mais simples geralmente têm suas paredes rebocadas com cal, e portas e janelas de esquadrias metálicas, estas com vidros basculantes, segundo modelos padronizados, utilizados nas construções das casas populares. Nos pisos, costuma-se empregar azulejos, normalmente usados no revestimento das paredes de cozinhas e banheiros das casas dos vivos. Os elementos de identificação dos jazigos-casas estão na instalação de placas com os dados do falecido e na colocação de uma pequena cruz latina no topo da edificação funerária. Esses tipos mais elementares de jazigos-casas são construídos em série por pedreiros que trabalham sozinhos, se especializam nesse tipo de construção e vivem em torno do cemitério, em busca do trabalho informal. Enfim, cada cemitério parece adotar um tipo comum de jazigo-casa, que é construído em vários pontos do seu espaço interno, em conformidade com o pedreiro prestador de serviço local.

É freqüente encontrar, em todo cemitério brasileiro, pelo menos um jazigo-casa e/ou jazigo-capela, que se destaca de todos os túmulos de seu entorno por configurar uma arquitetura kitsch, isto é, por elaborar o espaço de forma criativa e original, seguindo o repertório estético

particularizado solicitado pelo proprietário. Dentre os exemplos mais curiosos levantados, citamos o jazigo-capela que tem suas paredes no formato das mãos postas, instalado no Cemitério Municipal de Manaus. Dessa feita, adentramos no local, que representa, literalmente, o lugar de oração. Sabe-se o quanto às mãos se tornaram símbolos essenciais no ritual de passagem da vida para a morte. Repertórios funerários como esses aumentam o status sociocultural dos cemitérios secularizados.

Todos esses tipos de construções interferem nos valores arquitetônicos anteriormente vigentes no espaço secular do cemitério. É salutar lembrar que os jazigos-casas continuam a cumprir a mesma função do espaço fúnebre dos jazigos-capelas e possuem uma sala de visita própria para venerar e perpetuar a lembrança do falecido. Trata-se de um processo de ação criativa repleto de sensibilidade e imaginação, condizente com os desejos desse sistema familiar nuclear, conforme atesta Néstor García Canclini (1984).

TÚMULOS REGIONALISTAS

Túmulo regionalista de Vitor Mateus Teixeira.
Escultor Mário Arjonas Guillen. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Porto Alegre (RS).
Fotógrafa: Maria Elizia Borges.

O Brasil é um país beneficiado por uma extensão geográfica muito grande e, conseqüentemente, podem-se identificar algumas regiões em função das suas variações climáticas, dos solos, das riquezas minerais, da vegetação e das influências socioculturais adquiridas no

transcorrer dos anos. O modelo de cemitério secularizado agrega um universo multicultural e está vulnerável a todos os fatores citados acima. Observa-se que alguns cemitérios são mais propensos a construir túmulos com aportes regionalistas, daí a importância de ampliar a pesquisa cemiterial já realizada por Clarival do Prado Valladares, no livro *Arte e Sociedade dos Cemitérios Brasileiros,* que dedica um capítulo ao *Enaltecimento dos materiais locais* (1972: 453-456). Na falta de um mapeamento mais completo, mencionamos algumas soluções plásticas e construtivas depositárias de uma riqueza cultural incomensurável, manifesta em cemitérios edificados de acordo com a realidade de seu entorno:

- O Cemitério Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Macapá, estado do Amapá, tem por hábito proteger seus túmulos da chuva e do sol com placas de amianto, e utiliza flores de plástico para enfeitar seus túmulos, dado a umidade do clima equatorial;
- No Cemitério de São Miguel, na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás, é comum encontrar túmulos revestidos com "pedra de Pirenópolis", um tipo de pedra extraída na região, reconhecida pelo brilho que possui e pela beleza do degrades de cores, que variam do gelo ao alaranjado;
- Hoje encontramos no Cemitério do Bonfim, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, alguns poucos túmulos decorados com pedra-sabão, com peças do artista-artesão João Amadeu Mucchiut, no início do século XX (Almeida, 1997: 95). Trata-se de uma variedade de esteatita, extraída na região, de cor esverdeada, que foi muito empregada pelo escultor Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ao fazer esculturas e ornatos arquitetônicos para as igrejas, no período colonial mineiro;
- Há alguns modelos de túmulos de cunho bem popular, que são facilmente identificados ali e acolá, cuja origem advém dos motivos mais diversos ou da tradição cristã. Costuma-se construir túmulos idênticos e alinhados para pessoas que, porventura, morrerem juntas. É comum encontrar esculturas de mármore que imitam troncos de árvores toscas, em formato de cruz, simbolizando, assim, a vida. Freqüentemente encontram-se túmulos que contêm painéis de azulejos pintados que retratam a história de vida do santo da devoção do morto ou a história de vida do falecido, ilustrada de modo heróico, segundo a concepção plástica da pintura documental;
- O grupo social de cada localidade tem por hábito mitificar seus heróis populares nos cemitérios. Há casos em que os túmulos se transformam em local de devoção, e, quando isso ocorre, os fiéis passam a se apropriar do espaço e espontaneamente surge uma decoração cíclica, que agrega muitos elementos de ex-votos, fugindo do controle dos familiares do morto e da administração do cemitério. Em outros, a família registra no túmulo valores que identificam facilmente a pessoa no contexto em que ela viveu como no caso do túmulo do artista popular regionalista Teixeirinha (1927-1985), instalado no Cemitério de Santa Casa, na cidade de Porto Alegre. A escultura em bronze, do escultor gaúcho Mário Arjonas Guillen (Bellomo, 2000: 32) é de tamanho normal e está sobre o pedestal da sepultura, retratando o artista tocando violão, cujo semblante transmite a alegria que lhe era característica. Ele está usando indumentárias típicas do Rio Grande do Sul: calça bombacha, botas, cinturão e um grande chalé sobre o pescoço (Figura 02);
- De norte a sul do país existe um modelo de túmulo tido como o mais comum e simples. A carneira está praticamente ao rés-do-chão e pode estar recoberta integralmente por uma lápide de mármore (as mais antigas), por azulejos ou pintada à cal. O adorno concentra-se no epitáfio, muitas vezes na incrustação da cruz latina e nos trabalhos dos artesãos, que são instalados por um curto período

de tempo no local, propiciando, assim, uma visualidade individualizada de cada túmulo;

- Os cemitérios-jardim, ecumênicos, e, em sua maioria, privados, instalados no país a partir da década de 1960, propõem a homogeneidade dos túmulos, cobertos por gramas e identificados, na maioria das vezes, por uma pequena placa. Todavia, a necessidade de distinguir o túmulo dos demais leva os familiares com o tempo, a recorrerem a certos artifícios, como mudar o formado do desenho do canteiro, e agregar, mesmo sem o consentimento da administração do cemitério, pequenos objetos que identificam aspectos particulares do falecido.

AS GAVETAS FUNERÁRIAS

Gaveta Funerária. Cemitério da Saudade,
Ribeirão Preto (SP). Fotógrafo: César Mulati.

Os projetos mais remotos de cemitérios secularizados não incluíam um espaço destinado às gavetas funerárias, quando muito, um espaço destinado ao "túmulo das almas", isto é, um ossário coletivo. Com o passar do tempo, a necessidade de maior espaço físico levou muitos cemitérios a ampliarem o local destinado às carneiras das pessoas menos abastadas. Cada cemitério procura uma solução mais condizente com o seu espaço interno. Foi e é muito comum acrescentarem-se gavetas funerárias nas imediações ou no próprio muro do cemitério. Com isso, racionaliza-se a ocupação do espaço por mais algum tempo. Cria-se condições de a família adquirir uma sepultura individual, evitando, assim, a humilhação de ver os restos mortais de seus entes queridos serem depositados em valas comuns, onde normalmente se perde o referencial do indivíduo para o coletivo.

Normalmente, *as gavetas de muro*, de tamanho padrão, estão dispostas em fileiras, variando de duas a três, tanto no sentido horizontal como vertical. As medidas variam de local para local, mas podemos considerar uma média de 55 cm de largura por 40 cm de altura. Em alguns lugares, como no Cemitério da Saudade, na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, as gavetas possuem um espaço de aproximadamente 20 cm de profundidade. Eles são deixados exclusivamente

para serem decorados com uma profusão de objetos condizentes com a situação ali imposta, selecionados pelos parentes-proprietários, conforme registra a pesquisa de Luciano Bortoletto Junior (1988). As carneiras se transformam, assim, em "pequenos altares" protegidos por vidro (Figura 03).

Como são constituídos esses "pequenos altares" que alguns pesquisadores denominam de "nichos"? Eles projetam no espaço a síntese de uma expressão típica do gosto estético popular. Podem apresentar vários acabamentos: com pintura caiada, à base de tintas látex, a óleo, revestimento de papel parede, azulejos decorados ou de cor única, conforme o gosto pessoal. As pinturas são claras e refeitas de vez em quando, principalmente no período que antecede a data do Dia de Finados. Possivelmente, muitos desses azulejos e dessas tintas são sobras de reformas das habitações dos proprietários.

É freqüente a colocação de um epitáfio em cada pequeno altar, com dados sucintos sobre o falecido e, às vezes, acompanhado de textos-chavão, como "saudades dos familiares", "descansa em paz", "aqui jaz". Esses textos são convencionais e muito repetitivos, chegando a um grau de banalização, dado seu uso freqüente. Contudo, reforçam o aspecto sentimental de pesar, de fé e de esperança, expressos nos dizeres.

Quanto aos objetos devocionais instalados nesses pequenos altares, os mais empregados são os vasos de porcelana e de cerâmica utilizados como recipientes para flores artificiais, produzidas de plástico ou de papel, nos mais variados tamanhos e formas. As flores imitam margaridas, rosas, lírios e copos-de-leite, e, como se sabe, são também muito utilizadas na decoração de altares das igrejas e de residências populares brasileiras. Aliás, existem cursos profissionalizantes no Serviço Nacional de Apoio ao Comércio (SENAC) para as senhoras aprenderem a confeccionar esses modelos de flores e, com isso, incrementarem a economia informal do país. Há também aqueles altares que agregam embalagens de produto industrial, consumidos no dia-a-dia e reaproveitados na função de vasos, como recipientes de café solúvel, vidros de produtos industrializados, copos de vidro, copos de plástico descartáveis e garrafas de água cortadas.

Detectamos ainda a presença maciça de imagens de santos de pequeno porte e, dentre as mais contempladas, predomina a de Nossa Senhora Aparecida, a santa mais venerada pela população brasileira. Esse processo de piedade se estende por meio de outras imagens, tais como as de Cristo, São Benedito, São Cosme e Damião, São Jorge e São Francisco. O acúmulo de santos em um mesmo altar vem reforçar os valores exacerbados do culto cristão que, nesse caso, adota uma atitude proveniente do kitsch religioso.

Os porta-retratos do morto, antes colocados nas casas, são transferidos para a gaveta, congelando-se, assim, a imagem positiva e estática do falecido. Em alguns casos, uma pequena toalha de plástico ou de pano, bordada ou de papel, cobre a base do pequeno altar, desempenhando as mesmas funções das toalhas usadas nos oratórios domésticos. Por último, encontramos casos em que a gaveta funerária recebe cortinas, dependuradas no vidro ou na parede de fundo e abrindo nas laterais, criando uma ambientação cenográfica no recinto, o que torna esse tipo de "altar" e/ou "oratório público" acolhedor, intimista e singular. Os *souvenires* que os familiares adquirem nas viagens muitas vezes são introduzidos nesse "pequeno grande cenário", por exemplo, miniaturas de aparelhos de televisão e de igrejas, e animais de louça e de pelúcia, de tamanhos variados.

Enfim, todos esses altares prezam pelo aglomerado aleatório de objetos, que poderíamos compreender como lembranças compradas em qualquer supermercado da cidade e que, uma vez instaladas ali, adquirem um valor simbólico próprio. Os montadores desses espaços trabalham de forma heterogênea, fazendo agrupamentos espontâneos, com o objetivo de materializarem o culto. A intenção é, visivelmente, embelezar o recinto do morto, eternizar o seu espaço físico, dar um toque particularizado a cada um, transformando-o numa extensão do altar da casa ou da igreja, podendo os familiares intervir quantas vezes quiser, tornando assim o local permanentemente renovável.

Essas vitrines são dotadas de uma atitude kitsch, com os elementos dispostos de forma desordenada, para serem vistos de frente, através do vidro, e reproduzirem os modos culturais dos seus proprietários, que mantêm uma relação intuitiva com esse espaço. De modo sutil, eles

conseguem criar um diálogo estético simbólico e emotivo entre as pessoas e os objetos (Moles,1975:48). Os familiares estão, dessa forma, cultuando a imagem do morto de modo simples com ações reconhecidas por todas as pessoas que circulam pelas imediações das gavetas de muro. Todos esses suportes informativos reforçam e explicitam uma forma de vida, uma maneira própria de entender a morte por determinado grupo do mesmo nível sociocultural, aqui representado pelos familiares do falecido (Jiménez,1993).

Em outras localidades, as gavetas de muro abraçam outros modelos de "pequenos altares", por exemplo, as do Cemitério São Benedito, na cidade de Aracaju, estado de Sergipe. As gavetas também são sobrepostas e contém na sua parte externa, pequenos altares sustentados por colunas que apóiam um frontão triangular, ambos de granito branco. Esses pequenos interiores normalmente contêm uma floreira, o retrato e o epitáfio do falecido. Esses exemplos suscitam a importância da apropriação que se faz de elementos construtivos da arquitetura greco-romana, de modo elementar e espontâneo. Há casos em que existe a supressão do altar e as gavetas são, então, cobertas com um tampo de mármore, fartamente decorado em baixo-relevo por marmorarias locais, e cuja temática está sempre vinculada à simbologia cristã, agregando, às vezes, local para a instalação de fotografias. Os valores estéticos agregam elementos da cultura erudita, segundo observamos no Cemitério dos Gaviões, na cidade de São Luis, estado do Maranhão.

OS RISCADORES DE PEDRA

Riscado de pedra. Cemitério Municipal de Silvânia, Silvânia (GO). Fotógrafa: Maria Elizia Borges.

O Estado de Goiás – região central do país e onde atualmente se concentram as nossas pesquisas de campo – possui muitas cidades de pequeno porte e seus cemitérios ainda conservam a simplicidade do seu traçado original e o predomínio da iconografia cristã. Nas cidades maiores, os cemitérios já sofreram algumas ampliações e se descaracterizam a cada dia em virtude da busca da "modernidade", fato que reduz, cada vez mais, esse tipo de iconografia. Em ambos os tipos de cidades, restam alguns exemplos de pedras tumulares, datadas das primeiras décadas do século XX, decoradas por artesãos goianos, denominados de "riscadores de pedra", que trabalhavam junto com as marmorarias. Eles lavravam ornatos na superfície da pedra cinza-clara ou rósea, isto é, no "mármore de Sete Lagoas", conforme a designação regional (Valladares, 1972).

Os símbolos cristãos são os mais registrados pelos "riscadores de pedra", que seguem um padrão de representação iconográfica facilmente reconhecida pela sociedade vigente. Os desenhos,

vistos como decorativos, são gravados na superfície pelo processo de picotar e polir a pedra, resultando disso um jogo de contraste entre o claro e o escuro. A importância dessa técnica está no efeito visual que ela reproduz: caligrafia singela, harmoniosa e de fácil compreensão (Figura 04).

Os motivos são distribuídos de modo hierárquico e simétrico, seguindo uma organização espacial própria: o símbolo cristão principal apresenta-se centralizado, gravado na parede parietal do túmulo, ladeado por outros símbolos de caráter geométrico ou derivados da natureza. Eles podem ou não ser repetidos e formar várias combinações entre si. Nota-se que esse repertório é variadíssimo. É importante observar o grande apuro artesanal dessas lajes marmóreas, que retratam, de forma estilizada e com freqüência, a cruz latina, a pomba, o coração, a coroa de espinhos, a estrela, a tocha, a cortina, a bíblia, o Sagrado Coração de Jesus e de Maria, e o Cálice da Eucaristia. Dentre os elementos florais, destacamos as rosas e margaridas. Quanto aos motivos geométricos, enfatizamos a sua representação em formato de barrados gregos. Esses elementos fazem parte daquilo que Michel Vovelle (1987: 73) denomina de "mobiliário sagrado", indispensável às construções mais fantasiosas e às mais simples, e que variam de acordo com a quantidade e a qualidade dos adornos empregados.

O ARTESANATO FUNERÁRIO

Artesanato funerário. Coroa de flores.
Cemitério dos Gaviões, São Luis (MA).
Fotógrafa: Maria Elizia Borges.

Há tempos, tem-se o costume de enviar coroas de flores, confeccionadas em floriculturas, para os familiares do morto no ritual de morte. Percebe-se que cada floricultura procura criar modelos de coroa cada vez mais variados, para concorrer no mercado e atender o público cada vez mais exigente. A escolha das flores, seus tons e sobre tons, a variação do tamanho e o requinte das fitas que trazem mensagens de pêsames determinam o valor simbólico e econômico do objeto que irá decorar por alguns dias o túmulo do recém-morto. Os significados das coroas de flores são numerosos e, nesse caso, podem ser considerados como símbolos da saudade (Dalmáz, 2000: 127).

Partindo desse hábito e reforçando ainda mais a representatividade da coroa de flores, que agora agrega o sentido da salvação alcançada, encontramos artesãs especializadas na feitura de coroas de flores artificiais, que possuem uma sobrevida curta, todavia mais duradouras que a das flores naturais. Percebe-se que os cemitérios das cidades interioranas recorrem mais a esse tipo de decoração. Necessita-se fazer um estudo mais sistemático sobre o ofício dessas artesãs que confeccionam coroas de flores em papéis de crepom, de plástico ou de seda, que ornamentam

túmulos de pequeno porte. Vale observar com apreço a riqueza cromática dessas peças ornamentais que são compradas pela população em determinadas datas, como dia de finados, e que decoram por um período de alguns meses os túmulos de parentes e amigos. Há o predomínio da representação de rosas e margaridas nas mais variadas cores, como o laranja, o amarelo, o azul e o branco. Vê-se que esses arranjos "artísticos" perdem a sua função inicial, que é a de imitar os subsídios naturais, pois acentuam mais o caráter artificial dos elementos florais ali representados (Figura 05).

Toda essa produção funerária está ainda pouco catalogada pelos pesquisadores brasileiros, bem como as coroas de flores confeccionadas por artesões que utilizam à folha-de-flandres (folha de ferro estanhado) resultando numa solução plástica estilizada das flores e folhas que compõem a coroa. Costuma-se fazer uma pintura delicada, mais próxima da cor originária das flores ali representadas. Assim, o artesanato rústico se transforma em peça delicada. Tanto as coroas de flores, feitas pelas mãos delicadas das mulheres, como as executadas pelas mãos grossas dos homens que lidam com ferro, contribuem para colorir e dar vida ao espaço singular da morte.

UNIVERSO DAS HABILIDADES E DOS SENTIMENTOS

Nesta iniciativa de procurar levantar parâmetros que norteiam algumas expressões artísticas de cunho popular em cemitérios brasileiros, tem-se a consciência da necessidade de revisar conceitos que norteiam esse tipo de processo criativo e deixar em aberto muitas ações inerentes ao processo de produção. Elas merecem ficar guardadas no limbo do tempo, para sofrerem o processo de amadurecimento que lhes é devido. O presente texto, todavia, despertou questões, oriundas de observações pessoais, que merecem ser trazidas à baila.

Cemitérios populares. Eles estão inseridos na vida da sociedade contemporânea, marcados para agregar os mortos e, com eles, a memória da cidade e de seus signos de representação. A maior parte deles está lotada, administrada de maneira precária, com minguadas verbas orçamentárias, além de sofrer a ação do tempo. Como resultados visíveis, são poucos conservados os túmulos ali instalados. Atualmente, o sistema social transgride a ordem funcional do local a cada momento. Sabe-se o quanto os cemitérios populares têm uma vida fronteiriça que propicia contatos interculturais entre os vivos (Resende, 2000), transformando-se em um local híbrido, complexo, dotado de signos de identificação procedentes de diversas classes sociais. Ao mesmo tempo, persiste a necessidade de propiciar aos visitantes um ambiente íntimo, de recolhimento, no qual os descendentes dos mortos possam exercitar seu ato de devoção.

Qualidade versus quantidade. No Brasil existe uma quantidade maior de cemitérios populares que adotam, em sua maioria, túmulos de feitura elementar, algumas vezes decorados com elementos provenientes da cultura popular. Há uma preocupação de levantar dados de cemitérios e monumentos funerários que reforcem valores artísticos devidamente reconhecidos, mas falta atenção à proliferação dos túmulos populares. Os motivos são inúmeros, originários da ordem cultural, econômica e social, e daquilo que se deseja registrar na historiografia brasileira. Urge voltar a esse tipo de produção para se ter uma idéia da mensagem expressa por um grupo social que se preocupa em deixar suas manifestações artísticas na cidade dos mortos. Acredito que está nesses túmulos o diferencial da arte funerária no Brasil. Eles extraem elementos da cultura de massa e erudita, acrescentam suas versões e personalizam mensagens que transmitem, aos sobreviventes, os mais genuínos e profundos sentimentos vinculados à finitude da vida.

Habilidades artísticas. Muitos denominam oralmente a arte popular funerária de "banal", "comum", "feia", "simples", "despojada", "efêmera". De fato, ela pode ser tudo isso, dependendo de quem a interpreta. Onde está o seu diferencial? Está na forma surpreendente com que rompe as convenções já pré-estabelecidas e adota uma linguagem particularizada, facilmente assimilada pelo seu grupo social. O processo criativo está calcado no universo do conhecimento popular a respeito das tradições emblemáticas cristãs e profanas, que se entrelaçam de modo espontâneo. Pode-se

detectar certa poesia ao se registrarem – com extrema criatividade, fruto, muitas vezes, do improviso – elementos advindos do inconsciente coletivo.

Todos os produtores e proprietários são unânimes em dizer que aquele arranjo "é belo" e que foram movidos pela fé quando procuravam encontrar a solução adotada na decoração do monumento. Os valores de autenticidade, de durabilidade e de unicidade não condizem com esse tipo de processo de criação que prioriza a experiência pessoal dos construtores e/ou artesãos dotados de habilidades manuais e artísticas. Pode-se considerar que criatividade da arte popular funerária se estende também às demais manifestações populares realizadas no Brasil. Para Jacques Van De Beuque, "no seu conjunto, (...) a arte popular brasileira manifesta uma dimensão de riqueza criativa, emanada na própria diversidade cultural do povo, dificilmente alcançada por representações do mesmo gênero em outros países" (2000: 65).

Produtores e produto. Normalmente, os produtores da arte funerária popular – construtores autônomos ou marginalizados, pedreiros, serralheiros, artesãs e artesãos – constroem ou decoram túmulos para pessoas de situação econômica similar à sua, isto é, que pertencem a uma comunidade carente de recursos econômicos. Poucos têm acesso às novas tecnologias e a um consumo mais sofisticado. Logo, o processo de negociação torna-se menos formal, o que vem facilitar a realização de soluções compartilhadas entre o proprietário e o construtor. Muitos produtores fazem esse tipo de trabalho como uma maneira de aumentar a sua renda familiar, enquanto outros o realizam por estarem excluídos da força de trabalho formal e necessitarem do serviço para a própria subsistência.

A atitude deliberada dos proprietários em ajudar na feitura do monumento, por sua vez, barateia o custo e contribui no processo da elaboração do luto. A apropriação de materiais já existentes propicia o barateamento do empreendimento e favorece o desenvolvimento de soluções improvisadas, que podem, inclusive, serem dotadas de criatividade. Para ambos, construtores e proprietários, o processo de criação é norteado pela necessidade de perpetuar suas particularidades, promover comoções, criar mensagens e demonstrar um domínio de sua condição de vida diante do universo da morte.

A visualidade popular nos cemitérios brasileiros norteou o desenvolvimento deste texto. Finalizo tomando como referência a textualidade da sabedoria popular a respeito da morte, numa forma de depoimento pessoal: a única certeza desta vida é a morte e eu, como pessoa sempre preocupada em desvendar os seus caminhos, por meio dos desafios que a pesquisa me proporciona, reconheço que um dia vou "acampar-no-cemitério"(morrer). Por isso, gostaria de "amanhecer-dura"(morrer repentinamente), acreditando ter "cumprido-a-vontade-de-Deus" (conformação cristã). Como é certo que um dia "esticarei-a-canela"(morrerei) e irei "desocupar-o-beco" (deixar o caminho livre para os vivos), só espero poder "entregar-a-alma-ao-criador" (a alma a Deus), conforme palavras recolhidas do livro *A morte na boca do povo,* de Mário Souto Maior (1974).

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, N. (organizador). *Mostra do descobrimento: arte popular*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos, Artes Visuais, 2000.

ALMEIDA, M. "Belo Horizonte, arraial e metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira". In: RIBEIRO, M e SILVA, F(organizadores). *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte.* Belo Horizonte: C/ Arte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

ARIES, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. V.2.

BELLOMO, H. R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.*Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BORGES, M.E. *Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto – Funerary Art in Brazil (1890-1930): italian marble carver craft in Ribeirão Preto.* Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002. 312 p.: 125 il.

_____ "A estatuária funerária no Brasil: representação iconográfica da morte burguesa". In: V III Abanne. Gt Antropologia da Emoção, São Luiz, 2003. *Anais*: Recife. GREM, 2003. 1 CD.

_____. "Arte Funerária no Brasil: Contribuições para a historiografia da Arte Brasileira". In: XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte, 2002, Porto Alegre: *Anais*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. 1 CD.

_____. "El arte sepulcral de los manolistas italianos en Brasil (1890- 1930)". In: Barberán. F. J. R. (coord*.) Una Arquitectura para la Muerte. I Encuentro lnternacional sobre los Cemeterios Contemporaneos.* Sevilha: Consejeria de obras publicas y transportes-Direccion General de Arquitectura y Vivendas,1991.

BORTOLETTO JUNIOR, L. S. *O kitsch na gaveta tumular.* Relatório de Iniciação Cientifica do CNPq. Ribeirão Preto, Universidade de Ribeirão Preto, 1988.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: EDUSP, 1998.

_____, *A socialização da Arte*. São Paulo: Cultrix, l984

CYMBALISTA, R. *Cidades dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

DALMÁZ, M. "Símbolos e seus significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul". In: Bellomo, H. R. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.*Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

JIMÉNEZ, P.G. "El nicho: iconografía y notas sobre el kitch funerario. El modelo gaditano". In: Barberán. F. J. R. (coord*.) Una Arquitectura para la Muerte. I Encuentro lnternacional sobre los Cemeterios Contemporaneos.* Sevilha: Consejeria de obras publicas y transportes-Direccion General de Arquitectura y Vivendas,1991

LIMA, E.R. *Ex-votos de Trindade: arte popular,* Goiânia, Ed. da UFG, 1998.

LOUREIRO, M.A.S. *Origem Histórica dos Cemitérios***.** São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, 1976, São Paulo.

MAIOR, M. S. *A morte na boca do povo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

MOLES, A. *O kitsch: a arte da felicidade*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NORA, P. *Entre mémoire et histoire: les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, 1997,v.1.

RESENDE, E. C. M. *Metrópole da morte necrópole da vida: um estudo geográfico do cemitério de Vila Formosa.* São Paulo: Carthago Editora, 2000.

VALLADARES, C. do P. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura / Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 2v.

VOVELLE, M.. La mort et l'Occident de 1300 à nos jours, à paraître fin 1982. Paris: Gallimard, 1988.

FUTBOL Y CEREMONIALISMO FÚNERARIO.

Sempé María Carlota[1] y Dulout Luis Noel[2]

RESUMEN

En este trabajo analizamos las manifestaciones funerarias de adhesión al deporte futbolístico como exteriorización de rituales particulares del mundo futbolístico.

Nuestra investigación realizada en el marco del proyecto *Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos*, tiene como objetivo estudiar el ceremonialismo fúnebre y los *habitus* visibles en los cementerios, a través de los que podemos establecer identidades sociales y grupos de pertenencia, entre los cuales incluimos las expresiones de los actores sociales integrantes del campo futbolístico (los hinchas), que son objetivadas en prácticas funerarias muy particulares que caracterizamos en el presente trabajo.

INTRODUCCION

Desde el punto de vista antropológico las sociedades conciben la muerte como una transformación de lo viviente y una pérdida de la conciencia de sí. Cada sociedad se enfrenta a este acontecimiento a través de rituales de pasaje que adquieren características culturales particulares entre las diferentes comunidades. Como hecho traumático, el hombre enfrenta a la muerte con su bagaje cultural de creencias, conocimientos y visión del mundo y desde su lugar en la sociedad de la es partícipe.

Existe una inmensa gama de expresiones funerarias y acondicionamientos mortuorios respecto al occiso, su ajuar y lugar final que se cristalizan y quedan expuestos en los cementerios. En este trabajo analizamos las manifestaciones funerarias de adhesión al deporte futbolístico como exteriorización de rituales particulares del mundo futbolístico. Partiendo de las acciones cristalizadas en la disposición de los bienes simbólicos funerarios establecemos su intencionalidad y el espacio social en que los mismos son significativos.

Nuestra investigación en el marco del proyecto Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos, tiene como objetivo estudiar el ceremonialismo fúnebre y los *habitus* visibles en los cementerios mediante los que podemos establecer identidades sociales y grupos de pertenencia en el sentido de Binford (1972). Las expresiones de los actores sociales integrantes del campo futbolístico (los hinchas), son objetivadas en prácticas funerarias muy particulares que caracterizamos en el presente trabajo.

En anteriores publicaciones (García, Sempé y Dulout, 2005 Dulout y Sempé, 2005) señalamos la presencia en el sector de tumbas en tierra del cementerio de La Plata de varios casos donde se manifiestan las adhesiones a los clubes de fútbol locales de Estudiantes y Gimnasia y Esgrima. Marcamos la presencia de un mayor número de tumbas pertenecientes a simpatizantes de Boca Juniors que, junto al hallazgo de expresiones semejantes en el cementerio de Resistencia (Chaco), nos permitió plantearlos como una expresión cultural transregional y que aquí enfocamos, no como singularidades, sino como un *modus operandi* del campo social futbolístico.

Desde este enfoque coincidimos con Morales (2002) en aquello de *"…elegir al deporte como objeto de estudio de las ciencias sociales, conlleva implícito "la invención de un campo" académicamente nuevo..". y también en que "...Para explicar algo de esto, es importante echar mano de la "teoría de los campos" basada en el habitus, del recientemente fallecido sociólogo francés Pierre Bourdieu"…* (op. Cit: 2)

EL CAMPO SOCIAL FUTBOLISTICO

---

[1] Investigadora Principal CONICET y docente UNLP.

[2] Docente- Investigador UNLP.

El fútbol integra una gama de actores muy amplia, dirigentes, socios, jugadores, simpatizantes, periodistas, locutores y , como campo social, puede ser analizado a través de distintos planos analíticos (Alonso Delgado, 2002), entre ellos el histórico.

Morales (2002) ha desarrollado una interesante sinopsis sobre la historia del fútbol en el Viejo Mundo, es a partir de 1860 que comienza la promoción del fútbol como actividad deportiva, a través de las instituciones, este deporte se populariza de la mano de la iglesia, las fábricas, los talleres del ferrocarril y las instituciones.

"En la década de 1880 el fútbol se había transformado en un elemento fundamental de la cultura popular inglesa. El fútbol pasó a formar parte de la cultura obrera británica. El deporte se profesionalizó a mediados del decenio de 1880, y en ese mismo decenio se creó su pauta: los partidos de liga, la eliminatoria de la copa, la dominación casi total del deporte por jugadores de origen proletario…" (Morales, op. cit.)

En el caso argentino y latinoamericano fue tomado por los sectores populares como una expresión de la nacionalidad y de la Patria (Archetti 1995). En el proceso de modernización de los estados y fundación de ciudades, producido a fines del siglo XIX y principios del X, este deporte funcionó como vehículo integrador de los nuevos agrupamientos comunitarios surgidos de la inmigración. Alabarces y Rodríguez (1997), han resaltado que en la década 1945-55, la política deportiva desarrollada permitió el surgimiento de una unidad indisoluble entre fútbol y nacionalidad.

Como deporte el fútbol fue traído por los ingleses, que conformaron la primera liga en 1893 y organizaron clubes deportivos. Los paradigmas de aquel momento fueron el elitismo y el *fair play* (Frydenberg, 1996). Un dato que permite marcar esa influencia inglesa es que el número de jugadores de este deporte coincide con los once integrantes de los dormitorios de los College ingleses.

"Hace 40 años el fútbol era considerado como un sport de ingleses o anglo-porteño y se jugaba solamente en colegios de esa nacionalidad y clubs formados en ellos. Luego, muchachos de barrio y colegios nacionales lo practicaron como complemento de las clases de educación física, organizaron equipos similares a otros colegios. Tal fue el origen de los grandes clubs de la actualidad. River Plate, en la dársena sur; Boca, en la barriada de ese nombre; Racing e Independiente, en Avellaneda; Estudiantil Porteño, en el colegio Nacional Oeste; Porteño, en San José, etc., todos con vida intensa entonces, algunos la mantuvieron y otros la acrecentaron..." (Belgeri, 1938)

Como resultado del intenso proceso inmigratorio a que estuvo sujeta la Argentina surgirán y se expandirán los clubes populares, de carácter abierto, que incorporarán la actividad futbolística no como un deporte sino como una pasión dadora de identidad.

Las historias de los clubes, están signadas, en lo institucional, por procesos donde se produjo la integración de sectores de distinta procedencia social y étnica y por el desarrollo de una intensa acción educativa. Ambas características llevaron a que la comunidad urbana, a la cual servían como institución primaria, se familiarizara con cierto tipo de deportes, posibilitando la asistencia masiva y su popularización.

Así, el trasvasamiento social expresado en el campo futbolístico posibilitó que los sectores populares fueran conformando un imaginario colectivo nacional, a la vez que, el surgimiento de mitos y leyendas y una narrativa de héroes y villanos, concordante con las formas tradicionales de expresión popular.

Los inmigrantes, en su proceso de articulación social gestaron sus propias instituciones, como las sociedades de socorros mutuos o los clubes sociales y deportivos El club decano fue Gimnasia y Esgrima de La Plata, fundado el 3 de Junio de 1887 por más de 50 platenses, en la Cámara de Comercio, instalándose inmediatamente en calle 3 y 54. Los primeros deportes practicados fueron la gimnasia y la esgrima por ello lleva ese nombre el club. Luego se agregaron tiro al blanco, carreras, saltos, fútbol y críquet. A fines de 1900 se construye la plaza de juegos, ubicada en la manzana circundada por las calles 1 y 115 entre 47 y 48. En 1911 el club se asienta en la sede de calle 4.

Luego se fundaron diversos clubes como River Plate, Racing Club, Newell's Old Boys de Rosario, Tigre, San Telmo, Barrancas Central, Boca Juniors, Platense, Colón de Santa Fe, Estudiantes de La Plata, Talleres y San Lorenzo de Almagro.

El club Atlético River Plate fue fundado en la Capital Federal un 25 de mayo de 1901, por el subgerente de las carboneras Wilson. El nombre River Plate fue puesto porque ser la inscripción de unos cajones de madera en el dique 3 del puerto de Buenos Aires, en ese entonces en construcción. La primera cancha estuvo ubicada en la zona de la Dársena Sud. La primera camiseta fue blanca, luego le adosaron una banda diagonal roja. El 27de diciembre de 1908 River ascendió a la primera división al ganarle a Racing.

Boca Juniors cuenta, como toda leyenda o imaginario social, con una *fundación mítica*, el 13 de abril de 1905, en la plaza situada entre las calles Olavarría, Suárez, Gaboto y Ministro Brin, en el barrio de La Boca. Según narra la tradición los colores azul y amarillo se adoptaron de un barco de bandera sueca que navegaba en el Riachuelo. En 1913 jugó en primera división y tuvo un primer estadio-inaugurado el 6 de julio de 1924-situado en Brandsen y Del Crucero. En 1925 realizó la primera gira internacional, y en la década de 1940 inauguró la Bombonera.

El club Estudiantes de La Plata, fue fundado en agosto de 1905, en la zapatería "Nueva York", de calle 7 entre 57 y 58. En el acta de fundación se dice *"A moción de varios de los comparecientes, y previa discusión, se resuelve, por unanimidad, lo siguiente: dar por constituida esta Asociación bajo el rubro de club Atlético "Estudiantes"*, Su nombre se debe a que entre sus fundadores se contaba con muchos estudiantes universitarios. Los colores de su banderín rojo y blanco datan de 1911 y el escudo inicial tenía el banderín y un laurel por detrás, fue desde su nacimiento, un club básicamente dedicado al fútbol, el gobierno de la provincia de Buenos Aires cedió una parcela en el Bosque, donde estuvo el velódromo, en la esquina de 1 y 57, inaugurándose el estadio el 25 de diciembre de 1907. Ascendido en 1911 a primera división en 1913 se consagró campeón.

El desarrollo del fútbol en la provincia del Chaco ha estado unido al crecimiento de las ciudades y a la conformación creciente de una masa urbana. Atlético Sarmiento, el decano de los clubes fue fundado en 1910 en Resistencia, y de él surgirán Chaco For Ever en 1913 y Resistencia Central.

En el Chaco la dicotomía clubes grandes vs. chicos, que marca un abismo en el tipo de prácticas posibles, de mayor o menor institucionalización, esta siempre presente. La posibilidad de los clubes para acceder al fútbol nacional esta relacionada con la posibilidad de contar con personal experto, entrenador, fisioterapeutas, preparadores físicos, razón por la cual su posesión actúa como elemento diferenciador. Los grandes clubes de fútbol nacionales son mirados como una realidad donde espejarse y de la cual es necesario participar.

Si tomamos los relatos de dos informantes de rol taxistas, la visualización del fútbol en Resistencia tiene estas características:

Taxista 1 … “cuando hay fútbol las canchas se llenan…en Resistencia todos son de Chaco For Ever”… “Hay como ocho clubes de fútbol”.

Taxista 2 … “Hay más hinchas de Boca, de River casi no se ven”… “a Boca se le fue Bianchi, esta mal Boca… ahora ese Macri se dedica a la política”.

Existen cerca de ocho clubes de fútbol actualmente en la provincia, todos identificados con diferentes colores. En el caso de Chaco For Ever la camiseta blanca y negra representa las dos riquezas del Chaco el algodón y el carbón.

FUTBOL Y AMBITO FUNERARIO

El cementerio como expresión social muestra los *hábitus* de una sociedad respecto a la forma en que ésta se representa a sí misma en la muerte y como elabora discursos sobre la identidad del occiso a través de mecanismos diversos.

Para Battilana(1995) *"el fútbol (…) se encuentra vinculado a prácticas sociales y a situaciones que movilizan sentimientos profundos entre los sujetos que participan"*, así los simpatizantes toman decisiones y adoptan símbolos que los identifican, especialmente los colores emblemáticos que pueden usarse como signos identitarios, aún en prácticas ajenas al fútbol, como lo son las manifestaciones funerarias donde se establece un vínculo de comunicación entre familiares y amigos que realizan las representaciones del occiso visualizado en su rol de hincha de fútbol y que representa al *otro*, al sujeto del cual se predica, representado en el imaginario colectivo a través de los emblemas y colores del club de pertenencia.

En un plano simbólico, la tumba que contiene a ese *otro* se convierte en un lugar de producción de sentidos que esta socialmente determinado y normatizado posibilitando los procesos reconstructivos del recuerdo (Connerton, 1999) sobre las personas queridas, generando, a su vez, una narrativa observable en los iconos funerarios usados y en los textos de placas conmemorativas de los difuntos, donde la memoria del hecho traumático se adecua a marcos sociales, valores y creencias sustentadas por el grupo (Páez et al. eds. 1999) facilitando su aceptación.

El sector de tumbas en tierra de los cementerios urbanos es el ámbito de mayor representación de los sectores populares, allí se observa con gran frecuencia el uso de los colores identificatorios de los clubes de fútbol, a través de la pintura usada en las estructuras funerarias levantadas por encima de la loza funeraria y en los arreglos florales.

En el cementerio de La Plata, el sector de tumbas en tierra esta bien diferenciado de los sectores de bóvedas y de tumbas con monumento, aquí son notables las manifestaciones correspondientes a los hinchas de fútbol, que ya hemos analizado en trabajos previos (García, Sempé y Dulout, op. cit.). En el sector infantil registramos varios casos donde, a pesar de la corta edad, se muestra la adhesión a los clubes de Boca Juniors, Gimnasia y Esgrima de La Plata y Estudiantes de La Plata.

Las cruces están pintadas con los colores emblemáticos de los clubes de fútbol o revestidas con las camisetas y las banderas de los mismos. También se han depositado pelotas sobre la loza funeraria. En un caso encontramos en la placa el nombre del niño, Diego Armando, igual que el ídolo popular del fútbol, en otro se observa la colocación de un babero con el emblema del club Gimnasia y Esgrima de La Plata (Fig. 1)

La tumba 1 es un monumento funerario de losa simple, con una capillita con puerta de vidrio. La cruz en cemento esta pintada en azul (madero mayor) y amarillo (madero menor), colores que simbolizan al club Boca Juniors. Las inscripciones funerarias están realizadas por los abuelos del infante y sobre la loza se observan juguetes e imágenes religiosas (Fig. 2).

En la tumba 2, también de losa a semejanza de la anterior lleva una cruz de cemento pintada con los mismos colores (azul y amarillo) y el escudo del club Atlético Boca Júnior. Varios floreros de barro cocido con flores artificiales de diversos colores completan las ofrendas funerarias. El infante, de acuerdo a la placa recordatoria de manufactura casera fue llamado *Diego Armando* (Fig. 3)

La número 3 también corresponde a una inhumación con cruz de Boca Juniors, en este caso la losa esta recubierta por cerámico celeste, con veredita de igual material (Fig.4). Esta adornada con copas de barro cocido llenas de flores. Sobre el extremo superior de la cruz, se recuesta una figurita azul de un angelito.

La tumba 4 es directa en tierra careciendo de estructura de losa, la cruz de Boca es el único elemento caracterizante. Sobre los brazos de la cruz se encuentra un rosario amarillo colgante. En el centro lleva la placa con el nombre y fechas de nacimiento y deceso del occiso (Fig.5).

La inhumación 5, de losa simple se diferencia de las anteriores por cruz pintada con los colores del club local Gimnasia y Esgrima La Plata. La distribución de los colores

es diferente, ya que el ápice y los brazos menores de la cruz están pintados en blanco, el pie del eje mayor es azul. Las ofrendas funerarias consisten en juguetes y floreros de cerámica (Fig. 6).

En el sector de adultos en tierra (sector 47) se han registrados dos casos donde se muestra la adhesión al fútbol:

Tumba 1 de losa con capillita con puerta de vidrio hacia el frente presenta floreros y botellas con flores. Como rasgo resaltante presenta dos cruces, una de cerámico esmaltado gris que lleva el nombre del difunto y la otra, ubicada detrás esta cubierta con la camiseta de Boca Juniors. Dentro de la capillita se guarda una copa con el logo de Boca Juniors, una camiseta de Boca, una estampa de la virgen y un florero. Sobre la losa placas recordatorias de la familia puestas a un año de la muerte (Fig.7).

La tumba 2 con cruz de cemento pintado de blanco con letras negras con el nombre del difunto y la fecha de deceso. Lleva atado el escudo del club River Plate, con los colores rojo y blanco. Sobre la loza se ubicaron un florero de barro cocido y un frasco de vidrio (Fig. 8).

Dentro del sector de bóvedas y panteones sociales, las manifestaciones futbolísticas adquieren otras características, son monumentos conmemorativos de tipo cenotafio (sin muerto) ubicados en la plaza central de la sección B con placas en las cuales los textos hacen alusión recordatoria a los socios fallecidos, en el club platense (Fig. 9).

"*El club Gimnasia y Esgrima La Plata. En el Año del centenario a sus socios y deportistas fallecidos. 1887-3 de junio-1987*." y "*En memoria Club de Gimnasia y Esgrima La Plata. 3 de julio de 1987*." En este caso estamos ante una manifestación institucional de memoria colectiva, en homenaje a sus integrantes fallecidos.

En el Cementerio Israelita de La Plata las expresiones de adhesión al deporte futbolístico son también de tipo institucional y se ubican en el atrio y no dentro del campo funerario como ocurre en el cementerio municipal. Allí pueden verse dos placas conmemorativas pertenecientes a los dos clubes tradicionales platenses, cuyo texto es similar: "El Club [Gimnasia y Esgrima La Plata o Estudiantes de La Plata] en memoria de sus socios y simpatizantes judíos fallecidos" (Fig. 10).

La trama urbana del cementerio de San Francisco Solano de Resistencia esta construida en base a la repetición de un módulo de manzana cuadrangular rodeado en su perímetro por bóvedas cuya planta es de forma cuadrada, y se encuentran separadas una de otra generando espacios que permiten la circulación hacia el interior de la manzana donde se ubican las tumbas en tierra. Esta distribución de las estructura funerarias puede ser entendida como un marcador de estatus socio-económico, representando las bóvedas a las clases más pudientes y el centro de manzana a las clases populares.

Es en este último sector donde registramos dos inhumaciones (Fig. 11) con las siguientes características:

La tumba 1 es del tipo de monumento funerario de losa y lapida simples, revestidas con cerámicos azules y blancos, presenta como particularidad una estructura metálica, con techo a dos aguas de chapa y tres parantes para sostenerlo, pintados con los colores azul y amarillo, distribuidos de forma tal que representan la disposición de los colores emblemáticos del club Atlético Boca Juniors. La base de los parantes es azul, el sector central o medio es amarillo y la parte superior, incluyendo a las cabreadas, azul. El techo a dos aguas conformado por las chapas, presenta su borde pintado de amarillo.

Esta estructura genera un espacio semi cubierto protegiendo las ofrendas florales, muy profusas, que se disponen dentro de latas pintadas de amarillo y en macetas. Los materiales usados, por su calidad, son de fácil acceso para los sectores populares, pero aun así, por su diseño resaltante permiten destacarla del resto, al convertirla en una tumba con monumento. La frescura de las flores y el mantenimiento de limpieza de la estructura muestran la asiduidad de la visita y el interés de los familiares.

La tumba 2, de menor tamaño que la anterior es del tipo de losa y lápida simples, revestidas con material cerámico, en este caso celestes, el sector distal de la misma presenta un relleno de tierra donde se han sembrado flores, cual un macetero de jardín, en el extremo proximal se ha construido una capillita de vidrio, con líneas en amarillo en la unión de los mismos. Dentro de la misma se colocaron flores azules y amarillas. Por fuera de esta estructura y sobre los laterales se encuentran dos floreros pintados en azul.

CONCLUSIONES

El cementerio es un espacio de comunicación simbólica donde los monumentos funerarios han sido construidos para rememorar al muerto y actualizar su imagen en la memoria familiar y colectiva, a la vez que permite reivindicar las identidades de los muertos para sus familiares y amigos a través de una serie de actos de escenificación simbólica, en los cuales se alude al occiso.

Las expresiones funerarias del *hincha* de fútbol se encuentran contextualizadas en el sector de tumbas en tierra, representativa de los segmentos sociales más populares de la comunidad correspondiendo en su mayoría a expresiones de simpatizantes xeneises, lo que muestra el carácter popular de Boca como club de fútbol que trasciende los límites de la esfera local, de la identidad comunitaria, para transformarse en una identidad nacional.

El fútbol es un campo social que, en su intersección con el campo funerario, genera una comunidad de comunicación simbólica, donde la identidad del muerto es resignificada mediante el ajuar funerario acompañante, a través del cual se predica sobre el sentido de pertenencia a un equipo futbolístico, en nuestro caso, como participante de una identidad futbolística.

Lo que se representa en el ámbito funerario del cementerio es la expresión simbólica que permite la identificación del club y de la actividad. Esta identidad queda expresada con símbolos donde se destacan los colores identificatorios de los clubes.

Encontramos una característica particular en la decoración de los monumentos funerarios futbolísticos ubicados en el sector de tumbas en tierra de los cementerios tratados, aquí proliferan los revestimientos de las tumbas realizados con materiales cerámicos y azulejos, comunes en el uso domestico, que con su colorido enriquecen el paisaje funerario. Y resaltan por su pintoresquismo.

Por el sólo acto de armar un tinglado, como en el caso de Resistencia (Chaco), una simple tumba en tierra se convierte en tumba con monumento, generando una estructura muy emblemática y sobresaliente del resto. Su identidad, como símbolo de quien se habla, esta dada por los colores amarillo y azul, azul y blanco, rojo y blanco que, como exhibición de capital simbólico, marcan el sentido de pertenencia de los simpatizantes de los clubes de fútbol Boca Juniors, Estudiantes y Gimnasia y Esgrima de La Plata en nuestro país. Estos monumentos, por sus características tienen una especificidad que permite la preservación de las identidades religiosas y sociales de los individuos, de las familias y de la sociedad en su conjunto.

Las expresiones institucionales de adhesión al fútbol están restringidas a placas conmemorativas en memoria de socios y jugadores de los clubes de fútbol y se encuentran ubicadas en el sector de bóvedas en el cementerio Municipal de La Plata. Un caso particular es el del cementerio Israelita, donde estas expresiones se ubican en el atrio, en razón de las normas rituales imperantes dentro del grupo cultural.

Estas manifestaciones pueden ser clasificadas como expresiones de memoria institucional futbolística, en homenaje a sus simpatizantes muertos.

BIBLIOGRAFIA

Alabarces, P, Di Giano, R. Frydenberg J. (comp.). 1990 ***Deporte y Sociedad*,** EUDEBA Buenos Aires

Alabarces Pablo y Rodríguez María Graciela, 1996 **Cuestión de pelotas**. Ed. Atuel. Buenos Aires
-1997 Fútbol y Patria: la crisis de la representación de lo nacional en el fútbol argentino en **North American Society of Sociology of Sport (NASSS) Conference Toronto, Canadá**, 5 al 8 de Noviembre, 1997.
Alonso Delgado Lorenzo Víctor, 2002. La perspectiva de campo como marco de análisis del fútbol local. Bases y apuestas. **Revista digital efdeportes.com**. Buenos Aires, año 8 Nº 54, noviembre.
Archetti Eduardo P., 1985a Fútbol y ethos, En **Serie Investigaciones FLACSO**. Buenos Aires
1985b Fútbol, violencia y afirmación masculina. En **Revista Debates en la sociedad y la cultura,** Nº 3. Abril-Mayo. Buenos Aires: CEDES.
1995. Estilo y virtudes masculinas en El Gráfico: la creación del imaginario del fútbol argentino en **Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales,** vol. 35, Nº 139 (octubre-diciembre), pp. 419-442, Buenos Aires.
Battilana, Carlos. 1995 Las marcas de la pasión. Fútbol, discurso y cultura. En Spiller, R.(ed.), **Culturas del río de la Plata (1973-1995) Transgresión e intercambio**, Lateinamerika-Studien 36 Universität Erlangen-Nüremberg-Zentralinstitut (06) -Sektion Lateinamerika
Belgeri F.1938 El fútbol como problema social. **El Gráfico**, Buenos Aires, 26 de agosto.
Binford, L. R. 1972 **Mortuary Practices: Their Study and Potential. An Archaeological Perspectives** New York Seminar press. 208-43
Bourdieu P., 1988. **Cosas dichas.** Buenos Aires. GEDISA.
Connerton P, 1999 **Como as sociedades recordam**. Sao Paulo. Celta.
Dulout, L. N. y Sempé M. C. 2005 El Fútbol y Su Expresión Funeraria En **Patrimonio Cultural en Cementerios y Rituales de la Muerte**. Temas del Patrimonio. CPPHC Ciudad de Buenos Aires
García C. Sempé M. C. y Dulout L.N. 2005 Expresiones populares en funebria. **Actas XXIV Encuentro de Geohistoria Regional.** pp 269-274. Resistencia Chaco. IIGHI-CONICET.
Morales A. 2002 Fútbol, política y sociedad, **La Gaceta** nº24 Revista Asociación de profesores de Historia del Uruguay. Agosto. Montevideo
Páez D., J. F. Valencia; J. W. Pennebaker; B. Rimé; D. Jodelet (eds). 1999 **Memorias colectivas de procesos culturales y políticos**. Argitalpen Zerbitzua.
Rizzo A y Sempé M. C. 2001a Importancia del cementerio como documento etnohistórico y antropológico. En **Actas XXI Encuentro de Geohistoria Regional.** Pp 291-296. Ministerio de Cultura y Educación-Universidad Nacional de Formosa. Ed. Gualamba.
Sebrelli, J. J. 1981 **Fútbol y masas**. Buenos Aires: Ed. Galerna.

María Carlota Sempé: Doctora en Ciencias Naturales. UNLP. Licenciada en Antropología. Investigadora Principal del CONICET. Profesora Titular cátedra Arte, Tecnología y Antropología Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP. carlota_sempe@yahoo.com.ar

Luis Noel Dulout: Licenciado en Antropología UNLP. Docente Investigador Programa Incentivos Ministerio de Educación de la Nación. Ayudante diplomado cátedra Levantamiento Geológico Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP. ldulout@yahoo.com.ar

CEMITÉRIO NA IGREJA: JARDIM REGADO COM LÁGRIMAS DE SAUDADE

Henrique Sérgio de Araújo Batista

Em 08 de janeiro de 1841, foi enterrado o abade Domingos Fabbrini, delegado da Santa Sé junto a Corte, na catacumba de número 120 na igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. O caixão próprio, acompanhado pelo pároco do abade, foi transportado pelo coche da Casa Imperial e o corpo vestido com os trajes sacerdotais do falecido. Na igreja, muitos convidados ouviram música e assistiram o ofício e o memento de sepultura. Tanto o número de sacerdotes que participaram da cerimônia – já que o compromisso da Ordem indicava apenas seis para os irmãos filiados, quanto o número de convidados indicam a importância do falecido. Outro indício do lugar social ocupado pelo falecido foi o uso de transporte pertencente à casa reinante.Todavia, apesar da posição social do falecido, quando em 23 de janeiro de 1842 foi pedido que a Ordem cedesse um espaço privado no templo para guardar seus ossos após a exumação dos mesmos, a resposta foi negativa pois não existiria esse local.

Apenas dois anos após tais negativas a resposta da administração viria a mudar. Em 1844, D. Maria Bibianna d'Araújo, ex-corretora e viúva do ex-corretor da Irmandade, o comendador Henrique José d'Araújo, requer autorização para colocar a urna com os restos mortais de seu marido no jardim da igreja. No ano seguinte, d. Maria Bibbiana, na secretaria da Ordem, assina o termo para erguer a referida urna. Todavia, quando a Ordem assim determinação, a família do falecido deveria, por ônus próprio, transportar o artefato para um outro local.

Na cidade do Rio de Janeiro somente com o Código de Postura de 1832[1] houve deliberação para que, quando fosse construído um cemitério, fossem interditadas as inumações os templos; todavia, somente no final da década de 1840 a Ordem inauguraria seu campo santo.

Bem antes, dessa inauguração, a administração da Ordem discutia a reformulação do chamado quintal do templo bem como do término da urna onde eram guardados os restos mortais dos anjos após o período de decomposição cadavérica dos mesmos. Quando do enterro dos mesmos, os familiares informavam se desejam os ossos. Caso contrário, tais ossos eram guardados em nessa urna específica juntamente com outros não-requisitados.

Quanto ao embelezamento do quintal, fazia parte de freqüentes reformulações de configurações internas da igreja: *"Também ponderou que tratando-se da reforma e melhoramento do Quintal*

---

[1] RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos - Tradições e transformações fúnebres na corte*. 1995. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói.

convinha que a mesa decidisse se se deveria mandar fazer nelle algua obra, e se deveria ser repucho, ou cascata, ao que ella resolveo que deixara a disposição do mesmo Ir[2]*o que elle acha-se de melhor acordo com o Mestre"*[3].

Por fazer parte do compromisso da Ordem, o local dos enterros era uma das questões centrais das sessões da administração no início dessa década. Não somente as catacumbas eram ocupadas pelos enterramentos, mas também pelas urnas de irmãos falecidos contendo os restos mortais, tornando-se necessária ampliar-se o número de catacumbas.

Entretanto, as urnas poderiam ser guardadas em outros locais além do das catacumbas. Durante sua estada no Brasil, Ewbank, ao visitar a igreja São Francisco de Paula, descreve significativo número de urnas que encontrou, juntamente com outros objetos como imagens e ex-votos de cera, nos andares superiores do templo.

Alguns dos símbolos citados por Ewbank, como os archotes invertidos e as ampulhetas com asas também estão presentes nos artefatos tumulares pétreos representando o inexorável passar do tempo. Todavia, se a vida terrena poderia ser breve, repleta de dor e pecado, a prometida pela religião católica, ao contrário, seria eterna. No século XIX, o culto romântico da morte teria como uma de suas fontes a leitura barroca da morte com pompas fúnebres e revitalização do macabro[4]. Seguindo os preceitos da Contra Reforma, as imagens[5] deveriam emocionar, e provocar um sentimento religioso profundo. As representações (principalmente as esculturas) dos santos e mártires[6] da Igreja exibiam gestos dramáticos, teatrais próximos ao desfalecimento, ao êxtase, até mesmo a morte.

Novamente, após mais de um ano daquela sessão em junho e 1841, a ata da décima sessão da mesa administrativa reforça a necessidade do aumento do numero de catacumbas[7] sem que houvesse modificações no problema. Todavia, devido à iniciativa do corretor barão de Guapemirim, foi retomada, em 07 de maio de 1843, a proposta da compra de uma casa localizada ao lado da igreja da Ordem para que se aumentasse a área das catacumbas e possibilitasse um acréscimo no número de enterros.

---

[2] No caso, o irmão Procurador Geral.

[3] AVO3MSFP. Livro de actas das sessões das mesas da V[el] Ordem 3[a] de S. Francisco de Paula – 1841 a 1855, p. 1.

[4] Reflexões tendo como fundamento ARIÈS, Philippe. *Images de l´homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1983; *O homem diante da morte, v. 1*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; *O homem diante da morte, v. 2*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990; *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média.* Lisboa: Teorema, 1975; e XAVIER, Pedro do Amaral. *A morte - símbolos e alegorias.* Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

[5] Diferentemente, no Renascimento a inspiração seria os modelos artísticos da Antiguidade Clássica e os monumentos e túmulos portavam sentidos que, para além de dimensões religiosas, celebravam a cidade na "*imortalidade do indivíduo*". XAVIER, Pedro do Amaral. Op cit.

[6] "O exemplo dos santos, sobretudo dos mártires, sem dúvida os novos heróis dos programas iconograficos religiosos, fortifica a alma, mostrando o caminho mais directo para Deus através da prática das qualidades de ascese, renúncia e humildade" in XAVIER, Pedro do Amaral, op. Cit. p. 63.

[7] AVO3MSFP. Livro de actas das sessões das mesas da V[el] Ordem 3[a] de S. Francisco de Paula – 1841 a 1855, p. 10v.

Outra proposição aprovada refere-se à proibição da permanência de cadáver dentro da nave central da igreja durante o período noturno. Inserindo-se nas discussões em tornos dos males provocados pelos miasmas que, desde o final do século XVIII na Europa, o saber médico alertava, a mesa administrativa determina tal interdição. Embora, o discurso higienista pregava a necessidade de serem erguidos cemitérios fora do perímetro urbano das cidades como também a transferência, para isolados locais, dos hospitais, tais proposições não foram sequer debatidas, pois, quanto ao hospital da Ordem, localizado ao lado da igreja, seria necessária apenas a substituição de grades que permitiriam que as janelas ficassem abertas facilitando o curso do ar e, talvez o motivo maior, que impedissem furtos.

No primeiro livro de termos de sepultamentos do arquivo da confraria que contem dados referentes ao período de 1773 a 1824, em sua terceira página, encontra-se também o informe do primeiro enterro feito pelo viúvo da falecida: "*Aos 29 de Dezembro de 1773 foi sepultada na Capela da Ordem 3ª de Sm Francisco de Paula a falecida Rita Maria de Jesus filha legitima de Domingos Mendes, e de Maria da Silva natural desta Cidade, casada com o Ir Vigário d Ordem 3ª Francisco Ferrª da Sª".*[8]

Quando a pedra fundamental do templo foi lançada em 1759, existia uma ermida para o culto de São Francisco de Paula cuja Ordem foi estabelecida por provisão episcopal em 1756 na capela do Morro da Conceição. A imagem do padroeiro foi, em 1858, transportada em procissão dessa capela para a igreja da Cruz (hoje dos Militares) enquanto não era construído seu lugar definitivo. A escolha da área, possivelmente doada pelo bispo português e introdutor do culto ao referido santo, Frei Antonio do Desterro, estava relacionada com o templo que se construía no mesmo largo e que seria a nova Sé, e essa Sé é indício de um crescente destaque buscado pela confraria[9].

O segundo registro que menciona o número de missas ocorrerá após oito anos e indica não só um dos possíveis lugares de enterramentos na igreja, já que a morte pedia locais específicos na organização espacial do templo, como também os custos do solo sagrado. Encomendado pelo padre comissário e enterrado em 21 de setembro de 1782, Manoel Francisco Rosa "*veio amortalhado no Habito de S Franco, tambem trouxe o nosso Habito, e não foi sepultado no* ***tilheiro***[10]*como consta no Testamento pr não ser lugar bento no tempo prez*e*, e se lhe dicerão pr sua alma 30 missas de corpo presente e deu 6:400 de esmola pela catacumba".*[11]

---

[8] Idem. Termos de Sepultura dos Irmãos (1773 – 1824), p.3.
[9] GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio.* Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. ALONSO, Annibal Martins. *Resumo histórico e ilustrado da instituição e suas fundações, elaborado no ano compromissal de 1966/70.* Rio de Janeiro
[10] Grifos meus.
[11] AVOTMSFP. Termos de Sepultura dos Irmãos (1773 – 1824), p. 09.

Onde se localizaria o referido *tilheiro*[12]? Seria uma área coberta por telhas ao lado da igreja?. A primeira referência a um lugar de sepultamento no "Livro de Óbitos 1773 – 1824" foi feita quando do enterro da preta fora, Maria da Conceição, sepultada no S*emiterio da parte direita desta Venerável Ordem 3ª de Sn Franco de Paula*[13]. Outra referência a "parte direita" encontra-se no registro seguinte de Manoel Jose Dias em 26 de junho de 1778. O referido irmão foi sepultado no "*semiterio da parte direita"*[14]. Qual parte direita? Estaria essa "parte direita" vinculada à posição do altar central? Ou seja, à direita, de quem adentra o templo?

Outra indicação dos possíveis locais de enterramentos existentes na igreja ocorre quando do enterro do apenas intitulado "inocente" filho do irmão João Gonçalves Braga no "*carneiro dos inocentes*" na "*parte esquerda do corredor".*[15] Em 11 de agosto do mesmo ano, a também inocente, mas nomeada Josefa, filha do irmão Manoel do Couto Tavares foi também ali enterrada sendo que nesse caso o local foi mais específico "*na parte esquerda do corredor o segundo"*[16]. Para existir um corredor, é necessário que existam paredes delimitando um espaço intitulado de "corredor" o que indica que o "carneiro dos inocentes, localizava-se no interior da igreja. Mas, qual o significado de "o segundo"? Seria, na seqüência, o segundo carneiro específico para as crianças já que no primeiro havia sido enterrado o filho do citado João Gonçalves Braga já que não haveria decorrido um espaço tempo suficiente para a decomposição do primeiro cadáver? Possivelmente não, pois com vinte e dois dias do último enterro no mesmo local, foi feito outro de uma criança, Irene, filha do irmão Manoel José de Campos "*na parte esquerda do corridor o segundo"*[17]. O próximo registro também é a respeito de um filho de outro irmão, o capitão Jose Barbosa Telles, cuja anotação é a mesma, mas não se informa se trata de um carneiro, mas que foi na área dos *inocentes*.

O sepultamento seguinte de uma criança, foi o do *inocente Luis*, que havia sido deixado à porta de uma Anna Maria[18], e foi para a "*sepultura determinada pª os Anginhos.* A última referência a carneiro, como local de sepultamento, foi de outra criança, Escolástica, enterrada, em 23 de novembro de 1778, no *semiterio debaixo do noviciado em hum carneiro dos anginhos.*[19] De acordo com o

---

[12] Ao descrever o cemitério de São João Batista, em Boafogo, o viajante Carl von Koseritz trata da existência de um telheiro na referida necrópole – *"No meio do cemitério há uma grande cruz, ao lado da qual está o telheiro em que se depositam os cadáveres que são enterrados vinte e quatro horas depois".* KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda? Editora USP, 1980, p. 234.*
[13] Idem, p. 03v.
[14] Idem, p. 04.
[15] Idem, idem.
[16] Ibidem
[17] Idem, p. 04v.
[18] idem, idem.
[19] Idem, p. 5

Bernardo de Lima Melo Bacellar em seu *Diccionario da Língua Portugueza*[20], de 1783, "*carneiro*" significa "*catacumba*"[21] e "*cemitério*" o lugar de sepulcros[22]. Embora, de acordo com outro dicionário, o de Antonio de Moraes Silva[23], cemitério seja um lugar onde se enterram os defuntos, em uma área aberta, fora do templo, tal definição não pode ser aplicada para área do sepultamento de crianças como Ecolástica, já que o local indicada ela ficava em baixo do templo.

Ocorria, na capela do noviciado a admissão dos novos irmãos da confraria. Tal capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória, sagrada em 1779[24], já estava concluída antes da capela-mor e localiza-se até hoje ao lado direito de quem adentra ao templo. Seria, portanto, sob essa capela, além do cemitério externo, que ocorreriam os enterramentos.

Somente a partir de 1779, as sepulturas começam a ser numeradas quando do enterramento, em 25 de abril de 1779, de Antonio, filho de um irmão da Ordem, Mathias da Silveira.Todavia, possível era o enterro, mediante pagamento, de quem não pertencessem aos quadros da irmandade como Ângela Pereira de Vasconcellos enterrada na sepultura primeira, em 13 de setembro de 1779.[25] Seria o *espírito comercial*, no dizer de Debret[26], que permitiu que não-filiados fossem sepultados nas catacumbas das confrarias. Embora o artista francês esteja se referindo à praticas que aconteceram durante sua estada no país, talvez existissem traços de tal "espírito" nas determinações da administração da Irmandade quando permitiam sepultamentos de estranhos à confraria.

Todavia, em seu relatório, apresentando quando da posse da administração da confraria, seguinte a sua, o futuro visconde de Figueiredo, confirma a existência de sepulturas sob a sacristia, mas não se refere às da capela do noviciado: *"os antigos jazigos erão outr'ora edificados no subterrâneo, em o espaço occupado pela sacristia e Capella-mór*[27]. Ainda, segundo Figueiredo, a administração, em

---

[20] *Diccionario da Língua Portugueza em que se acharão "o dobrados palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntos a sua propria significação: as raízes de todas ellas: a accentuação: e a seleção das usadas, e polidas: a Gramatica Philosophica, e a Ortographia Racional no principio, e as explicações das abreviaturas no desta Obra"* Lisboa: Off de Jose de Aquino Bulhoens, 1783.

[21] *Catacumba: grande tumba ou carneiro.* Idem, p. 96. Entretanto, haveria, de acordo com Silva uma diferença de significado entre "carneiro" e "catacumba, posto que o primeiro seria "*uma cova vazia de terá, onde se mettem caixões de defuntos"* e o segundo vão na parede para enterro.

[22] Para Bacellar, cemitério seria o lugar de sepulcros. E sepulcro seria a cova de defunto. Nesse sentido, Bacellar não especificou se tal lugar seria dentro ou fora da igreja.

[23] SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa:....,1789.

[24] FIGUEIREDO, Francisco de. *Relatório da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de S. Francisco de Paula apresentado à nova administração no acto da Posse em 31 de maio de 1875 pelo irmão Corrector Francisco de Figueiredo.* Rio de Janeiro: Typ. Do Apostolo, 1873.

[25] Idem.

[26] DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978, vol 2, p. 251.

[27] FIGUEIREDO, Francisco de. Op. Cit. p. 21.

1805, decidiu construir catacumbas[28] *ao lado esquerdo da igreja*[29] que, iniciadas no ano seguinte, foram concluídas em 1810[30] com o sepultamento, em 22 de fevereiro de 1810, do irmão Domingos Alves Pacheco[31]. Qual seria o "limitado número de catacumbas" ao qual se refere Duprat, já que, segundo Gerson, era o templo com o maior número de catacumbas do Rio de Janeiro? Em abril de 1781, já existiam sessenta e seis catacumbas, pois tal é a numeração da catacumba aonde foram depositados, por ordem do bispo do Rio de Janeiro, os ossos da filiada à confraria Rosa Theresa de Jesus[32] . Somente após dezoito anos houve um sepultamento em uma catacumba com um número maior que esse, em 15 de maio de 1793, o irmão da Ordem, Boaventura Martins Alves, foi sepultado na setenta e quatro[33]. Em 13 de abril de 1810, esse número alcança o centésimo quando do sepultamento de Victoriano F. de Azevedo Grandão[34]. Em seu relatório, Figueiredo informara que as catacumbas construídas fora do recinto do templo, iniciadas em 1806, foram concluídas em 22 de fevereiro de 1810 e, após serem bentas, receberam seu primeiro cadáver – o do irmão da Irmandade Domingos Alves Pacheco[35].

Quando de sua estada no Rio de Janeiro, Walsh visitou a igreja de São Francisco de Paula, no dia dos finados, descreve o culto aos mortos nessa data em torno das urnas localizadas em um grande jardim delimitado por catacumbas, cujas proporções podem ser dimensionadas na Planta da Cidade do Rio de Janeiro de T .Paranhos de 1852[36] quando tal área ainda não havia sofrido as alterações que viriam a modificá-la:

> *"Havia uma estreita passagem através da massa compacta de mulheres no chão e por esse corredor passava uma continua corrente de pessoas. Também entrei por aí, e junto com elas cheguei a um imenso jardim circundado por celas. Havia um grande número de caixas, de formas e tamanhos variados, agrupadas contra os muros e nos jardins, algumas delas tão grandes quanto um mausoléu e outras pouco maiores do que uma caixa de chá"*[37].

---

[28] No Rio de Janeiro de 1816, somente duas igrejas, segundo Debret possuíam catacumbas: a igreja do Carmo e a de São Francisco de Paula. Em seu livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil", o artista francês retratou as catacumbas existentes na igreja do Carmo. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
[29] FIGUEIREDO, Francisco de. Op. Cit. p. 21.
[30] De acordo com o Visconde de Duprat, em 1838, haveria outro acréscimo de catacumbas. DUPRAT, op. Cit.
[31] FIGUEIREDO, Francisco de. Op. Cit.
[32] Termos de Sepultura dos Irmãos, op. Cit. p. 07v.
[33] Idem p. 20.
[34] Idem p. 35.
[35] FIGUEIREDO, op. Cit. p. 21.
[36] Setor de Cartografia – BN – 14-4-31.
[37] WALSH, R. *Noticias do Brasil (1828-1829) – Primeiro Volume.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 147.

Até a construção das catacumbas no jardim lateral da igreja, todos os sepultamentos ocorriam em baixo da mesma. Assim como outros, os escravos eram sepultados nas intituladas "*dos fiéis"* . Todavia, a partir do mortório de Manoel, escravo de D. Joanna Theresa, conduzido ao templo em uma rede, em 26 de abril de 1814, os cativos passam a ter sob a sacristia sua única área de sepultamentos. Em decorrência das novas catacumbas e do uso quase exclusivo para os escravos das localizadas sob o templo, torna-se tal local delimitado pelos lugares sociais dos lá sepultados.

O compromisso da confraria determinava o número de sacerdotes que participariam das exéquias de seus filiados. O custo da presença de outros, além desses, era de responsabilidade dos familiares dos falecidos e quanto maior tais presenças maiores seriam os custos das exéquias. Nesse sentido, o número de padres nas exéquias era uma das possibilidades de reafirmar o lugar social do falecido e de sua família, ou como, afirma Reis, de *que o morto não era um joão-ninguém*[38].

Para o mercenário militar Schlichthorst, ocorria um excesso de desperdício nos sepultamentos[39] com os adultos amortalhados com hábitos de monges e as *altas personagens militares e civis, em traje da Ordem de Cristo, de capacete, botas e esporas*[40]. Embora a estadia, no país, de Schlichthorst tenha sido curta, significativo número de sepultamentos de representantes das elites, emigradas ou não, correspondem ao descrito pelo referido militar.

Tão importante quanto participar era ser visto – mesmo morto – com os suportes materiais de seu lugar, de seu prestígio social. Quando o ex-governador de Benquela, Francisco Infante de Sequeira, foi sepultado, em 24 de junho de 1805, na catacumba 84[41]. Amortalhado como cavaleiro, o falecido teve encomendação e oficio de corpo presente com a participação de vinte e três sacerdotes[42].

Todavia, quando o falecido não portava nem brasão nem comendas, o funeral era uma das possibilidades de se demarcar, em última instância para a família, tal destaque social, por mais fugidio e efêmero que fosse. Como uma das possibilidades, restava, à época, na morte, aos que almejaram em vida alcançar, como certos comerciantes fluminenses de objetos e almas, a nobilitação, e por diversas razões, não conseguiram, a ostentação exequial. É possível que tenha ido esse o objetivo do sepultamento, em 17 de agosto de 1805[43], de Gabriel de Sousa Guerra Araújo Godinho[44]. Portador de

---

[38] REIS, op. Cit. p. 143.
[39] E um dos mais suntuosos presenciados pelo militar foi o de D. João VI. SCHLICHTHORST, C. op. Cit.,
[40] Idem. 122.
[41] Termos de Sepultura dos Irmãos (1773-1824), p 27v.
[42] Falecida alguns meses antes, em 23 de novembro de 1804, a mulher do governador, D. Anna Angélica da Cunha, sepultada na catacumba 45 e amortalhada com o hábito de Santo Antonio, teve encomendação e oficio de corpo presente celebrados pelo reverendo pro comissário da irmandade e vinte e quatro sacerdotes. Idem, p. 26.
[43] O cadáver havia sido levedo para o templo no dia anterior.
[44] Termos de Sepultura dos Irmãos (1773-1824), p 27v.

um extenso conjunto de sobrenomes[45], conduzido em andas e amortalhado no hábito do Carmo, o falecido teve oficio de corpo presente celebrado pelo reverendo pro comissário e outros quarenta sacerdotes. Nenhuma outra celebração fúnebre, na Igreja de São Francisco de Paula, contou com tamanha padralhada. Até mesmo o sepultamento do general inglês, Barão de Corove[46] amortalhado de cavaleiro e sepultado na catacumba 115 contou com tão expressivo conjunto de religiosos.

Nem mesmo representantes da nobreza portuguesa que participaram da administração do império lusitano como o marques de Aguiar tiveram, em seus funerais, a presença desse expressivo número de sacerdotes. Conduzido à igreja de São Francisco de Paula no coche da Casa Real, vestido de cavaleiro, o cadáver de D. Fernando José de Portugal e Castro foi encomendado por apenas vinte sacerdotes[47].

Para membros da nobreza, a antiguidade da casa, os postos ocupados na administração do império português eram posições hierárquicas de prestigio que dispensavam, em certo sentido, o exacerbar de sinais externos que reafirmariam o lugar social ocupado pelos mesmos. O embate se daria entre os membros da nobreza por *chances de prestígio hierarquizada*, no dizer de Elias[48], que resultaria na possibilidade de exercer poder em suas gradações, em suas hierarquias. As cerimônias fúnebres de representantes dessa nobreza já estavam revestidas de símbolos dos mais distintivos pois parte das exéquias eram realizadas na Capela Imperial. O cadáver era levado pelo coche da Casa Real desfilando pelas ruas até o local do sepultamento proporcionando um dos alicerces do convívio na corte – o de ser visto próximo ao governante. O aparato faustoso dessas cerimônias não era vinculava-se ao número de sacerdotes que celebrassem as exéquias, pois os elementos diferenciais eram anteriores aos próprios sepultamentos, até mesmo ao nascimento, e estavam nas armas, nos brasões, e, em menor escala, na celebração.

Todavia, é possível que a mortalha de um anjo, por maior que fosse seu posto, não preenchesse os requisitos necessários de distinção para um filho do doutor Manoel Bernardes, já que, quando do sepultamento de seu filho, em 04 de março de 1823, além das exéquias terem sido celebradas pelo reverendo comissário da confraria e outros vinte sacerdotes, o cadáver levado em um "*carrinho*"[49] foi acompanhado por um cortejo de seges. Seria a vaidade das famílias, segundo Debret, que preferia uma

---

[45] Segundo Duprat, o falecido tinha o posto de capitão. DUPRAT, op. Cit.
[46] O nobre inglês foi encomendado, em 15 de dezembro de 1810, pelo revendo pro comissário e dezessete padres, e, no dia seguinte, quando do oficio de corpo presente, a cerimônia contou com trinta sacerdotes. Termos de Sepultura dos Irmãos (1773-1824), p. 38v.
[47] Termos de Sepultura dos Irmãos (1773-1824), p. 75.
[48] ELIAS, Nobert. Op. Cit.
[49] Termos de Sepultura dos Irmãos (1877-1824), p. 117v.

procissão de veículos à *honra do cortejo a pé a que tem direito os membros da irmandade*[50]. Além da distinção alcançada pelos veículos que participaram do cortejo, outro elemento tornou mais peculiar tal sepultamento – o pequeno cadáver vestia uma mortalha de pontífice, do príncipe da Igreja, do sucessor do próprio salvador cá na terra. Talvez a escolha tenha sido devido ao nome do inocente falecido, Pedro, ou talvez amortalhá-lo como um ser seráfico estaria aquém da distinção almejada por sua família.

No período de 1773 a 1824, os militares eram, em sua maioria, amortalhados como cavaleiros das Ordens Militares a reafirmar, mais do que como oficiais, os lugares ocupados na hierarquia social de uma sociedade de Corte. Todavia, as atitudes diante da morte sofreriam modificações, na década de 1840-1850, não só face à finitude como também decorrente dos novos espaços ocupados pelo Exército em conturbado período militar do período regencial, já iniciado, em certo sentido, à época da chamada "Guerra da Independência". A farda de um exército que guerreia com outras nações, que pacifica e consolida um império, passa a simbolizar mais que o hábito de cavaleiro de uma Ordem Militar que, há muito - pelo menos não com a materialidade letal de um canhão, não mais combate.

Foi de um militar o encerrar dos pomposos sepultamentos na igreja de São Francisco de Paula, em 02 de novembro de 1849[51], nas vésperas da proibição dessas práticas nos templos do Rio de Janeiro, já que o último se daria em 19 de março de 1850. Nele estariam presentes as duas ordens – a do Antigo Regime, com lastros em uma França da dinastia de Bourbon e que havia comandado a esquadra que acompanhou, para seu casamento com Pedro II, a princesa Teresa Cristina. Como também a do soldado, que, como tenente da marinha, serviu sob o comando do Almirante Cochrane, em 1823, contra os portugueses na Bahia e contra os pernambucanos quando da Confederação do Equador. Seu sobrinho neto, ao escrever suas memórias, ainda se lembrava de vê-lo coberto de condecorações em direção a cerimônias no Paço Imperial. Todavia, a mais vívida lembrança[52] foi a da morte de tal tio, cuja causa se iniciara com a retirada de prosaico inseto sifonáptero. A desastrada remoção desse picho-de-pé desencadeou procedimentos operatórios que terminariam com o falecimento[53] do vice-almirante Theodoro de Beaurepaire. Vestido de farda, o cadáver foi conduzido em coche com acompanhamento do pároco da freguesia de Santa Ana. Assim como ocorrera com outras exéquias de militares, foram feitas descargas. Os convidados assistiram os ofícios, com libera me de música, celebrados de pelo reverendo pro comissário e oito sacerdotes.

---

[50] DEBRET, Jean Baptiste, op. Cit. p. 257.
[51] Idem, p. 216.
[52] TAUNAY, visconde de. *Memórias.* São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.
[53] Taunay acredita que a causa teria sido ou tétano ou gangrena.

No entanto, no livro de termos de sepultamentos que abarca a década de 1840, a assistência das exéquias adquire um novo estatuto e passa a ser enquadrada na categoria de convidados. Se antes o repicar dos sinos era a mais direta forma de se anunciar os falecimentos, com a especificidade de um tamanho sino para cada sexo, o crescimento urbano com a dispersão das moradias, dos representantes das elites, em chácaras distantes do centro comercial, pedia novos formatos para que fossem comunicados os sepultamentos – os cartazes e os convites. Embora existisse outra possibilidade de se publicitar os sepultamentos com anúncios nos periódicos; entretanto, ao contrário da presença de convites para sepultamentos de estrangeiros no Cemitério dos Ingleses, são raríssimos, entre 1827 e 1837, tais comunicações de sepultamento de católicos no *Jornal do Comercio*.

As próprias regras de convívio tornaram-se mais complexos, com a difusão dos manuais de boas maneiras, de como se comportar nos salões - locais apropriados para se fortalecerem redes de alianças, de teias familiares construídas com intrincados casamentos. Não mais apropriado era, por parte das *damas da sociedade*[54], adentrar templos, carregadas em cadeirinhas e serpentinas, e tendo consigo os pequenos símios de estimação. Os ritos em torno dessas elites tornaram-se mais complexos e a prática de se enviar cartas convites para as exéquias pontuam esses atos como consta do inventário de José Vieira da Costa.

Em 09 de fevereiro de 1846, o viajante inglês Ewbank recebe um convite (tarjado com os símbolos da morte tendo ao centro uma urna armotalhada) para as exéquias, às 18 horas, de uma nobre apenas identificada como "Condessa J". O cortejo que levava o corpo da nobre foi presenciado por Ewbank que, ao descrevê-lo, registra com detalhes uma das mais ostensivas formas de se enterrar uma representante da nobreza, que privava da intimidade da imperatriz:

> *"Amantes das roupas enquanto vivos, os brasileiros são enterrados com seus melhores trajes, a não ser quando, por motivos religiosos, preferem outra vestimenta. Meticulosos ao extremo, os brasileiros impõem a etiqueta também aos mortos, que devem passar ao outro mundo em atitudes e roupas decentes.(..) A senhora hoje sepultada era dama de honra da imperatriz. Sua vestimenta funerária era a "libré das damas de honor". "Diga-me, por favor, como é tal vestimenta." – pedi. "Vestido de seda branca bordado a ouro, cauda de seda verde bordada como o vestido, um penacho de plumas de avestruz, colar, pulseiras, brincos, etc." – indumentária própria para causar impressão aos monarcas deste mundo, porém não para garantir*

[54] Como se refere Luis Edmundo no seu relato sobre o rio de Janeiro antes da chegada da Corte portuguesa. EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal, 2000.

uma recepção especial por parte do Rei dos Hades. A condessa era jovem, gozava saúde, e estava alegre uma hora antes de morrer"[55].

Existem, nos inventários dos que foram sepultados na igreja de São Francisco de Paula registros de gastos com a compra dos convites; no entanto, nenhum desses impressos foi anexado aos autos. Nos diários do comandante-em-chefe da esquadra britânica do Atlântico Sul estacionada no Rio de Janeiro, Grahan Éden Hamond[56] existe a reprodução de um convite recebido pelo referido militar para o sepultamento, em 19 de setembro de 1837, na igreja de São Francisco de Paula, do marquês de Inhambupe. Nascido na Bahia, Antonio Luis Pereira da Cunha era presidente do Senado, do qual era membro desde 1826, quando do de sua morte.

No convite, um esqueleto sentado sobre um esquife ou urna[57], coberto por um manto com uma grande cruz em seu centro. Sentado, sobre o caixão, um esqueleto a segurar, com a mão direita, uma vela, sem a chama. De sua boca, como se a fala lhe fosse um atributo, sai a palavra latina *finis.* Ao seu lado, pousado no esquife, uma ampulheta. Na Iconografia Funerária[58], a representação do esqueleto pode ser encontrada desde a Antiguidade Pagã. Todavia, operam-se transformações em seus significados. Se nessa época, o esqueleto se ligava a celebração de estar vivo, no medievo da dança macabra, os sentidos o levam para a reflexão de quão passageira as glorias terrenas podem ser[59].

Em seu repertório de alegorias, segundo Ripa, a morte era a figura de um esqueleto, coberto com um rico manto e quase a esconder o rosto, uma máscara. Todavia, na arte do barroco, o esqueleto tomou quatro variantes formas – o coveiro, o carrasco, o imperador, e o esqueleto-tempo (alado e/ou segurando uma ampulheta). Nesse sentido, a carta convite, como se não bastasse a palavra em latim "finis" veicula um discurso sobre a transitoriedade da vida. Entretanto a estrutura da ampulheta é dividida em duas partes com igual volume de areia em cada metade[60], e ambas, segundo Xavier[61], possuem o mesmo significado – vida, só com temporalidades distintas – a terrestre e a imortal.

Quando esteve na igreja da Ordem Terceira dos Mínimos para o enterro do cônego Januário da Cunha Barbosa, Ewbank descreve, assim como outros viajantes, um sepultamento. O cemitério,

---

[55] Idem, p. 77.
[56] HAMOND, Grahan Éden. *Os diários do almirante Graham Eden Hamond – 1825 –1834/38.* Rio de Janeiro: Editora JR, 1984.
[57] No cemitério Santo Amaro de Recife e no da Consolação em São Paulo existem túmulos com tal formato e panejamento.
[58] A iconografia funerária, segundo Pedro do Amaral Xavier, seria *"uma secção da Iconografia da Morte que tem por objetos os símbolos e as imagens relacionadas com monumentos funerarioos e exéquias".* XAVIER, Pedro do Amaral. Op. Cit. p. 27.
[59] Idem.
[60] Como ensina o Gênesis, o homem é pó e ao pó voltará.
[61] XAVIER, Pedro do Amaral. Op. Cit.

continua Ewbank a descrição, era cercada por quatro paredes grossas, cobertas pelo telhado[62], com uma área central a céu aberto onde existiam alguns túmulos de mármores e será nesse espaço que *D. Maria Bibianna d'Araújo* irá erguer o túmulo para seu falecido marido:

> "*Passando por uma porta lateral, entramos numa área quadrangular limitada por quatro altas paredes com um contínuo beiral de telhado projetando-se para o interior e deixando como que um pátio interno a céu aberto, ocupado por uns poucos túmulos de mármore.*

Vários pedidos para a ereção de mausoléus no jardim do templo se seguiram ao primeiro feito pela viúva do comendador Henrique José d'Araujo. Dos cinqüenta e um pedidos, foram trinta e seis aceitos pela mesa administrativa da Irmandade. Em 06 de novembro de 1849, João Caetano dos Santos teve consentido seu pedido de colocação da urna de mármore com os restos mortais de Luisa da costa Aguiar no referido jardim. Em março de 1850, foram proibidos os sepultamentos nos templos da cidade do Rio de Janeiro.

Várias eram os padrões de arquitetura tumular exibidos no jardim, ao lado do templo da Ordem: em formato de coluna encimada por urna cineira como os de Gregório José de Abreu e Rosa Maria Ferreira; urna sem ornatos de Luiza da Costa Aguiar; a estátua ajoelhada de um estudante de Coimbra da família de Bernardo José da Cunha que, para Clarival do Prado Valladares deveria estar sob a proteção das paredes do Museu de Belas Artes.

Os mausoléus do comendador Henrique José d'Araujo e o do reverendo José Manoel Bessa, pai de outro comendador, Manoel José Bessa, por suas dimensões e opulências são indícios inequívocos que o cemitério existente ao lado da igreja da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula não poderia comportar tal busca de distinção social e de construção da memória dessas famílias, necessitando, portando, de área maior. Com a inauguração da necrópole no bairro do Catumbi, junto com o traslado desses artefatos, a construção de outros, até mais monumentais, tornaram tal necrópole o mais importante durante o Império e entrará em certo processo de decadência ao final do século XIX, quando o cemitério São João Batista, no Botafogo, torna-se o preferido pela elite da cidade.

[62] Ou, quem sabe, aquele *tilheiro* já citado.

Figura 1 - Bernardo José da Cunha

Figura 2 - Comendador Bessa

Figura 3 - Henrique José d'Araujo

BIBLIOGRAFIA

ANACLETO, Regina. Arquiteturas medievais – memória e retorno. In: *Neomanuelino ou a invenção da arquitetura dos descobrimentos*. . Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1994

ARIÈS, Philippe. *Images de l´homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1983.

_____. *O homem diante da morte, v. 1*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. *O homem diante da morte, v. 2*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BARMAN, Roderick J. "Uma nobreza no novo mundo – a função dos títulos no Brasil Imperial. In *Mensário do Arquivo Nacional* – Jun-1973.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida – arte e sociedade no Cemitério São João Batista.* 2003. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

BAZIN, Germain. *História da história da arte.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *A estatuária funerária em Porto Alegre (1900-1950).* 1988. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural - Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura.* São Paulo: Estação Liberdade,1996

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira.* São Paulo: Nobel; Ed. USP, 1987.

CATROGA, Fernando. O cemitério romântico. In *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitetura dos Descobrimentos.* Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

_____*O céu da memória – cemitério romântico e culto cívico dos mortos.* Coimbra: Minerva História, 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300 – 1800.* São Paulo? Companhia das Letras, 1999.

DÉNIS, Fernando. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955

DUPRAT, Visconde de. *Relatório da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de S. Francisco de Paula apresentado pelo irmão corrector Visconde de Duprat referente ao qüinqüênio de 1892-1893 a 1896-1897. Seguido da Noticia Histórica da Venravel Ordem desde a sua fundação, com os documentos, relações, estatísticas e hotas extrahidas do seu Archivo. Ornada de estampas representando a sua Igreja e Estabelecimentos.* Rio de Janeiro; Typographi Guimarães, 1897.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis.* Brasília: Senado Federal, 2000.

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou Diários de uma visita ao país do cacau e das palmeiras.* Rio de Janeiro: Conquista, 1973,

FAZENDA, José Vieira. Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 86, v. 140, 1921.

_____. T. 95, v. 149

FREYRE, Gilberto. Introdução à 2ª edição. In *Sobrados e Mocambos.* 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

HAMOND, Grahan Éden. *Os diários do almirante Graham Eden Hamond 1825 – 1834/38.* Rio de Janeiro: Editora JR, 1984.

KIDDER, Daniel P. *Remiscencias de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo).* Brasília: Senado Federal, 2001.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda/Editora USP, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MAURICIO, Augusto. *Algo do meu velho Rio* . Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasiliana, 1960.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto* História, São Paulo, n. 10, 1993, p. 22.

PEARSON, Michael Parker *apud* LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista.* São Paulo: USP, Nova Série, v.2, 1994

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto e História*, São Paulo, n. 17, 1998.

QUEIROZ, J. Francisco Ferreira - Os Amatucci e as artes industriais. In "A Pedra", ano XXI, n.º 84, Verão de 2002.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In ALECANSTRO, Luiz Felipe (org). *História da vida privada no Brasil, vol. 2.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 2002. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Luis Gonçalves dos Santos. Memórias para servir à História do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824 – 1826).* Brasília: Senado Federal, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia.* São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TAUNAY, visconde de. *Memórias.* São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.

VALLADARES, Clarival do Prado, Arte e Sociedade nos cemitério brasileiros. . Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura- MEC, 1972. p. 896.

_____ *Nordeste histórico e monumental.* Rio de Janeiro: Norberto Odebrecht, 1982.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes. *Legislação sobre a empresa funeraria e os cemitérios da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typ. Da escola de Serafim Jose Alves, 1879.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WALSH, R. *Noticias do Brasil (1828-1829) – Primeiro Volume.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada/ Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

XAVIER, Pedro do Amaral. *A morte - símbolos e alegorias.* Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Cemitério de São Benedito-Ceará: Memória, Culto e Devoção a João das Pedras.

Michele Ferreira Maia[1]

"Por todo lugar muitas cruzes sobrevivem protegidas por mãos caridosas, por um resto de gente que ainda pede uma oração, pela alma de quem tombou de "morte matada", elas são o marco de uma era, dum tempo em que fora daquele símbolo só restava ao homem a infâmia, vivo ou morto (...)uma luta entre o bem e o mal, o pecado e a virtude, o crime e o castigo, orgulho e humildade, coragem e covardia, vingança e perdão, piedade e perversidade, (...)bandido e homem de bem, dualidades..." (Luitgarde Oliveira).

Resumo

Em São Benedito-Ceará os vestígios sobre a vida e morte de João das Pedras remontam a narrativas orais, e isso suscita a questão de qual o passado que se quis registrar, preservar nos livros relacionados à historiografia local. No entanto, o trabalho com as fontes orais nesta pesquisa nos possibilita observar que o que de fato é esquecido, silenciado pela escrita ganha por outro lado expressividade na oralidade, e, portanto, o passado deste ladrão não está morto e enterrado. Neste artigo, porém, abordo apenas o espaço de culto e de devoção, analisando a relação dos sujeitos com este espaço e questionando como e em torno de quê são construídas as memórias sobre João das Pedras.

1-O Espaço da Devoção.

Em Abril de 1978 morreu eletrocutado João Ferreira Gomes em São Benedito-Ceará, a morte decorria-se de uma tentativa de furtar a casa do Sr. Epifânio, esta que protegida por uma fiação elétrica vitimou o infrator que morreu no ato do impacto com os fios, sendo dessa forma, vitimado por sua tentativa de furto como também pela própria fiação. Se por um lado, este fato marcava a última tentativa de furto de João das Pedras, assim popularmente conhecido como o ladrão que tirava dos ricos para dar aos pobres, por outro lado construía-se a partir de então memórias não somente sobre a morte em si, mas de vários momentos da vida de João das Pedras. As histórias sobre seus furtos e fugas, sobre sua morte compõem construções de sentidos, significados sobre este sujeito, memórias que são presentes no cotidiano de São Benedito.

Após a consolidação de sua morte as primeiras manifestações foram realizadas a João das Pedras. Vale ressaltar que as bases do culto, não remontam de início há uma relação de santo e devoto, mas antes a uma relação de compaixão para com o ladrão que "morreu dum choque", por lamentação, por ter sido João das Pedras cortejado pelas ruas da cidade de forma profana: onde teve seus pés e braços amarrados e enfiados em um pedaço de madeira. No entanto, essa mesma

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil. Bolsista do(a): Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

compaixão pode ser compreendida também como a propulsora do culto, e é na análise da narrativa do Padre João Batista, filho do Sr. Epinânio já falecido, onde as primeiras manifestações são observadas, estas teriam sido iniciadas no próprio local em que morreu João das Pedras, quando houve por parte de algumas pessoas a tentativa de acender uma vela onde morreu o "ladrão", pondo em evidência o desejo de se render uma homenagem ao falecido, fruto do lamento, da consternação vinda por parte daqueles que se compadeceram ou se sensibilizaram, e se horrorizaram:

> Ainda depois de uns cinco, seis dias alguém queria acender alguma vela, alguma coisa não é no local, mais como era bem na cozinha da minha irmã que hoje é um quarto, é um quarto não é, pronto passou-se. Sugerimo: É não seria melhor a senhora acender lá no Cemitério no túmulo dele.Pronto não tinha nenhuma reação[2].

Acender vela no local da morte de algum sujeito é o que marca não somente o lugar dedicado ao falecido em si, mas essa questão nos remete ao imaginário popular, quando está relacionado com a religiosidade e crendices populares em torno do cotidiano da vida e da morte dos sujeitos. Acender velas, rezar no local onde a pessoa faleceu, é compreendido no imaginário popular como sendo uma prática necessária para buscar o sossego da alma, do espírito, daquele sujeito que não morreu de morte "natural". Sendo a morte natural aqui interpretada como a que não está relacionada a nenhuma enfermidade do corpo, mas decorrida de forma "acidental", seja por diversos fatores como: acidentes em casa, no trânsito ou assassinatos, em fim de uma forma em geral, aquela morte que foge do padrão habitual "o natural".

Assim João das Pedras teria "morrido d'um choque", se enquadrando, portanto, perfeitamente naquela morte "acidental", morte prematura. Seria nesse sentido, uma "*imagem de morte absurda, rápida, e casual. Uma morte que, de nenhuma maneira, é resultado de um processo natural"*[3]. Então as velas ou cruzes que são construídas em torno desses locais, onde se dão estas mortes "não naturais" são assim os símbolos deste imaginário, e é sobre essa questão que Reis nos aponta que:

> Essas cruzes que ainda continuam a ser erguidas em nossas estradas do interior, serviam também para marcar o lugar onde alguém havia morrido tragicamente, vítima de acidente ou assassinato, por exemplo, e lembravam a quem passasse a obrigação de rezar pela alma do infeliz[4].

Portanto, se levarmos em consideração que ao serem acesas as primeiras velas, no local, em frente "a cozinha da minha irmã", isso poderia discorrer de dois modos, ou seja, poderia se tratar de uma prática efêmera, e que, portanto, não perdurariam mais que alguns segundos, por outro lado havia também a possibilidade de ser essa uma prática contínua. Desse modo, à vela assim como a cruz relatada pelo autor marcaria assim o local da morte de João das Pedras, e não apenas este fato em si, mas o cotidiano dos sujeitos que morasse naquela rua, naquele bairro, e principalmente o cotidiano daqueles que morassem na residência em que ele morreu. Pois, se as manifestações permanecessem, se mais velas fossem acesas, estaria então, uma memória sendo construída em torno daquele espaço, em torno de onde morreu o "ladrão" de "choque". Suscitando assim, a quem porventura passasse neste local, a possibilidade de rememorar o fato, ou como implicaria em indagações por parte daqueles que desconhecessem a ocorrência ao indagar qual o sentido daquela vela acesa, assim poderia lembrar a "obrigação de rezar pela alma do infeliz".

Desse modo, quando o Padre João Batista nos diz que "sugerimo acender lá no cemitério no túmulo dele", implica considerar que um novo espaço estava sendo delimitado para essas manifestações, e não apenas isso, estava também embutido o desejo de que aquele fato, não tivesse

---

[2] Entrevista realizada na Casa Paroquial com Padre João Batista Rodrigues, 38 anos residente no Bairro do Cruzeiro no dia 02/10/2004.

[3]PORTELLI, Alesandro. AS Fronteiras da Memória, o Massacre das Fossas Ardeatinas, História, Mito, Rituais e Símbolos. **História e Perspectivas**. Uberlândia. 2002. pg. 17

[4] REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. **História da vida privada no Brasil: Império**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2. pg- 98.

nenhum marco, e, então, nenhuma memória, principalmente nos arredores da casa, da rua. E isso seria possível, quando não fosse permitido por parte dos proprietários que nenhum símbolo ali fosse erigido, qualquer que servisse de objeto para a lembrança do ocorrido, mesmo que fosse o simples ato de acender uma vela.

Assim, fica implícito na fala do entrevistado que essa ação, imposição imediata, foi o fruto do momento, proporcionada pelos ânimos, pelo constrangimento, e principalmente pelo desejo "necessário" de se apagar vestígios, que pudesse suscitar a lembrança sobre o ocorrido, era necessário assim buscar maneiras de se esquecer esse passado, não permitindo que ele fizesse parte do presente e, assim vetando qualquer possibilidade dele ser lembrado no futuro. Pois em torno desta morte pública, poderia consequentemente acarretar também uma memória pública e isso poderia proporcionar homenagens ao falecido[5].

Nesse aspecto, a narração dessa imposição nos faz compreender que para essa família seria difícil conviver a partir de então com o fato de ter que aceitar que tinha sido sua casa, o local onde morreu o "ladrão" João das Pedras, e principalmente que foram eles os construtores da fiação, então a partir dessa dificuldade de se conviver com esse fato, e com as memórias que surgiriam a partir deste, foi necessário construir uma memória satisfatória, com a qual se pudesse conviver. Por este ângulo podemos perceber que esta dificuldade de se lidar com esse passado é significativa, quando nos possibilita identificar, como essa memória pode ser interpretada como sendo perturbadora, e desta forma, indicando-nos uma memória traumática.

O que também pode ser salientado é que ao relatar que á idéia de indicar o cemitério, e em particular o túmulo de João das Pedras como sendo o espaço adequado para que pudessem ser "acendidas as velas", significa observar que de certa forma o Padre João Batista deixa subtendido em sua narrativa que sua família tem uma participação na construção desse culto, quando foi esta que contribui, mesmo que seja apenas na indicação do espaço adequado para a realização do culto. Nesse sentido, é como se quisesse nos fazer crer que o culto que ocorre hoje no cemitério foi impulsionado por esta indicação, isso quer dizer que coloca sua família no centro do inicio do culto, isso ocorre segundo Portelli, por quê: *"nós sempre tendemos a colocar-nos no centro dos acontecimentos"*[6].

No entanto, apesar de serem ou se considerarem "propulsores" deste culto, há inicialmente como já nos referimos anteriormente á negação da lembrança, ou seja, a propagação do que houve não é percebida através do culto, sendo que este é um veículo que permite o trafego entre a memória do presente sobre o passado, pois para o Padre João Batista o mais conveniente é crer que o assunto está "morto e enterrado", e que não há quem comente, não sendo um assunto do "presente", pois ficou no "passado", o entrevistado expõe em sua narrativa que não há quem aponte que foi em sua residência o ocorrido:

> Ninguém depois perguntou: a talí a casa não sei de quê! Parece que não aconteceu nada, você ta entendendo? Todo mundo achou até muito estranho, porque essas coisas sempre tem um olhar diferente, uma critica mais... **a coisa aconteceu até hoje e nem**... **ninguém toca** nesse assunto, nem nunca ninguém foi lá em casa pergunta. Na cidade **o assunto talvez circulou por uns dias e depois**...**pronto**, **voltou** tudo ao normal. Nunca ninguém assim interrogou a gente na rua saber ou porque isso que aquilo outro. Não sei foi uma coisa tão assim engraçada a forma, a reação né do povo o comportamento, a postura que

---

[5] O autor analisando as memórias sobre O massacre ocorrido em 24/03/1944 em Roma a 335 pessoas, nos comenta que: *"o massacre coletivo produz memória pública, monumentos, homenagens"*. Apesar de nõ ser um massacre, nem tão pouco coletivo, mas a morte mesmo que de um único individuo também poderia suscitar essa memória pública. Sobre esta questão ler: PORTELLI, Alesandro. AS Fronteiras da Memória, o Massacre das Fossas Ardeatinas, História, Mito, Rituais e Símbolos. **História e Perspectivas**. Uberlândia. 2002. pg. 17

[6] Idem. Pg- 49.

não houve **esses motim**, essas coisa assim de questionamento em conversa, ismiuçar detalhes, não[7].

O modo como articula sua narrativa, a maneira como interpreta o "depois" da morte, nos relatando que não houve nenhuma repercussão, e nenhuma indagação por parte de ninguém sobre o assunto, nos faz concluir mais uma vez, que há uma necessidade por parte do Padre João Batista de (re) afirmar que a vida de sua família permaneceu igual, e que nada se modificou, e, portanto, que nenhuma memória em torno do fato foi construída.

E na medida em que relata que "ninguém toca nesse assunto", nos permiti perceber que isso é um assunto proibido, silenciado, e nos faz crer que em sua casa na Rua Firmino da Costa, esse assunto não faz parte da pauta das conversas de sua residência, e isso é uma *"necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver"*[8]. Porém, a própria "inexistência" de um discurso por parte da família sobre o assunto, nos põe a questão de pensar que, apesar dessa tentativa de apagar as lembranças desse passado, quando realiza o impedimento de não permitir que acendam velas no local da morte, ou quando nos fala que o assunto talvez "circulou por uns dias", nos remete e nos instiga a buscar o contra discurso, ou seja, um outro espaço em que esse discurso seja possível, onde pode ser observado, e onde possa por a prova que o assunto faça parte do presente, e que então esse silêncio não seja em suma homogêneo e nem tão pouco hegemônico.

Contudo, o inverso do não dito é perceptível, quando observamos o Cemitério de São Benedito no dia dois de novembro, dia este dedicado aos falecidos, e isso quando observamos em especial a visitação que ocorre em particular ao túmulo de João das Pedras, e isso é possível quando compreendemos que: *"A necrópole não seria a "cidade dos mortos", e sim tanto a dos vivos como a dos mortos. E memória quase nunca é passado, mas usualmente futuro. Não existem pedras nas necrópoles onde não pulsem tristeza e alegrias, sonhos e desencanto""*[9].

Convém afirmar, que na necrópole de São Benedito memórias foram construídas sobre a morte de João das Pedras, onde são questionados: as questões da instalação do fio elétrico, e com isso os supostos "culpados". Assim, quando, por ventura, a memória de João das Pedras, portanto, seus furtos, sua morte, seu cortejo, seu enterro*: "Estiverem se esmaecendo pela marcha implacável do tempo, o monumento, no cemitério, ergue-se como um farol a indicar e reforçar o culto desse passado"*[10].

Memórias revolvidas por "tristezas e desencantos", mas onde se observa a "alegria", de quem alcançou uma graça, o "sonho" e, portanto, o desejo expresso num novo pedido para que se realize uma outra graça. E isso, por que: "*ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre esta realidade, a partir de seu próprio ponto de vista"*[11]. Não podemos deixar de salientar que o Cemitério de São Benedito apesar de o considerarmos como sendo o espaço onde se concentra a maior parte das praticas dos devotos, não é, porém, o único, haja vista que percorre também um outro espaço, a Igreja de São Benedito, onde são intencionadas celebrações de missas a alma de João das Pedras, uma outra forma de realizar o pagamento da promessa.

Mas, como relatamos acima o Cemitério de São Benedito, é por excelência o espaço onde se evidência mais a prática da devoção, onde se percebe a relação do devoto e do santo popular, o espaço de culto percorreu assim um espaço público e com isso a própria memória sobre a morte, ou

---

[7]Entrevista realizada na Casa Paroquial com Padre João Batista Rodrigues, 38 anos residente no Bairro do Cruzeiro no dia 02/10/2004.

[8] THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Ética e História Oral**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-Sp. São Paulo, Sp-Brasil, 1981. pg-57.

[9] BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915) Fortaleza, 2003.

[10] Idem. Pg 105

[11] Projeto PROCAD. Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias. Capes- 2000. pg-125.

sobre os furtos, fugas de João das Pedras são práticas discursivas, se tornando uma memória pública. E é neste momento, em que observamos as interpretações que são proferidas sobre a família do Padre João Batista, verificando que os: "motim" a que nosso entrevistado se reportara, existe, e que julgamentos são feitos, incitando, denominando o morto como sendo a vítima do ocorrido em questão.

Convêm afirmar também que, se não fora possível acender vela ou velas no local da morte, e nem tão pouco rezar pela morte do "ladrão", há no cemitério em particular no túmulo de João das Pedras a possibilidade de que estas práticas sejam possíveis, aqui não há quem proíba, velas podem ser acessas, orações podem ser realizadas em torno do túmulo.

(Cemitério de São Benedito. Túmulo de João das Pedras. Foto tirada pela autora dia 02/11/2005, durante a observação do dia de finados. Arquivo Pessoal da autora).

Os atos praticados em vida por João das Pedras foram re(significados) e ganharam novas atribuições após sua morte, e assim os furtos de ontem deram espaços para os milagres de hoje, as denúncias, perseguições, prisões deram espaço para as intenções de celebrações de missas a sua alma na paróquia da cidade, o ladrão de antes foi nomeado santo popular pelos devotos, seu túmulo a expressão mais viva da devoção, haja vista que ele próprio foi construído como um pagamento de promessa, e onde foi e é desde então transformado em altar, lugar este onde são depositados os ex-votos no ato do pagamento das promessas, e assim o Cemitério de São Benedito passa a ser compreendido como o espaço de culto, de memória e de devoção ao Santo Popular João das Pedras.

2- O Santo Popular e o Devoto.

Para que possamos compreender esse imaginário dos devotos, partimos das suas narrativas, numa tentativa de capturar o sentido dessa devoção a João das Pedras para os devotos, haja vista que na cidade há São Benedito, santo oficial e padroeiro da cidade, além de São Francisco das Chagas dentre outros santos. Então qual o fator que proporciona o devoto a realizar a promessa com João das Pedras? Como decorre esse processo desde o pedido até o pagamento da promessa?Quais as particularidades de pagamento da promessa?

Segundo a narrativa de Dona Francisca, a santificação popular de João das Pedras está entrelaçada a dois fatores: seja pela possibilidade de João das Pedras ter se arrependido na hora de sua morte, dos atos passados; como, além disso, pelo fato de ter sido injustiçado por muitos, em vida, quando fora vítima de falsos testemunhos, quando era o único a ser apontado sobre a ocorrência de furtos em São Benedito, pois, havia outros ladrões que se escondiam em sua fama:

> Porque eu acho que ele foi tão **sofredor**, **só a morte dele**, na hora da morte né acho que ele se arrependeu de alguma coisa. É porque foi uma morte... A pessoa morrer dum choque! Acho que deu tempo ele se arrepender.Tinha muito roubo aqui em São Benedito, tudo era o João das Pedras, outro roubo acolá foi João das Pedras e depois que ele morreu continuou os roubo de novo e o João das Pedras não ta mais aqui né. Eu acho que por isso que ele **é um santo porque o pessoal levantaram muito falso a ele**. Toda noite eu rezo pra alma dele desde que ele morreu. **Lá no túmulo dele tem tanto milagre. Quando é dia de Finado acende tanta vela, quero que você veja onde se acende mais vela é lá, acende mais lá do que na Igreja**. Eu rezo pras almas, á minha mãe, pra todo mundo que morreu eu rezo. Só que eu acho assim que a pessoa tiver de fazer é enquanto tá vivo, como ele mesmo né? Ele fez muita caridade, ele ia na casa duma pessoa e a pessoa sem ter nada, ele tirava de quem tinha e dava. [12].

Além disso, a maneira como é descrita sua morte, as reticências, por exemplo, tenta nos repassar o pesar da entrevistada com a morte de João das Pedras, e não apenas isso, mas sua fala adquire uma dimensão de tentar expor que ele fora vítima em vida de calúnias, mas na morte também, quando é atingido pelo "choque". Dessa forma, para Dona Francisca os preceitos que eleva João das Pedras a qualidade de santo, alma milagrosa, é a seguinte tríade: o falso testemunho sofrido, a caridade realizada, a morte sofrida.

E assim o milagre se comprova pelos sentidos, pelas atitudes dos devotos, quando estes realizam suas práticas para o pagamento da promessa alcançada, e quanto a essa questão salientamos que ela não é compreendida apenas na narrativa de Dona Francisca das Chagas, mais como também na narrativa do ex-sargento, este que outrora foi o encarregado de prender João das Pedras, seu Maia, é hoje o que também crer nessa devoção, nessa concessão de milagres por parte do ex-preso:

> O pessoal de São Benedito sabe que a alma dele, dizem que é uma alma milagrosa e eu acredito que seja. Foi uma que **sofreu tanto**, e tinha um **coração tão bom**. Assim **nunca ofendeu ninguém.** Por isso que eu acredito que a alma dele talvez tenha essa virtude né de obrar milagres. Muita gente já se apegaram com a alma dele e foram atendidas.

Na visão de seu Maia o que consolida, proporciona o fato da concessão de milagres é a tríade: do sofrimento, do coração bom, e de não ter cometido nenhuma agressão. Assim, o entrevistado (re) significou a trajetória de João das Pedras, quando denomina que o passado do ex-preso foi revolvido de sofrimento, e a prova concreta para que a alma de João das Pedras seja considerada milagrosa é o fato da propagação do milagre, ou seja, as pessoas "sabem" e "muita gente", e muitos pedidos foram alcançados; mesmo não tendo nunca feito nenhuma promessa essa crença dá-se então pela legitimidade do ouvir falar que "alguém alcançou uma graça". Assim, podemos denominar que para o entrevistado o que mais consolida é perceber no cotidiano as concessões desses milagres.

As memórias vão aos poucos construindo, tecendo o imaginário, da morte para a santificação popular, a forma como morreu de "choque", o martírio do atrito com o fio, a forma como foi trazido como um "porco", as próprias interpretações de seus antecedentes, ou seja, de seus furtos que "ajudava um, tirava de outro" favorecem e servem de ponte para que ocorra essa devoção de fato.

---

[12] ASSIS, Francisca das Chagas. 60 anos, Funcionária Pública, residente na Rua Monsenhor Custódio São Benedito. Entrevista realizada em sua residência.

Seu Antonio Gomes, residente em Carnaubal município vizinho ao de São Benedito, realizou uma promessa a João das Pedras, após sofrer um acidente durante o percurso de São Benedito a Carnaubal. Seu Antonio teve seu estado de saúde agravado e foi transferido para a Santa casa de Sobral. Apesar disso, ele nos relata que mesmo depois de ter tido alta persistiram as dores de cabeça, que ainda decorria do acidente. Então, devido a estes fatos, resolveu fazer uma promessa a João das Pedras, pois este teria sido seu vizinho quando morava em São Benedito:

> Quando eu ia pro Carnaubal (Município que faz divisa com São Benedito) e chegou no meio do caminho, vinha uma moto e o rapaz vinha meio bebo aí bateu em mim, bateu de frente. Eu tava de bicicleta, nessa viajada eu fui até Sobral (Ele se refere ao Hospital localizado nesta cidade: A Santa Casa de Misericórdia de Sobra-Ceará), lá passei dez dias, aí vim doendo a cabeça, ainda vim. Aí eu fiz uma devoção pra trazer **o milagre aqui e acender uma vela**. Meu acidente faz sete mês, de sete mês pra cá eu graças a Deus não senti[13].

Assim, no dia dois de novembro de 2004 esteve no Cemitério de São Benedito em particular no túmulo de João das Pedras para realizar o pagamento da promessa. Seu Antonio deixou um ex-voto em forma de cabeça, simbolizando a parte do corpo em que sentia a enfermidade, e acendeu uma vela, rezou. Esses foram os passos, os símbolos construídos pelo devoto para agradecer ao Santo João das Pedras.

Na narrativa de seu Francisco Manoel, assim como na de outros devotos de João das Pedras podemos perceber as questões do processo que desencadeia a devoção, seu Francisco nos comenta como foi realizada a promessa a João das Pedras:

> Na época minha situação não era muito boa né, meu quadro de saúde tava muito agravado, tinha gente que falava até que podia ser que eu não voltasse mais... Hidrocefálite... Teve uns amigos meu... Quando eu tava muito doente né, tava até no hospital, eles fizeram promessa com ele. Aí depois me contaram. Aí sempre que eu venho aqui eu acendo vela e rezo... O tratamento durou dois anos, mais já fazia um tempo que eu vinha sentindo problema, fui operado quatro vezes, inclusive teve até um coagulo também que foi tirado da minha cabeça e, depois vim me recuperando aos pouco, e voltei a dirigir, hoje to com saúde... Quando eu comecei a me recuperar, que eu já tava consciente aí eles falaram. Aí toda vez que eu venho aqui acendo uma vela e rezo... **Quando a gente faz a promessa e a gente consegue o milagre, a gente sempre acredita que foi a promessa. No meu caso, eu acho que pode ter sido, porque as outras pessoas também que já fizeram promessa com ele, já se recuperaram**, ás vezes de um problema na cabeça que nem o meu, outros é para não ficarem paraplégico. **Sempre quando são os casos mais graves é que as pessoas vêm aqui e faz promessa e se cura né**... **Aí como prova de agradecimento eu nunca deixei de vim aqui pra não vim onde ele tá...** Muitas pessoas falavam que ele obrava milagre, e ele com vida mesmo, o pessoal disse que ele era muito bom né pra pobreza; tirava de quem tinha para dar a quem não tinha. Mais eu não conheci ele pessoalmente, só história... [14]

Segundo seu Francisco apesar de não ter sido ele próprio que fez a promessa a João das Pedras, a crença é a mesma e, portanto, o pagamento foi realizado. A narrativa deste devoto nos suscita várias questões, uma delas é a de que como nos reportamos anteriormente a "propagação do fato", ou seja, essas promessas são decorrentes também, deste processo de *ouvir* falar *que* o outro também *alcançou,* e a legitimidade deste ato é ainda maior para o devoto, quando este percebe que os casos, que os milagres alcançados, foram de encontro à "casos graves", denominando com isso a eficácia do poder do santo quanto aos sofrimentos das doenças dos outros.

Quanto ao agradecimento, seria, pois o que denominamos da expressão do milagre. O ex-voto, o agradecimento ao santo pelo alcance da graça, pode se revestir por diversas práticas, e estas

---

[13]PEREIRA, Antonio Gomes. 51 anos. Agricultor. Residente no Município de Carnaubal-Ceará. Entrevista realizada no Cemitério de São Benedito, quando sua visita ao túmulo de João das Pedras neste local no dia 02/11/2004.

[14] SILVA, Francisco Manoel Rodrigues da. 40 anos. Profissão Motorista, residente no Bairro Cidade Nova em São Benedito – Ceará. Entrevista realizada no Cemitério de São Benedito, quando sua visita ao túmulo de João das Pedras neste local no dia 02/02/2005.

são as que denominam ou comprovam aos olhos dos devotos, o fato de que a "alma" é realmente "milagrosa", concessora de graças. Assim, a legitimidade do santo encontra expressão nos ex-votos, ou seja, o ex-voto, seja em forma de vela ou de uma outra forma qualquer, não põe a prova somente à questão de que o devoto alcançou um milagre, mais eleva cada vez mais João das Pedras e sua imagem de santo, comprovando sua eficácia diante dos pedidos dos devotos, assim os agradecimentos, os milagres expostos pelos ex-votos no túmulo de João das Pedras proporciona aos olhos daqueles que visitam o Cemitério de São Benedito a comprovação da sua denominação de alma milagrosa, e de santo popular propriamente dito, chegando muitas vezes a conduzir novas práticas.

Desta forma, as marcas no túmulo de João das Pedras são proporcionadas por estes indivíduos que assim como seu Francisco faz a visitação anualmente, ora pagando uma promessa, ora pedindo, ora apenas observando as chamas das velas, os "milagres" que no túmulo existem.Como observamos anteriormente os ex-votos são os testemunhos da relação entre o que *pede* e o que *concede*, ou seja, entre o *santo* e o *devoto*.

Contudo, cada devoto tem sua maneira muito particular de pagar a promessa, não é seguido assim um padrão, pois é o devoto que tece os fios dessa devoção, que cria os meios considerados por eles mais adequados para se pagar à promessa, selecionam a forma, a hora e o local, e nessa questão reside essa relação do devoto com o santo e com o(s) espaço(s) de devoção. A peculiaridade do pagamento da promessa reside no fato de ser uma prática contínua, ou seja, o devoto faz questão de nos apontar em seu discurso que *"eu nunca deixei de vim aqui pra não vim onde ele ta",* essa foi à forma que o devoto encontrou para demonstrar sua afeição e gratidão para com o concessor dos milagres, e com esse direcionamento, nos faz entender o espaço deste pagamento, onde é rendida essa gratidão ao santo popular, sendo este o centro do culto, o devoto direciona que o altar do santo popular, é, pois, o seu túmulo, é neste em que foram acesas as velas a que nos reportou seu Francisco.

Nessa devoção popular, uma conduta é salientada, e pontuada sobre João das Pedras, a conduta passa pelo processo da propagação, assim o milagre não se faz apenas visível e comprovável apenas pelo ex-voto, pela vela, pela oração, mais também pela propagação do milagre ocorrida de boca em boca, assim eis que as falácias também dão conta deste santo, e, portanto, deste culto. E estas falácias não dão conta somente dos milagres: *"e ele com vida mesmo"*, com essa consideração nosso entrevistado aponta para os "milagres" feitos em vida por João das Pedras. Assim a vida pregressa do santo popular, torna-se aos olhos dos devotos, um emaranhado de representatividade para que a crença sobre este tenha sentido.

(Cemitério de São Benedito. Túmulo de João das Pedras. Foto tirada pela autora dia 02/11/2005, durante a observação do dia de finados. Arquivo Pessoal da autora).

Dona Maria Auxiliadora nos relata que entre os ex-votos que se encontram no túmulo de João das Pedras, um deles teria sido ela quem havia depositado, além dessa questão, nos reporta como se deu o processo de fazer a promessa, e como pagou ao santo:

> **Meu menino, Carlos Eduardo deu uma infecção intestinal** muito forte, eu levei ele pro hospital, três vezes no hospital municipal, e **o médico consultou** ele e **desenganou** que eu levasse pra casa que não tinha jeito. **Aí eu fui levei pra casa, já mesmo como morto que ele não se mexia, ai eu fiz uma promessa com o Finado João das Pedras que se ele escapasse, quando o menino tivesse dez anos é pra ele pagar uma missa pra ele com as mãos dele**. Aí eu internei o menino, quando foi no outro dia seis horas da manhã ele começou a se mexer, aplicaram um soro nele, e ele se mexeu, e chorou com fome. Ele só mamava, eu passei oito dias com ele internado, e aí o medico deu alta que ele já tava bom. **E todas as promessas que eu faço com ele eu consigo**. Eu já fiz três. Inclusive quando eu quebrei meu braço, faz nove **anos têm um milagre aí que eu butei** que eu me apeguei com ele, não engessei e nem nada e ta aí o braço normal, eu faço tudo... Graças a Deus eu tenho muita fé nele, **ele é uma alma muito milagrosa**[15]**.**

A narrativa de Dona Maria Auxiliadora apresenta o "milagre da ressuscitação", e isso nos leva de encontro às imagens de Jesus Cristo e a de São Benedito onde são encontrados relatos que direcionam para esse mesmo tipo de milagre, com isso nossa entrevistada inconscientemente coloca em pé de igualdade com seu depoimento João das Pedras á estes dois ícones da Igreja Católica. Mais uma vez, neste caso persiste à procura do hospital, do médico, e enquanto este "desengana" a intercessão do "Finado João das Pedras" intercede e proporciona com que o menino "escape", e essa questão torna-o ainda mais forte diante dos olhos, da interpretação de Dona Maria Auxiliadora, até quando nos indica que não foi somente este "milagre" que já agradeceu, e portanto, alcançou na intercessão com o Santo João das Pedras.

Ao contrário do caso de seu filho, quando se refere ao braço quebrado ela afirma com clareza *que "não engessou"*, e que mesmo assim ficou com o *"braço normal",* isso eleva a imagem do Santo Popular para o centro, pois não houve segundo seu relato nenhuma intervenção qualquer de um outro fator a não ser vindo pelo "milagre", é necessário observar também a particularidade do pagamento das promessas feitas pela narradora, a do seu filho, seria paga com uma celebração de uma missa, enquanto a sua foi realizado o ex-voto tomando a forma de um braço. Isso significa que, para a narradora a pessoa que foi agraciada é que tem que pagar a promessa, como exemplifica com o fato de quando seu filho crescesse é que a promessa seria paga, essas diferentes formas de pagar a promessa, significa dizer também, que o ex-voto tem que estar adequado com o que a pessoa sentia, no caso dela a dor no braço.

Seu Raimundo Pereira, trovador da Rádio Planalto de São Benedito, denomina João das Pedras não como um ladrão e sim um mártir, vejamos então o que ele nos diz sobre o culto:

> Eu acho que é... por ele ter sido consagrado como mártir viu, porque justamente ele era pregador, ele fazia essas coisa, entrava dentro das casa alheia e levava alguma coisa que podia levar e tudo mais... Mais ninguém pode julgar o bom como bom e nem o ruim como ruim. Aí ele pode ter se tornado um mártir... por que a primeira coisa é que morreu do jeito que morreu eletrizado não é? e aí foi para o cemitério nesse sistema... Aí só pode ter sido um mártir e pode até obrar um milagre viu[16].

E assim, na narrativa de seu Raimundo morte e vida se confundem, entrelaçam-se, e com isso o percurso para João das Pedras ser um mártir é delimitado pelo narrador em torno da morte, do cortejo e da devoção.

---

[15]SOUSA, Maria Auxiliadora Ribeiro. 33 anos, agricultora. Residente na Rodovia da Confiança Sul. Entrevista realizada no Cemitério de São Benedito, quando sua visita ao túmulo de João das Pedras neste local no dia 02/02/2005.

[16]PAIVA, Raimundo Pereira Paiva. 79 anos, aposentado, apresentador do Programa Trovadores da Rádio Planalto. Entrevista realizada na Rádio Planalto no centro de São Benedito-Ceará no dia 01/05/2005.

As memórias dos devotos e das pessoas que crêem em sua concessão de milagres direcionam a imagem de João das Pedras como o mártir, o injustiçado, o sofredor, e não com a imagem de infrator, ladrão perverso, e nem de um bandido qualquer, os furtos são relevados, para os devotos os furtos tinham um fim considerável, ou seja, eram para as pessoas pobres. E desta forma, mesmo diante das críticas vindas por parte daqueles que o consideram mesmo após a morte o ladrão, ou pelo fato do culto não ser visto com bons olhos pelo clero local por se tratar de uma devoção popular, as chamas das velas acesas no dia dois de novembro de cada ano em torno do túmulo, os ex-votos, as orações, e as intenções de missas, as falácias, *o disse me disse* apontam para a figura do ladrão que obteve por parte de alguns cidadãos de São Benedito a denominação e consagração de Santo Popular.

(Cemitério de São Benedito. Túmulo de João das Pedras. Foto tirada pela autora dia 02/11/2004 por volta das 19:00 horas da noite durante a observação do dia de finados. Arquivo Pessoal da autora).

(Cemitério de São Benedito-Ceará. Túmulo de João das Pedras. Foto tirada pela autora dia 02/11/2005, tirada por volta de 17:30 da tarde durante a observação do dia de finados. Arquivo Pessoal da autora).

OS CEMITÉRIOS HISTÓRICOS NOS CAMPOS DE LAGES

Ana Lucia Herberts[1]

INTRODUÇÃO

Os "Campos de Lages" é um designativo historicamente usado para nomear uma região geográfica que, no período da ocupação portuguesa do território, era área de limite entre as Capitanias de São Paulo e São Pedro do Rio Grande do Sul, compreendendo os campos naturais existentes na margem direita do Rio Pelotas. Dessa forma, empregar-se-á este termo para situar geograficamente a área de estudo.

Nos Campos de Lages que abrangem atualmente vários municípios do planalto catarinense, entre os quais os municípios de Lages e São Joaquim, foram localizados pelas pesquisas arqueológicas vários sítios pré-históricos e históricos. Dentre os sítios relacionados ao período de ocupação histórica da região por populações não autóctones advindas principalmente dos continentes europeu e africano, há uma diversidade de vestígios arqueológicos como as fazendas, os caminhos, os registros de cobrança de impostos, os cemitérios, as igrejas, os quilombos, etc...

No entanto, poucos são as pesquisa arqueológicas e o cadastro de sítios históricos no interior do estado de Santa Catarina, se comparado ao litoral. Dentre os sítios históricos, aqueles reconhecidos como cemitérios são menos ainda estudados do ponto de vista da arqueologia, e até mesmo no contexto da arqueologia brasileira, tendo como raro exemplo o trabalho de Lima (1994).

Este comunicação pretende dessa forma apresentar os sítios arqueológicos históricos registrados em comunidades rurais situadas nos municípios de Lages e São Joaquim, ao longo da margem direita do Vale do Rio Pelotas, em conseqüência dos estudos ambientais para a instalação da futura UHE Pai Querê (Caldarelli, 2004). Trata-se de dados procedentes de levantamento arqueológico assistemático na área, que proporcionaram o registro de inúmeros cemitérios históricos, tanto ainda em uso, como também abandonados. Dessa forma, salienta-se que os dados apresentados neste trabalho são parciais e carece de um maior aprofundamento. Busca-se chamar a atenção para o estado de conservação e as ações destrutivas sobre este patrimônio histórico e as possibilidades de estudo pelo viés arqueológico.

PANORAMA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM SÍTIOS HISTÓRICOS EM SANTA CATARINA

Comerlato (2003), em recente trabalho intitulado *Retrospectiva da Arqueologia Histórica em Santa Catarina*, reuniu os dados relativos aos sítios arqueológicos históricos catarinenses, apresentando a bibliografia temática, um histórico das pesquisas realizadas, a situação de proteção dos sítios e as coleções existentes. Segundo as informações sintetizadas pela autora (Ibid., p. 4-5) o número de sítios arqueológicos históricos registrados em Santa Catarina até setembro de 2003 totalizava 60 (ver o quadro 1).

A autora (Ibid.) agrupou os sítios arqueológicos históricos catarinenses em quatro macro-regiões: litoral norte, entre Itapoá e Penha; litoral central, de Penha a Garopaba; litoral sul, entre Garopaba e Passo de Torres; e interior do Estado, incluindo planalto e serra; apresentando o inventário dos sítios e dos municípios onde estão localizados.

---

[1] Arqueóloga e Historiadora. Graduada em Estudos Sociais pela UNISC, com trabalho de conclusão de curso intitulado "Aldeamentos indígenas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1845-1889". Mestre em História pela UNISINOS com dissertação intitulada "Os Mbayá-Guaicurú: área assentamento, subsistência e cultura material". Doutoranda no PPGH-PUCRS com projeto "Arqueologia do Caminho das Tropas" e bolsista do CNPq. Desenvolveu atividades como pesquisadora junto a Scientia Ambiental entre 2001 e 2004 e atualmente é pesquisadora associada ao Escritório Regional Sul da Scientia Consultoria Cientifica. E-mail: analh@terra.com.br

Sintetizando estes dados por macro-regiões, conforme a divisão geográfica adotada pela autora, pode-se observar a quantidade de sítios registrados por macro-regiões (ver quadro 2) e constatar as discrepâncias nos números, se compararmos a faixa litorânea com o interior do Estado. Somando os índices entre litoral norte, central e sul, são 54 registros, representando mais de 90% dos sítios históricos registrados. Este dado vem a confirmar que a grande maioria das pesquisas arqueológicas realizadas em sítios arqueológicos históricos em Santa Catarina situa-se na faixa litorânea, em maior número no litoral central, somando, somente na capital, 27 registros.

Quadro 1: Número e categoria dos sítios registrados em Santa Catarina	
Acampamento	4
Alfândega	1
Armação	6
Caminho	2
Cemitério	3
Conjunto Arquitetônico	2
Engenho	12
Fonte d'água	1
Fortaleza	6
Igreja	4[1]
Indústria	2
Porto	2
Residência	5
Sesmaria/habitação	9
Total	**59**[2]

Fonte: Extraído de Comerlato (2003, p. 4-5).

Quadro 2: Número de sítios registrados em Santa Catarina por macro-regiões	
Litoral Norte	10
Litoral Central	36
Litoral Sul	8
Interior do Estado	5
Total	**59**

Fonte: Baseado em Comerlato (2003, p. 5-6).

Os cinco sítios arqueológicos históricos cadastrados no interior catarinense se localizam nos municípios de Angelina, Irani e Campos Novos (ver quadro 3). Conforme a categoria função, podemos classificá-los em três sítios domésticos e dois religiosos, ambos cemitérios.

Quadro 3: Sítios registrados no interior de Santa Catarina por município	
SC-AN-02	Angelina
SC-AN-03	Angelina
SC-AN-05	Angelina
Contestado	Irani
Cemitério das Invernadas dos Negros	Campos Novos

Fonte: Extraído de Comerlato (2003, p. 7).

Recentemente foi executado o levantamento arqueológico no vale do rio Pelotas, em virtude do licenciamento ambiental para a instalação da futura Usina Hidroelétrica Pai Querê (Caldarelli, 2004), que abrangeu os municípios de Lages e São Joaquim, na margem correspondente ao estado de Santa Catarina e Bom Jesus, na margem riograndense. Na área que corresponde à margem catarinense do rio Pelotas (Lages e São Joaquim) foram registrados ao todo 91 sítios arqueológicos. Destes, 31 correspondem à ocupação histórica da área, relativos ao período entre os séculos XVIII e XX.

Os resultados alcançados revelaram "(...) uma extraordinária riqueza arqueológica,

[2] Número corrigido conforme informação pessoal da autora em outubro de 2004.

com remanescentes materiais de populações distintas e de épocas variadas, revelando que a área foi ocupada por milênios, desde a pré-história até os dias atuais" (Caldarelli, 2004, p. 236).

De acordo com as categorias funcionais propostas por Oliveira e Symanski (1999, p. 259-261), podem-se classificar os sítios arqueológicos históricos registrados no âmbito do projeto arqueológico UHE Pai Querê conforme o quadro 4:

Quadro 4: Número e categorias funcionais dos sítios registrados na UHE Pai Querê – margem catarinense

Categorias	Funções	Lages	São Joaquim	Total
Religiosos	Cemitérios	6	6	**12**
	Outros[3]	1	0	**1**
Militares	Trincheiras	1	0	**1**
	Outros	1	0	**1**
Comerciais / produtivos	Serrarias	0	1	**1**
	Atafonas	0	1	**1**
Domésticos	Sedes de fazendas	3	0	**3**
	Taperas	0	5	**5**
Outros[4]	Registros	1	0	**1**
	Passos	0	4	**4**
	Outros	1	0	**1**
Total		**14**	**17**	**31**

Fonte: Baseado em Herberts (2004, p. 102-201).

Dos 91 sítios arqueológicos localizados, 31 estão correlacionados a ocupação histórica da área, sendo que 12 são religiosos classificados como do tipo cemitério, alvos desta comunicação. A relação dos cemitérios contendo a sigla, o nome e a localização são apresentados no quadro 5:

Quadro 5: Cemitérios históricos registrados na área de pesquisas

Sigla	Nome do Sítio	Localização
SC-PQ-20	Cemitério Grande da Fazenda Guarda Mor	Coxilha Rica, Lages
SC-PQ-21	Cemitério do Faxinal	Faxinal, Lages
SC-PQ-22	Cemitério Negreiro	Coxilha Rica, Lages
SC-PQ-23	Cemitério Fazenda São Sebastião	Coxilha Rica, Lages
SC-PQ-24	Cemitério São Jorge	São Jorge, Lages
SC-PQ-27	Cemitério da Tapera	Coxilha Rica, Lages
SC-PQ-56	Cemitério da Família Rosa	São João do Pelotas, São Joaquim
SC-PQ-77	Cemitério Morra da Cruz	São João do Pelotas, São Joaquim
SC-PQ-82	Cemitério Morra da Cruz II	São João do Pelotas, São Joaquim
SC-PQ-83	Cemitério do Ondino	São João do Pelotas, São Joaquim
SC-PQ-84	Cemitério São Sebastião do Arvoredo	São Sebastião do Arvoredo, São Joaquim
SC-PQ-85	Cemitério Três Pedrinhas	Três Pedrinhas, São Joaquim

Fonte: Baseado em Herberts (2004, p. 102-201).

[3] Trata-se de um sítio identificado como sendo uma sepultura isolada.

[4] A categoria *outros* foi criada provisoriamente, pois os sítios relacionados a esta não se enquadram nas demais categorias funcionais. No caso dos registros, estes tinham funções administrativas, comerciais e trânsito. Desta forma, torna-se complicado enquadrar somente na categoria comerciais, pois são multifuncionais. Quanto aos passos, estes se caracterizam por locais mais propícios para travessia de rios tanto por pedestres quanto por rebanhos. Alguns destes sítios são tradicionalmente usados até hoje pelos moradores locais. Uma proposta de categoria seria empregar o termo *sítios de trânsito* para os locais com esta finalidade. Contudo, esta é uma problemática ainda em discussão e a proposta de categorias funcionais encontra-se em construção na arqueologia histórica.

No entanto, salienta-se que este número não representa todos os sítios desta natureza existentes na área de pesquisa, mas aqueles que foram registrados no âmbito daquela pesquisa e que serão abordados ao longo deste trabalho.

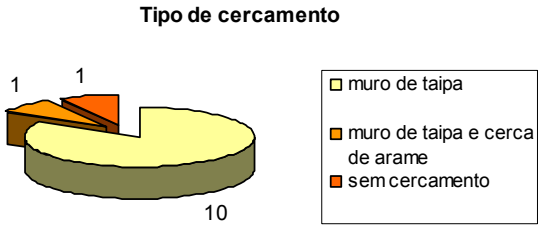
OS CEMITÉRIOS HISTÓRICOS NOS CAMPOS DE LAGES E SUAS PRINCIPAIS CARACTERISÍTICAS

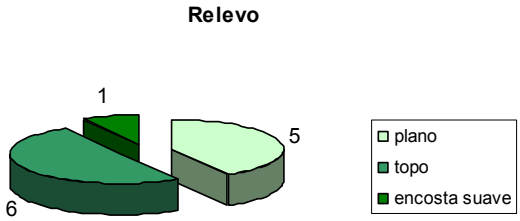
Os cemitérios históricos nos campos de Lages se caracterizam em sua maioria por terem forma quadrangular ou retangular e serem cercados com muro de taipa de pedra, confeccionada com blocos de basalto, matéria prima disponível e abundante na região e muito empregada como material construtivo.

O assentamento dos cemitérios situa-se na maioria dos casos em relevo plano (coxilhas planas, chapadas planas, colinas aplainadas) ou no topo de morros ou colinas.

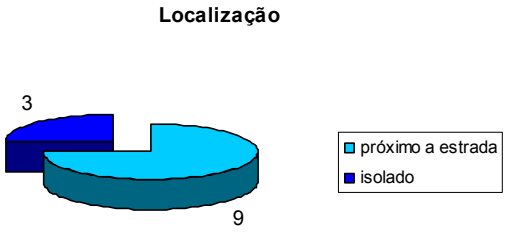
Vista geral do Cemitério Negreiro cercado com muro de taipa de pedra.

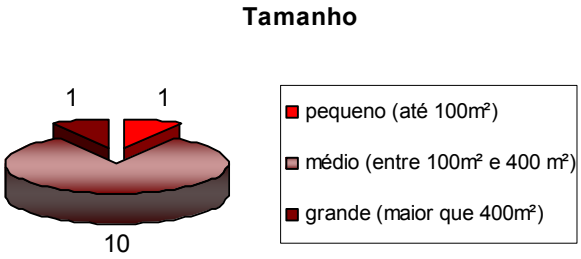
Vista geral do Cemitério do Ondino assentado sobre coxilha aplainada.

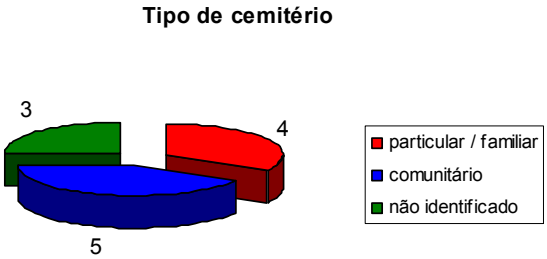


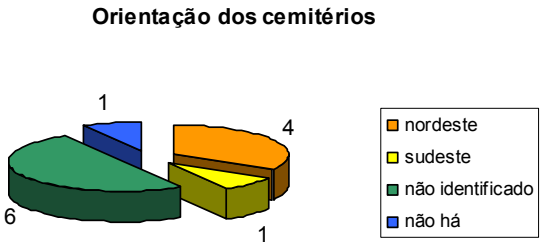


Em geral, os cemitérios são do tipo particulares (familiares) ou comunitários, localizando-se dentro das fazendas, mas distantes das sedes de fazendas ou das vilas. Encontram-se, na maioria dos casos próximos as estradas locais e ainda em uso pelas comunidades. Somente dois foram identificados como abandonados. Nos casos em que se observou a orientação dos túmulos está esta voltada para o nordeste e sudeste.









O estado de conservação de muitos dos cemitérios visitados inspira cuidados, estando muitos em abandono e em processo de destruição e depredação da arquitetura funerária.

Vista da situação de abandono do Cemitério da Tapera.

Vista geral do estado de conservação dos túmulos no Cemitério Negreiro.

⇧ Detalhe da cabeça do anjo deslocada do corpo.
⇦ Escultura de um anjo alado "espreme-limão" parcialmente destruído (1933). Cemitério da Tapera.

Os cemitérios, nos quais foram possíveis identificar as datas dos túmulos, estes datam dos séculos XIX e XX, mas é provavelmente que também remontem a períodos anteriores, como o século XVIII, período de ocupação histórica da área.

Quanto aos tipos de sepulturas identificadas pode-se mencionar pelo menos quatro tipos de jazigos:

a) Túmulos simples formados pelo amontoado de pedras, com altura pronunciada sobre a superfície e com formato alongado, de modo a conter um corpo deitado em enterramento primário, isto é, sepultamento original, onde o corpo encontra-se distendido e articulado. Em geral sem qualquer tipo de identificação do falecido;

b) Túmulos delimitados com cercas de madeira ou metálicas, nos quais os indivíduos foram enterrados sob a superfície e as cercas tem formato retangular delimitando a localização do caixão ou somente do corpo. Normalmente possui placa metálica identificando o falecido presa a grade;

c) Túmulos construídos com lápides e escultura funerária, podendo conter um ou mais indivíduos sepultados em caixões. Possuem a forma retangular; e

d) Mausoléus que reúnem vários sepultamentos de indivíduos pertencentes a uma mesma família. Relativo a forma, são de grande porte e muitas vezes de caráter monumental e suntuoso.

Não se constatou a existência de ossários[5] nestes cemitérios, mas não se descarta esta hipótese em alguns sepultamentos em mausoléus por exemplo, onde os remanescentes do sepultamento primário poderiam ter sido relocados.

[5] "Jazigo onde foram realizadas um ou mais sepultamentos secundários, ou seja, onde foram dispostos os ossos desarticulados de um ou mais indivíduos, após o processo da sua decomposição, normalmente em urnas. Do ponto de vista da forma, essas sepulturas são estreitas e altas, não comportando o corpo humano em posição distendida" (Lima, 1994, p. 96).

Túmulo composto de pedras empilhadas, Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor.

Vista geral de mausoléus simples. Cemitério da Família Rosa.

Sepultura com lápide e escultura (1908 e 1963). Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor.

Túmulo delimitado com cerca metálica. Cemitério São Sebastião do Arvoredo.

Interessante observação constatada em alguns túmulos dos cemitérios cadastrados foi o hábito da disposição da cruz e da lápide conforme o gênero do individuo enterrado. Dessa forma, caso o sepultado seja mulher, a cruz situa-se na posição correspondente aos pés e, se homem, na posição da cabeça.

Foi comum o uso de epigrafes nos túmulos com dizeres identificando a quem pertencem os restos mortais dos indivíduos sepultados, geralmente relacionados aos túmulos com escultura funerária.

Túmulos com disposição de acordo com o gênero: masculino em segundo plano (lápide na posição da cabeça) e feminino em primeiro plano (cruz na posição dos pés). Cemitério do Faxinal.

Lápide de sepultura com epigrafia: "AQUI JAZ OS RESTOS MORTAES D. RAMOALDO PINTO DE MEDEIROS F. A 28-01-1902". Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor.

OS ELEMENTOS ICONOGRÁFICOS EMPREGADOS NOS CEMITÉRIOS HISTÓRICOS

Outro elemento que se pretende abordar neste trabalho de forma a dar uma idéia geral são as representações iconográficas empregadas nos túmulos dos cemitérios históricos da área de pesquisa, principalmente aqueles relativos aos motivos figurativos. A matéria prima utilizada na cantaria foi principalmente o arenito e o mármore.

Entre os signos decorativos identificados podem-se listar os seguintes tipos entre outros mais:

a) signos fitomorfos gravados em relevo: folhas, flores, frutos, ramos, galhos, coroas de flores, ramalhetes, com fita

b) cruzes em diversos formatos: simples, com elementos fitomorfos, imitando galho de arvore com espinhos, com anjo em primeiro plano, com imagem de cristo, crucifixo, sobre monte de pedra, etc...

c) figuras de anjos: alados, ajoelhados, espreme-limão[6], em pé, em vôo, bustos, faces;

d) cenas bíblicas;

e) esculturas de santos;

f) objetos em composição: coração, âncora e machado.

A fim de dar uma idéia da época cronológica de emprego dos elementos decorativos citados, menciona-se a data do falecimento registrada na lápide como referência.

Os elementos iconográficos mais populares observados nos cemitérios em questão foram o uso de cruzes, figuras de anjos e elementos fitomorfos. No entanto, faz-se necessário um estudo minucioso e estatístico para aprofundar esta questão, abordando a freqüência, as variações ao longo do tempo e as possibilidades de distinções sociais dos elementos iconográficos.

[6] A escultura do "anjo espreme-limão" é assim designado nos álbuns dos marmoristas em virtude da posição das suas mãos (Lima, 1994, p. 106).

Lápide de sepultura rodeado por signo fitomorfo (folha e flor). Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor (1902) .

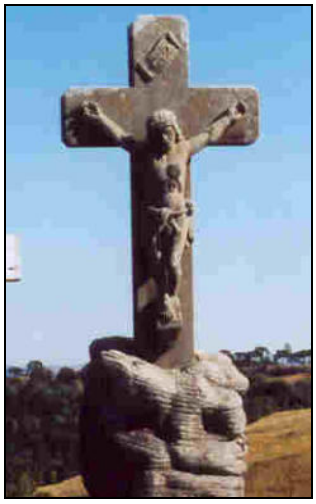
Detalhe da decoração da lápide com ramo fitomorfo e fita. Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor (1959).

Sepultura adornada com cruz simples e imagem não identificada (1963). Cemitério Negreiro.

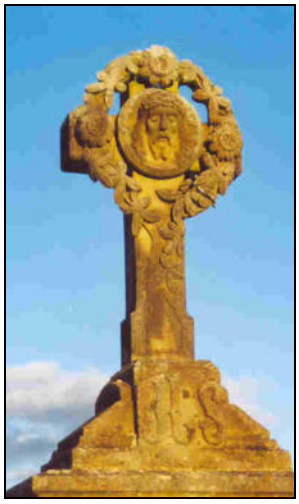
Cruz adornada com círculo e flor no centro. Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor (1959).

Cruz imitando galhos com espinhos sobre monte de pedra. Cemitério São Sebastião do Arvoredo.

Detalhe de escultura de cruz com elemento fitomorfo. Cemitério do Faxinal (1967).



Detalhe de crucifixo sobre monte de pedra. Cemitério Morro da Santa Cruz II.

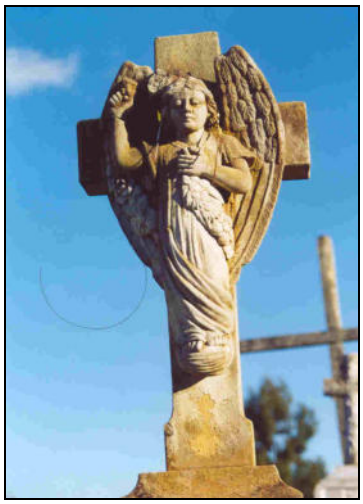


Cruz com coroa de flores e imagem de cristo no centro (1923). Cemitério Três Pedrinhas.

Detalhe de dois anjos “espreme-limão” alados ajoelhados sobre jazigo. Cemitério do Ondino.

Detalhe de anjo alado ajoelhado rezando envolto por um rosário. Cemitério São Sebastião do Arvoredo.

Detalhe de escultura de anjo alado em cena de vôo, parcialmente destruído e deslocado do túmulo original. Cemitério São Sebastião do Arvoredo.

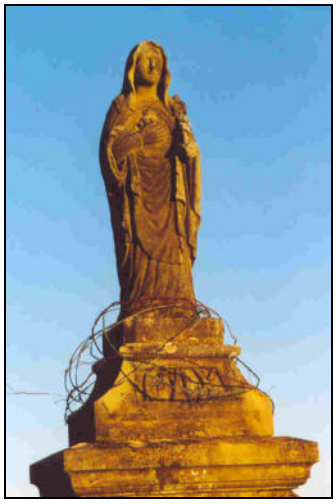


Detalhe de anjo alado postado em cruz, portando cordão de flores (1937). Cemitério São Sebastião do Arvoredo.

Detalhe da escultura de um “anjo espreme-limão” alado confeccionado em mármore de carrarra e ao fundo uma cruz, Cemitério Grande da antiga Fazenda Guarda-Mor (1908 e 1963).

Detalhe de mural com cena bíblica de anjo em vôo e criança (1980). Cemitério do Faxinal

Túmulo composto de machado, âncora e coração (inf.), fitomorfo (centro) e cruz com anjo e ramo de flor (sup.). Cemitério Negreiro.



Detalhe de túmulo com escultura de Nª Sª do Sagrado Coração e maço de arames metálico no pedestal. Cemitério Três Pedrinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados relativos aos cemitérios históricos nos campos de Lages são assistemáticos, mas cumprem o objetivo primordial desta comunicação, ou seja, dar um panorama sobre a ocorrência destes sítios arqueológicos e a riqueza de possibilidades de estudo para as diferentes áreas interessadas neste objeto, abordando em especial aqueles relativos às pesquisas arqueológicas. Dessa forma, os cemitérios ora apresentados requerem estudos aprofundados e medidas que propicie a sua valorização e preservação junto às comunidades locais, caso contrário, correm o risco de não resistirem à ação de vândalos e do abandono.

Os espaços funerários guardam importante memória daqueles que já viveram e encerram seus restos mortais como testemunho de uma época já passou. Neste contexto, "os espaços destinados aos mortos em uma sociedade refletem especularmente o mundo dos vivos, sendo ambos regidos pela mesma lógica de organização", assim os cemitérios podem ser entendidos "como um lugar de reprodução simbólica do universo social" (Lima, 1994, p. 87)

Dentre as diversas perspectivas de análise, os cemitérios vistos enquanto sítios arqueológicos:

> *...constituem um domínio excepcional para a observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos de dinâmica cultural e mudança social. Uma vez erigidas, as sepulturas (e todo o aparato que as acompanha) permanecem, na sua quase totalidade, em suas primitivas posições, sem que ocorram alterações significativas no contexto original. Isto propicia uma configuração impar para a investigação arqueológica, pelos excelentes possibilidades que oferece, em termos de controle dos dados (Ibid., p. 87-88).*

Outro fator a ser somada a perspectiva arqueológica é o fato que os túmulos constituem-se na maioria dos casos em artefatos datáveis com precisão, uma vez que nas lápides tumulares encontram-se freqüentemente impressas as datas de nascimento e de morte daqueles que foram enterrados, exceto em casos de ossários e em túmulos nos quais não constam as identificações.

Os elementos gráficos e iconográficos colocados nas sepulturas, como "nome do morto, ascendência e/ou descendência familiar, profissão, títulos, termos utilizados em

dedicatórias, memoriais, louvações" (Ibid., p. 88) entre outros, também propiciam um universo fértil para o estudo da sua simbologia, suas variações no tempo, hierarquia social e distribuição espacial.

No contexto da investigação arqueológica cada cemitério passa a ser entendido como um sítio arqueológico e os túmulos como artefatos arqueológicos que podem permitir a identificação de possíveis mudanças na representação da morte.

Por fim, esclarece-se que em nenhum momento está-se incentivando o uso de metodologias de pesquisa intrusivas nestes sítios arqueológicos, como a escavação dos túmulos com fins científicos. Diante da riqueza de possibilidades de estudo das populações de outrora encerradas nos cemitérios, esta alternativa faz-se desnecessária e considerada completamente agressiva de ponto de vista ético com os seus descentes nas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDARELLI, Solange Bezerra (Coord.). Projeto de Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, SC/RS. **Relatório Final 2: Levantamento Arqueológico na Margem Direita do Rio Pelotas.** Florianópolis: Scientia Ambiental, 2004.

COMERLATO, Fabiana. Retrospectiva da Arqueologia Histórica em Santa Catarina. **Anais V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: PPGH-CPIS/PUCRS, 2003, 17 p., edição em CD-Rom.

HERBERTS, Ana Lucia. Levantamento Arqueológico do Reservatório – margem direita do rio Pelotas / SC. In: CALDARELLI, Solange Bezerra (Coord.). **Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, SC/RS.** Relatório Final 02: Levantamento Arqueológico da margem direita do rio Pelotas, SC. Volume I. Florianópolis, Consórcio Pai Querê, Scientia Ambiental, jul. 2004, p. 76-201.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: N. Ser., v. 2, jan./dez. 1994, p. 87-150.

OLIVEIRA, Lizéte Dias de & SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Sul do Brasil: Um Breve Panorama. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 23, nº 29, p. 259-261, jan./jun. 1999.

LA EXTINGUIDA NECRÓPOLIS DE CHIVILCOY, ARGENTINA

María Amanda Caggiano[1]
Antonia Rizzo
Gabriela Rosana Poncio
Sandra Gabriela Adam
Juan Bardi
Víctor Hugo Garay
Diana Beatriz Mondito
Guillermo Scola

RESUMEN: El primer cementerio municipal de Chivilcoy, provincia de Buenos Aires, fue proyectado en 1854 al fundarse el pueblo de Chivilcoy y demolido a mediados del siglo XX. No se conoce hasta ahora el destino de los libros de asientos de difuntos.
Conservamos sólo fotografías y un plano donde se ubican las nicheras y bóvedas confeccionado en 1882

El "viejo" cementerio de Chivilcoy no habría sido reemplazado por cuestiones funcionales y surge la duda sobre qué intereses primaron sobre la decisión de su traslado. A través de las pocas imágenes que datan entre fines del siglo XIX y principios XX, del plano de Süffert y testimonios recogidos podemos aseverar que las construcciones aún cumplían su cometido y además, como sugerían algunos, bien podría haberse ampliado con terrenos circundantes. Si comparamos la planta fundacional con la actual, es llamativa la falta de previsión al otorgar permisos edilicios usurpando inclusive espacios verdes. La actual necrópolis municipal de Chivilcoy, inaugurada en 1893, presenta el mismo estado de alerta.

INTRODUCCION

El primer cementerio municipal de Chivilcoy (provincia de Buenos Aires, Argentina) fue proyectado en 1854 al fundarse el pueblo y demolido a mediados del siglo XX, ignorándose a la fecha el destino de los libros de asientos de difuntos. De él sólo se conservan fotografías, un croquis con ubicación de nicheras y bóvedas confeccionado en 1882. Pasado un siglo, sobre sus cimientos se construyeron viviendas y establecimientos educativos. Es nuestro interés ofrecer una semblanza del extinguido emplazamiento mortuorio.

---

[1] **María Amanda Caggiano** Dra. en Ciencias Naturales y Lic. en Antropología. Investigadora del CONICET, Profesora en la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la UNLP y directora del IMIACH (Instituto Municipal de Investigaciones **Antropológicas de** Chivilcoy).
Antonia Rizzo: Dra. en Historia. Docente e investigadora. Cátedra Etnohistoria. Carrera de Antropología. Laboratorio de Análisis Cerámico. Facultad de Ciencias Naturales y Museo UNLP .Codirectora del Proyecto de Investigación: "Estudio integral antropológico del cementerio de La Plata y su correlación con cementerios urbanos " ninarizzopucci@yahoo.com.ar
Gabriela Rosana Poncio Lic. en Biología y Profesional Principal de la Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires.
Sandra Gabriela Adam Lic. en Antropología y Profesora en la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la UNLP y en la UNCPBA.
Juan Bardi Ing. Agr. Y Profesor en la UNCPBA.
Víctor Hugo Gara Diseñador Industrial y Diseñador en Comunicación Visual, Profesor en la Facultad de Bellas Artes de la UNLP.
Diana Beatriz Mondino Diseñador en Comunicación Visual, Profesor en la Facultad de Bellas Artes de la UNLP.
Guillermo Scola Diseñador en Comunicación Visual, Profesor en la Facultad de Bellas Artes de la UNLP.

Su emplazamiento

En la segunda década del siglo XIX la región de Chivilcoy, incorporada a la Guardia de Luján, contaba con poblaciones dispersas y su territorio entregado en enfiteusis. Ante la necesidad de un centro urbano se funda el pueblo en octubre de 1854. Entre los problemas prioritarios a resolver se contempla la construcción de una sede administrativa para la Municipalidad y Juzgado de Paz, una capilla, escuela y cementerio, pues por entonces los difuntos debían ser trasladados hasta la necrópolis de la villa de Mercedes. (Birabent 1938, Caggiano 1997 a, 1997 b, 2001, Caggiano et. al, 2000 a).

La traza original del pueblo de Chivilcoy contemplaba destinar para cementerio, un lote en el extremo sur de 150 x 150 varas (1 vara equivale a 0,866 metros) fuera del radio urbano, lindero a la última línea de quintas y próximo al camino real que conducía ha Bragado. El registro parroquial de difuntos fija el 5 de septiembre de 1854 como el primer asiento, sin aclarar el lugar bendecido por la diócesis para realizar el sepelio. Un artículo referido a Chivilcoy y publicado en Buenos Aires, menciona hacia los primeros días de ese año que en "*el cementerio se está trabajando y quedará concluido como en quince días*" ("La Tribuna", 2 diciembre 1854; Archivo Histórico de Chivilcoy, en adelante AHCH, 99: 258)

Ahora bien, ¿cuándo comienza a sepultarse en el cementerio de Chivilcoy?, posiblemente a fines de 1854. En la sesión municipal del 1º de agosto de 1856, se acordó reparar con urgencia la zanja que lo circunvalaba debido a la intromisión de animales en el predio. Por ello se decidió cercarlo, colocándole postes de sauce a la usanza de los corrales de palo a pique y alambre, como así también "*recorrer los postillones*". (AHCH, 14: 6). Hacia 1860 se concede a un albañil la construcción y venta de nichos. Un sepulturero, que residía en el predio, era el encargado de recaudar el canon estipulado por la Municipalidad y llevar un registro de las sepulturas. Denuncias sobre el estado de abandono, renovación de albañiles y sepultureros se suceden por décadas.

La carencia de un diseño de la planta funcional que incluyera calles internas, sectores destinados a bóvedas, nichos y sepulturas en tierra, induce al Presidente de la Corporación Municipal y Juez de Paz, Federico Soares, a levantar un plano y delinear calles. Por ese entonces el vecino C. Acereto gestiona la compra del primer lote para construir una bóveda y se toman medidas que mejoran las condiciones de las sepulturas, como las de prohibir que los difuntos sean trasladados sin el cajón, informando a los vendedores de féretros y bajo pena de una multa a los alcaldes (AHCH, 14: 127; 14: 173)

En el verano de 1868 el joven pueblo fue conmocionado por la epidemia de cólera, que provocó un descenso del 10% de una población de aproximadamente 10.000 habitantes, en el término de dos meses. Ante esta situación, se tomaron drásticas medidas sanitarias, entre ellas, apartar en el cementerio un área de 60 varas de ancho hacia el NO para enterrar exclusivamente a los muertos por la epidemia. Para marzo había varias bóvedas y nichos en mal estado y un reciente huracán había derribado el cerco perimetral (AHCH, 16:115; Caggiano 2000a). En agosto encontramos que se expresa por primera vez la necesidad de buscar un nuevo emplazamiento para el cementerio y se nombra una comisión, que incluía al agrimensor municipal; era condición que el nuevo sitio estuviera más alejado del centro del pueblo. Al mismo tiempo se autorizó a enterrar en las calles del cementerio existente y se otorgó a los dueños de las bóvedas el derecho de uso por veinte años (AHCH, 16: 178). Varias décadas demandó seleccionar la definitiva ubicación del actual cementerio.

Un censo de 1853 brindó 5.460 habitantes para el partido y en 1866 el número ascendía a 11.664. El incremento, que en 1869 alcanzó a 14.232 habitantes, motivó el ensanche de la superficie ocupada para las inhumaciones. Meses antes se había sugerido a los deudos cerrar herméticamente todos los nichos y bóvedas que poseyeran cristales, como así también observar el mal estado las puertas, pero no todos acataron la resolución. En

1871 se mando fijar avisos en los periódicos porteños de mayor circulación en los pueblos de campaña, "La Tribuna" y "República" por el término de 30 días, instando a aquellas personas que se encuentren obligadas a cumplir las condiciones impuestas a que comparezcan y realicen las reparaciones necesarias; en 1874 y 1876 se reitera el pedido. (AHCH, 16: 213, 360; 18:115 -116 y 267)

Entre fines de 1869 y principios de 1870 se accede a una nueva ampliación de la necrópolis con una pared del mismo alto y espesor de la existente; la colocación de un portón de hierro y la construcción de una habitación con destino a reconocimiento de cadáveres. Esta construcción abarcaría 4 varas de frente por 4 varas de fondo de pared sencilla y techo de teja con desagüe hacia dos costados; revocada por dentro en barro y por fuera azotada con cal con su correspondiente blanqueo, con tres ventanas vidrieras con rejas y una puerta, marcos de algarrobo, hojas de pino y tirantes de pino de tea (AHCH, 16:227, 235 y 249).

En 1869 se sancionó el reglamento para el cementerio de Chivilcoy que expresa, a raíz de la epidemia, la prohibición de construir bóvedas con nichos sobre la superficie de la tierra. Los nichos que se construyen sobre la pared que circunvala el cementerio, deben ser hechos con mezcla de cal y sus paredes de no menos espesor que medio ladrillo, quedando por consiguiente prohibido el uso de vidrieras al exterior y solo será permitido cerrar con pared o con lápida de piedra colocada también en cal (AHCH, 16:239). Al año se anexa un artículo por el cual los dueños de bóvedas construidas anteriormente, y que posean nichos sobreelevados, deben proceder en el plazo de 3 meses a cerrarlas. (AHCH, 16: 249)

En septiembre de 1871, el Obispo de Aulón y Vicario Capitular F. Aneiros visita el cementerio y observa cadáveres insepultos a la vista. A raíz de un nuevo brote de cólera en 1873 se provee cal para el lazareto y cementerio, prohibiéndose al sepulturero enterrar cadáveres a menos profundidad que dos varas, debiendo colocar una capa de cal encima del cajón. (AHCH, 18:75)

A mediados de 1876 se acordó prolongar el cementerio hasta el límite de la calle transversal que da al fondo ubicado hacia el SO. La obra se licitó pero no tuvo propuestas (AHCH, 18:267, 284). En febrero de 1880 se acordó no permitir dar sepultura sin previo certificado médico particular o en su defecto a través del médico municipal quién debía expedirlo gratuitamente a los "pobres de solemnidad".

Corría el año 1881. Se acuerda por ordenanza "*que toda persona que padezca de viruela sea sepultada inmediatamente de constatado el fallecimiento por reconocimiento médico*", prohibiéndose los velorios. La inhumación de los cadáveres debía practicarse en tierra, quedando absolutamente prohibido efectuarlo en bóvedas o nichos (AHCH, 18:561).

Desde los documentos

De acuerdo al plano de la planta urbana de Chivilcoy impreso sobre hule y ejecutado en 1882 por el Ing. Julio Süffert a escala 1: 1732, tomando rumbo SE desde la plaza principal se llega a la quinta Nº 78 en la que se sitúa la primera necrópolis de Chivilcoy. El frente a 35 varas de la línea de la avenida de circunvalación 22 de Octubre y se ingresaba a través de un portón, a la calle central que se prolonga hasta el contrafrente ubicado a 25 varas de la calle Padre Zacarías. A los lados, los límites son la calle Laprida y la avenida Avellaneda. De esa quinta, un sector hacia el NO se destina a la fosa de coléricos del año 1868. El emplazamiento del diseño que originalmente habría sido encargado a Federico Soares, después de la epidemia de cólera ocupaba una superficie de 150 varas de frente x 162 varas de fondo. Una calle central y una transversal delimitan 4 sectores, los dos de adelante algo más largos que los de atrás, en los que se distribuían bóvedas, nicheras, nichos perimetrales y sepulturas en tierra individuales y colectivas. Cercano a la intersección Süffert localiza un pozo de balde.

Bordeando la calle central se ubican bóvedas identificadas con los nombre de sus 41 propietarios. Entrando sobre el lado izquierdo las de Dolores Benites, Calistro Benites,

Carlito Asereto, Gustavo Lasarthe, Francisco Piñero, P. José Muñagorri, Ramón Lobos, Maur Cerda, Nicolás Lorato, Elías Salvador, Ma. Soares, Juan Goyeneche, Fr. Cerda, G. Nabaro, P. Gorostiaga, C. Luchini, F. Castagnino, Familia López, Familia Magnone, José Moras, J. y M. Elosegui, Elías Silva, Marta Barrera. Sobre el lado derecho las de Ángela Parody, Tr. Lupo de Rivero, Moisés Villar, Venacio Sarabia, Cruz, Graciano Loreto, Domingo Sanginete, Gr. Ramírez, Montenegro, Bertrand Perisse, Pascual Echanigue, Reinoso, Angel Grego, Federico Gabara, Hortencio Losardi, J. Drago, León Forges, Greco.

Dos pretéritas imágenes del cementerio muestran la visita de mucha gente. Se observa una doble hilera de árboles de pequeño porte que flanquean la calle central hasta la Cruz emplazada en la intersección con la calle transversal. Destaca un eucalipto presente en todas las fotos que se ubicaría en el cuadrante O y hacia el contrafrente se observa una hilera de álamos. Toda la plantación es relativamente joven a juzgar por el grosor de los troncos. Las imágenes, que no sabemos cuando fueron tomadas, y el plano de Süffert, nos dan una idea aproximada de que las dos hileras de bóvedas que podemos observar son de estilo ecléctico y dentro de la misma predominan el neogótico y el neorrománico.

La arquitectura del cementerio viejo fue de corte popular proyectado por sus constructores y albañiles, en su mayoría inmigrantes que traían consigo la arquitectura de sus países de origen (italianos y franceses). En el acceso a las bóvedas los umbrales son de mármol, los techos de las bóvedas y nicheras son de azotea, algunos rematados con pequeñas cúpulas o linternas que sostienen cruces de hierro forjado. En sus fachadas podemos ver un estilo sencillo de corte románico cuya terminación triangular recuerda el diseño de los frontones de la arquitectura religiosa de la época. Así mismo la ornamentación muestra la combinación de estilos: en algunas bóvedas puertas de acceso con arco ojival románico, rosetón gótico y pequeñas torres que enmarcan la fachada terminadas en pináculos imitando campanarios románicos o góticos. Otras muestran pilastras apareadas con capiteles de órdenes clásicos, coronados por cornisas moderadas, con muros donde se reproduce el almohadillado renacentista. Sobre sus cornisas las fachadas se ven coronadas por esculturas de ángeles o santos, o cimeras de piñas o copones. Las bóvedas son de planta rectangular con una fachada principal que muestra una tipología general de una masa muraria que termina con forma de triángulo contorneada por una cornisa simple. La mayoría de los vanos son rectos y los hay también con forma de ojiva. En algunos casos se observan torres adosadas que acompañan a una torre de tamaño mayor que emerge del centro de la bóveda. En general de las cubiertas de las bóvedas emergen torres de forma piramidal adornadas por pináculos y cruces que recuerdan a los campanarios románicos. Y algunas cúpulas.

Una de las fotografías destaca en primer plano, una bóveda de estilo neoclásico con muros almohadillados y pilastras estriadas en sus ángulos chanfleados, con arquitrabe, friso y doble cornisa; sobre la cubierta emerge una cúpula con reminiscencias orientales. Se observan también construcciones bastantes más bajas, cuya altura apenas supera la estatura de un adulto y algunos monópteros que cubren las criptas.

Hay dos sectores identificados por el Ing. Julio Süffert como A y B, ubicados sobre la calle transversal, de 32 x 5 varas y de 30 x 5 varas que, de acuerdo a las fotografías eran construcciones destinadas a nicheras comunitarias de 6 niveles con frentes a ambos lados. Entre las bóvedas se ubicarían nicheras familiares y en algunas se diferencian claramente nichos más pequeños que los regulares, presumiblemente para párvulos o reducciones. Süffert señala el frente del cementerio y aproximadamente ¼ del paredón perimetral que da a la avenida Avellaneda, ocupado por nichos; en fotografías de un sector se aprecia que los frentes de tales nichos son dispares y presentan un diseño propio para cada dueño con un número aproximado de 2 nichos de ancho por 6 nichos de alto lo que da como resultado construcciones bajas pero sobreelevadas por la ornamentación. Una vereda de aproximadamente 3 metros delimita la zona de estos nichos.

En otras dos fotografías consultadas para este trabajo, que pertenecen a una colección particular, observamos el cementerio cerrado, sin gente, en una toma que habría sido obtenida al atardecer. En una de ellas se ve la calle central, con perspectiva hacia el portón de entrada de doble hoja y los pilares que lo sostienen; las veredas sin construir están marcadas por una fila de ladrillos. Aquellos árboles observados en las diapositivas aparecen aquí claramente como plátanos y la cruz central colocada sobre una base con peldaños. Como ornamentación puede apreciarse macetas colocadas en los frentes de las bóvedas, algunas de ellas apoyadas sobre los zócalos de la pared, con plantas perennes. En primer plano se ven coronas de flores y un tipo de corona singular, muy trabajadas, de forma circular, parecidas a las palmas de flores pero posiblemente hechas con cuentas, canutillos y porcelanas que se ofrecían en anuncios de periódicos para el día de los muertos.

Entre las sepulturas en tierra, se encontraban en el cementerio viejo aquellas individuales en que el cajón era cubierto de tierra e identificada con una cruz de hierro, la mayoría llevaba adosada un corazón de metal con el nombre del difunto. Algunas sepulturas estaban delimitadas por cercos de hierro enrejados o con forma de rombos. Los sótanos o criptas, estaban marcados por una lápida en superficie y bajo tierra contenía varios cajones. Esta última información surge de un anuncio de ventas de sótanos y de un relato que cuenta el accidente de un sacerdote que orando, tras haber cedido la lápida sobre la que estaba reclinado, cayó entre los cajones y fue socorrido por sus alumnos del Colegio del Buen Consejo que jugaban al fútbol en ese lugar, cuando ya el cementerio estaba en desuso. Surge la hipótesis de que esta variante de entierro se intercalaba entre las bóvedas de la calle central.

Vivir de la muerte

En torno a la funebria surge una actividad comercial que incluye cuestiones vinculadas a la lapidaria y estatuaria. Estos negocios especializados se ubicaron inicialmente en el centro del pueblo y hoy convergen en la periferia. Si bien no surgen de las fuentes documentales, el traslado de los difuntos se realizaría en los medios de transporte que se disponía en un principio a tracción a sangre. Si tenemos en cuenta que las áreas rurales estaban muy pobladas, a veces la distancia a recorrer hasta el cementerio sería extensa y hay constancia de enterratorios en el lugar de residencia. En relación a las sepulturas sin utilizar cajón, en el viejo cementerio, se plantean una serie de hipótesis que excluyen las épocas de epidemia. En primer lugar la falta de la fabricación en serie, ya sea porque la madera se importaba de otros lugares. O bien que aún perduraba la costumbre de envolver al finado con cuero para su traslado y depósito final.

Los negocios que comenzaron siendo cajonerías con el tiempo fueron adaptando carruajes para trasladar difuntos e incorporando ornamentos funerarios hasta llegar a prestar lo que se conoció como servicios de pompas fúnebres. Entre los primeros emprendimientos rescatamos datos de un censo realizado en 1866 con motivo de la llegada del Ferrocarril del Oeste; el partido contaba con 11.664 habitantes y en el pueblo estaba radicado un corralón de carruajes, volantas y coches fúnebres, y dos establecimientos de cajones fúnebres. Con posterioridad distinguimos otras empresas: “La Argentina” (1886); “Carruajes California” (1889)); “Cochería del Porvenir” de Adolfo Lanes (1890); “Cochería del Hotel Español” de Eustasio Estivarez (1890); “El Progreso” de Pedro Michelis (1891); Levalle y Lamollu (1891); Juan B. Rossi con los cocheros Venancio y Cirilo (1894) “La Central” de Agapito Fernández (1894) y luego de Bruno Sandoval (1896); “Cochería de Chicho”, Pedro Bidor cochero (1895); Marcial Leranoz (1896); Rufino Esparraguera (1899) y Alejandro Gardien (1900), entre otros avisos publicados en diarios de la época. (Chivilcoy, fundación y progreso 1866; AHCH 1: 37; 4: 367; 8: 579; 10: 709; 18: 1094; 20: 1169; 22: 1290; 32: 1808; 36: 2014; 37: 2084)

Chivilcoy contaba con comercios fúnebres que se dedicaban al arte del ramo, como el taller de marmolería de Honorio Destaville “A la ciudad de Chivilcoy”, quién anunciaba

que realizaba en 1893 trabajos de "*lápidas emplomadas, grabadas y de relieve, monumentos en mármol y granito*". Para 1896 anunciaba que se encargaba de construcción y planos de bóvedas de cualquier estilo y grupos escultóricos. Otro taller de lapidaria era "Las Bellas Artes" de Tristán Ballester Gomila. En su casa fúnebre "La Central", Bruno Sandoval ofrecía magnifico "*surtido de coronas todas hermosas y a precio económico*" (La Democracia, entre junio 1893 y octubre 1896). Anticipándose al día de los difuntos, el dueño de la "Cajonería Central", Agapito Fernández, participa a su clientela del completo y variado surtido de "*coronas en flores artificiales, cuentas, canutillos y porcelana de gustos delicados y de última novedad*". ("La Democracia", 28 octubre 1891 y 28 octubre de 1894). Corroborando los anuncios, las fotográficas nos muestran en los frentes de bóvedas y nichos, coronas de flores de porcelana semejando encajes de variada tonalidad, floreros y maceteros; estas ofrendas se repiten en las sepulturas en tierra. Dos actuaciones judiciales de 1896 recrean situaciones; una, en el cementerio "viejo" denunciado por su administrador J. López quién relata que unos jóvenes rompieron 5 coronas fúnebres entre otros desmanes. Otra describe el hurto de coronas en el cementerio "nuevo" en que las protagonistas son mujeres que, saliendo con permiso del propietario de una casa de prostitución "*cuando regresaron traían pedazos de coronas fúnebres, con cuyas cuentas hicieron collares*" (Archivo Histórico Judicial de Chivilcoy, J 25: 1448 y 1451; "La Democracia", entre junio 1893 y octubre 1896, 28 octubre 1891 y 28 octubre de 1894; "El Pueblo", 28 octubre 1894)

Del viejo al nuevo cementerio municipal

A partir de 1881 y hasta la definitiva inauguración de la nueva necrópolis el 6 de noviembre de 1893, se suceden una serie de cambios de quintas seleccionadas para la concreción del nuevo emprendimiento. Queda expresamente "*prohibido la inhumación de cadáveres en el enterratorio actual salvo lo dispuesto para estos casos por el reglamento de fecha 3 de junio de 1893*.". El aludido reglamento en su Título VI artículos 47 y 48, referido a disposiciones generales, especifica que los sepulcros de las bóvedas y nichos del "viejo" cementerio podrán solo ocuparse con restos de cadáveres cuya exhumación se practique con arreglo a las disposiciones reglamentarias y en los demás sepulcros se permitirá el sepelio de cadáveres "... *siempre que él sea pariente del propietario, con excepción de los fallecidos por enfermedades epidémicas o infecto contagiosas que sólo podrán ser inhumados en el nuevo cementerio*". Existen notas en el Archivo Histórico de Chivilcoy referidas al traslado de cadáveres dentro del viejo cementerio o de éste al nuevo (AHCH, M24 1885-1931). Un registro de exhumaciones indica los permisos otorgados entre el 4 de diciembre de 1893 hasta el 26 de enero de 1908, pero no especifica de donde ni hacia donde se trasladan los restos (AHCH, 320).

Los diarios de la época publican fotografías sobre el estado del antiguo cementerio con epígrafes como "... *esto que parece un yerbal de Misiones no es más que el Cementerio Viejo*". La descripción del cronista e imágenes publicadas, manifiestan el estado de abandono en que se encontraba hacia 1928, responsabilizando a los ediles por la negligencia hacia el lugar, donde parecía imposible "*mantener un poco de orden y limpieza*". Con altos pastizales, las bóvedas y nichos aún se mantenían en pie si bien algunas estaban "*cuarteadas y descabaladas en todas sus partes*" ("La Verdad", 2 / 3 noviembre 1928; "La Verdad", 5 de noviembre 1928; "La Verdad", 5 noviembre 1928). Este abandono hería tanto los intereses de la gente como los sentimientos piadosos del pueblo. Por Ordenanza de 1928 el terreno debería ser convertido en la plaza pública "Italia". En 1930, el comisionado municipal Dr. Pedro Uslenghy en consideración a posibles incidencias judiciales que pudiere provocar la demolición de nichos y bóvedas construidos en terrenos adquiridos a perpetuidad, decide convocar a familiares para ofrecerles nichos en un pabellón especial del cementerio nuevo. El decreto del comisionado municipal Emerio Tenreyro Anaya en 1931 ordena su demolición ("El Progreso" 6, 31 enero y 7 septiembre 1931).

En 1948 la franja que incluye el sector de coléricos es cedida para la construcción de la actual escuela Nº 33 que se inaugura en 1951, el área restante es utilizada para la instalación de un vivero. A raíz de la construcción de un complejo habitacional se procede a la apertura de calles (la tierra extraída y restos esqueletarios son utilizados para relleno en otros sectores de la ciudad), originándose cuatro manzanas. En la ubicada hacia el E se inauguran en 1969 las viviendas del Barrio PYM; en las ubicadas hacia el S y el O se construye en 1982 el barrio Bco. Provincia; y en la manzana N, un espacio de la escuela nº 33 es cedido para la construcción del Jardín de Infantes Municipal Nº 1 inaugurado en 1980, luego en 1984 en la parcela adyacente se decide erigir un parque infantil denominado "Del Pito" y en ese mismo año en un sector se construye un dispensario inaugurado en 1986. Las centenarias fotografías y la superposición de planos, como quién mira la marca de agua en los billetes, nos inducen a descubrir otro paisaje social que estamos dispuestos a rescatar.

Recopilados y analizados los antecedentes en una primera etapa, el equipo de investigación actualmente centró sus tareas en obtener planos referidos a las actuales construcciones erigidas sobre la extinguida necrópolis, recoger testimonios orales de antiguos pobladores del área circundante y visitar a los pobladores de los barrios PyM y Provincia. También se está indagando en archivos judiciales y a través de otras fuentes, sobre la constitución de parentesco y familia de la nómina que brinda el Ing. J. Süffert.

Tomando como base el diseño de la planta del cementerio elaborado por del Ing. J. Süffert y la disposición de las actuales construcciones, realizamos una superposición de ambos diseños determinándose, de esta manera, una aproximación a la ubicación de los enterratorios en relación al área actualmente ocupada y que en su mayoría corresponde al dominio privado. El muro del frente de la extinguida necrópolis se extendía entre las actuales Manz. 451 a y b; y el portón de acceso estaba ubicado sobre la Manz. 451b. De allí, actual calle Ayacucho numeración impar, parte la calle central bordeada de bóvedas. Tales bóvedas estaban ubicadas sobre la vereda de la calle Ayacucho (Nºs. 1 a 18 derecha de Süffert) y por debajo del pavimento (parte de la Nº 2 sobre la calle Menfis y de las Nºs. 13 y 15 sobre calle Ayacucho; Nºs. 9 y 10 sobre calle Basso Dastugue). La restante hilera de bóvedas (Nºs. 1 a 25 izquierda de Süffert) se ubica en la su mayoría en los patios de las actuales viviendas, con algunas excepciones (Nº 2 sobre calle Menfis, Nºs. 11, 12 y 13, sobre calle Basso Dastugue). La escalinata que sostenía la Cruz, el pozo de agua y la nichera identificada por la letra B del plano de Süffert también se hallan por debajo del pavimento de la calle Basso Dastugue. El muro que estaba ubicado hacia el frente del edificio, hacia la derecha del portón de acceso y un vasto sector de enterratorios en tierra, converge en la Manz. 451 a, que pertenece a la Escuela Nº. 33, parque infantil y dispensario. Durante las entrevistas mantenidas con los propietarios de las actuales viviendas, logramos la autorización de uno de ellos para realizar una prospección en el patio de su vivienda tendiente a localizar, al menos, uno de los tres basamentos de bóvedas que lo contienen. El sitio, de singular valor patrimonial, permitirá una investigación inédita al menos en el ámbito local.

Consideraciones

El "viejo" cementerio de Chivilcoy no habría sido reemplazado por cuestiones funcionales y surge la duda sobre qué intereses primaron sobre la decisión de su traslado. A través de las pocas imágenes que datan entre fines del siglo XIX y principios XX, del plano de Süffert y testimonios recogidos podemos aseverar que las construcciones aún cumplían su cometido y además, como sugerían algunos, bien podría haberse ampliado con terrenos circundantes. Si comparamos la planta fundacional con la actual, es llamativa la falta de previsión al otorgar permisos edilicios usurpando inclusive espacios verdes. La actual necrópolis municipal de Chivilcoy, inaugurada en 1893, presenta el mismo estado de alerta.

Agradecimientos

A Laura Boleso, Marta Cassino, Marisa Novella, Carlos Roccafredda y Mirta Graciela Santucci, adscriptos al IMIACH

Bibliografía

Birabent, Mauricio. 1938. *El pueblo de Sarmiento. Chivilcoy desde sus orígenes hasta 1880*. Editorial El Ateneo

Caggiano, María Amanda. 1997a. *Chivilcoy, biografía de un pueblo pampeano*. Editora La Razón de Chivilcoy, S.A

Caggiano, María Amanda. 1997b. *Chivilcoy, ya tiene pueblo*. II Jornadas Chivilcoyanas en Ciencias Sociales y Naturales: 61-69. Centro de Estudios en Ciencias Sociales y Naturales de Chivilcoy.

Caggiano, María Amanda, Gabriela Rosana Poncio y María Susana Fahey. 2000a. *Enfermedades sociales a mediados del siglo XIX. Estudio de la problemática chivilcoyana*. Unidad y conflictos en América Latina: Conflictos y coincidencias: 683-700. Buenos Aires. Editorial Universidad Católica Argentina.

Caggiano, María Amanda, Mirta G. Santucci, Gabriela R. Poncio, Sandra G. Adam y Olga B. Flores. 2.000b. *Paleogeografía de un pueblo pampeano*. III Jornadas Nacionales "Enseñar a través de los Museos". CD. Universidad Nacional de Mar del Plata

Caggiano, María Amanda, Eduardo Daniel Caruso, Marta Cassino, María Susana Fahey, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio, Alicia Iris Ríos y Mirta Graciela Santucci. 2001. *Origen y evolución del antiguo cementerio de Chivilcoy (1854-1931).* Octavo Congreso de Historia de los Pueblos de la provincia de Buenos Aires. La Plata. Archivo Histórico de la provincia de Buenos Aires "Dr. Ricardo Levene. Edición Digital Multimedia.

Caggiano, María Amanda y Gabriela Rosana Poncio. 2002. *Registro de epidemias en la población chivilcoyana*. Actas X Jornadas de Historia del Pensamiento Científico Argentino: 43-59. Buenos Aires. .FEPAI.

Caggiano, María Amanda, Marta Cassino, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio y Mirta Graciela Santucci. 2002. *Una entrada al pasado. Aportes para un análisis arquitectónico del Cementerio Municipal*. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.

Caggiano, María Amanda, Eduardo Daniel Caruso, Marta Cassino, María Susana Fahey, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio y Mirta Graciela Santucci. 2002. *Exhumando el pasado. Arqueología histórica en la extinguida necrópolis de Chivilcoy*. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.

Caggiano, María Amanda, Sandra Gabriela Adam, Víctor Hugo Garay y Guillermo Horacio Scola. 2003. *Entre tumbas*. Boletín de Historia de la Ciencia 43: 3-21. Buenos Aires. FEPAI

Caggiano, María Amanda y Gabriela Rosana Poncio 2003. *La comunidad y su memoria. Preservación de la fuente documental chivilcoyana*. Signos en el Tiempo y Rastros en la Tierra: 69-72. Universidad Nacional de Luján.

Sempé, María Carlota, Antonia Rizzo y Virginia Dubarbier. 2004. *El Cementerio como lugar de memoria social*. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.

Pretéritas imágenes del extinguido cementerio

Sector plano Suffërt, 1882.

LA EXTINGUIDA NECRÓPOLIS DE CHIVILCOY, ARGENTINA

María Amanda Caggiano
Antonia Rizzo
Sandra Gabriela Adam
Juan Bardi

El primer cementerio municipal de Chivilcoy (provincia de Buenos Aires, Argentina) fue proyectado en 1854 al fundarse el pueblo y demolido a mediados del siglo XX, ignorándose a la fecha el destino de los libros de asientos de difuntos. De él sólo se conservan fotografías, un croquis con ubicación de nicheras y bóvedas confeccionado en 1882. Pasado un siglo, sobre sus cimientos se construyeron viviendas y establecimientos educativos. Es nuestro interés ofrecer una semblanza del extinguido emplazamiento mortuorio.

Su emplazamiento

En la segunda década del siglo XIX la región de Chivilcoy, incorporada a la Guardia de Luján, contaba con poblaciones dispersas y su territorio entregado en enfiteusis. Ante la necesidad de un centro urbano se funda el pueblo en octubre de 1854. Entre los problemas prioritarios a resolver se contempla la construcción de una sede administrativa para la Municipalidad y Juzgado de Paz, una capilla, escuela y cementerio, pues por entonces los difuntos debían ser trasladados hasta la necrópolis de la villa de Mercedes. (Birabent 1938, Caggiano 1997 a, 1997 b, 2001, Caggiano et. al, 2000 a).

La traza original del pueblo de Chivilcoy contemplaba destinar para cementerio, un lote en el extremo sur de 150 x 150 varas (1 vara equivale a 0,866 metros) fuera del radio urbano, lindero a la última línea de quintas y próximo al camino real que conducía al pueblo de Bragado. El registro parroquial de difuntos fija el 5 de septiembre de 1854 como el primer asiento, sin aclarar el lugar bendecido por la diócesis para realizar el sepelio. Un artículo referido a Chivilcoy y publicado en Buenos Aires, menciona hacia los primeros días de ese año que en "*el cementerio se está trabajando y quedará concluido como en quince días*" ("La Tribuna", 2 diciembre 1854; Archivo Histórico de Chivilcoy, en adelante AHCH, 99: 258)

Ahora bien, ¿cuándo comienza a sepultarse en el cementerio de Chivilcoy?, posiblemente a fines de 1854. En la sesión municipal del 1º de agosto de 1856, se acordó reparar con urgencia la zanja que lo circunvalaba debido a la intromisión de animales en el predio. Por ello se decidió cercarlo, colocándole postes de sauce a la usanza de los corrales de palo a pique y alambre, como así también "*recorrer los postillones*". (AHCH, 14: 6). Hacia 1860 se concede a un albañil la construcción y venta de nichos. Un sepulturero, que residía en el predio, era el encargado de recaudar el canon estipulado por la Municipalidad y llevar un registro de las sepulturas. Denuncias sobre el estado de abandono, renovación de albañiles y sepultureros se suceden por décadas.

La carencia de un diseño de la planta funcional que incluyera calles internas, sectores destinados a bóvedas, nichos y sepulturas en tierra, induce al Presidente de la Corporación Municipal y Juez de Paz, Federico Soares, a levantar un plano y delinear calles. Por ese entonces el vecino C. Acereto gestiona la compra del primer lote para construir una bóveda y se toman medidas que mejoran las condiciones de las sepulturas, como las de prohibir que los difuntos sean trasladados sin el cajón, informando a los vendedores de féretros y bajo pena de una multa a los alcaldes (AHCH, 14: 127; 14: 173)

En el verano de 1868 el joven pueblo fue conmocionado por la epidemia de cólera, que provocó un descenso del 10% de una población de aproximadamente 10.000 habitantes, en el término de dos meses. Ante esta situación, se tomaron drásticas medidas sanitarias, entre ellas, apartar en el cementerio un área de 60 varas de ancho hacia el NO

para enterrar exclusivamente a los muertos por la epidemia. Para marzo había varias bóvedas y nichos en mal estado y un reciente huracán había derribado el cerco perimetral (AHCH, 16:115; Caggiano, 2000a). En agosto encontramos que se expresa por primera vez la necesidad de buscar un nuevo emplazamiento para el cementerio y se nombra una comisión, que incluía al agrimensor municipal; era condición que el nuevo sitio estuviera más alejado del centro del pueblo. Al mismo tiempo se autorizó a enterrar en las calles del cementerio existente y se otorgó a los dueños de las bóvedas el derecho de uso por veinte años (AHCH, 16: 178). Varias décadas demandó seleccionar la definitiva ubicación del actual cementerio.

Un censo de 1853 brindó 5.460 habitantes para el partido y en 1866 el número ascendía a 11.664. El incremento, que en 1869 alcanzó a 14.232 habitantes, motivó el ensanche de la superficie ocupada para las inhumaciones. Meses antes se había sugerido a los deudos cerrar herméticamente todos los nichos y bóvedas que poseyeran cristales, como así también observar el mal estado de las puertas, pero no todos acataron la resolución. En 1871 se mando fijar avisos en los periódicos porteños de mayor circulación en los pueblos de campaña, "La Tribuna" y "República" por el término de 30 días, instando a aquellas personas que se encuentren obligadas a cumplir las condiciones impuestas a que comparezcan y realicen las reparaciones necesarias; en 1874 y 1876 se reitera el pedido. (AHCH, 16: 213, 360; 18:115 -116 y 267)

Entre fines de 1869 y principios de 1870 se accede a una nueva ampliación de la necrópolis con una pared del mismo alto y espesor de la existente; la colocación de un portón de hierro y la construcción de una habitación con destino a reconocimiento de cadáveres. Esta construcción abarcaría 4 varas de frente por 4 varas de fondo de pared sencilla y techo de teja con desagüe hacia dos costados; revocada por dentro en barro y por fuera azotada con cal con su correspondiente blanqueo, con tres ventanas vidrieras con rejas y una puerta, marcos de algarrobo, hojas de pino y tirantes de pino de tea (AHCH, 16:227, 235 y 249).

En 1869 se sancionó el reglamento para el cementerio de Chivilcoy que expresa, a raíz de la epidemia, la prohibición de construir bóvedas con nichos sobre la superficie de la tierra. Los nichos que se construyen sobre la pared que circunvala el cementerio, deben ser hechos con mezcla de cal y sus paredes de no menos espesor que medio ladrillo, quedando por consiguiente prohibido el uso de vidrieras al exterior y solo será permitido cerrar con pared o con lápida de piedra colocada también en cal (AHCH, 16:239). Al año se anexa un artículo por el cual los dueños de bóvedas construidas anteriormente, y que posean nichos sobreelevados, deben proceder en el plazo de 3 meses a cerrarlas. (AHCH, 16: 249)

En septiembre de 1871, el Obispo de Aulón y Vicario Capitular F. Aneiros visita el cementerio y observa cadáveres insepultos a la vista. A raíz de un nuevo brote de cólera en 1873 se provee cal para el lazareto y cementerio, prohibiéndose al sepulturero enterrar cadáveres a menos profundidad que dos varas, debiendo colocar una capa de cal encima del cajón. (AHCH, 18:75)

A mediados de 1876 se acordó prolongar el cementerio hasta el límite de la calle transversal que da al fondo ubicado hacia el SO. La obra se licitó pero no tuvo propuestas (AHCH, 18:267, 284). En febrero de 1880 se acordó no permitir dar sepultura sin previo certificado médico particular o en su defecto a través del médico municipal quién debía expedirlo gratuitamente a los "pobres de solemnidad".

Corría el año 1881. Se acuerda por ordenanza "*que toda persona que padezca de viruela sea sepultada inmediatamente de constatado el fallecimiento por reconocimiento médico*", prohibiéndose los velorios. La inhumación de los cadáveres debía practicarse en tierra, quedando absolutamente prohibido efectuarlo en bóvedas o nichos (AHCH, 18:561).

Desde los documentos

De acuerdo al plano de la planta urbana de Chivilcoy(Fig.3), impreso sobre hule y ejecutado en 1882 por el Ing. Julio Süffert a escala 1: 1732, tomando rumbo SE desde la plaza principal se llega a la quinta Nº 78 en la que se sitúa la primera necrópolis de Chivilcoy. El frente a 35 varas de la línea de la avenida de circunvalación 22 de Octubre y se ingresaba a través de un portón, a la calle central que se prolonga hasta el contrafrente ubicado a 25 varas de la calle Padre Zacarías. A los lados, los límites son la calle Laprida y la avenida Avellaneda. De esa quinta, un sector hacia el NO se destina a la fosa de coléricos del año 1868. El emplazamiento del diseño que originalmente habría sido encargado a Federico Soares, después de la epidemia de cólera ocupaba una superficie de 150 varas de frente x 162 varas de fondo. Una calle central y una transversal delimitan 4 sectores, los dos de adelante algo más largos que los de atrás, en los que se distribuían bóvedas, nicheras, nichos perimetrales y sepulturas en tierra individuales y colectivas. Cercano a la intersección Süffert localiza un pozo de balde.

Bordeando la calle central se ubican bóvedas identificadas con los nombre de sus 41 propietarios. Entrando sobre el lado izquierdo las de Dolores Benites, Calistro Benites, Carlito Asereto, Gustavo Lasarthe, Francisco Piñero, P. José Muñagorri, Ramón Lobos, Maur Cerda, Nicolás Lorato, Elías Salvador, Ma. Soares, Juan Goyeneche, Fr. Cerda, G. Nabaro, P. Gorostiaga, C. Luchini, F. Castagnino, Familia López, Familia Magnone, José Moras, J. y M. Elosegui, Elías Silva, Marta Barrera. Sobre el lado derecho las de Ángela Parody, Tr. Lupo de Rivero, Moisés Villar, Venacio Sarabia, Cruz, Graciano Loreto, Domingo Sanginete, Gr. Ramírez, Montenegro, Bertrand Perisse, Pascual Echanigue, Reinoso, Angel Grego, Federico Gabara, Hortencio Losardi, J. Drago, León Forges, Greco.

Dos pretéritas imágenes del cementerio muestran la visita de mucha gente. Se observa una doble hilera de árboles de pequeño porte que flanquean la calle central hasta la Cruz emplazada en la intersección con la calle transversal. Destaca un eucalipto presente en todas las fotos que se ubicaría en el cuadrante O y hacia el contrafrente se observa una hilera de álamos. Toda la plantación es relativamente joven a juzgar por el grosor de los troncos. Las imágenes (Figuras 1-2), que no sabemos cuando fueron tomadas, y el plano de Süffert, nos dan una idea aproximada de que las dos hileras de bóvedas que podemos observar son de estilo ecléctico y dentro de la misma predominan el neogótico y el neorrománico.

La arquitectura del cementerio viejo fue de corte popular proyectado por sus constructores y albañiles, en su mayoría inmigrantes que traían consigo la arquitectura de sus países de origen (italianos y franceses). En el acceso a las bóvedas los umbrales son de mármol, los techos de las bóvedas y nicheras son de azotea, algunos rematados con pequeñas cúpulas o linternas que sostienen cruces de hierro forjado. En sus fachadas podemos ver un estilo sencillo de corte románico cuya terminación triangular recuerda el diseño de los frontones de la arquitectura religiosa de la época. Así mismo la ornamentación muestra la combinación de estilos: en algunas bóvedas puertas de acceso con arco ojival románico, rosetón gótico y pequeñas torres que enmarcan la fachada terminadas en pináculos imitando campanarios románicos o góticos. Otras muestran pilastras apareadas con capiteles de órdenes clásicos, coronados por cornisas moderadas, con muros donde se reproduce el almohadillado renacentista. Sobre sus cornisas las fachadas se ven coronadas por esculturas de ángeles o santos, o cimeras de piñas o copones. Las bóvedas son de planta rectangular con una fachada principal que muestra una tipología general de una masa muraria que termina con forma de triángulo contorneada por una cornisa simple. La mayoría de los vanos son rectos y los hay también con forma de ojiva. En algunos casos se observan torres adosadas que acompañan a una torre de tamaño mayor que emerge del centro de la bóveda. En general de las cubiertas de las bóvedas emergen torres de forma piramidal adornadas por pináculos y cruces que recuerdan a los campanarios románicos. Y algunas cúpulas.

Una de las fotografías destaca en primer plano, una bóveda de estilo neoclásico con muros almohadillados y pilastras estriadas en sus ángulos chanfleados, con arquitrabe, friso y doble cornisa; sobre la cubierta emerge una cúpula con reminiscencias orientales. Se observan también construcciones bastantes más bajas, cuya altura apenas supera la estatura de un adulto y algunos monópteros que cubren las criptas.

Hay dos sectores identificados por el Ing. Julio Süffert como A y B, ubicados sobre la calle transversal, de 32 x 5 varas y de 30 x 5 varas que, de acuerdo a las fotografías eran construcciones destinadas a nicheras comunitarias de 6 niveles con frentes a ambos lados. Entre las bóvedas se ubicarían nicheras familiares y en algunas se diferencian claramente nichos más pequeños que los regulares, presumiblemente para párvulos o reducciones. Süffert señala el frente del cementerio y aproximadamente ¼ del paredón perimetral que da a la avenida Avellaneda, ocupado por nichos; en fotografías de un sector se aprecia que los frentes de tales nichos son dispares y presentan un diseño propio para cada dueño con un número aproximado de 2 nichos de ancho por 6 nichos de alto lo que da como resultado construcciones bajas pero sobreelevadas por la ornamentación. Una vereda de aproximadamente 3 metros delimita la zona de estos nichos.

En otras dos fotografías consultadas para este trabajo, que pertenecen a una colección particular, observamos el cementerio cerrado, sin gente, en una toma que habría sido obtenida al atardecer. En una de ellas se ve la calle central, con perspectiva hacia el portón de entrada de doble hoja y los pilares que lo sostienen; las veredas sin construir están marcadas por una fila de ladrillos. Aquellos árboles observados en las diapositivas aparecen aquí claramente como plátanos y la cruz central colocada sobre una base con peldaños. Como ornamentación puede apreciarse macetas colocadas en los frentes de las bóvedas, algunas de ellas apoyadas sobre los zócalos de la pared, con plantas perennes. En primer plano se ven coronas de flores y un tipo de corona singular, muy trabajadas, de forma circular, parecidas a las palmas de flores pero posiblemente hechas con cuentas, canutillos y porcelanas que se ofrecían en anuncios de periódicos para el día de los muertos.

Entre las sepulturas en tierra, se encontraban en el cementerio viejo aquellas individuales en que el cajón era cubierto de tierra e identificada con una cruz de hierro, la mayoría llevaba adosada un corazón de metal con el nombre del difunto. Algunas sepulturas estaban delimitadas por cercos de hierro enrejados o con forma de rombos. Los sótanos o criptas, estaban marcados por una lápida en superficie y bajo tierra contenía varios cajones. Esta última información surge de un anuncio de ventas de sótanos y de un relato que cuenta el accidente de un sacerdote que orando, tras haber cedido la lápida sobre la que estaba reclinado, cayó entre los cajones y fue socorrido por sus alumnos del Colegio del Buen Consejo que jugaban al fútbol en ese lugar, cuando ya el cementerio estaba en desuso. Surge la hipótesis de que esta variante de entierro se intercalaba entre las bóvedas de la calle central.

Vivir de la muerte

En torno a la funebria surge una actividad comercial que incluye cuestiones vinculadas a la lapidaria y estatuaria. Estos negocios especializados se ubicaron inicialmente en el centro del pueblo y hoy convergen en la periferia. Si bien no surgen de las fuentes documentales, el traslado de los difuntos se realizaría en los medios de transporte que se disponía en un principio a tracción a sangre. Si tenemos en cuenta que las áreas rurales estaban muy pobladas, a veces la distancia a recorrer hasta el cementerio sería extensa y hay constancia de enterratorios en el lugar de residencia. En relación a las sepulturas sin utilizar cajón, en el viejo cementerio, se plantean una serie de hipótesis que excluyen las épocas de epidemia. En primer lugar la falta de la fabricación en serie, ya sea porque la madera se importaba de otros lugares. O bien que aún perduraba la costumbre de envolver al finado con cuero para su traslado y depósito final.

Los negocios que comenzaron siendo cajonerías con el tiempo fueron adaptando carruajes para trasladar difuntos e incorporando ornamentos funerarios hasta llegar a prestar lo que se conoció como servicios de pompas fúnebres. Entre los primeros emprendimientos rescatamos datos de un censo realizado en 1866 con motivo de la llegada del Ferrocarril del Oeste; el partido contaba con 11.664 habitantes y en el pueblo estaba radicado un corralón de carruajes, volantas y coches fúnebres, y dos establecimientos de cajones fúnebres. Con posterioridad distinguimos otras empresas: "La Argentina" (1886); "Carruajes California" (1889)); "Cochería del Porvenir" de Adolfo Lanes (1890); "Cochería del Hotel Español" de Eustasio Estivarez (1890); "El Progreso" de Pedro Michelis (1891); Levalle y Lamollu (1891); Juan B. Rossi con los cocheros Venancio y Cirilo (1894) "La Central" de Agapito Fernández (1894) y luego de Bruno Sandoval (1896); "Cochería de Chicho", Pedro Bidor cochero (1895); Marcial Leranoz (1896); Rufino Esparraguera (1899) y Alejandro Gardien (1900), entre otros avisos publicados en diarios de la época. (Chivilcoy, fundación y progreso 1866; AHCH 1: 37; 4: 367; 8: 579; 10: 709; 18: 1094; 20: 1169; 22: 1290; 32: 1808; 36: 2014; 37: 2084)

Chivilcoy contaba con comercios fúnebres que se dedicaban al arte del ramo, como el taller de marmolería de Honorio Destaville "A la ciudad de Chivilcoy", quién anunciaba que realizaba en 1893 trabajos de "*lápidas emplomadas, grabadas y de relieve, monumentos en mármol y granito*". Para 1896 anunciaba que se encargaba de construcción y planos de bóvedas de cualquier estilo y grupos escultóricos. Otro taller de lapidaria era "Las Bellas Artes" de Tristán Ballester Gomila. En su casa fúnebre "La Central", Bruno Sandoval ofrecía magnifico "*surtido de coronas todas hermosas y a precio económico*" (La Democracia, entre junio 1893 y octubre 1896). Anticipándose al día de los difuntos, el dueño de la "Cajonería Central", Agapito Fernández, participa a su clientela del completo y variado surtido de "*coronas en flores artificiales, cuentas, canutillos y porcelana de gustos delicados y de última novedad*". ("La Democracia", 28 octubre 1891 y 28 octubre de 1894). Corroborando los anuncios, las fotográficas nos muestran en los frentes de bóvedas y nichos, coronas de flores de porcelana semejando encajes de variada tonalidad, floreros y maceteros; estas ofrendas se repiten en las sepulturas en tierra. Dos actuaciones judiciales de 1896 recrean situaciones; una, en el cementerio "viejo" denunciado por su administrador J. López quién relata que unos jóvenes rompieron 5 coronas fúnebres entre otros desmanes. Otra describe el hurto de coronas en el cementerio "nuevo" en que las protagonistas son mujeres que, saliendo con permiso del propietario de una casa de prostitución "*cuando regresaron traían pedazos de coronas fúnebres, con cuyas cuentas hicieron collares*" (Archivo Histórico Judicial de Chivilcoy, J 25: 1448 y 1451; "La Democracia", entre junio 1893 y octubre 1896, 28 octubre 1891 y 28 octubre de 1894; "El Pueblo", 28 octubre 1894)

Del viejo al nuevo cementerio municipal

A partir de 1881 y hasta la definitiva inauguración de la nueva necrópolis el 6 de noviembre de 1893, se suceden una serie de cambios de quintas seleccionadas para la concreción del nuevo emprendimiento. Queda expresamente "*prohibido la inhumación de cadáveres en el enterratorio actual salvo lo dispuesto para estos casos por el reglamento de fecha 3 de junio de 1893*.". El aludido reglamento en su Título VI artículos 47 y 48, referido a disposiciones generales, especifica que los sepulcros de las bóvedas y nichos del "viejo" cementerio podrán solo ocuparse con restos de cadáveres cuya exhumación se practique con arreglo a las disposiciones reglamentarias y en los demás sepulcros se permitirá el sepelio de cadáveres "... *siempre que él sea pariente del propietario, con excepción de los fallecidos por enfermedades epidémicas o infecto contagiosas que sólo podrán ser inhumados en el nuevo cementerio*". Existen notas en el Archivo Histórico de Chivilcoy referidas al traslado de cadáveres dentro del viejo cementerio o de éste al nuevo (AHCH, M24 1885-1931). Un registro de exhumaciones indica los permisos otorgados

entre el 4 de diciembre de 1893 hasta el 26 de enero de 1908, pero no especifica de donde ni hacia donde se trasladan los restos (AHCH, 320).

Los diarios de la época publican fotografías sobre el estado del antiguo cementerio con epígrafes como "... *esto que parece un yerbal de Misiones no es más que el Cementerio Viejo*". La descripción del cronista e imágenes publicadas, manifiestan el estado de abandono en que se encontraba hacia 1928, responsabilizando a los ediles por la negligencia hacia el lugar, donde parecía imposible "*mantener un poco de orden y limpieza*". Con altos pastizales, las bóvedas y nichos aún se mantenían en pie si bien algunas estaban "*cuarteadas y descabaladas en todas sus partes*" ("La Verdad", 2 / 3 noviembre 1928; "La Verdad", 5 de noviembre 1928; "La Verdad", 5 noviembre 1928). Este abandono hería tanto los intereses de la gente como los sentimientos piadosos del pueblo. Por Ordenanza de 1928 el terreno debería ser convertido en la plaza pública "Italia". En 1930, el comisionado municipal Dr. Pedro Uslenghy en consideración a posibles incidencias judiciales que pudiere provocar la demolición de nichos y bóvedas construidos en terrenos adquiridos a perpetuidad, decide convocar a familiares para ofrecerles nichos en un pabellón especial del cementerio nuevo. El decreto del comisionado municipal Emerio Tenreyro Anaya en 1931 ordena su demolición ("El Progreso" 6, 31 enero y 7 septiembre 1931).

En 1948 la franja que incluye el sector de coléricos es cedida para la construcción de la actual escuela Nº 33 que se inaugura en 1951, el área restante es utilizada para la instalación de un vivero. A raíz de la construcción de un complejo habitacional se procede a la apertura de calles (la tierra extraída y restos esqueletarios son utilizados para relleno en otros sectores de la ciudad), originándose cuatro manzanas. En la ubicada hacia el E se inauguran en 1969 las viviendas del Barrio PYM; en las ubicadas hacia el S y el O se construye en 1982 el barrio Bco. Provincia; y en la manzana N, un espacio de la escuela nº 33 es cedido para la construcción del Jardín de Infantes Municipal Nº 1 inaugurado en 1980, luego en 1984 en la parcela adyacente se decide erigir un parque infantil denominado "Del Pito" y en ese mismo año en un sector se construye un dispensario inaugurado en 1986. Las centenarias fotografías y la superposición de planos, como quién mira la marca de agua en los billetes, nos inducen a descubrir otro paisaje social que estamos dispuestos a rescatar.

Recopilados y analizados los antecedentes en una primera etapa, el equipo de investigación actualmente centró sus tareas en obtener planos referidos a las actuales construcciones erigidas sobre la extinguida necrópolis, recoger testimonios orales de antiguos pobladores del área circundante y visitar a los pobladores de los barrios PyM y Provincia. También se está indagando en archivos judiciales y a través de otras fuentes, sobre la constitución de parentesco y familia de la nómina que brinda el Ing. J. Süffert.

Tomando como base el diseño de la planta del cementerio elaborado por del Ing. J. Süffert y la disposición de las actuales construcciones, realizamos una superposición de ambos diseños determinándose, de esta manera, una aproximación a la ubicación de los enterratorios en relación al área actualmente ocupada y que en su mayoría corresponde al dominio privado. El muro del frente de la extinguida necrópolis se extendía entre las actuales Manz. 451 a y b; y el portón de acceso estaba ubicado sobre la Manz. 451b. De allí, actual calle Ayacucho numeración impar, parte la calle central bordeada de bóvedas. Tales bóvedas estaban ubicadas sobre la vereda de la calle Ayacucho (Nºs. 1 a 18 derecha de Süffert) y por debajo del pavimento (parte de la Nº 2 sobre la calle Menfis y de las Nºs. 13 y 15 sobre calle Ayacucho; Nºs. 9 y 10 sobre calle Basso Dastugue). La restante hilera de bóvedas (Nºs. 1 a 25 izquierda de Süffert) se ubica en la su mayoría en los patios de las actuales viviendas, con algunas excepciones (Nº 2 sobre calle Menfis, Nºs. 11, 12 y 13, sobre calle Basso Dastugue). La escalinata que sostenía la Cruz, el pozo de agua y la nichera identificada por la letra B del plano de Süffert también se hallan por debajo del pavimento de la calle Basso Dastugue. El muro que estaba ubicado hacia el frente del

edificio, hacia la derecha del portón de acceso y un vasto sector de enterratorios en tierra, converge en la Manz. 451 a, que pertenece a la Escuela Nº. 33, parque infantil y dispensario. Durante las entrevistas mantenidas con los propietarios de las actuales viviendas, logramos la autorización de uno de ellos para realizar una prospección en el patio de su vivienda tendiente a localizar, al menos, uno de los tres basamentos de bóvedas que lo contienen. El sitio, de singular valor patrimonial, permitirá una investigación inédita al menos en el ámbito local.

Consideraciones

El "viejo" cementerio de Chivilcoy no habría sido reemplazado por cuestiones funcionales y surge la duda sobre qué intereses primaron sobre la decisión de su traslado. A través de las pocas imágenes que datan entre fines del siglo XIX y principios XX, del plano de Süffert y testimonios recogidos podemos aseverar que las construcciones aún cumplían su cometido y además, como sugerían algunos, bien podría haberse ampliado con terrenos circundantes. Si comparamos la planta fundacional con la actual, es llamativa la falta de previsión al otorgar permisos edilicios usurpando inclusive espacios verdes. La actual necrópolis municipal de Chivilcoy, inaugurada en 1893, presenta el mismo estado de alerta.

Agradecimientos

A Laura Boleso, Marta Cassino, Marisa Novella, Carlos Roccafredda y Mirta Graciela Santucci, adscriptos al IMIACH

Bibliografía

Birabent, Mauricio. 1938. *El pueblo de Sarmiento. Chivilcoy desde sus orígenes hasta 1880*. Editorial El Ateneo

Caggiano, María Amanda. 1997a. *Chivilcoy, biografía de un pueblo pampeano*. Editora La Razón de Chivilcoy, S.A

Caggiano, María Amanda. 1997b. *Chivilcoy, ya tiene pueblo*. II Jornadas Chivilcoyanas en Ciencias Sociales y Naturales: 61-69. Centro de Estudios en Ciencias Sociales y Naturales de Chivilcoy.

Caggiano, María Amanda, Gabriela Rosana Poncio y María Susana Fahey. 2000a. *Enfermedades sociales a mediados del siglo XIX. Estudio de la problemática chivilcoyana*. Unidad y conflictos en América Latina: Conflictos y coincidencias: 683-700. Buenos Aires. Editorial Universidad Católica Argentina.

Caggiano, María Amanda, Mirta G. Santucci, Gabriela R. Poncio, Sandra G. Adam y Olga B. Flores. 2.000b. *Paleogeografía de un pueblo pampeano*. III Jornadas Nacionales "Enseñar a través de los Museos". CD. Universidad Nacional de Mar del Plata

Caggiano, María Amanda, Eduardo Daniel Caruso, Marta Cassino, María Susana Fahey, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio, Alicia Iris Ríos y Mirta Graciela Santucci. 2001. *Origen y evolución del antiguo cementerio de Chivilcoy (1854-1931).* Octavo Congreso de Historia de los Pueblos de la provincia de Buenos Aires. La Plata. Archivo Histórico de la provincia de Buenos Aires "Dr. Ricardo Levene. Edición Digital Multimedia.

Caggiano, María Amanda y Gabriela Rosana Poncio. 2002. *Registro de epidemias en la población chivilcoyana*. Actas X Jornadas de Historia del Pensamiento Científico Argentino: 43-59. Buenos Aires. .FEPAI.

Caggiano, María Amanda, Marta Cassino, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio y Mirta Graciela Santucci. 2002. *Una entrada al pasado. Aportes para un análisis arquitectónico del Cementerio Municipal*. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.

Caggiano, María Amanda, Eduardo Daniel Caruso, Marta Cassino, María Susana Fahey, Marisa Novella, Gabriela Rosana Poncio y Mirta Graciela Santucci. 2002. *Exhumando el*

pasado. Arqueología histórica en la extinguida necrópolis de Chivilcoy. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.
Caggiano, María Amanda, Sandra Gabriela Adam, Víctor Hugo Garay y Guillermo Horacio Scola. 2003. *Entre tumbas*. Boletín de Historia de la Ciencia 43: 3-21. Buenos Aires. FEPAI
Caggiano, María Amanda y Gabriela Rosana Poncio 2003. *La comunidad y su memoria. Preservación de la fuente documental chivilcoyana*. Signos en el Tiempo y Rastros en la Tierra: 69-72. Universidad Nacional de Luján.
Sempé, María Carlota, Antonia Rizzo y Virginia Dubarbier. 2004. *El Cementerio como lugar de memoria social*. Primeras Jornadas Bonaerenses sobre Patrimonio cultural y vida cotidiana. La Plata. CePEI.

Pretéritas imágenes del extinguido cementerio(Figuras 1 y 2)

Sector plano Suffërt, 1882. (Figura 3)

María Amanda Caggiano
Dra. en Ciencias Naturales y Lic. en Antropología. Investigadora del CONICET, Profesora en la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la UNLP y directora del IMIACH (Instituto Municipal de Investigaciones Antropológicas de Chivilcoy)
Rizzo Antonia.
Doctora en Historia .Profesora Cátedra Etnohistoria .Carrera Antropología. Facultad de Ciencias Naturales y Museo. UNLP Investigadora .Laboratorio de Análisis Cerámico .UNLP. Codirectora del Proyecto: "Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su coparación con otros cementerios urbanos"
Sandra Gabriela Adam
Lic. en Antropología y Profesora en la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la UNLP y en la UNCPBA.
Juan Bardi
Ing. Agr. Y Profesor en la UNCPBA.

PRÁTICAS DE ENTERRAMENTO E SÍTIOS FUNERÁRIOS PRÉ-HISTÓRICOS NO VALE DO RIO PELOTAS

Ana Lucia Herberts
Letícia Morgana Müller

*"Coveiros gemem tristes ais e realejos ancestrais juram
que eu não deveria mais querer você..."
Tanto – Versão Chico Amaral.(I Want You – Bob Dylan)*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados parciais do estudo de sítios funerários pré-históricos no Vale do Rio Pelotas no contexto de pesquisas arqueológicas em decorrência de empreendimentos hidrelétricos. O estudo destes sítios ocorreu durante o desenvolvimento dos projetos "Levantamento Arqueológico na Área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande, SC/RS" e "Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, Rio Pelotas, SC/RS", desenvolvidos pela Scientia Ambiental entre 2001 e 2004. Ambas as áreas localizam-se no planalto catarinense.

Estes projetos propiciaram o estudo de contextos arqueológicos funerários com restos humanos de populações pré-históricas, muito almejados cientificamente na arqueologia brasileira, mas pouco recorrentes nas circunstâncias do contexto regional do planalto catarinense, pois devido ao alto índice de acidez do solo, poucos vestígios orgânicos se preservam ao longo do tempo. Os remanescentes ósseos humanos se apresentavam dispostos em dois tipos de sítio arqueológico conhecidos na literatura arqueológica como: estruturas anelares e cavernas[1].

As estruturas anelares também foram denominadas de "Terreiros de Antigas Aldeias" ou popularmente conhecidas pelos moradores locais como "Terreiros de Dança dos Bugres" ou "Danceiros". Conforme descrição de Rohr (1971, p. 19), este tipo de sítio arqueológico "situam-se, invariavelmente, no topo dos morros, parcialmente nivelados e com a característica coroa de terra na periferia, delimitando a área. Em sua maioria situa-se em campo aberto, revestido de vegetação herbácea e arbustiva. A coroa de terra, que delimita os terreiros, oscila de vinte a oitenta metros de diâmetro e quinze a cinqüenta centímetros de altura". Esta "coroa de terra" pode ter forma circular, oval ou complexa, e possuir em seu interior um ou mais aterros ("montículos de terra"), ou ainda nenhum. Dentre os sítios arqueológicos desta natureza foram estudados os sítios "Isaltino Freski" (SC-AG-95), "João Roque Vingla VII" (SC-AG-98), "Silvio Fernandes I" (SC-AG-99) e "João Roque Vingla VIII" (SC-AG-100), todos situados no município de Anita Garibaldi, Santa Catarina.

As cavernas ou grutas se caracterizam por possuírem profundidade maior que a abertura. Nas cavernas e grutas, assim como em abrigos sob rocha[2] podem ocorrer

---

[1] "Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em grutas ou cavernas, as quais são definidas como locais em que a altura ou largura da entrada é menor que a profundidade" (Souza, 1997, p. 34-35).

[2] "... sítios arqueológicos em lapas ou cavidades rochosas, onde a altura (ou largura) da entrada é maior do que a profundidade. Também pode indicar paredões inclinados para frente ou com a parte superior saliente, que podem proteger uma zona mais ou menos grande. É uma classificação morfológica, sem significação cultural. São freqüentes as expressões: abrigo pré-cerâmico; abrigo funerário, abrigo rupestre, etc." (Souza, 1997, p. 11-12).

vários tipos de sítios arqueológicos com funções distintas, tais como sítio habitação, sítio funerário, oficina lítica de lascamento, sítio com gravuras rupestres, etc... Relativo a sítios funerários em caverna foi estudado o sítio "Perau dos Cabritos" (SC-PQ-35), situado em Lajes, Santa Catarina.

A forma de enterrar os mortos e toda a simbologia dada ao ritual são elementos culturais e, portanto, não são estáveis ou imutáveis, mas podem variar de grupo para grupo ao longo do tempo. Assim, procurou-se compreender como foram enterrados estes indivíduos, a partir de dois eixos: as estruturas de enterramento, entendidas como os sítios arqueológicos e as práticas funerárias das populações pré-históricas nesta área.

O QUE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PESQUISADOS NO VALE DO RIO PELOTAS NOS INFORMAM?

Considerado território sagrado pela maioria das crenças e religiões, os cemitérios têm a função de guardar o que já foi vivo e de eternizar momentos que não querem ser esquecidos. Dessa forma, cada sociedade utiliza rituais e objetos para concluir a trajetória dos seus mortos, realizando cerimônias de despedida, que têm a função de encaminhar o morto a sua nova morada ou simplesmente finalizar a passagem dele pela terra.

Os cemitérios traduzem a construção de um território propício para que seja depositado o ente. Assim, é através dos sítios arqueológicos funerários, das estruturas de enterramento e dos vestígios dos sepultamentos que se pretende compreender as práticas funerárias e nos aproximarmos dos rituais *post mortem* das populações pré-históricas que habitaram o planalto catarinense. Os sítios arqueológicos representam o único registro material de suas práticas funerárias e contêm em seu pacote aquilo que sobreviveu ao tempo. E estes são os dados materiais que se dispõem e que se procurou interpretar para escrever esta história.

O sítio arqueológico "Perau dos Cabritos[3]" (SC-PQ-35) localiza-se em Lages, no interior da Fazenda Santa Vitória, em vale afluente do Rio Pelotas. Caracteriza-se por ser uma caverna, com boa orientação solar, seca e de acesso relativamente fácil. A caverna possui 21m de comprimento na boca e 10m de profundidade e altura máxima de 1,90m. Possui uma queda d'água na frente e abertura voltada para o norte. Devido a sua grande abertura, há penetração de luz, sendo assim bastante iluminada e salubre.

Nos fundos da caverna, em pequenos nichos (fendas existentes em seu interior) e de difícil alcance foram localizados ossos humanos. Alguns ossos encontravam-se fragmentados e/ou roído por animais. Os ossos estavam dispostos em superfície, não estavam articulados e aparentemente sem acompanhamento funerário. Procedeu-se apenas a coleta de alguns exemplares como amostra a fim de comprovar tratar-se de remanescentes humanos e do material que se encontrava em risco, exposto em superfície. No entanto, salienta-se que o sítio não foi escavado e nem se procedeu à coleta total dos vestígios arqueológicos, assim como estudos mais aprofundados.

A boa orientação solar da caverna e o seu interior seco contribuíram para a permanência dos resquícios de sepultamento humano pré-histórico ao longo dos anos, porém, não evitou a ação dos demais fatores degradantes. Esta degradação é constatada

[3] O local foi freqüentado por cabritos criados soltos, que lá habitaram, se reproduziram e morreram, acumulando, ao longo dos anos, grande quantidade de ossos e fezes destes animais. Além de cabritos, houve também trânsito de gado bovino no local. Esta caverna é popularmente conhecida como "Perau dos Cabritos" pela população local devido a estes animais se abrigarem na caverna, sendo assim o sítio denominado com o mesmo designativo.

pela falta das epífises[4] na maioria dos ossos, salvo alguns que apresentam uma pequena porção ou a epífise distal inteira; somada a significativas marcas antigas de roedores.

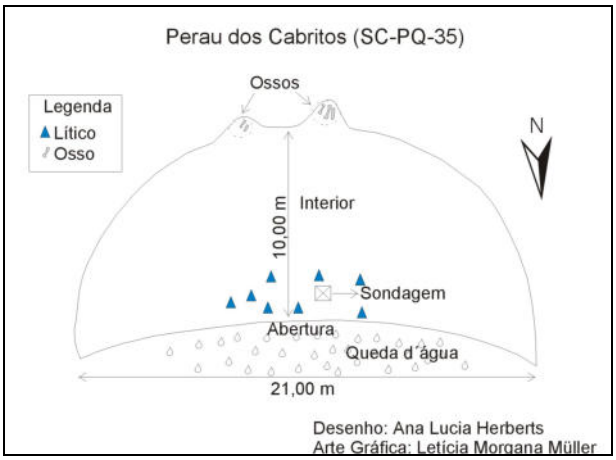


Figura 1: Esquema da planta baixa do sítio lítico funerário "Perau dos Cabritos" com disposição dos vestígios arqueológicos e as suas dimensões (sem escala).

Das alterações ocorridas no material osteológico, ainda pode-se listar uma espécie de pátina na superfície dos ossos, decorrente do solo do interior da caverna combinado como minerais e material orgânico. Apesar dos fatores de degradação acima citados, o material coletado encontra-se, majoritariamente, em estado regular de conservação.

Neste sítio foram encontrados também artefatos líticos lascados em superfície, situados na entrada da caverna, ou seja, na parte frontal aberta e mais clara que indicam tratar-se de uma área utilizada como oficina lítica de lascamento. Tais artefatos podem ou não estar relacionados com os sepultamentos. No interior havia poucos blocos grandes desabados, e isto permitia grande mobilidade no interior da caverna.

O material osteológico coletado foi levado para o laboratório, onde passou pelo processo de higienização através de limpeza mecânica a seco. Após a curadoria, realizou-se uma análise prévia do material, buscando identificar suas principais características, a fim de poder apresentar uma idéia genérica desta coleção. Utilizaram-se como obras de referências os trabalhos de Souza (2003), Bartolomucci (2003) e Parcias (2003). No total, a coleção perfaz 43 ossos ou fragmentos destes. Verificou-se que o material coletado é composto basicamente por ossos longos e alongados, alguns chatos, um fragmento de mandíbula e um dente.

Numa análise prévia contatou-se se tratar de pelo menos três indivíduos, sendo dois adultos e uma criança. Os ossos longos, o dente e o fragmento de mandíbula certamente são de um indivíduo adulto. Os ossos que sugerem ser de uma criança são uma costela muito pequena e fina, e um fragmento provável de vértebra infantil, com sinais de que em ambas as extremidades ainda não haviam se fundido, isto é, ainda não estavam totalmente formados. As pequenas dimensões destes dois ossos sugerem se tratar de uma criança com, no máximo, um ano de idade.

O único dente encontrado é um pré-molar inferior direito, com sua raiz e coroa em ótimo estado de conservação. Não possui cáries, tampouco grande desgaste dentário, porém, a ponta de sua raiz está mais escura, o que, de acordo com a análise prévia do dentista Alexandre Batista da Rosa, pode ser tártaro.

Muitos ossos encontram-se fragmentados, não permitindo fazer uma melhor classificação e quantificação. Por se tratar de uma coleção pequena e incompleta, além da ausência de ossos característicos como indicativos de sexo, do tamanho diminuto de alguns ossos e das partes fragmentadas, não foi possível inferir com precisão sobre o

[4] Saliência correspondente a qualquer um dos extremos de um osso longo ou alongado.

sexo e a idade dos indivíduos adultos.

No contexto do desenvolvimento do projeto de resgate arqueológico da UHE Barra Grande, os sítios arqueológicos estudados que eram utilizados e construídos para abrigar enterramentos possuem características totalmente diferentes se comparado ao do "Perau dos Cabritos". Quatro foram os sítios arqueológicos registrados e estudados compostos de aterros anelares em relevo com a presença de montículos ("montes de terras") em número de um até quatro.

Em um destes, o sítio "João Roque Vingla VII" (SC-AG-98), ocorreu um número maior de intervenções arqueológicas; enquanto que nos demais, os sítios "Isaltino Freski" (SC-AG-95), "Silvio Fernandes I" (SC-AG-99) e "João Roque Vingla VIII" (SC-AG-100); as atividades restringiram-se ao cadastro e a avaliação dos mesmos, através da escavação de poços teste de 1m² para se investigar o conteúdo arqueológico e o perfil estratigráfico destes sítios. Estas intervenções arqueológicas executadas nestes sítios arqueológicos e os resultados obtidos serão apresentados na seqüência.

O sítio SC-AG-98 trata-se de uma estrutura de aterro com forma circular ou anelar, com um montículo no centro. Localiza-se em topo de colina coberto com capoeirão. Parte do sítio esta com sua integridade comprometida em decorrência do leito de uma antiga estrada e pela instalação de poste com transformador de energia elétrica.

Neste, através da realização de sondagens em três pontos no montículo central, na área interna entre o montículo e o anel e sobre o muro de terra; constatou-se a presença de artefatos arqueológicos. A partir dos indícios arqueológicos, foram traçadas duas trincheiras para ampliar a avaliação do sítio, cortando o sítio do ponto central em direção ao anel circundante.

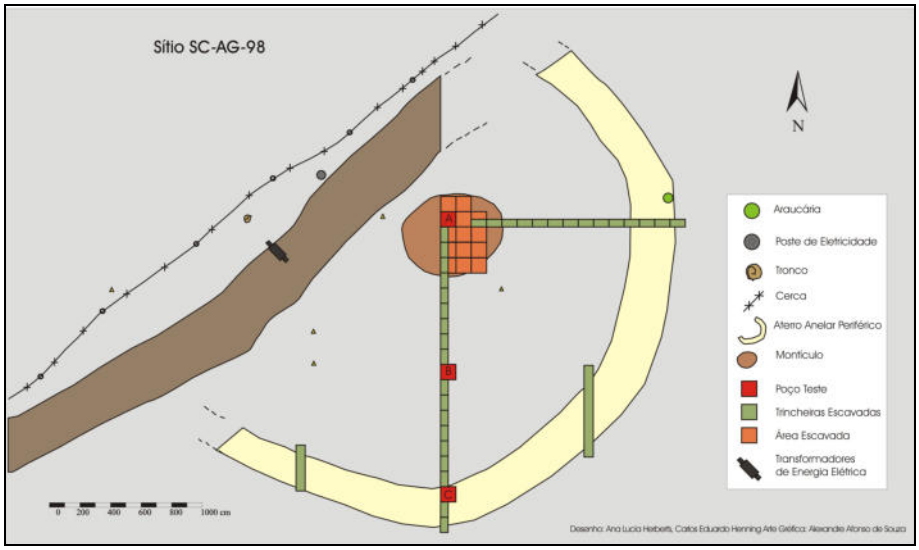


Figura 2: Planta baixa do sítio "João Roque Vingla VII" (SC-AG-98) e das intervenções arqueológicas realizadas na escavação.

A partir de parte de uma estrutura de combustão localizada na extremidade de um poço teste no montículo central a 50cm de profundidade, resolveu-se delimitar e escavar outras três quadrículas, totalizando uma área de 4m², que abrangeria provavelmente toda a área da fogueira localizada no poço teste "A" e investigar melhor esta estrutura.

Na quadrícula "D" desta ampliação, no nível 10-20cm, surgiram os primeiros fragmentos de ossos humanos e vários fragmentos cerâmicos. Os cacos cerâmicos foram remontados em laboratório resultando em duas vasilhas de pequenas dimensões praticamente completas. Havia também um tortual de fuso[5] cerâmico. Tais artefatos

[5] Peça confeccionada em cerâmica e em outros materiais como madeira. Utilizada no processo de fiação

tratavam-se provavelmente de peças de acompanhamento funerário.

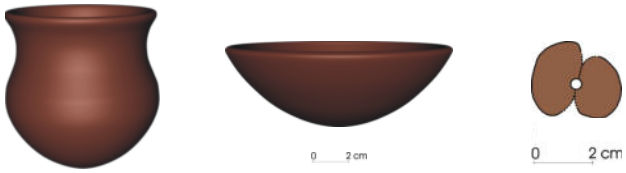


Figura 3: Vasilhames cerâmicos e tortual de fuso evidenciados no sítio SC-AG-98.

No nível 20-30cm, foi evidenciada uma mancha escura com carvão, e dentro desta, fragmentos de ossos humanos, alguns longos e outros chatos. Estes correspondiam provavelmente a partes da calota craniana, mas sem articulação original. Fez-se necessário retirar o tronco e as raízes de uma árvore, pois se constatou a presença de ossos sob a mesma. Quando esta foi retirada, observou-se que os ossos estavam dispersos em uma área maior, espalhados pela árvore que crescera sobre eles. A fogueira possuía 80cm de diâmetro, ocupando quase toda a área da quadricula ”D”. O estado de conservação era muito ruim e alguns ossos se esfarelavam ao serem tocados.

À medida que foi sendo aprofundada a escavação, ficou evidente tratar-se de uma estrutura de combustão funerária. Os ossos se concentraram sob uma fogueira com espessura de 20cm e a uma profundidade máxima de 40cm. Cabe ressaltar que os ossos não estavam articulados e nem inteiros. Não havia uma disposição, assemelhava-se a um “amontoado de restos de ossos carbonizados”.

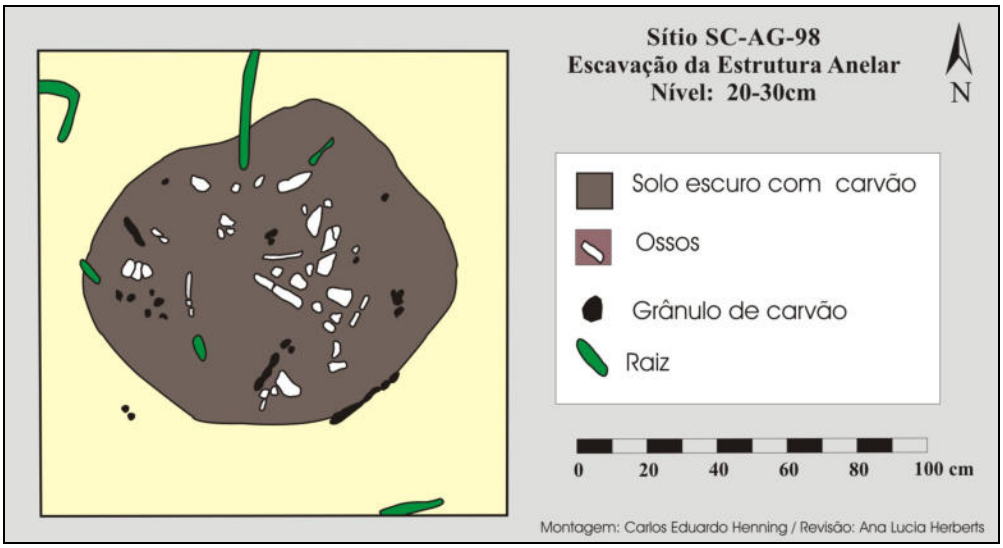


Figura 4: Detalhe da planta baixa da estrutura funerária I escavada, nível 20-30cm.

Como a fogueira escavada não havia ainda alcançado o mesmo nível da localizada no poço teste “A”, que indicava uma estrutura de combustão a partir de 50cm, continuou-se a aprofundar as quatro quadriculas centrais do montículo, onde localizou-se uma segunda estrutura de combustão, com resquícios de poucos ossos.

A segunda fogueira, no nível 50-60cm possuía uma forma ovalada alongada e extensão maior que a primeira, com dimensões máximas de 1,5m e 0,5m. Puderam-se identificar pequenas concentrações de ossos “esfarelados”, completamente desagregados e se desmanchando. Observou-se uma argila solidifica pelo calor da fogueira e a área com o solo arenoso de cor amarela. A quantidade de carvão era grande e com porções maiores. Havia carvões grandes em que era possível verificar tratar-se de troncos de

---

introduzindo uma vareta no orifício.

madeira carbonizados, alguns com mais de 10cm de diâmetro, e nós de pinho.

No nível 60-70cm, a fogueira diminuiu, restando uma área de 40x50cm à 65cm de profundidade. Ainda eram localizados vestígios de ossos, muitas vezes somente identificados como “manchas brancas”. À medida que se retirava o carvão, aparecia o solo amarelado “farelento”, contornando a fogueira. A 70cm de profundidade, a fogueira desapareceu completamente. Não foram encontrados fragmentos cerâmicos associados a esta estrutura funerária, somente dois líticos, nesta segunda estrutura de combustão.

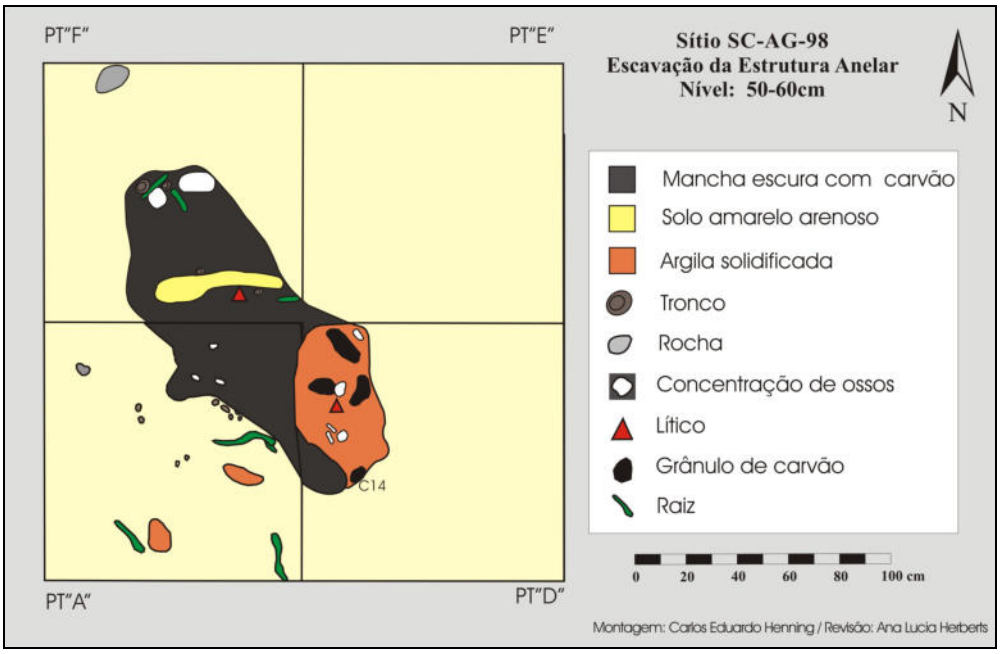


Figura 5: Detalhe da planta baixa da estrutura funerária II escavada, nível 50-60cm.

No anel que circula o montículo foi feito cortes a fim de perceber alguma alteração no solo e / ou a presença de artefatos arqueológicos, o que mostrou pouco fértil, do ponto de vista da ocorrência de artefatos arqueológicos.

Após a conclusão da escavação e análise dos croquis, pode se dizer que se tratavam de duas estruturas de combustão funerárias distintas não sobrepostas, isto é, localizava-se em áreas distintas, uma ao lado da outra, e principalmente em níveis estratigráficos distintos: a primeira entre 10 e 40cm e a segunda entre 50 e 65cm de profundidade. Na estrutura de combustão II, observou-se o processo de formação da fogueira: primeiro, uma camada de solo argiloso compacto e provavelmente solidificado pelo calor das brasas. Ao que tudo indica, as brasas foram cobertas por terra quando ainda estavam incandescentes, pois pelo estado dos carvões inteiros, parece que a queima foi feita sem oxigênio, isto é, coberta, pois quando a fogueira é exposta, em geral restam cinzas.

Em laboratório, o material osteológico coletado neste sítio está em processo de limpeza mecânica a seco e consolidação[6] para que os mesmos possam ser manuseados e permitir a sua análise. Sendo assim, não se dispõem de maiores informações referentes a esta coleção.

A amostra de carvão coletada na segunda fogueira, a mais profunda, foi enviada para a datação ao Laboratório Beta Analytic Inc. (EUA), que resultaram em 560+/- 50 BP e calibrados em 1300 a 1440 AD (Cal BP 650 to 510).

Além deste sítio, outros três com as mesmas características foram encontrados, nos quais as atividades arqueológicas foram restritas, restringindo-se a escavação de

[6] A consolidação está sendo executada com uma solução de paraloid B72 e acetona PA.

poços teste com o intuito, primeiro, de confirmar tratarem-se de sítios arqueológicos, e, segundo, propiciarem uma idéia do pacote arqueológico.

O sítio "João Roque Vingla VIII" (SC-AG-100), trata-se de uma estrutura de aterro com forma oval, com quatro montículos no centro, situado em topo de colina coberto com gramíneas. Sua porção norte é cortada pelo atual leito da estrada de chão.

Neste sítio, foram realizados dois poços teste de 1x1m, sendo um no montículo central ("A") e outro sobre o "muro de terra" da estrutura oval ("B"). O poço teste escavado no montículo central revelou uma lâmina de carvão bem expressiva, mas não foram evidenciados restos humanos. Trata-se de parte de uma estrutura de combustão (fogueira) com grande quantidade de carvões, entre 45 e 55cm de profundidade. Foi possível identificar quatro cepos de madeira queimados, pelos veios da madeira que permaneceram intactos no carvão. Além das amostras de carvão para datação foi coletado somente um fragmento cerâmico. No outro poço teste, no entanto, nenhum vestígio arqueológico foi localizado. O solo em ambos os cortes é argiloso marrom avermelhado friável, sem raízes ou rochas. Não se apresentou compacto, mas sim solto, facilitando a escavação dos poços. Isto nos indicou que o mesmo fora artificialmente colocado.

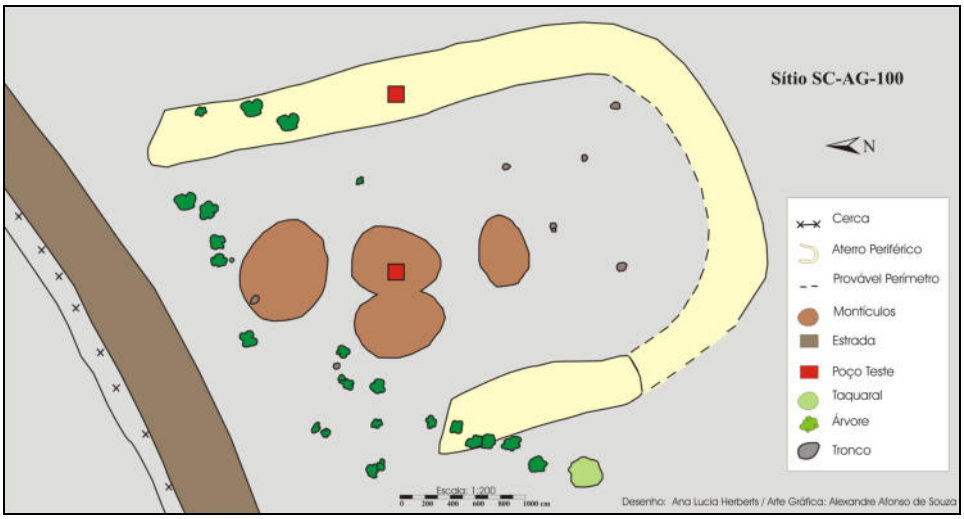


Figura 6: Planta baixa do sítio "João Vingla VIII" (SC-AG-100) e das intervenções arqueológicas realizadas.

O sítio "Isaltino Freski I" (SC-AG-95) é formado por um aterro circular e um montículo no centro. Está localizado em patamar alto, amplo, plano e coberto por vegetação do tipo gramínea, utilizado como potreiro para gado. O aterro circular possui 42m de diâmetro e um montículo no centro, com 6,4m de diâmetro e altura máxima de 60cm. A oeste do sítio há uma mata onde a estrutura desaparece, não sendo possível reconhecer a sua continuação, como se não houvesse essa continuidade.

Neste sítio também foram escavados dois poços teste, sendo um sobre o aterro anelar ("A") e outro no interior, entre o "anel de terra" e o montículo central ("B"). No entanto, nenhuma intervenção arqueológica foi realizada no montículo central do sítio[7]. Somente no poço teste "A" foi localizado um fragmento cerâmico.

[7] No montículo central, assim como em nenhuma porção do sítio localizada em propriedade do Sr. Isaltino Freski, foi realizada qualquer intervenção no subsolo, devido à proibição de acesso ao mesmo. Este fato foi comunicado pela Scientia Ambiental ao IPHAN no ofício 051 datado de 06 de agosto de 2002. O instituto emitiu o Ofício nº 309/2002, datado de 19 de agosto, solicitando o encaminhamento por parte da empresa do Ofício nº 310 ao proprietário, pedindo a colaboração do mesmo para o acesso dos pesquisadores ao sítio arqueológico. Mesmo assim, não se obteve permissão para tal finalidade.

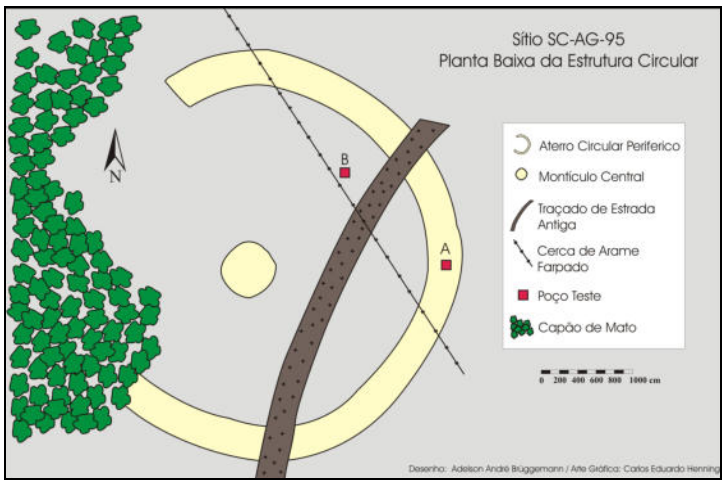


Figura 7: Planta baixa do sítio "Isaltino Freski I" (SC-AG-95) e das intervenções arqueológicas realizadas.

O sítio "Silvio Fernandes I" (SC-AG-99), trata-se de um aterro de forma complexa, composto por dois semi-círculos de terra, com três montículos no seu interior. Localiza-se em topo de colina semiplana, com vegetação do tipo gramínea e algumas árvores. Sua porção norte e leste foram cortadas por estrada de acesso à propriedade. Neste sítio foram realizados dois poços teste, assim distribuídos: "A" em um dos montículos no centro, "B" no interior da estrutura anelar. Nestas intervenções, os vestígios arqueológicos resumiram-se a nove fragmentos de cerâmica e um lítico.

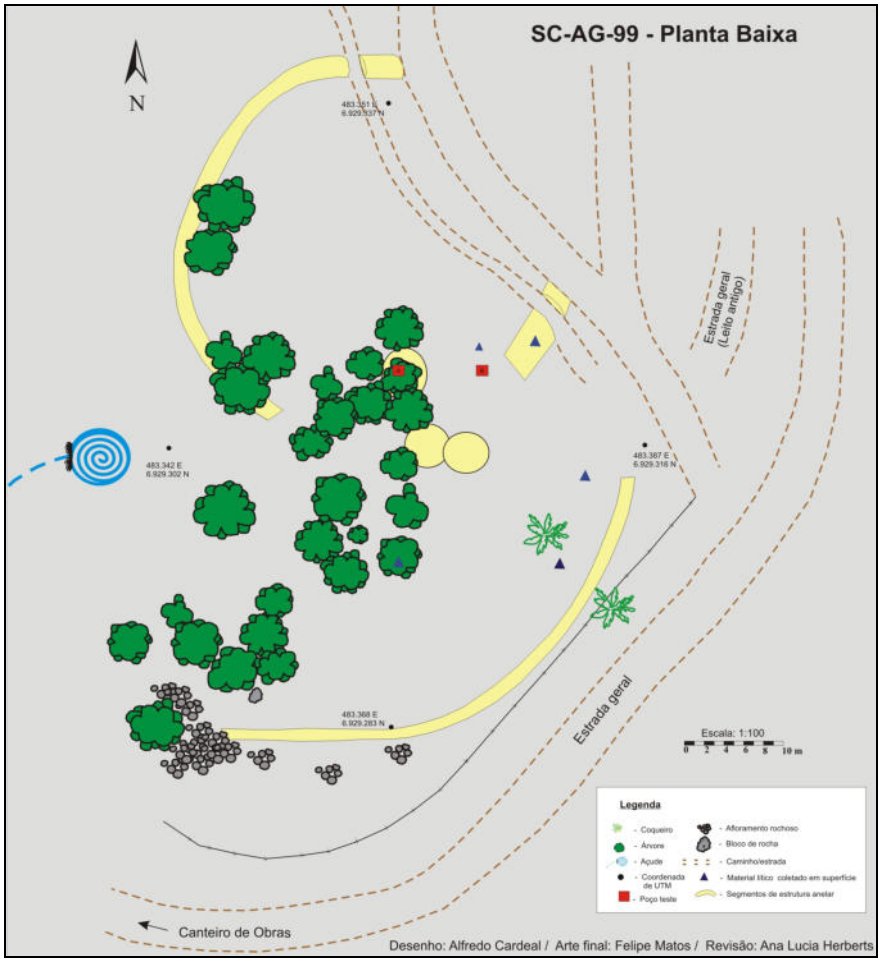


Figura 8: Planta baixa do sítio "Silvio Fernandes" (SC-AG-99) e das intervenções arqueológicas realizadas.

QUE OUTROS DADOS AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM SÍTIOS FUNERÁRIOS PROPICIARAM?

Revisou-se a bibliografia arqueológica sobre sítios de estruturas e aterros e cavernas funerárias, e apresentando-os a seguir, buscou-se reunir os dados conhecidos e estabelecer correlações com os sítios arqueológicos desta natureza estudados no contexto da UHE Barra Grande e da UHE Pai Querê.

Em 1956, Menghin foi informado da existência de achados arqueológicos, inéditos na região de Misiones na Argentina, pesquisando os chamados "túmulos y terraplenes circulares". Trata-se do primeiro estudo com referência a estruturas anelares e aterros funerários.

Menghin concentrou na época suas escavações no circulo maior, principalmente no estreito de interligação entre este circulo (nº I) e o nº II. Realizou outros cinco cortes sobre os aterros dos círculos n$^{os.}$ II e IV, e no aterro paralelo ("terraplenes paralelos").

Quanto à prospecção do aterro ("túmulo") no interior do círculo maior, Menghin não obteve resultados positivos: "suponemos que es um monumento sepulcral, sin poder establecerlo con seguridad por no poder excavar completamente esa mole y el terreno colidante en el tiempo a diposición" (ibid., p. 33). Explica que o mesmo havia sido devastado anteriormente por caçadores de tesouros.

Por outro lado, sugere outra hipótese, para explicar a função destes grandes círculos de terra:

> *Outra interpretación posible de esta construcciones sería la de aldeas circulares con túmulos ceremonial en el centro. Este tipo de población existe entre los modernos Ge. Pero contra tal presunción habla el hecho de que el acervo cultural encontrado en el círculo era muy pobre. Faltaban claros vestigios de fogones y desechos de cocina, como huesos, conchillas, etc (...) (ibid., p. 33).*

Esta questão também é levantada por Rohr (1971), relacionando tais estruturas construídas como terreiro de antigas aldeias no planalto catarinense.

No caso do sítio SC-AG-98, onde foram encontradas na escavação do montículo central duas estruturas de combustão funerárias, os restos ósseos carbonizados confirmam a primeira hipótese: tratarem-se estes sítios de túmulos de sepultamento indígena ou pelos menos o referido sitio. No entanto, nos cortes realizados em dois outros montículos, sítios SC-AG-99 e SC-AG-100, não foram encontrados vestígios funerários, mas registrou-se parte de uma fogueira que poderia conter uma estrutura funerária. Os cortes de 1x1m realizados prospectaram uma área muito pequena em relação ao tamanho dos montículos, não sendo possível, por ora, assegurar ou rejeitar a existência de sepultamentos nos demais.

Chymz & Sauner (1971) também escavaram um aterro grande desta natureza no Paraná, no vale do rio Piquiri, associado a casas subterrâneas, descrito como apresentando formato de um cone truncado, contornado por uma vala, mas sem o aterro anelar. Na escavação desse sítio, os pesquisadores encontraram carvão vegetal, cinzas e fragmentos de ossos, carapaças de lamelibrânquios, fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, madeira carbonizada e argila solidificada pelo calor. Estes vestígios os levaram a supor trata-se de um aterro utilizado para práticas funerárias.

Na década de 60, Rohr (1971, p. 52-54) localizou no planalto catarinense, oito sítios correspondentes aos terreiros de aldeias semelhantes aos descritos por Menghin. Denominou-os de "Terreiros de Antigas Aldeias", sendo conhecidos popularmente pelos moradores locais como "Terreiros de Dança dos Bugres". O autor descreve que a coroa de terra, que delimita os terreiros, oscilava de vinte a oitenta metros de diâmetro e quinze a cinqüenta centímetros de altura (Id., p. 19).

Rohr pesquisou dois destes terreiros, escolhendo, aleatoriamente, dois deles para prospecção, o localizado em Petrolândia e outro no município de Bom Retiro, distante

50km do primeiro. “Nas trincheiras abertas foram encontradas, até a profundidade de setenta centímetros, fogueiras com abundante carvão vegetal, cerâmica indígena e material lítico trabalhado. A cerâmica do tipo liso, sem decoração alguma. Inclui pequena tigela, conservada pela metade, muito bem cozida, com as paredes brilhantes” (Ibid). A partir dos dados obtidos na escavação, Rohr conclui que se tratava de terreiro de antigas aldeias, “guarnecidas por uma paliçada protetora, que se manifesta, ainda hoje, pela coroa de terra circular ao redor do topo do morro” (ibid).

Em 1984 e 1985, Ribeiro & Ribeiro (1985) efetuaram levantamento arqueológico no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, em área correspondente ao atual município de Pinhal da Serra. Localizaram na ocasião três estruturas formadas por círculos de terra com diâmetros entre 21 e 70m. Dois sítios são círculos isolados e o outro caso trata-se de um conjunto de dois círculos e uma figura trapezoidal. Essa estrutura de forma complexa possui um montículo no centro do circulo menor e outro no trapézio.

Entre as conclusões a que os pesquisadores chegaram a partir das trincheiras e cortes executados em duas estruturas, podem ser citadas que: “As estruturas poderiam ter sido locais cerimoniais ou de defesa (habitação) protegidas por paliçadas” (Idem, p. 91).

Recentemente, a equipe de arqueologia da UFRGS coordenada pela Profª Silvia Cope (*et al*, 2002) escavou um sítio que denominaram “sítio com estruturas circulares em relevo”, em Pinhal da Serra, RS. O sítio, RS-PS-21, caracteriza-se por ter uma coroa de terra, com aproximadamente 20 metros de diâmetro e um montículo central. A escavação deste montículo revelou uma estrutura que a pesquisadora considerou como complexa, com muitos fragmentos de ossos pequenos, alguns deles bastante queimados, além de duas fogueiras com ossos em meio ao carvão. Tais ossos não apresentavam ordem na deposição e estavam bastante friáveis, sendo possível a identificação de uma vértebra humana. Também foi localizado junto a esta estrutura fragmentos cerâmicos. Este dado se assemelha muito as evidências localizadas na escavação do sítio SC-AG-98.

Interessante descrição sobre práticas funerárias entre os Xokléng de Santa Catarina é relatada por Schaden (1963, p. 84 In: Chymz & Sauner, 1971): “queimavam os corpos de seus mortos numa fogueira especialmente preparada, juntamente com os seus objetos. A seguir, enterravam as partes não consumidas pelo fogo”.

Lavina (In: Caldarelli, 2002, p. 267-269), no levantamento que realizou sobre as informações etnográficas relativas aos Kaingang do Brasil meridional, referentes aos seus rituais de sepultamento, apresenta dados semelhantes ao modelo descrito por Menghin, que caracterizariam os sítios como aterros ou túmulos com valas. Neste caso, segundo os dados reunidos pelo autor, os Kaingang enterravam seus mortos, colocando o cadáver e seus pertences em uma cova e sobre esta erguiam os montes de terra, formando sepulturas com forma cônica ou circular. Nenhum dos autores consultados por Lavina faz referência a círculos de terra ou muros de terra ao redor dos montículos. No entanto, esses dados remetem a observações realizadas junto aos Kaingangs do século XIX.

As estruturas anelares poderiam ser uma variante das práticas de enterramento tradicionais, perdidas nos períodos mais recentes, pós-contato. Também poderiam representar uma forma de distinção social. Quanto à sua antiguidade, a datação das amostras de carvão coletadas deverá lançar uma luz sobre o problema.

Relativos às pesquisas arqueológicas em sítios do tipo cavernas, grutas ou abrigos sob rocha os dados são poucas apesar dos registros vastos, pois é comum encontrar no planalto catarinense grandes paredões rochosos em arenito e basalto. Estes paredões muitas vezes caracterizam-se por haver um filete de água descendo por sua vegetação e não raro há neles grutas e abrigos sob rocha, muito utilizado por povos indígenas pré-históricos para moradia ou local de sepultamento dos seus mortos.

No trabalho de levantamento arqueológico efetuado por Rohr (1971) nos municípios de Petrolândia, Imbuia, Atalanta, Urubici, Bom Retiro, Alfredo Wagner e

Rancho Queimado, o pesquisador registrou quatorze sítios desta natureza e exceto um[8], todos possuíam remanescentes esqueletais humanos em superfície. Os abrigos possuíam dimensões que variavam de 5x1x1m a 60x10x19m. Segundo o autor, muitos destes abrigos estavam remexidos pela população local, que retiravam principalmente os crânios. Associados aos ossos também foram encontrados pontas de projétil, contas de conchas (adornos), trançado de fibra vegetal e em apenas um abrigo há informação da existência de cerâmica[9], que os moradores dizem ter retirado.

DISCUSSÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaram-se as duas formas funerárias praticadas pelos grupos indígenas que habitaram o planalto catarinense, em períodos anteriores ao contato com os europeus. Apesar dos dois tipos de sítios funerários abordados neste trabalho estarem localizados em áreas geográficas muito próximas, ao longo do vale do rio Pelotas, estes apresentam grandes diferenças quanto às práticas de enterramento e às estruturas funerárias construídas ou utilizadas.

No primeiro tipo de sítio abordado, a caverna funerária, o grupo se apropriou de uma formação geológica natural existente para depositar os restos mortais em pequenas fendas no fundo de uma caverna, transformando-o em sítio funerário. As dimensões das fendas em que foram encontrados os ossos e o estado em que estes estavam depositados indicam se tratar de um enterramento secundário[10], ou seja, a deposição dos ossos na caverna provavelmente faz parte do último estágio do ritual funerário.

Em abrigos sob rocha ou cavernas é comum a deposição dos mortos encontrar-se de forma coletiva, verificando-se ossos de vários indivíduos misturados. Nestes, algumas vezes há o acompanhamento funerário, mas que não parece ser uma prática recorrente, pois foi constado somente em quatro abrigos[11] conhecidos até momento. Além disso, em apenas um abrigo (SC-Bom Retiro-8) foram mencionados a existência de fragmentos cerâmicos, informados por moradores da região.

Neste caso, os mortos podem ter sido expostos à ação do tempo por um determinado período ou enterrados até que se desfizessem as cartilagens e os tecidos moles, e depois os ossos foram juntados e levados ao que seria sua morada final. Assim, se o ritual de segundas exéquias foi realizado com alguns artefatos provavelmente não foram deixados no local ou não foram encontrados quando da pesquisa preliminar no sítio.

Hertz (1990) entende que o ritual funerário tem a função de restaurar a ordem na sociedade que ficou abalada ou desorganizada com a perda de um membro e com os temores e perigos que a morte carrega consigo. E sobre os enterramentos o autor acrescenta que “la muerte no se consuma plenamente hasta que la decomposición toca a su fin; solo entonces el difunto deja de pertencer a este mundo para entrar em outra existência” (Ibid., p. 44).

A outra forma de enterramento identificada na área de estudo foi a cremação dos

---

[8] Sítio SC-Petrolândia-10.

[9] Sítio SC-Bom Retiro-8.

[10] O enterramento primário é quando o esqueleto é enterrado em conexão anatômica, ou seja, quando só há um enterro, sem nenhuma desarticulação das partes do corpo antes. Enterramentos secundários são aqueles em que o esqueleto encontra-se desarticulado intencionalmente, passando por algum processo antes, como o descarne, a cremação ou até mesmo a antropofagia e está pronto para o enterramento final. O sepultamento primário pode ser definitivo ou ainda uma etapa para o enterramento secundário.

[11] SC-Petrolândia-1 onde foram encontradas contas de colar de conchas; SC-Bom Retiro-8, onde moradores retiraram do local cerâmica, pontas de flecha, objetos de adorno e conchas; SC-Urubici-7 onde moradores encontraram pontas de flechas e o sítio SC-Urubici-28, onde foi encontrado restos de trançado de fibra vegetal.

corpos, e os restos humanos enterrados em montículos de terra cercados por estruturas anelares de terra em alto relevo. Nestes sítios, além dos remanescentes ósseos foram encontrados alguns artefatos como fragmentos cerâmicos e peças líticas, que no caso de um sítio eram duas pequenas tigelas e um tortual de fuso. Parte deste material arqueológico poderia tratar-se da tralha mortuária, como os pertences do morto ou as oferendas, como as vasilhas que conteriam alimentos e bebidas.

O material cerâmico evidenciado nos sítios de estruturas anelares permite relacioná-la à tradição cultural a que pertencem, e assim identificar o grupo responsável pelos enterramentos, podendo seguramente ser atribuídos à Tradição Taquara, nome dado à cerâmica pré-colonial dos Kaingang do sul brasileiro. A eles também estão associados os sítios de casas subterrâneas.

Sabe-se que a tecnologia de produção da cerâmica é mais recente do que a de confecção de artefatos líticos. Mas por outro lado, não se dispõem de datações para os sepultamentos em abrigos para que se possa correlacionar cronologicamente a uma possível filiação cultural.

Estes sítios também são caracterizados pelo enterramento ocorrer de forma secundária, com certeza no que se refere à primeira estrutura funerária escavada no sítio SC-AG-98. Através das evidências da escavação e principalmente pela quantidade e de fragmentos ósseos, acredita-se que a primeira etapa funerária ocorreu em uma fogueira fora do montículo, sendo depois juntado os remanescentes e enterrados dentro da estrutura. Esta, por sua vez foi construída para este fim, diferente da registrada na caverna funerária.

A primeira consideração apontada nesta pesquisa seria que os enterros em abrigos e os nos montículos pertencem a grupos culturais distintos. Para tanto, considerou-se a ausência de cerâmica nos enterramentos em abrigos, podendo estar relacionado com a antiguidade do sítio, pertencendo a uma cultura pré-ceramista de caçadores-coletores[12].

A segunda, seria que estas duas formas de enterramentos pertencem a mesma tradição cultural, mas ocorridos em períodos distintos. Assim considera-se que as práticas funerárias são elementos culturais, e, como tal, não são estáveis e nem fixas. A cultura é dinâmica, sofre influências e adaptações. Portanto, se estes enterramentos são mais antigos, poderiam ser uma primeira prática que se modificou paras as práticas identificadas nas estruturas anelares.

Dessa forma, o que pode ser indicativo de os dois tipos de sítios funerários pertencerem a grupos culturais distintos temporalmente ou culturalmente, pode estar relacionado ao mesmo grupo cultural. Portanto, não se descarta a hipóteses de ambos os sítios estarem relacionados aos grupos Gês no planalto sul brasileiro situados em períodos cronológicos não contemporâneos. Como as pesquisas arqueológicas neste tipo de sítio arqueológico carecem de datações, tornam-se difícil aventar dados mais seguros para tal hipótese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLOMUCCI, R. Material Osteológico. In: CALDARELLI, Solange (Coord.) **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista; SP-070 – Rodovia Carvalho Pinto**. São

[12] Arqueologicamente, o estado possui duas culturas pré-ceramistas, chamadas de Umbu e Humaitá, mas que se encontram em processo de revisão. A primeira foi caracterizada por ter grande precisão na confecção dos artefatos líticos, dando a eles bom acabamento e retoque, sendo famosos pelas pontas de projétil. Por outro lado, a Tradição Humaitá foi caracterizada por fabricar instrumentos mais grosseiros, de proporções maiores e sem o fino retoque que a Umbu. Grandes talhadores e bifaces são comuns nesta cultura.

Paulo: Dersa, 2003, p. 51-53.
CALDARELLI, S. B. (Coord.). Projeto de Levantamento Arqueológico na Área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande, SC/RS. **Relatório Final 1: Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras, Margem Direita e Esquerda do Rio Pelotas: Resultado dos Trabalhos de Campo.** Florianópolis: Scientia Ambiental, 2002.
_____. Projeto de Levantamento Arqueológico na Área de Inundação e Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras da UHE Barra Grande, SC/RS. **Relatório Final 2: Salvamento Arqueológico no Canteiro de Obras, Margem Direita e Esquerda do Rio Pelotas: Resultado dos Trabalhos Laboratoriais.** Florianópolis: Scientia Ambiental, 2003a.
_____. Projeto de Levantamento Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Pai Querê, SC/RS. **Relatório Final 2: Levantamento Arqueológico na Margem Direita do Rio Pelotas.** Florianópolis: Scientia Ambiental, 2004.
CHMYZ, I. & SAUNER, Z. C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Piquiri. **Dédalo.** Ano VII, n. 13, jul./1971. São Paulo, p. 7-33.
COPÉ, S. M.; SALDANHA, J. D.; CABRAL, M. P. Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. **Pesquisas**. Antropologia, 58. 2002.
HERTZ, R. Contribuicion a um estúdio sobre la representacion colectiva de la muerte. In: **La muerte, la mano derecha.** México: Alianza Editorial Mexicana, 1990.
LAVINA, R. Informações Etnográficas sobre os kaingang do Brasil Meridional In: CALDARELLI, S. B. (Coord.). **Projeto de Resgate Arqueológico na Área Diretamente Afetada da UHE Quebra-Queixo, SC.** Relatório Final. Vol. I. Florianópolis, maio/ 2002, p. 251-269.
MENGHIN, O. F. A. El poblamiento Prehistorico de Misiones. **Anales de Arqueologia y Etnologia.** Tomo XII, 1957, Mendoza, p. 19-40.
PARCIAS, S. R. **Apostila de anatomia I**. Florianópolis: UDESC, 2003.
RIBEIRO, P. M. & RIBEIRO, C. T. Levantamento Arqueológico no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA.** 1985, vol. 12, nº 14, p. 49-105.
ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas.** Antropologia. Nº 24, 1971, p. 1-56.
SOUZA, S. M. de. **Teoria e prática em bioarqueologia: do campo ao laboratório** (Apostila do curso). São Leopoldo: Unisinos, 2003.
SOUZA, A. M. de. **Dicionário de Arqueologia.** Rio de Janeiro: ADESA, 1997, 140 p.

Ana Lucia Herberts – Arqueóloga e Historiadora. Graduada em Estudos Sociais pela UNISC, com trabalho de conclusão de curso intitulado “Aldeamentos indígenas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1845-1889”. Mestre em História pela UNISINOS com dissertação intitulada “Os Mbayá-Guaicurú: área assentamento, subsistência e cultura material”. Doutoranda no PPGH-PUCRS com projeto “Arqueologia do Caminho das Tropas” e bolsista do CNPq. Desenvolveu atividades como pesquisadora junto a Scientia Ambiental entre 2001 e 2004 e atualmente é pesquisadora associada ao Escritório Regional Sul da Scientia Consultoria Cientifica. E-mail: analh@terra.com.br

Letícia Morgana Muller - Graduada em História pela UDESC, com trabalho de conclusão de curso intitulado “Uma leitura das práticas de enterramento Guarani através de suas fontes de estudo: Apresentação e discussão da documentação histórica e arqueológica referentes ao atual território do Estado de Santa Catarina”. Cursa Especialização em Arqueologia na URI/Campus Erechim. Desenvolveu atividades como estagiária de arqueologia junto a Scientia Ambiental entre 2002 e 2004 e atualmente é pesquisadora associada ao Escritório Regional Sul da Scientia Consultoria Cientifica. E-mail: scientia.leticia@terra.com.br

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NOS CEMITÉRIOS DA QUINTA DOS LÁZAROS: CONVENTO DE SÃO FRANCISCO E VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO CARMO, SALVADOR – BA SÉCULO XIX

Cibele de Mattos Mendes[1]

A morte é parte natural da vida que todos deverão enfrentar um dia. Pode-se escolher dois modos de abordar a questão, enquanto se está vivo: escolhendo entre ignorar ou então olhar de frente para a perspectiva da própria morte, pensando claramente nela, e tentar minimizar o sofrimento que traz. (RINPOCHE, 2005, p.9)

Nos seus aspectos pessoais e sociais, há aqueles que gastam grandes somas de dinheiro, buscando dar aos mortos uma boa despedida, através de um caixão luxuoso, com o morto adereçado com roupas de luxo, jóias e maquiagens, guardados em túmulos grandiosos, ou, recorrendo à cremação, combustão completa. Mesmo hoje, o homem continua a angustiar-se diante da morte, criando estratégias e rituais simbólicos, para amenizar o mistério que envolve a vida quando ela cessa. É preciso rever na história um tempo onde a morte foi tida como natural, mas o que parece é que o homem tem-se distanciado dela e da própria vida. E, esquecendo de refletir sobre a vida, nega a morte, talvez por isso sofra tanto. Mas para que o indivíduo se realize, é necessário que ele deixe marcas de sua passagem, marcas estas, que caracterizarão, a plenitude ou o vazio de uma existência.

Dessa forma, o Cemitério, converte-se num cenário de expressão da própria sociedade, refletindo a vida e a cultura a que pertence, mantendo a memória e a recordação da vida dos mortos, num contexto espaço-temporal distinto dos vivos, que pretende ser perene. Assim pensados, os Cemitérios não são espaços estáticos, mas dinâmicos. (OLEA, 1987, pp.267-277) Neles se conjugam idéias sobre a vida e a morte; não é possível conceber ambos os conceitos de maneira isolada, senão como uma dualidade: a vida prevalece na cotidianidade, nas ações diárias, na intenção de obter a permanência do defunto na memória coletiva através do monumento.

Os Cemitérios como espaços simbólicos e culturais que fazem parte das diversas sociedades em que estão inseridos, passam a ser usados como lugares de construção de memória, poder e status. Será nestes espaços que artes e artistas irão imprimir uma nova maneira de cultuar os mortos e de produzir uma nova mentalidade naquilo que diz respeito aos fins últimos do homem. (ALMEIDA, 2004, p.1)

[1] Museóloga
Mestranda em Artes Visuais – EBA / UFBA
E-mail: cibematt@ig.com.br

São espaços comunitários, porém em seu interior são remarcadas as diferenças sociais determinadas pelo status econômico e outras categorias relacionadas com questões de nascimento, ilustração e riqueza: famílias são distinguidas, eclesiásticos, políticos, comerciantes e os pobres.

O Conjunto de Cemitérios da Quinta dos Lázaros

Em Salvador, foi adquirida uma propriedade dos jesuítas, em 1784, conhecida como "Quinta dos Padres", (VALLADARES, 1972, p.1308) transformada em "Quinta dos Lázaros" com o passar dos anos. Foram necessários três anos para que a antiga casa dos jesuítas se adaptasse a uma instituição de saúde, o Hospital de São Cristovão dos Lázaros. "A 21 de agosto, de 1787, foi então, inaugurado com uma Missa pelo Arcebispo, Dom Antônio Correia e o povo, com o Te - Deum Laudamus, em pomposa solenidade.Sendo recolhidos 14 doentes; 5 homens e 9 mulheres". (BANDEIRA,1949, p.214).

A antiga Quinta dos Padres "era provida de tudo, hortas, água, capela e cemitério" (PEIXOTO, 1945, p.253-254). Servindo de cemitério dos a hansênicos desde 1785, e mais tarde, em meados dos Oitocentos, veio a tornar-se público, por ocasião da Epidemia do Cólera. O Cemitério da Quinta dos Lázaros não nasceu secularizado, sua existência é anterior à proibição dos sepultamentos dentro das igrejas, e a instituição dos cemitérios extra-muros. Tornando-se público em meados dos oitocentos, por ocasião da Epidemia do Cólera.

Está localizado na antiga Fazenda de São Cristóvão, entre os bairros da Cidade Nova, Iapi e Pau-Miúdo. Possui um rico acervo artístico representativo de práticas sócio-culturais referentes às interpretações da morte, ainda não suficientemente estudado nos meios acadêmicos, diante do que representa de preservação da memória visual da cidade de Salvador, no quesito arte funerária.

Nele estão presentes inúmeras Irmandades que se transferiram para a colina, por estarem impedidas de enterrarem seus mortos nas igrejas. Seu caráter é coletivista, porque para lá também se dirigiram as Associações de Classes, os Montepios e Agremiações; passando esse local, a ter uma especificidade de manifestações, que democraticamente se reafirmaram, se extinguiram, ou sobrevivem. (VALLADARES, 1967, p.115)

Esse Cemitério apresenta uma uniformidade dos conjuntos artísticos, não como padronização do estilo importado, mas como entendimento entre as diversas participações de mestres - de - obras, marceneiros, entalhadores, fundidores e demais. O seu caráter coletivista reflete-se nas suas representações: se de freiras e padres, mais simples; se de órgãos de classe (operários, artífices, artistas e pequenos comerciantes), de caráter popular. Além do que, revela uma harmonia singela na sua arquitetura, cuja originalidade está expressa nas soluções decorativas. São cantoneiras de mármore, jarros de louça, panos de renda, lamparinas

pendentes, e até livros de anotar visitas podem ser encontrados. (VALLADARES, 1972, pp. 1307; 1309; 1310)

A Quinta dos Lázaros é um conjunto cemiterial formado por cinco cemitérios, que foram sendo construídos em torno da antiga Capela do Lazareto: Cemitério Público da Quinta dos Lázaros; Cemitério da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco; Cemitério do Convento de São Francisco; Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Cemitério dos Israelitas.

Por toda a metade do Oitocentos e começo dos Novecentos, foram construídos monoblocos para cinqüenta, e até cem jazigos no altiplano, em edificações de blocos separados, a fim de relevar-se a monumentalidade e a harmonia do conjunto. A influência barroca, neoclássica e o art nouveau, são facilmente identificáveis. Alguns conjuntos de mausoléus lembram os sobrados baianos, parecendo modelar-se em proporções e detalhes do casario.

O Cemitério do Convento de São Francisco - Os Franciscanos que vieram para o Brasil no ano de 1549, pertenciam à Província de Santo Antônio de Portugal. Eram denominados "capuchos", devido à forma de capuz usado por estes frades. Seguindo o processo de expansão franciscana evangelizadora no Brasil, foram fundados conventos em Salvador, em Igaraçu, Pernambuco, na Paraíba, dentre outros, e o de Paraguaçu, na Bahia, no ano de 1649. (FRAGOSO, 2004, p.17-21)

Sendo que, para se erigir uma construção, a recomendação básica dos estatutos era a que se referia ao 'modo franciscano' , a transparecer em toda e qualquer construção dos Frades. Este "modo capucho' era a pobreza rigorosa em tudo que eles usassem. "Encomenda-se muito que nos edifícios, e obras resplandeça muito a santa Pobreza, não fazendocuriosidades supérfluas, e desnecessárias" . (FRAGOSO, 2004, p.34-35)

A estrutura habitual dos conventos coloniais obedecia, antes de tudo, a razões funcionais, ou seja, às exigências da vida comunitária que neles se desenvolvia. E suas igrejas que, inicialmente, procuravam expressar a "pobreza minorítica", depois passaram, pouco a pouco, a ser expressão, sobretudo daquilo que era tão típico da época barroca em sua grandeza triunfalista: a sublimidade de Religião. (FRAGOSO, 2004, p.35)

O que chama a atenção numa igreja franciscana do período barroco, é a manifestação de riqueza dos ornatos, conceito este em voga para o culto divino, enquanto que no recinto interno do convento, há um contraste entre o esplendor da arte, que não condiz com a pobreza seráfica, tão recomendada pelo Santo fundador, Francisco de Assis e a pobreza que marca o espaço onde viviam os frades. Como espaço intermediário entre a igreja e o convento estava o claustro que, de algum modo, era uma certa continuação da igreja. Por isso, também no claustro se sentia o contraste de sua decoração com o restante do convento.

Além do que, normalmente, o claustro servia de cemitério para os frades e alguns benfeitores de destaque. (FRAGOSO, 2004, p.37)

O cerne da filosofia dos Franciscanos envolve: a oração, o trabalho, como fazer os ofícios do convento, desde a cozinha até a lavanderia; cuidar dos frades doentes, fazendo a limpeza e arrumação da enfermaria e "trabalhar com as próprias mãos" preceito esse, expresso da Regra de São Francisco. A instrução sobre a vida religiosa franciscana, não devia ser apenas um discurso intelectual, mas deviam os Mestres mostrar aos Noviços, "por palavra e exemplo o caminho da perfeição Evangélica, que hão de observar", além de "dar tudo aos pobres". (FRAGOSO, 2004, pp.32; 34-35; 37; 48; 49)

Não sendo de estranhar que o cemitério extra-muros dos franciscanos, construído na antiga Fazenda de São Cristóvão dos Lázaros, atualmente Quinta dos Lázaros, apresente-se com formas tão simples e, decoração contida, ou elementos decorativos ostensivos. Podendo-se perceber o anonimato dos sepultados, como algo intencional e ideológico, estribado na filosofia da Ordem.

Sua construção data do ano de 1857, quando Frei Antônio do Patrocínio de Maria, foi eleito guardião do Convento de São Francisco, sendo neste mesmo ano lançado o fundamento do Cemitério dos Lázaros, que se achou com um total de 177 carneiras: o 1° corpo de carneiros continha 129 paraadultos e 48 para menores. Em 19 de julho de 1857, foi benzido, e nesse mesmo ato, foi lançada a 1ª pedra com as solenidades usuais, para a edificação da Capela do mesmo cemitério, dedicada ao glorioso patriarca São Francisco". LIVRO DE TOMBO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO 1587-1862, n.28, 1978, p.53-54).

Todo o Cemitério é murado, e intercalado por caveiras com tíbias, com pilares adossados, decorados com floretas, encimados por: bustos a meio corpo, urnas funerárias, com cruzes latinas e figuras alegóricas, complementado por gradis de ferro. Sua fachada anterior possui um frontão triangular, ladeado por colunas lisas adossadas, com capitel ornado com volutas e floretas, encimado por cruz latina; em cada uma das extremidades, apresenta-se uma alegoria: do tempo e da morte (com a foice), e a imortalidade (com o cálice), tendo ao centro o Brasão da Ordem, constituído por uma cruz latina ladeada por dois braços erguidos; o de Deus e São Francisco, cruzados; no campo esquerdo do brasão, aparecem as cinco chagas, estigma do sofrimento das duas figuras; no campo direito, o globo terrestre, símbolo da ambivalência; ornado na parte externa por dois ramalhetes: um de folhas de louro, símbolo da imortalidade e outro de amor-perfeito, símbolo da Trindade.

Para se chegar até a Capela, há uma longa e suave subida, com muros de cada lado, intercalados por meias colunas. Á esquerda da Capela há duas figuras de orantes (que intercedem pela corte celeste), um sentado com mãos postas em oração e outro ajoelhado, vulgarmente chamado de "espremedor de limão", considerados os guardiões do lugar. Ambos os lados da construção são compostos por colunatas, com

arcadas alteadas, em cujas paredes da galeria, localizam-se os ossuários e, no chão os túmulos mais antigos em pedra-de-lioz, na área externa das laterais dos jardins, estão divididas as quadras de Ordens e Irmandades: de sepulturas de frades franciscanos, localizadas no chão, cujos túmulos, de cimento armado, são decorados com cruzes latinas estilizadas, encimadas por cruzes góticas, altas e de pontas trilobadas, simetricamente arrumadas. Do lado oposto estão as quadras de freiras, tendo seus túmulos delimitados por cruzes latinas, de cimento armado, com bases, contendo apenas o número de identificação.

Todo o Cemitério é pintado de branco, possuindo à direita da sua entrada, jazigos perpétuos, com características variadas: encimados com cruzes célticas e enquadradas, cercados por gradis de ferro, além de um túmulo-capela, com características medievais, apresentando quatro arcos alteados, e colunas embebidas ao pilar, apresentando-se nos capitéis, com colchetes rematados por uma folhagem em cada uma das arestas (empregados na decoração dos capitéis góticos), com pináculo em forma de pirâmide arrematando os pilares, cuja cúpula, acredita-se ter sido rematada por uma cruz. Há, também, um outro jazigo-perpétuo, cercado por gradil de ferro, na posição vertical, em mármore e encimado por urna funerária com pés com garras, com decoração frontal em remate de flores, simbolizando a abnegação e humildade, atado com laço ondeante, representando o poder de atar e desatar. Apresenta em toda extensão do opérculo, decoração em folhas de acanto, simbolizando a anunciação; encimada por cruz enquadrada, presa a volutas.

Um outro jazigo–perpétuo, em mármore Carrara, de cor branca, na posição horizontal, cercado por gradil de ferro, apresenta, encimado em uma base, uma figura de Anja com características da Art Nouveau, devido à identificação do sexo, transparência, panejamento das vestes, sensualidade e leveza.

Na área dos fundos da Capela, há mais duas quadras de ossuários, de frades franciscanos alemães e, da Ialorixá, Mãe Aninha, do Candomblé do Retiro de São Gonçalo, o Axé do Opô – Afonjá. Eugênia Anna dos Santos, integrante da Irmandade de N. Sra.do Rosário dos Pretos, cujo velório foi iniciado às 19:00h do dia 3, indo até às 15:00h do dia 4 de janeiro de 1938, sendo levada nos ombros de uma multidão, para as Quintas.

Neste local, há também uma espécie de oficina, onde são confeccionadas as lápides para as carneiras e cruzes para os túmulos, havendo um padrão nas decorações e cores utilizadas para aplicação nas letras inscritas, geralmente, na cor azul; além de servir como local para se fazer corbelhas de flores para serem vendidas, e uma passagem para o Cemitério da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, que também o administra.

Retornando em direção a quadra dos frades franciscanos, no final do corredor, passando e pisando nos túmulos mais antigos de pedra-de-lioz, pode-se avistar uma espécie de monumento, na verdade um forno crematório, geralmente utilizado para a queima dos caixões, de onde foram retirados os restos mortais para serem colocados nos ossuários. Ele mais parece um obelisco, apresentando na parte anterior, uma abertura em sua base, para a colocação dos objetos a serem incinerados, e uma porta de ferro com trava, cuja

moldura é decorada em cada um ângulos, por uma roseta, encimada por caveira com tíbias e roseta. Acima, os seguintes dizeres: Os nossos esperam os vossos, novamente ornados nas extremidades por duas rosetinhas. No alto do monumento, mais uma caveira com tíbias, encimada no capitel por arremate de tecidos presos por rosetinhas, que pendem e caem nas arestas do "obelisco". Neste ápice frontal, há a figura de um descarnado (um dos temas preferidos da morte na arte do ocidente europeu, por volta do século XIV), e, nas duas arestas duas corujas (ave dos mortos e símbolo do conhecimento religioso), apresentando a mesma decoração na face posterior. Nas duas laterais opostas a anterior e posterior, há em cada uma delas na base, uma moldura com dois fêmures cruzados em x, tendo abaixo, e centralizada, uma roseta. Acima, uma rosetinha, encimada por um grotesco zoomórfico, apresentando em cada um dos lados uma rosetinha; no alto do monumento uma outra caveira com tíbias, encimada pelo mesmo tipo de arremate, sendo que, no ápice, aparece um busto a meio corpo, sem face, com elmo estilizado, simbolizando o poder e, às vezes a invisibilidade.

O Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Carmo – Segundo a legislação canônica, as Ordens Terceiras têm como base o espírito da vida entre "irmãos", além de terem a função de exercerem alguma obra de caridade.É composta de leigos, homens e mulheres, solteiros, casados e viúvos, que se congreguem sob a mesma devoção. Foi fundada em Salvador, no dia 19 de outubro de 1635. (MARTINEZ, 1969, p.11)

Essa Ordem tinha sérias desavenças com a Ordem Primeira do Carmo, e como não tinha igreja, resolveu construir a sua própria em 1644. Em 30 anos, construíram a igreja, a sacristia, o primeiro claustro e o antigo consistório. (OTT, 1998, pp.22-23) Os Terceiros do Carmo foram enriquecendo e contratando diversos profissionais para as suas construções, trazendo material de Lisboa e sempre crescendo. A igreja ia ficando cada vez mais rica e espalhando a sua fama, e as esmolas aumentando cada vez mais. Ainda mais, que o critério para a entrada nessa Ordem era o étnico-social. (OTT, 1998, p. 28; 30)

Diante da importância que tinha perante a sociedade, reagiu ferrenhamente diante da Lei Provincial de 4 de junho de 1835, que vedava os enterramentos dentro das igrejas, e concedendo o privilégio a particulares. A Ordem e demais Irmandades perderam o sossego. (REIS, 1998, pp. 51; 53) Ora, ela havia construído em suas próprias dependências carneiras, afirmando não ter necessidade de cumprir a Lei. Convocou, em 24 de outubro de 1836 todas as Ordens, Irmandades e Associações de Classes, para discutirem sobre a construção do Cemitério do Campo. (ALVES, 1948, p.281) A Ordem Terceira de São Francisco não participou, mas a Ordem Terceira de São Domingos comprou a briga também. (REIS, 1998, pp.314-317) O Cemitério do Campo Santo foi inaugurado no dia 23 de outubro, e no dia 25 de 1836, mas, uma multidão incitada, preparou um levante, de visconde a escravo, todos em defesa de uma visão tradicional da morte, sobretudo pelas questões econômicas envolvidas. (REIS, 1998, pp. 328; 321) Com a

Epidemia do Cólera e o medo de contaminação, os sepultamentos dessas Ordens e Irmandades, passaram a ser feitos no terreno doado pelo Governo, denominado Quinta dos Lázaros.

O cemitério erigido pela Venerável Ordem Terceira do Carmo foi o quarto a chegar à colina, correspondendo ao menor espaço para construção também. Mas a sua disposição o faz parecer maior do que é, além do fato de ter possuído naquele período os melhores profissionais, devido à experiência que tinha em construir.

Consiste num quadrado regular de cerca de 100 metros de cada lado, murado e com gradil rendilhado em toda a face. Quem vê o pórtico, pensa ter diante de si um palácio recuado, mas é tudo aparência e obra de perspectiva, porque ele não excede a espessura das carneiras, cerca de dois metros (VALLADARES, 1967, p.122). Não passa de um muro simulando uma fachada palacial, que não chega a ser, mas que pretende ser. É idêntica à dos frontões de igrejas barrocas, que fazem supor a nave maior do que é.

A sua construção une num só corpo, capela e mausoléus, e a circulação é livre para cada lado. Os mausoléus são varandas abertas, com arcadas e platibandas enriquecidas de esculturas e ornatos, complementando o aspecto palacial. Toda a área central corresponde às quadras de campas distribuídas simetricamente ao pátio. Isso corresponde a um velho costume dos mestres-de-obras, de interpretarem os estilos e os modelos artísticos com acentuada liberdade e senso de invenção. O que há de permanente, é a atitude estética barroca, sobrepondo-se aos ornatos e formas clássicas. Nada impede que com o pequeno espaço disponível para as carneiras, não se possa enfeitar a última morada, com flores de metal, papel, de plástico e natural. É neste Cemitério que são encontradas assinaturas dos próprios artistas nos túmulos, bem como as marmorarias a que foram encomendados.

Foram muitos os artistas que trabalharam nas Quintas, confeccionando a cinzel ou buril , tirando modelos de “livros de ornatos”, (VALLADARES,1967,p.118) levados à pedra, à mão livre, preferindo determinados estilos e alegorias , a grande maioria com suas oficinas no na Ladeira do Taboão, uma espécie de produção artística popular e ponto de contrato para serviços de todas as artes e ofícios, como: serralheiros, encarnadores de imagens, santeiros, entalhadores de ornatos, gráficos de rótulos e folhetos, litógrafos, riscadores de milagres , poetas de populares, calígrafos e outros.

Na verdade, a uniformidade do conjunto artístico das Quintas (guardando cada um a sua particularidade), não parece ser, apenas, de estilos padronizados importados, mas um entendimento entre as

diversas participações "um espírito de classe", de mestres–de–obras, marceneiros, marmoristas, entalhadores, fundidores e demais, que souberam bem reinterpretar o espaço dos mortos,

[...] "associando os velhos sobrados baianos, uniformes e serenos, avarandados ou, com jardins e gradis. Mais parecendo as suas carneiras com janelas fechadas das casas antigas de Salvador; com paninhos de renda, cantoneiras de mármore, jarros de louça, lamparinas pendentes, livros de visitas, flores, muitas flores, mas nunca parecendo um lugar que se vai para nunca mais voltar". (VALLADARES, 1972, p. 118)

Este conjunto expressa o imaginário social, político, histórico, econômico, arquitetônico e artístico baiano, posto que os seus artistas bem souberam interpretar e reinterpretar os vários estilos a que se debruçaram, e é claro, imprimindo a sua personalidade nas soluções decorativas.

O Cemitério da Quinta dos Lázaros escapou às transformações ocorridas nas fachadas dos prédios de Salvador, quando foram demolidos, adulterados, sistematicamente, diversos sobrados e prédios baianos, civis, residenciais – setecentistas e oitocentistas - a fim de se substituir o Barroco pelo modelo importado da Europa, o Neoclássico. Nessa época foram destruídos por se achar feios: o Velho Mercado Modelo, a Capela de Santa Bárbara, e desfiguração da fachada do Paço Municipal, além de uma série de igrejas, dentre elas, a D' Ajuda. Neste contexto, esse conjunto presenciou todos esses fatos, escapando ao curso de deformação, fato reputado por Clarival como "quase um milagre". (VALLADARES, 1967, p.118)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Arte, Cultura, Memória – Uma leitura sobre o Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim de Belo Horizonte. Abec. 2004.

ALVES, Marieta. História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia. Bahia: Publicação da Mesa Administrativa de 1940 a 1942. 1948.

BANDEIRA, Armando C. Quatro Séculos de História da Bahia. Edição comemorativa do IV Centenário. Bahia: Revista Fiscal da Bahia, 1949.

BECKER, Udo. Dicionário de Símbolos.São Paulo: Paulus, 1999.

BORGES, Maria Elizia. Os artistas-artesãos e a escultura simétrica em Ribeirão Preto: R. Italianística. São Paulo, v.3, n.3, 1995.

FRAGOSO, Hugo. São Francisco do Paraguaçu. Uma história sepultada sob ruínas. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo. 2004.

LEXICON, Herder. Dicionário de Símbolos. São Paulo: Editora Cultrix, 1990.

MARTINEZ, Socorro Targino. Ordens Terceiras: Ideologia e Arquitetura. Salvador: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1969.

OLEA, Oscar, Arquitectura funeraria hoy en De la Fuente, v.2, 1987.

OTT, Carlos. Atividade Artística da Ordem Terceira do Carmo da Cidade do Salvador e de Cachoeira (1640-1900). Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Fundação Cultural, EGBA, 1998.

PEIXOTO, Afrânio. Breviário da Bahia. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1945.

POST, Ellwood W. Saints, Signs and Symbols, London: SPCK, 1996.

REIS, João José. A Morte é uma festa Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TEIXEIRA, Luís Manuel. Dicionário Ilustrado de Belas Artes. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VALLADARES, Clarival do Prado. Riscadores de Milagres: Publicação da Superintendência de Difusão Cultural da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1967.

----------Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FFLCH - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

OS MUROS QUE SEPARAM OS MORTOS: UM ESTUDO DE CASO DOS CEMITÉRIOS DA CONSOLAÇÃO, DOS PROTESTANTES E DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO.

REINALDO GUILHERME FIX
Projeto de Pesquisa para
Trabalho de Graduação Individual I

São Paulo - 2006

Título: *Os muros que separam os mortos: um estudo de caso dos cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo.*

Apresentação:

Conhecer a cidade, este é um dos objetivos a que se propõe a geografia urbana. E conhecer a cidade inclui conhecer os espaços ocupados por ela, os seus edifícios, os meios de circulação e especialmente as pessoas que perpassam os caminhos da metrópole. Nesse aspecto, conhecer os cemitérios faz parte também do "conhecer a cidade". No entanto, pouco sabemos sobre a formação, a estruturação e o desenvolvimento no que tange aos estudos cemiteriais. Na Geografia, um dos primeiros pesquisadores a se interessar pelo tema foi Pegaya[1]. No entanto, não era a sua especialidade, não havendo um aprofundamento acerca da temática. Há algumas citações sobre a temática cemiterial no campo da Geografia por autores consagrados[2], mas não como principal objeto de pesquisa. Apenas com os estudos recentes de Rezende[3] é que a temática tem ganhado força na Geografia. Com o I Encontro de Estudos Cemiteriais realizado em 2004 na USP e a abertura do grupo de estudos na Internet sobre cemitérios[4] idealizado pelo autor da presente pesquisa é que os estudos cemiteriais começam a se desenvolver no campo da Geografia. Para dar continuidade aos estudos sobre a temática cemiterial no campo da Geografia é que me

---

[1] U. A. Pegaya. *Estudo Geográfico dos cemitérios de São Paulo.*

[2] Ver por exemplo os estudos de R. Morse. *De comunidade a Metrópole.* e o de P. George. *Geografia Urbana.*

[3] Eduardo Morgado Coelho Rezende é mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo e se especializou nos estudos cemiteriais desde a sua graduação, apresentando como Trabalho de Graduação Individual *Histórias da geografia do meu quintal ou as atividades sócio-espaciais desenvolvidas no cemitério da Vila Formosa.* que posteriormente transformou-se no primeiro livro publicado através de um TGI, intitulado: *Metrópole da Morte Necrópole da Vida: um estudo geográfico do cemitério de Vila Formosa.* Continuando a desenvolver a temática cemiterial, tornou-se mestre em Geografia com a dissertação *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana* em 2004.

[4] http://br.groups.yahoo.com/group/cemiterios/

proponho a desenvolver o presente projeto de pesquisa como parte do Trabalho de Graduação Individual.

Justificativa:

O primeiro cemitério público oficial da cidade de São Paulo e o mais importante, por razões históricas e geográficas é o Cemitério da Consolação[5]. De domínio público, foi com ele que os mortos puderam ser enterrados longe dos domínios da igreja. Contudo, no início apenas os católicos eram enterrados nele, além dos corpos trasladados do Cemitério dos Aflitos, conforme veremos nesta pesquisa. Os acatólicos eram enterrados no antigo Cemitério dos Alemães. Com a inauguração do Cemitério Público da Consolação e a extinção do Cemitério do Campo da Luz e do Cemitério dos Alemães, os corpos foram trasladados, sendo enterrados no então inaugurado Cemitério dos Protestantes, que tinha por finalidade inumar os corpos dos acatólicos. Com o fim dos enterramentos nas igrejas, proposto pelo governo, os corpos dos "santos" padres e "ilustres" passaram a ser transladados e enterrados no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo. O interessante é que esses três cemitérios (O Cemitério da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo) ficam no mesmo local, no mesmo espaço geográfico. O que os separam são os muros. O presente trabalho pretende compreender o porquê dessa separação e como ocorreu esse processo. Além disso, poucos estudos foram feitos sobre esses cemitérios. Por isso, é importante aprofundar a temática acerca dos mesmos. E essa pesquisa pretende fazê-lo, com ênfase na Geografia Urbana.

---

[5] Com relação a isso, aceitamos o posicionamento de Maria Amélia Salgado Loureiro que ao contrário de Eduardo C. M. Rezende, considera o cemitério dos Aflitos como o primeiro cemitério público de São Paulo. O cemitério dos Aflitos não existe mais e o da Consolação tem suas atividades funcionando normalmente até o presente momento.

Os Cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo foram pouco estudados até o presente momento. No intuito de compreender o espaço que os cercam e de fazer uma descrição dos locais, além de compreender a razão da separação e do muramento dos cemitérios em questão, pouco esclarecida nos trabalhos realizados pelos pesquisadores cemiteriais, faz-se necessária uma pesquisa mais acurada acerca dos mesmos. Rezende[6] apesar de se dedicar ao estudo do cemitério da Consolação, deu ênfase maior aos cemitérios da Vila Formosa e da Vila Mariana, conforme vemos em sua dissertação de mestrado. Loureiro[7], por sua vez, trata do assunto de uma forma vaga, apenas descrevendo historicamente os cemitérios, não entrando em detalhes acerca da problemática entre católicos e acatólicos. Valladares[8] enfatiza somente o Cemitério da Consolação, uma vez que o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo possui poucos túmulos e é considerado por ele de valor idêntico ao da Consolação. Por sua vez, o Cemitério dos Protestantes possui túmulos pouco suntuosos. Além disso, ele enfatiza a arte tumular e não os aspectos sociais. Cymbalista[9], apesar de citar o Cemitério da Consolação, não chega a estudá-lo, uma vez que sua pesquisa fundamenta-se nos cemitérios do interior de São Paulo.

Levando em consideração que poucos são os estudiosos sobre o assunto e que os poucos que estudaram não são geógrafos é mister a realização de um estudo mais aprofundado sobre a temática a que se propõe a presente pesquisa. Portanto, é enfatizando a Geografia que o estudo acerca desses cemitérios serão realizados.

---

[6] E. C. M. Rezende. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana.*
[7] M. A. S. Loureiro. *Origem Histórica dos Cemitérios.*
[8] C. do P. Valladares. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros.*
[9] R. Cymbalista. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas.*

Objetivos do Trabalho

- **Compreender o porquê da separação existente entre os Cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo em sua origem até os dias atuais;**

Problematização:

Ao percorrermos as ruas no entorno dos cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo, temos a impressão que existe apenas um cemitério no local. De fato, o uso que se faz desse espaço é o mesmo e não há diferenciação nítida na paisagem ao redor dos cemitérios, dando-se a impressão que ali existe apenas um cemitério. Os muros é que fazem a diferenciação. Os três cemitérios estão dispostos em uma única quadra no bairro da Consolação, não havendo ruas que os separam, apenas os muros. A separação entre os cemitérios se inicia com os estudos para a construção de um cemitério público municipal ainda no século XIX e que persiste até os dias de hoje. Anteriormente, por uma questão religiosa, onde os acatólicos eram enterrados separadamente dos católicos. Hoje, por uma questão econômica.

Os muros ao redor dos cemitérios foram criados para separar os católicos dos acatólicos, refletindo uma época em que somente os católicos podiam ser enterrados em igrejas. Os acatólicos eram enterrados em locais fora das igrejas, no cemitério dos Aflitos, no cemitério do Campo da Luz ou no cemitério dos Alemães. Quando ocorreu a criação de cemitérios públicos, essa questão foi levantada e continuou-se a separar os mortos, de acordo com suas crenças religiosas. Hoje a questão estaria ultrapassada, uma vez que acatólicos tiveram a oportunidade de serem enterrados em

cemitérios públicos construídos originalmente para católicos. Atualmente, os cemitérios tornaram-se laicos e, portanto, não fazem mais distinção entre as diferentes religiões. Estou me referindo aos cemitérios estudados no presente trabalho, uma vez que existem muitos cemitérios nos quais ainda predomina o caráter religioso. Católicos e acatólicos podem ser enterrados em ambos os cemitérios. A única exceção é reservada ao cemitério da Ordem Terceira do Carmo que passou a ser administrado pela Igreja Católica Apostólica Romana e que permite somente o enterro de pessoas ligadas a esta ordem religiosa, sendo impedido o enterro das demais pessoas.

O presente trabalho pretende compreender as transformações ocorridas ao longo desses anos, da sua origem no século XIX aos dias atuais e que manteve a separação entre os cemitérios, através dos muros.

Hipótese Levantada:

Nos estudos da origem dos cemitérios públicos, a questão religiosa imperava e assim os cemitérios da Consolação, dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo foram construídos no mesmo espaço, sendo separados apenas por muros para discriminar os católicos dos acatólicos. Com o passar dos anos, a realidade mudou. O fator religioso tornou-se secundário. O fator econômico tornou-se mais relevante e importante. Católicos e acatólicos foram sendo enterrados em ambos, não se fazendo distinção entre as diferentes religiões. Os muros que separam os cemitérios continuam a existir, na atualidade, pois historicamente foram sendo dirigidos por entidades diferentes. A derrubada dos muros torna-se inviável, uma vez que os administradores dos cemitérios são diferentes.

Apesar de historicamente ter havido uma discussão acerca dos enterros entre católicos e acatólicos nos cemitérios públicos, desde o princípio, católicos e acatólicos foram enterrados no cemitério da Consolação. Portanto, na prática, não haveria razão para a existência dos muros que separam os cemitérios, uma vez que todos abrigam mortos de diferentes religiões. Os cemitérios dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo poderiam ser acoplados ao Cemitério da Consolação, sem maiores inconvenientes. No entanto, as áreas reservadas a esses cemitérios passaram a serem administradas por entidades particulares. Apesar das administrações serem diferentes, os enterros podem ocorrer independentemente da religião professada pelo morto enquanto em vida. Os cemitérios da Consolação e dos Protestantes permitem a realização de enterros independente da crença religiosa. O interesse atual não é mais religioso, mas econômico, uma vez que as taxas para a inumação seriam cobradas de formas diferenciadas. Se a família de um morto católico pagar as taxas, pode ser enterrado no cemitério dos Protestantes. Da mesma forma um acatólico pode ser enterrado no cemitério da Consolação. No entanto, no cemitério da Ordem Terceira do Carmo, a questão religiosa ainda impera. Os enterros só são permitidos aos membros da Ordem ou a seus familiares. Os muros continuam existindo, por uma questão administrativa e econômica no cemitério dos Protestantes e por uma questão religiosa no cemitério da Ordem Terceira do Carmo.

Procedimento:

Na primeira etapa, realizarei a pesquisa bibliográfica para determinar as fontes primárias e secundárias que falam especificamente sobre os cemitérios estudados. Após o levantamento de dados, passaria a descrever cada um dos cemitérios, ou seja, os cemitérios da Consolação,

dos Protestantes e da Ordem Terceira do Carmo. Nesse momento, faria o mapeamento do local com dados cartográficos que auxiliariam a pesquisa e na sua visualização. Após isso, entraria na pesquisa de campo propriamente dita, entrevistando funcionários e administradores do Serviço Funerário do Município de São Paulo e dos cemitérios em questão. No momento das visitas aos cemitérios estudados, fotografaria alguns elementos dos espaços estudados e da paisagem local. Após esse trabalho de campo, tabularei os dados obtidos e os resultados das entrevistas que possam ajudar no desfecho das hipóteses levantadas. Formalizaria, então, a pesquisa e o trabalho escrito, integrando-o com as fotos obtidas, digitando-os. Finalmente, passaria para a conclusão do trabalho.

Cronograma:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento Bibliográfico	X	X	X									
Mapeamento					X	X						
Pesquisa				X	X	X	X	X	X	X	X	
Entrevistas e Fotografias					X	X	X	X	X			
Digitação				X	X	X	X	X	X	X		
Revisão Bibliográfica										X		
Entrega do trabalho para revisão										X		
Digitação Final											X	
Entrega Final/ Defesa											X	X

Apoio bibliográfico:

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

_____. *O Homem diante da morte.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas.* Dissertação (Mestrado), FAU/USP, 2001.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana.* São Paulo. Difel, 1983.
LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios.* São Paulo: Secretaria de Obras e Serviços, 1977.
_____. *Como nasceu o serviço funerário.* São Paulo: Secretaria de Obras e Serviços, 1977.
MAGALHAES, Flavio (Coordenador Geral). *Cemitério dos Protestantes – Repouso de ilustres.* São Paulo: Associação Cemitério dos Protestantes, sem data.
MARTINS, Jose de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1983.
MONTEIRO, Raul Leme. *Cemitério da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo.* São Paulo: 1984.
MORSE, Richard. *De Comunidade a Metrópole* – biografia de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1954.
PEGAYA, Uyvão Antonio. Estudo Geográfico dos Cemitérios de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, v.44, AGB, 1967.
REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana.* São Paulo: Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2004.
_____. *Metrópole da Morte Necrópole da Vida: um estudo geográfico do cemitério de Vila Formosa.* São Paulo: Carthago, 2000.
_____. *Histórias da geografia do meu quintal ou as atividades sócio-espaciais desenvolvidas no cemitério da Vila Formosa.* São Paulo: Trabalho de Graduação Individual II, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2000.
VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura - Departamento de Imprensa Nacional Rio-Brasília, 1972. vol. I e II.

UMA VISITA AO CEMITÉRIO DA SAUDADE: RESGATE HISTÓRICO DE MONUMENTOS FUNERÁRIOS.

Halima Alves de Lima Elusta
Orientadora: Maria Elizia Borges

Este trabalho tem como objetivo mostrar que o Cemitério da Saudade de Campinas de tem uma síntese das manifestações funerárias, ocorridas desde o século I até o século XIX na Europa ocidental, explicitadas pelos monumentos colocados nos cemitérios para perpetuar memória de seus mortos.

Tendo como base a tipologia estabelecida por Philippe Áries em seu livro "O homem diante da Morte" (1981), especificamente nos capítulos "Jacentes, Orantes e Almas" e "A Visita ao Cemitério" e por meio de obras do Cemitério da Saudade, pode-se perceber que os cemitérios secularizados dos séculos XIX e XX ilustram todo o percurso histórico de como o ser humano lidou com a questão da morte e da memória.

Para compreender melhor estas questões é preciso traçar um panorama geral do espaço dos mortos na cidade dos vivos.

Os povos da Antiguidade tinham lugares reservados aos seus mortos e parte deles não foi destruído o que permite o resgate da cultura local. Isso não acontece na Idade Média quando o local reservado aos mortos é a igreja e o seu entorno. Os monumentos fúnebres confundem-se com o mobiliário e a presença da morte mantem-se escondida. Até o século XVII o cemitério não fazia parte da topografia das cidades e as grandes necrópoles só começaram a se constituir na paisagem urbana da cidade no século XIX. Esse retorno do cemitério se deu pela necessidade de remover os mortos do interior das igrejas e afasta-los dos centros para as periferias das cidades.

Com o crescimento populacional das cidades e, conseqüentemente o aumento do número de mortos, principalmente com os adventos das pestes, a saúde da população era ameaçada

constantemente pelo efeito dos corpos em decomposição que pestiavam o ar, estragavam a comida e contaminavam as águas.

Algumas manifestações já haviam sido observadas no século XVI, como sons e explosões, cadáveres que comiam o sudário e se moviam no caixão, mas apenas cerca de um século depois os médicos dedicaram seus estudos para solucionar os problemas que incomodavam a população. Ainda não tinham explicações para estes fenômenos e continuavam suas pesquisas mesclando ciência e folclore, atribuindo parte dos incidentes ao sobrenatural, ao demônio.

A primeira providencia a ser tomada na França em relação à insalubridade das necrópoles, dentro e fora das igrejas, foi o decreto de 1763, onde o Parlamento de Paris estabeleceu que os mortos deveriam ser sepultados em cemitérios fora da cidade e proibindo a família de participar do ritual de inumação.

A administração do cemitério passou a ser função do município, resumindo a participação da Igreja apenas a missa. Esse decreto criou resistência, principalmente por parte da comunidade eclesiástica, especialmente porque deixariam de receber a taxa paga pelos fiéis em função do sepultamento.

O primeiro cemitério a ser desativado foi o dos Inocentes, em 1780, seguido dos outros da cidade de Paris. Estes foram substituídos pelos **cemitérios gerais** já com a topografia similar aos encontrados no século XIX. Dentre as novas necrópoles Áries destaca o Pére Lachaise, essa *cidade dos mortos* dentro da *cidade dos vivos* abriga os restos mortais dos parisienses e os monumentos construídos para perpetuar a memória destes.

Com a concessão das sepulturas perpétuas ou alugadas, os cemitérios tornam-se museu de belas artes a céu aberto: "tem um papel social, devendo ser usufruído por todos e em conjunto. Não existe sociedade sem belas artes, e o lugar delas é no interior da sociedade" (ÁRIES, 1981, p.548). O cemitério também é a reprodução da sociedade, com todas as camadas sociais apresentadas e devidamente separadas por categorias.

Este tipo de cemitério atrai a população que em seus dias de descanso visita o cemitério para contemplar as obras, conversar com os mortos ou meditar. O sentimento romântico e suas manifestações apresentem-se nas obras escultóricas.

Áries estipulou uma tipologia para estas necrópoles, baseada em dois modelos, o Pére Lachaise em Paris (1803) e o Mount Auburn em Massachusetts (1831).

O cemitério francês era, como já foi dito, um **museu a céu aberto** sendo administrado pelo município. O norte americano foi classificado como um ***rural cemetery***[1], que conserva a paisagem natural. Este cemitério rural é particular e já é criado com a função de instituição cultural, que no século XX passa a ser o ***lawn-cemetery***[2], um grande espaço verde apenas com placas demarcando os túmulos, fazendo o movimento contrario do Pére Lachaise, onde a área verde foi sendo substituída pelos monumentos.

O Cemitério da Saudade de Campinas é um exemplo de necrópole repleta de obras de arte funerária, isto é, podemos considerá-lo como um museu a céu aberto.

Philippe Áries define em seu capitulo "Jacentes, Orantes e Almas" uma tipologia dos objetos construídos para perpetuar a memória dos mortos. O primeiro elemento resgatado pelo autor é a inscrição funerária, o **epitáfio**. É preciso fazer uma distinção entre epitáfios de pessoas comuns e dos papas e santos. As inscrições eclesiásticas seguiram por muito tempo o estilo romano.

Os epitáfios comuns apresentavam o nome do defunto e a data da morte, seguidos, no século XIV da função e de fórmulas em latim como: hic requiescit, hic situs est, hic est sepultura entre outras. (ÁRIES, 1981, p. 233). Os túmulos de papas e santos deveria permitir que o povo tivesse contato direto com "as relíquias, toca-las, a fim de receber o fluxo mágico que emitiam" (ÁRIES, 1981, p.224) e os epitáfios eram definidos pela iconografia com o papel de identifica-los.

A preocupação cristã com a salvação da alma agrega a inscrição funerária uma oração. Esta era anônima, feita pela Igreja e posteriormente escrita pelo próprio defunto, estabelecendo um diálogo entre mortos e vivos. Existe nesse momento um apelo ao passante para que este ore pela alma do morto. A figura do passante é realmente daquele que passa perto do túmulo e não do visitante como acontecerá no século XVIII.

A crescente preocupação com a memória e a possibilidade de diálogo acrescenta ao epitáfio um relato biográfico do defunto, seus feitos heróicos e religiosos em vida. O outro elemento que surge é a história da família, vindo da necessidade de perpetuar o sentimento que antes não era tão valorizado, o da perda de um ente querido. Por vezes, esse relato é

[1] *Rural cemetery* – cemitério rural
[2] lawn cemetery - cemitério gramado

encomendado pelo último sobrevivente de uma família, relembrando os que já estão sepultados. O personagem gravador surge então.

Hoje podemos identificar esse tipo de inscrição no Cemitério da Saudade de Campinas, por meio de placas como "saudade de sua esposa e filhos", junto à identidade do morto e das datas de nascimento e morte. Os epitáfios continuam sendo encontrados nos cemitérios secularizados como parte de um túmulo ou simplesmente demarcando a sepultura.

No *museu do imaginário* que Áries propõem para que melhor sejam visualizados os elementos funerários, duas figuras são destacadas: as séries de **jacentes** e **orantes**, que surgem no século XI e perduram até o século XVIII.

As figuras jacentes assemelham-se aos homens. São ricas em detalhes e em tamanho natural. As esculturas mais antigas, em especial nos países góticos, elas tem os olhos bem abertos e não conservam a aparência do defunto. "Sem dúvida são identificáveis, mas já não como homens terrenos: são *beati*, bem aventurados, corpos gloriosos, da idade do Cristo da Paixão". (ÁRIES, 1981, p.257)

A partir do século XVI essa figura jacente está de olho fechado e com poucas pregas em suas roupas o que possivelmente representa esta figura deitada em seu leito de morte. O bem aventurado torna-se um morto banal.

A figura **semi-jacente** aparece no século XVI, apresenta temas mais dramáticos, como a jacente reclinada ou apoiada no cotovelo. (Áries, 1981, p.260) No século II uma outra figura aparece junto a jacente, à figura orante que é a imagem do defunto normalmente ajoelhado ou contemplando uma cena santa, por vezes acompanhado de uma criança ou anjos que conduzem a alma do morto ao paraíso. Essa figura orante deixa de ser retratada entre os personagens da trindade quando a Igreja prega a humildade, mas continuam sendo representado no paraíso acompanhados de sua família e do padroeiro.

A iconografia fúnebre a partir do século XIII mostra claramente que a morte era vista como a separação da alma e do corpo. Durante séculos as figuras jacentes e orantes apareceram juntas no mesmo túmulo, como se o jacente fosse o corpo morto e o orante a alma que sobe aos céus.

A figura jacente desaparece dos túmulos antes, mostrando a predileção pela eternização da alma e é resgatada novamente no século XIX, dentro do estilo eclético quando a

iconografia funerária busca elementos históricos para compor o museu de belas artes a céu aberto.

No túmulo da família (figura 01), no Cemitério da Saudade de Campinas, pode-se observar uma obra construída pela Marmoraria Irmãos Colucinni, a figurar jacente de um velho, de olhos fechados, que acaba de desfalecer, entregando sua alma a uma criança. Esta representação da criança levando a alma do defunto, segundo Áries é comumente encontrada no orante. No caso desta imagem temos as duas representações na mesma obra.

A partir do século XV, com a descoberta da máscara mortuária, que permitia moldar o rosto do defunto logo após sua morte, para reconstruir sua fisionomia na figura orante. É o retorno ao retrato. A identidade do morto se da pela semelhança do rosto e não mais pelos atributos e objetos que identificavam a função social. Este orante era por vezes representado apenas pela cabeça ou busto.

Neste momento pode-se identificar a quarta forma tipológica apresentada por Áries, o **busto**. Essa figura faz parte da arte funerária, mas não exclusivamente, pois são encontrados comumente nas praças públicas como estátuas comemorativas.

Na cidade de Campinas há um busto no mausoléu a Carlos Gomes, que demarca o local da primeira missa celebrada na cidade[3], no Largo do Carmo. Como também pode ser encontrado no próprio cemitério(figura 02) onde além do busto há a fotografia reafirmando que nos séculos XIX e XX, a necessidade de perpetuar o retrato do corpo vivo.

Outro elemento da tipologia funerária destacada por Áries é a figura da **cruz**, que aparece para demarcar a localização da sepultura nos cemitérios a céu aberto. Estas cruzes eram feitas de madeira, pedra ou gesso, podendo ser acompanhadas por epitáfios ou imagens de santos e Cristo. As cruzes se popularizam rapidamente por expressarem a religiosidade além de serem de fácil acesso aos cidadãos menos abastados. Os cemitérios tinham cruzes de todos os tamanhos e posições, esculpidas no alto das estelas, substituindo as estelas ou diretamente no chão. Após séculos de uso tornou-se símbolo comum da morte, qualquer lugar onde exista uma cruz e um epitáfio é uma sepultura.É certo que até hoje as cruzes ainda são os objetos mais facilmente encontrados nos túmulos do Cemitério da Saudade junto de outros elementos funerários.

[3] A primeira missa em Campinas foi celebrada no dia 14 de julho de 1774, por Frei Antonio de Pádua (LORETTE, 2003)

O último elemento definido por Áries é o **quadro de fundação**, segundo o autor é o "túmulo da alma" (Áries, 1981, p.298). Este quadro podia estar junto ao túmulo ou separado dele, podendo haver epitáfio ou não.

Os quadros aproximam-se dos testamentos, meio pelo qual o defunto especifica o que havia feito pela Igreja e quantas orações deveriam ser feitas pela sua alma. Até o século XVIII, eram especificados nos quadro de fundação também o formato e local da sepultura. Estes elementos funerários definidos por Áries não fazem parte dos modelos adotados pelo cemitério em estudo.

O Cemitério da Saudade de Campinas foi construído tendo como referencia de beleza o modelo do Pére Lachaise em Paris, dentro de um contexto em que a cidade cresceu e enriqueceu rapidamente em virtude da ascensão da agricultura canavieira e cafeeira. Devido ao crescimento urbano populacional e as epidemias, os antigos cemitérios do interior das igrejas e fora delas, pertencentes as diferentes paróquias, precisaram ser desativados.

A maioria dos túmulos foi transferida para o antigo Cemitério do Fundão, hoje conhecido com o Cemitério da Saudade, que tem como data oficial de fundação o dia 10 de outubro de 1880. Houve então a junção dos seguintes cemitérios: Cemitério Geral ou dos Brancos (1847), Cemitério dos Cativos ou dos Pretos (1753), Cemitério dos Bexiguentos e Morféticos (1866), Cemitério da Irmandade São Miguel e Almas (1861), Cemitério do Santíssimo Sacramento (1865), Cemitério Protestante ou dos Acatólicos (1858).

O acervo de mausoléus, esculturas e capelas do Cemitério da Saudade faz dele um exemplo típico de cemitério secularizado construído seguindo os moldes do padrão europeu, daí o fato de neste ensaio poder nos apropriar da tipologia adotada por Áries, e comprovar a grande variedade estabelecida pelo estilo eclético no Brasil.

Figura 01. Jazigo da Família Uccelli, Qd. 04 – Marmoraria Irmão Coluccini – s/ data.

Detalhe figura 01

Detalhe figura 01

Figura 03. Jazigo da Família Nishino

Detalhe da figura 03

Detalhe da figura 03

Bibliografia:

ÁRIES, Phillippe. “O Homem Diante da Morte”, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, vol 1 e 2.

BORGES, Maria Elizia. “Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marple Carver Crast in Riberão Preto”. Belo Horizonte; C/Arte, 2002, v1000, p.312.

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. “Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881)”, PUC-Campinas, Campinas, 2003.

Site: www.artefunerarianobrasil.com.br

EXPRESIONES FUNERARIAS EN EL CEMENTERIO DE SAN MIGUEL DEL MONTE.

Antonia Rizzo
Lidia Mabel Viera

RESUMEN

Como expresión de una ciudad, el cementerio alberga los modos de representación de los habitantes, en su individualidad y en su ser colectivo. La expresión arquitectónica y el arte funerario, como manifestaciones de diversidad social, están regulados por normas establecidas de un grupo determinado, en un tiempo y lugar específicos.

En esta comunicación se parte de la Arqueología Histórica Urbana, considerando al cementerio como un sitio que presenta un registro complejo.

Este trabajo forma parte del "Programa de Investigaciones Arqueológicas en la Región Oriental de la Cuenca Deprimida del Río Salado, Partido de San Miguel del Monte, Provincia de Buenos Aires", que se está desarrollando a través de la Municipalidad de San Miguel del Monte y la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata.

INTRODUCCION

Considerando al cementerio como una institución inseparable de la constitución de la ciudad, su función es la de alojar a los muertos de la comunidad.

Con el transcurso del tiempo se va constituyendo simbólicamente un lugar donde queda resguardado un pasado que se hace presente periódicamente, con las conmemoraciones de hechos y personas que en él se celebran y con las visitas de los habitantes a sus muertos. Es así que en el cementerio no sólo se encuentran los monumentos característicos de la muerte, sino otros erigidos para recordar hechos y a personas que no están enterradas en el lugar, pero que han adquirido la suficiente importancia histórica para la población en una determinada época y región particular.

La asistencia al cementerio permite a individuos o grupos invocar y convocar a un pasado, renovándoles los principios de su identidad y sus raíces, posibilitando la construcción del patrimonio intangible a través de la memoria colectiva.

Entre los rituales de pasaje la funebria es el más significativo. Es el cambio al estado definitivo.

La especie humana es la única para quien la muerte está presente en el transcurso de su vida, por lo que la rodea un ritual funerario complejo, cargado de simbolismo.

Ha podido creer y cree en el renacimiento de los difuntos, la única para la cual la muerte biológica se ve desbordada por la muerte como hecho de cultura (Thomas, 1993), transformándose, para su estudio, en un acontecimiento sociológico (Sociedad de Tanatología Francesa, 1966).

El rito cumple la función de reforzar los significados y sentimientos del grupo que los desarrolla.

La partida de un ser humano hacia el mundo de los muertos implica la ruptura del orden familiar o grupal.

CONTEXTO HISTORICO

No se conoce la fecha de fundación de Monte, la única noticia es la de la existencia de la Guardia del Monte, a veces denominada Guardia del Pago de la Matanza, de la Laguna o de San Miguel del Monte Galgano. Ya para mediados del siglo XVIII, los vecinos impotentes a los frecuentes robos de ganado por los indios, y ante la imposibilidad de contar con ayuda numeraria, contaron con la colaboración del maestre de campo Juan de San Martín, quién por su propia cuenta y riesgo, ordena

que un piquete de milicianos de cada partido se constituya en guardia permanente, en un lugar estratégico de la frontera sur de la región pampeana. Se establecieron a lo largo del río Salado y se supone que ya queda fija la Guardia del Monte porque nos la menciona una Real Cédula del 7 de setiembre de 1760. (Sánchez Zinny,1939). Posteriormente las milicias desertan y vuelven las guardias a ser atacadas. Esto llevará a la creación de dos cuerpos de blandengues a sueldo hacia 1750, que luego se elevan a tres.

Podemos pensar que estos puestos avanzados sobre la pampa habían sido instalados entre 1745 y 1746. En la Navidad de 1778, la Guardia de Monte es sorprendida por los indios, destruida y muerto sus ocupantes

Para 1779 el virrey Vértiz le encomienda al teniente coronel Betbezé y Ducós el reconocimiento de la frontera con el objeto de aconsejar cuáles eran los parajes más adecuados para construir nuevos fuertes, según la topografía de la pampa, a fin de facilitar la defensa de los mismos de las invasiones de los malones.

Aprobado el informe decide el virrey llevar a cabo el plan trazado por el comandante general de la real artillería de la provincia de Buenos Aires, Betbezé , de fortificar la línea de fortines preestablecida, elevando a la categoría de fuertes a Monte, Guardia de Luján (actual Mercedes), Salto, Rojas y El Zanjón (que se traslada a Chascomús). En mayo de 1799 designa primer comandante general de frontera para llevar adelante el plan trazado por Betbezé, a don Juan José de Sardén y también otorgándole las funciones de subinspector de las milicias del campo de la provincia de Buenos Aires. No descuidó las obras de fortificación y la formación de poblaciones. Desde esa época podemos decir que la población de Monte se fue afianzando hasta constituir una importante ciudad de la provincia de Buenos Aires.

Durante la época de conformación de la comunidad de Monte (fines del siglo XVIII), en Europa la revolución industrial produjo la aparición de nuevos problemas técnicos, sociales y económicos (1750), lo que produjo un cambio profundo en la relación arquitectura
y sociedad.

Surgen exigencias materiales y espirituales cualitativamente distintas, que originan ideas nuevas con renovación en los instrumentos de intervención y el surgimiento de nuevas formas arquitectónicas.

A partir de 1830, cuando surgen los estados nacionales, se observa una agudización de los procesos de urbanización con una dinámica de migración rural-urbana fuerte.

La población deja de ser predominantemente rural para convertirse rápidamente en habitante de conglomerados sin propuesta urbanística (Viera y García. 2002). Es un período de intensos conflictos sociales, tanto en Francia, como en Bélgica, Polonia e Italia.

La nueva burguesía de neto corte liberal y capitalista y la incipiente clase obrera en su lucha de intereses contrapuestos, fijan la existencia de una dinámica social nueva, que coadyuvó al rápido crecimiento industrial y a una notable inmigración, consecuente, de pobladores de zonas rurales a zonas urbanas o a zonas industriales de reciente formación, provocando nuevas formas de convivencia y contigüidad de grupos de intereses diversos (Benévolo,1977).

Entre 1830-1850, nace la urbanística moderna. La convivencia de los hombres en la naciente sociedad industrial plantea nuevos problemas de organización, y la aparición de la especulación inmobiliaria se verifica en el producto habitacional, económico, mas chico y hacinado, donde abundaba la insalubridad, la congestión y la promiscuidad.

Es en este medio socio-económico donde el tema de la muerte cobra importancia, hasta ese momento la costumbre en Europa fue la de alojar los cuerpos de los fallecidos en las iglesias (Viera y García. 2002).

Con el crecimiento de las ciudades, la muerte se convirtió también en un problema social, requiriéndose de ámbitos especiales.

Los antecedentes de los cementerios urbanos actuales pueden buscarse en las teorías higienistas del siglo XVIII y su puesta en vigencia en el siglo siguiente tiene su razón de ser, en la polémica existente entre los higienistas y religiosos que hizo retrasar la existencia de dichos cementerios.

En América Latina el surgimiento de los cementerios construidos en el marco de la teoría urbanístico-higienista, se produce a principios del siglo XIX, sobre la base de la ideología religiosa católica predominante en la región.

El primer cementerio de estas características aparece en La Habana para el año 1805, que no solo es el primero en América Latina sino unos de los primeros en el ámbito mundial, ya que su construcción es paralela a la de los cementerios de Madrid, Francia e Italia.

Hasta ese momento la costumbre imperante fue la de alojar a las personas de cierto linaje en el interior de las iglesias mientras que los criollos, pobres y esclavos eran enterrados en cualquier lugar.

Estos tipos de cementerios se difunden en nuestro país a partir del virreinato cuando se produjo la construcción de algunos de ellos en extramuros de la ciudad, como en Salta, Córdoba, Santiago del Estero y Tucumán. En 1813 se prohibió definitivamente el entierro en los templos, aunque estas disposiciones fueron muy resistidas por la población y por las autoridades eclesiásticas (Viera y García. 2002).

En 1822 se construye en Buenos Aires el cementerio del Norte, conocido como de la Recoleta. Pero cuando se promulga la ley de secularización de cementerios a partir de 1850, es cuando se produce la construcción de cementerios en las capitales provinciales, siguiendo estos criterios higienistas y del cual el cementerio de La Plata, como capital de la provincia, es un ejemplo.

Una de las características más sobresalientes de estas necrópolis es su zonificación, ya que en ellos pueden observarse áreas con distintas categorías de construcciones funerarias. Puede señalarse así la presencia de entierros nicheros, en general contra los muros perimetrales de los cementerios, o en bloques independientes, de bóvedas, sepulturas de loza con monumento y tumbas en tierra.

Estas áreas están organizadas en manzanas y ordenadas de acuerdo a calles y tablones (en el caso de las sepulturas en tierra). Pueden o no estar arboladas.

La teoría higienista surgió como consecuencia de los efectos de las epidemias en los conglomerados urbanos como fue el caso del cólera.

Estos principios son el resultado de las distintas disposiciones y leyes que por necesidad fueron surgiendo. En el año 1840 un comité de la cámara de los comunes en Londres publica un informe sobre las condiciones higiénicas de las grandes ciudades, y plantea el problema de una manera mas integral, dejando en evidencia la falta total de legislación sobre edificaciones e instalaciones urbanas (Benévolo,1977).

Características de los cementerios de fines del siglo XIX y principios del XX en la Argentina.

En las trazas urbanas de los cementerios se pueden observar una serie de rasgos constantes que encuentran su razón de ser en la aplicación de los principios higienistas. Estos rasgos pueden objetivarse en la siguiente lista:

1. Estructuración de la trama urbana de los cementerios a partir de un eje principal, arbolado, relacionado a un acceso peatonal principal.
2. Existencia de calles principales, secundarias y senderos peatonales.
3. Existencia de espacios verdes, de estar, donde se exhiben monumentos.
4. Accesos vehiculares, permitiendo la entrada del servicio fúnebre o de actividades de limpieza.
5. Red de agua corriente y drenaje de aguas pluviales.
6. Acceso principal peatonal de carácter monumental donde se utilizan estilos con reminiscencias históricas, el mas abundante suele ser el neoclásico.
7. Galerías nicheras acompañando al estilo del portal de acceso.

8. Existencia de una estructura perimetral de muro que permite el alojamiento de nichos funerarios.
9. Utilización de los estilos Neoclásico, Neogótico, Neorrománico, Neo egipcio variaciones del Art nouveau, etc.
10. Fuerte expresión simbólica en las construcciones funerarias, acordes a los estilos elegidos y a las ideologías de los propietarios (religiosas, masónicas, etc.).
11. Expresan a través de su arquitectura y formas conmemorativas, la historia social, las ideologías y creencias de la comunidad a la cual sirven.
12. Todos tienen una capilla en su interior a pesar de que algunos hayan comenzado, como en el caso de La Plata, como cementerios seculares (Viera García 2003).

Los cementerios de este período en la Argentina, responden a varios criterios en cuanto a su estructuración, que están referidos a visiones socioculturales que van más allá de su funcionalidad de ámbito albergante de los difuntos.

Por su concepción y trazado urbano se convierten en una reducción simbólica de la ciudad, perspectiva esta que se podría profundizar aún más, ya que, en muchos de los casos observados, esta semejanza con la ciudad a la cual sirve, va mas allá de un aspecto simbólico para pasar a un plano material, como en el caso de la ciudad de La Plata y su cementerio, caracterizados ambos por avenidas, diagonales, plazoletas, etc.

Son ámbitos donde se guarda la historia de una ciudad, de sus instituciones y la memoria de los actos de sus ciudadanos destacados, a los cuales se conmemora periódicamente.

Todos estos cementerios son parte del patrimonio sociocultural de una comunidad como representación de los valores intangibles de la misma.

A través de su estudio se pueden establecer las costumbres funerarias y las ideologías imperantes en la sociedad.

Esta perspectiva plantea otra problemática, que luego se va a desarrollar con mas profundidad, cual es la necesidad de implementar políticas de preservación de un patrimonio de estas características, ya que, como tal, se encuentra un gran deterioro por falta de mantenimiento y procesos de reforma edilicia que terminan borrando una parte sustancial de la historia de una ciudad y de su modalidad cultural.

CEMENTERIO DE MONTE

A través del Relevamiento de bóvedas, sepulturas con monumento, tumbas en tierra, etc. en la expresión arquitectónica, arte funerario, simbología, aspiramos a reconstruir un período de las manifestaciones sociales de San Miguel del Monte a partir de 1860.

El cementerio actual (Fig. 1) esta ubicado a diez cuadras aproximadas del casco histórico de la ciudad, circunscrito por las calles Arroquigaray y Pinazo entre Independencia y Martín Rodríguez (Fig. 2).

Según el informe presentado por el agrimensor Feliciano Chiclana, quién realizó en 1829 la medición y el plano del pueblo, hay noticias de un cementerio anterior. Se trataría de un humilde camposanto que debería estar cerca de la iglesia ,frente al fuerte en la manzana que mira al sur, y que habría estado ubicado según el plano actual entre las calles Pinazo, Alem, Arroquigaray y Belgrano.(Manzana No.82)

En los registros parroquiales figura una primer inhumación que data de 1811, correspondiente a Pedro Flores, que en los archivos figura de esta manera *"en el año del Señor de mil ochocientos honse a quatro de junio, Don Pedro Santiago Martínez dio sepultura en el pueblo de San Miguel del Monte a Pedro Flores que falleció de muerte natural y era viudo natural de Sto. Domingo Soriano para lo cual consta la firma de Pedro Santiago Martínez "*

Ya para 1848 se trazó el plano del nuevo cementerio en la ubicación actual, al año siguiente se concesiona un sector a la comunidad protestante. A la par del cementerio católico, lo que va a revelar el

aumento de la población con la llegada de irlandeses e ingleses a la región. Una nota que el Ministro de Gobierno, de esa época don Mariano Acosta envía a los Jueces de Paz explicaría el por qué de dicha decisión " *Teniendo conocimiento el gobierno, que algunos Curas Párrocos de la Campaña, animados de un celo excesivo en el desempeño de su ministerio, han negado sepultura en los cementerios públicos, a cadáveres de extranjeros que han supuesto protestantes…ha dispuesto en la fecha…que se señale en los cementerios un recinto especial para las personas que no falleciesen en la fe católica… el sitio a de quedar incomunicado dentro del campo bendito…"*

A los efectos se construye un paredón demarcatorio interior entre protestantes y católicos. Cuatro años después, con motivo de la secularización de los cementerios este paredón fue destruido.

Para 1894 una parcela se compraba en la suma de un peso oro veinte y cuatro centavos moneda nacional.

En 1909 se construye el pórtico de entrada actual y se realizan ampliaciones para lo cual se compran 4152 metros cuadrados a Honoria Cáceres de Leiva y a José Dapello otros 4053 metros cuadrados

Ya para 1922 se levanta el plano catastral de las parcelas luego de las nuevas ampliaciones y para 1941 se reglamenta como deben erigirse las sepulturas, dando lugar en 1945 a la confección de un nuevo plano.

En 1957 se construye el muro perimetral del cementerio, que es usado actualmente para disponer nichos.

El cementerio consta de siete secciones y esta dividido en dos sectores claramente diferenciados, el de la entrada constituido por una avenida central cruzada por tres calles secundarias, que subdividen las estructuras en cuatro grupos donde se hallan las bóvedas, sepulturas con monumento y sepulturas en tierra, formando filas separadas por pasillos.

El sector más antiguo, ubicado sobre la calle Martín Rodríguez responde a un modelo de cuadrícula cruzada por diagonales con una plaza circular central y jardines. En la avenida principal y en las calles que la cruzan se encuentran sepulturas de vecinos destacados de la vida social, política y económica de San Miguel del Monte.

PORTICO DE ENTRADA.

Existió un viejo frente, de pared simple con reja y columnatas, que fue modificado como pórtico neoclásico, con dos ventanas en arco en ambos laterales. Las cuatro columnas son de estilo jónico, que sostienen un friso de 15 metopas y 16 triglifos, sin motivos decorativos. (Fig. 3) Por encima se desarrolla el frontón, que culmina en una cruz, y en su interior (Fig. 4) tiene un motivo decorativo realizado en material cementicio consistente en una clepsidra alada, con antorchas invertidas y un importante desarrollo de motivos fitomorfos.

Por encima de los arcos y las ventanas, a ambos lados de las columnas se encuentran coronas de palma.

Como detalle notable, el muro de entrada, tiene a la izquierda una escena de la Última Cena, y a la derecha una que suponemos de un ángel, en mal estado de conservación, sosteniendo en la mano una gran cruz, realizadas ambas en material cementicio y pintura.

ESTILOS ARQUITECTONICOS PRESENTES

Las construcciones funerarias principales responden a estilos arquitectónicos diversos, como neoclásico, con varias construcciones de carácter monumental, varias bóvedas presentan reminiscencias neogóticas, rasgos estos que son comunes en diversos cementerios del interior de la provincia de Buenos Aires.

Una de las(Fig. 5) bóvedas principales es de carácter monumental, con una gran cúpula coronada por la escultura de la Virgen. La entrada es en arco de medio punto, con pilastras adosadas a la pared de fuste estriado, que culminan en la parte superior con una cornisa doble, que en su centro

tiene un gran adorno de material cementicio, con escudo y adornos fitomorfos, presenta cuatro cruces en sus laterales en cuyo centro, inscripto en un cuadrado, un rosetón construido con material cementicio. Por sus características, esta bóveda es de un estilo afrancesado con rasgos neoclásicos.

Otra de importante porte, (Fig. 6) también de estilo neoclásico con un atrio de columnas corintias (Coll Mirabent**,** 1987).

La puerta de entrada culmina en un medio arco dentro del cual se encuentra el símbolo de la clepsidra alada realizado en material cementicio.

El frontón presenta un adorno fitomorfo en cuyo centro se observa una cruz y sobre el techo a dos aguas un pedestal con una imagen de la Virgen María.

También encontramos una bóveda perteneciente al movimiento Art Noveau (Fig 7), con reminiscencias neogóticas, presenta un pórtico de acceso con techo a dos aguas con columnas estriadas torsionadas. (Fig. 8) El ingreso tiene una puerta de hierro con características típicas del art noveau con dos arcos ojivales y un rosetón, coherente con el arco del pórtico.

Sobre la bóveda propiamente dicha se eleva una importante construcción con frontón que contiene arcos ojivales rosetón y una cara de ángel alada y adornos fitomorfos.

Todo ello sirve de presentación a una cúpula de base cuadrada y forma piramidal enmarcada por dos elementos que contienen en sobre relieve la flor de lis. Es importante destacar el vitrau de la cúpula, con su forma rectangular y en sentido vertical, acentuando el carácter monumental de la construcción

CONCLUSIONES

El cementerio es un lugar de memoria social, donde se recuerda a las generaciones pasadas y resguarda la identidad de una comunidad y su conciencia histórica.

Es un claro testimonio de lo que una comunidad ha sido y es.

A través de las manifestaciones artísticas de sus construcciones se preservan las identidades étnicas, (españolas, italianos, irlandeses etc.) como religiosas e ideológicas del conjunto social.

Tiene un valor testimonial pues en él se visualizan las épocas y sus costumbres y los cambios socioculturales ocurridos a través del tiempo.

Desde el punto de vista arquitectónico es un referente de los procesos de construcción de la ciudad, muchos de ellos ya perdidos por la dinámica de construcción-destrucción, existentes en las urbes.

En el caso específico del cementerio de Monte se observa características importantes en cuanto a su estructura urbana, construcciones funerarias, distintos estilos arquitectónicos que reflejan la ideología de sus dueños. El carácter monumental de las bóvedas descriptas, señala el poder económico de los habitantes de la ciudad y corresponden a fines del siglo XIX constituyendo un alto valor patrimonial.

En su plano se observa la existencia de dos concepciones diferentes en cuanto a su urbanización, la del sector viejo que responde a un criterio de jardines y plazas, propia de fines del siglo pasado y principios del XX. La otra responde a un criterio de uso económico y especulativo y falta de espacio funerario.

Fig. 2 Acceso

Fig. 3 Pórtico de entrada

Fig. 4 Símbolo de la clepsidra alada

Fig. 5 Estilo afrancesado

Fig. 6 Estilo neoclásico

Fig. 7 Art Nouveau

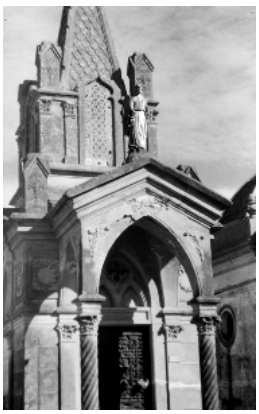


Fig. 8 Detalles

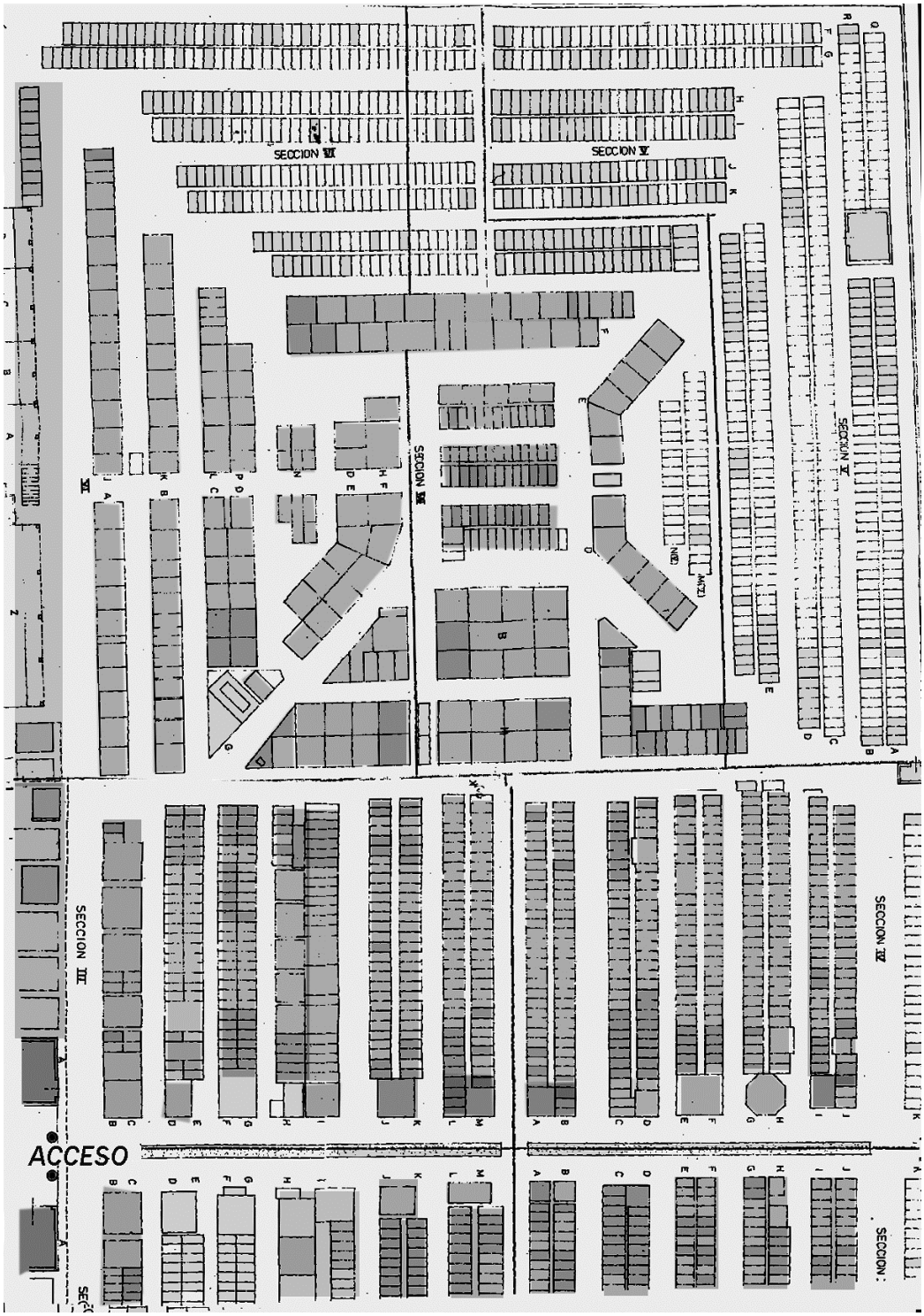


Fig. 1 Planimetria

BIBLIOGRAFIA

Argan, G. C.1977 El arte moderno. Torres editor. 1977.

Benevolo L., 1977 - Historia de la arquitectura moderna Ed. G.Gilli. 3ª. Ed. Barcelona.

Coll Mirabent, I. 1987 Las claves del arte neoclásico. Ed. Arín. Barcelona

De Fusco R., 1996 Historia de la arquitectura contemporánea. Celeste ediciones.

Fabiano, M.A., 2000 Monte cuna de Rosas.200 años con historia, Grafikolor Ediciones Bs.As.

Rizzo, A., 2001 b, Hacia una clasificación de la parafernalia funeraria(fines del siglo XIX y principios del XX) .En Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueología Argentina. Simposio Arqueología en ciudades en crecimiento acelerado: un desafío del siglo XXI UNR. Fac. Humanidades y Artes. Rosario. (aceptada y evaluada para su publicación)

Rizzo, A., 2001 c, Importancia del rasgo puerta en las construcciones funerarias del siglo XIX y principios del XX: aspectos técnicos, ornamentales y simbólicos En Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueología Argentina. Fac. Humanidades y Arte. Rosario (evaluada y aceptada para su publicación).

Rizzo, A., 2004 b, La imagen de María en las representaciones funerarias de los cementerios urbanos, en Actas en CD XV Congreso Nacional de Arqueología Argentina .Rev. Anti UNRC. ISBN 950-665-272-4. Septiembre.

Rizzo, A., Shimko, S.,1999, Investigaciones arqueológicas en la región oriental de la cuenca deprimida del río Salado, partido de Monte. Provincia de Bs.As., en Actas del XII Congreso Nacional de Arqueología Argentina. Mesa Comunicaciones Pampa. Fac. Cs. Naturales y Museo UNLP, Tomo III, pp. 170-173

Rizzo, A.,Sempe, M.C., ,2001a, Importancia del Cementerio como documento etnohistórico y Antropológico, en XXI Encuentro de Geohistoria Regional. Fac. de Humanidades. UNF. Formosa

Rizzo, A., Sempé, M. C., 2005 b, Los cementerios como resguardo de la memoria comunitaria, Publicado en CD., II Congreso Internacional Europa-América. Museos, Archivos y Bibliotecas para la historia de la Ciencias. Ediciones FEPAI ISBN 950-9262-29-3.

Sánchez Zinny, E. F,1939, La Guardia de San Miguel del Monte(1580-1830),Talleres Gráficos "Damiano", Bs. As.

Sempé, M C., Rizzo, A., 2003 a, La interpretación de registros complejos a través del análisis estilístico y documental en Arqueología Urbana. En Signos en el tiempo y rastros en la tierra, Capítulo III, pp.54-57, Mariano Ramos y Eugenia Néspolo editores. Universidad de Luján. Dpto. de Ciencias Sociales Luján. ISBN 9879285-18-2

Sempé, M C, Viera, L M., García, T., Rizzo, A.,2004, Arquitectura y simbolismo como imagen de la muerte en el cementerio de La Plata, En La imagen de la muerte, Fondo Editor Universidad Mayor de San Marcos. Lima Perú. ISBN/ISSN 9972-268-4

Viera. L. M, 2004, Los cementerios urbanos historia y fundamento de su existencia. en Miradas Al pasado desde Chivilcoy, Edit Caggiano,M.A. Chivilcoy, en CD, ISBN/ISSN 950-9935l-0

Viera Mabel y Tomás García 2003 La Recepción del neogótico en el ámbito funerario: los Cementerios Urbanos". XXII Encuentro de Geohistoria Regional. IIGHI - CONICET Meichtry [et al] ed. pp. 522 - 528.

Viera M, Sempé M C 2005 El cementerio de La Plata, su arquitectura y urbanismo como patrimonio tangible e intangible en Actas.10º Seminary International Forum UNESCO Universities and Heritage & Inter-Congress of the World Archaeological Congress. Cultural Landscapes in the 21st Century . Newcastle, England.

Viera L. M. y Sempé M. C. 2004.Diferentes recepciones del Art Nouveau en los Cementerios Urbanos Actas CD XV Congreso Nacional Arqueología Argentina. Río Cuarto, Córdoba.

CURRÍCULUM VITAE

Antonia Rizzo: Doctora en Historia, Docente Investigadora. Codirectora del Proyecto de investigación "Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos". Laboratorio de Análisis Cerámico Profesora Cátedra de Etnohistoria de la carrera de Antropología de la Facultad de Ciencias. Naturales y Museo Universidad Nacional de La Plata , Directora Proyecto "El cementerio de San Miguel de Monte y su contexto histórico" Municipalidad de San Miguel del Monte. Argentina. ninarizzopucci@yahoo.com.ar

Mabel Viera: Arquitecta Profesora Cátedras de Arquitectura y Comunicación de Facultad de Arquitectura y Urbanismo Investigadora integrante del Proyecto de investigación "Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos", Laboratorio de Análisis Cerámico. Facultad de Ciencias Naturales y Museo. Universidad Nacional de La Plata .Codirectora del Proyecto "El cementerio de San Miguel del Monte y su contexto histórico" Municipalidad San Miguel del Monte. Argentina. mabvi@yahoo.es

Perspectivas paleodemográficas desde el análisis de la población del Cementerio Municipal de La Plata. (Periodo 1911-1920)

Flores, Olga Beatriz* y Rizzo, Antonia**

INTRODUCCIÓN

En años recientes, arqueólogos y antropólogos biólogos han manifestado un gran interés en problemas de demografía. Las reconstrucciones se adscriben a dos categorías principales: 1. la estadística demográfica, incluyendo expectativa de vida, probabilidad de muerte, especificando edad y tasa de mortalidad, y 2. tamaño y densidad de la población.

Hasta 1889 la información demográfica provenía de las anotaciones que se hacían en la Parroquias. La mortalidad era el elemento demográfico que mejor se registraba. Por Ley del 25 de octubre de 1888, promulgada el 5 de noviembre de ese año, se ordenó el establecimiento del Registro Civil de la Personas en todo el territorio de la provincia, debiendo regir desde el 1 de enero de 1889, aunque el poder Ejecutivo recién lo puso en funcionamiento el 25 de febrero de 1889, comenzando a funcionar en La Plata constituyendo el ámbito donde se anotaban nacimientos, matrimonios y defunciones.

Desde que se produjo la primera tabla de mortalidad para la especie humana, se han multiplicado los trabajos de esta naturaleza, de tal manera que difícilmente se encuentre un país donde no se haya calculado una tabla de mortalidad. En nuestro país la primer tabla de mortalidad para la ciudad de Buenos Aires, fue publicada en el Tomo II del Censo Municipal de Buenos Aires del año 1887.

El Cementerio de La Plata tiene una antigüedad de 119 años que lo encuadra en el siglo XIX. La única fuente de información son las Actas de inhumación que se encuentran en el Archivo del Cementerio Municipal de la ciudad de La Plata; provincia de Buenos Aires, habiendo originado distintas publicaciones sobre diferentes aspectos del mismo (Flores, 2002).

La incorporación de nuevos datos a la muestra, originó que se abordaran nuevamente los aspectos paleodemográficos de esta serie, hasta ahora inéditos.

El objetivo del presente estudio es establecer la estructura demográfica del grupo (sepulturas a perpetuidad) en estudio a lo largo de 10 años (1911-1920), intentando comprender su biodinámica.

MATERIAL Y MÉTODOS

El material extraído del Archivo Municipal del Cementerio de la ciudad de La Plata, permitió trabajar con 395 actas correspondientes al periodo (1911-1920), de sepulturas a perpetuidad. Los datos se volcaron en planillas elaboradas con los siguientes datos: sexo, edad, nacionalidad, profesión, causas de muerte, etc. Con esta información se determinaron distintos parámetros demográficos tales como: tamaño promedio de la población, proporción de sexos, mortalidad por edades, tablas de vida (Acsadi y Nemeskeri, 1970; Ubelaker, 1980; Hassan, 1981).

El primer paso en la reconstrucción demográfica es la asignación de individuos en categorías de acuerdo a la edad de muerte. Se utilizaron periodos de 5 años. A estas categorías de edad se dividieron en femeninos y masculinos. Se buscó el N (número de individuos) y el porcentaje (%) de individuos en cada categoría de edad.

El siguiente paso fue dibujar el porcentaje de individuos en cada categoría en forma de curva de mortalidad. La curva de supervivencia es a la inversa de la curva de mortalidad. Indica que porcentaje de una población teórica original de 100 personas llegan vivos al final de cada 5 años. La tabla de vida es la 3er. forma para expresar los datos demográficos y se tuvieron en cuenta los siguientes pasos: intervalo de edad; el número de muertes; el porcentaje de muertes; la supervivencia; la probabilidad de muerte; el número total de años vividos. (Acsadi y Neméskeri, 1970; Ubelaker, 1980: Hassan, 1981)

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

A.- Tamaño promedio de la población.

En base a los datos obtenidos de la Actas se estableció el tamaño promedio de la población (Ubelakaer, 1980) en 19.82 habitantes, número que pudo fluctuar a lo largo de los años desde que se fundó el Cementerio (1887) a la fecha. Estos 395 individuos no representan el total de los fallecidos que fueron allí inhumados puesto que el análisis solo se hace en un tipo de enterratorio (sepulturas a perpetuidad) y en un periodo determinado (1911-1920).

B.- Proporción de sexos.

El análisis de la proporción de sexos (Tabla 1) permite observar que hubo mayor proporción de masculinos (218) que de femeninos (160) y no comparables (17). Los valores obtenidos para los distintos grupos de edades indican que esta proporción de sexos aumenta en el grupo de individuos maduros (204), disminuyendo en los seniles (55) y seguido de los infantiles (10), representados en forma escasa en la muestra.

Para la distribución de sexos, la categoría subadultos integra 30 varones y 20 mujeres y adultos 188 varones y 140 mujeres, valores precisos debido a que en las Actas se indica sexo y edad de los individuos.

C.- Mortalidad por edades.

Las frecuencias absolutas de mortalidad por edades en nuestra población (Tabla 2) muestran la presencia de un número de individuos maduros (204); frecuencias medias de adultos (69) y escasos infantiles (10). Estos resultados no se corresponden totalmente con lo que se encontró con individuos de otro tipo de enterratorio (sepulturas en tierra). La explicación de los resultados obtenidos pudiera estar relacionada con diversos factores socio-culturales como podría ser, por ejemplo, que los individuos de la muestra fueron sepultados en un espacio determinado del cementerio.

D.- Mortalidad infantil.

En la Tabla 3 se presenta el análisis detallado de la mortalidad infantil correspondiente a las sepulturas a perpetuidad del Cementerio de La Plata. Como se puede observar desde el nacimiento hasta 6 meses de vida las frecuencias no son muy bajas y a partir de los 6 meses permanecen prácticamente constantes; para luego incrementarse a los 12 años.
De todas formas se debe recordar que los resultados obtenidos para este periodo y este tipo de enterratorio difieren totalmente con los realizados en tierra donde se muestra que la edad más afectada por la mortalidad corresponde al 1er. año de vida. (Flores e Iglesias, 2003).

EXPECTATIVA DE VIDA

E.- Curva de mortalidad

La curva de mortalidad para el grupo en estudio muestra algunos datos interesantes (Figura 1).Se puede observar una alta proporción de muerte entre 60-65 años, seguida de una reducción importante.

F.- Curva de supervivencia

La curva de supervivencia (Figura 2) muestra que el 97 % de todos los individuos nacidos en la población representada aún viven después de los 5 años.

G.- Tabla de vida.

Para poder determinar como era la calidad de vida, se calculó también la tabla de vida (Ubelaker, 1980). La interpretación correcta de estas tablas requieren que se tengan en cuenta los movimientos migratorios o el grado de crecimiento de la población estudiada (Johansson y Horowitz, 1986).

La Tabla 4 es una muestra de la tabla de vida calculada a partir de edades conocidas obtenidas de una muestra válida estadísticamente de una población, en este caso sepulturas a perpetuidad.

Los totales son ligeramente superiores en los intervalos entre 50 y 65 años. Analizando dicha tabla y atendiendo al número de supervivientes (lx), se observa que, la frecuencia va disminuyendo gradualmente hasta observar que muy pocos individuos llegaron a los 85 años. El descenso de individuos a partir de los 85 años es consecuencia de la alta mortalidad que se dio en los adultos. Este resultado no se encuentra en los individuos sepultados en tierra (Flores e Iglesias, 2003), indicando que, posiblemente este periodo se caracterizó, en general, por la baja calidad de vida de los individuos que vivieron en ese tiempo. La esperanza de vida (Eo) al nacimiento es de 50.43 y lógicamente va disminuyendo de forma gradual, de tal forma que en el periodo 60-65 años es de 11.29, nueve años más que para los seniles.

H. Proporción de mortalidad cruda

Es el número promedio de individuos que mueren cada 1000 por año. Puede ser calculada directamente desde la Tabla de Vida. En nuestro caso da una proporción de 19.82. Esto significa que alrededor de 19 personas de cada 1000 mueren cada año. Comparando esta proporción de mortalidad entre diferentes enterratorios pueden revelar diferencias importantes que serán temas a investigar.

CONCLUSIONES

El estudio de la serie de individuos pertenecientes a sepulturas a perpetuidad durante el periodo 1911-1920 permitió determinar la presencia de 378 individuos de los cuales 160 fueron diagnosticados como femeninos y 218 como masculinos; lo que indica mayor número de defunciones masculinas que femeninas.

La muerte se ensaña con más intensidad sobre los individuos comprendidos entre los 60 y 65 años y una reducción notable de defunciones en edad avanzada.

El tamaño promedio de la población, se estimó en 19.82 habitantes.

El análisis de la mortalidad por edades indica que, debido a fenómenos taxonómicos y/o socioculturales, las frecuencias en las distintas categorías de edades no reflejan la realidad de la población de aquel periodo, ya que hay un número mayor de individuos fallecidos en la edad madura (204) que en las categorías infantiles/juveniles.

La menor cantidad de enterratorios en sepulturas a perpetuidad registrados en este periodo, tiene su causa en la inferioridad numérica de la clase alta en relación a la trabajadora y probablemente en el elevado costo que seguramente implicó el acceso a ellas. El elevador número de extranjeros (264) sobre argentinos (131) podría ser indicativo del mayor poder adquisitivo de los migrantes que integrarían las capas medias a altas en la estructura social.

El cálculo de las tablas de vida aportó una información interesante como por ejemplo, que muy pocos individuos llegaban a los 50 años, o de que la esperanza de vida al nacer en esta población era de 50.43 años.

Los resultados obtenidos difieren, en general, de los de otros grupos de individuos pertenecientes al mismo cementerio pero de distinta forma de enterratorio; como por ejemplo un detallado estudio de la mortalidad infantil en sepulturas en tierra revela que las edades más afectadas eran las comprendidas entre 0-5 años como consecuencia de los diferentes factores epidemiológicos, socio-culturales y nutricionales.

En resumen, el análisis de los diversos aspectos demográficos nos ofrece el mejor reflejo posible sobre la biodinámica del grupo en estudio, resaltando la importancia de esta serie para el conocimiento de este periodo.

Solo la realización de nuevos estudios, en los que participen historiadores, arqueólogos, arquitectos y antropólogos, así como una mayor homogeneidad y actualización de criterios y métodos de diagnóstico de edad y sexo, permitirá en el futuro subsanar muchos de los problemas discutidos en este trabajo, problemas que, no sólo afectan a los otros tipos de enterratorios, sino a los procedentes de otros contextos históricos y ambientales.

BIBLIOGRAFÍA

ACSADI, G.Y. Y NEMESKERI, J.,1970.”*History of human life span and mortality”* Akadémiai Kiadó, Budapest.

CAGGIANO, M.A., PONCIO, G.R. y FAHEY, S. 2000. 2*Enfermedades sociales a mediados del Siglo XIX. Estudio de la problemática chivilcoyana2* En: Unidad y diversidad en América Latina. Conflictos y coincidencias. II:683-700.

CAGGIANO, M.A:, ADAM, S.G., FLORES, O.B., GARAY, V.H. y SCOLA, G. 2002. “*Entre tumbas”*. En: XI Jornadas de Historia del Pensamiento Científico Argentino. Historia de las Ciencias Humanas y Sociales. Fundación para el Estudio del Pensamiento Argentino Iberoamericano (FEPAI).

CONDOMI ALCORTA A. y SALAS, C.P, 1910. *“Censo General de la Ciudad de La Plata”*. Provincia de Buenos Aires. Talleres La Popular.

FLORES, O.B. 2003 *“Mortalidad y causas de muerte en el Cementerio de La Plata”*. I Jornada Histórico-Geográfica y Genealógica de Berazategui. CDRom formato libro.

FLORES, O.B. 2002. *“Reconstrucción demográfica del Cementerio de La Plata”*. IV Jornadas de Estudios sobre el Partido de Almirante Brown y V Jornadas de Historia del Conurbano Bonaerense. CDRom formato libro. Adrogué.

FLORES, O.B.,2004*, “Incidencia diferencial de las causales de muerte en los distintos tipos de enterratorios del cementerio municipal de la ciudad de La Plata”. E*n XV Congreso Nacional de Arqueología Argentina, UNRC. Córdoba. CDRom. Rev. Anti Río Cuarto. Córdoba.

FLORES, O.B e IGLESIAS, M.T. 2003. *“Análisis de las causas de muerte de los primeros habitantes de la ciudad de La Plata”* (en evaluación)

GALERA, V.; GARRALDA, M.D.; MORENO, J. M. Y VANDERMEERSCH, B. 1994. “*La población cántabra de Santa María de Hito. Perspectivas paleodemográficas de la Edad Media en España”*. Revista Española Antropología Biológica, 15:73-90.

HASSAN, F.A. 1981. *“Demographic Archaeology. Studies in Archaeology”*. Academic Press.

RIZZO, A.; SEMPE, M.C.,2002, “*Importancia del cementerio como documento etnohistórico y antropológico”* XXI Encuentro de Geohistoria Regional, Universidad Nacional de Formosa,Ministerios de Cultura y Educación. Ed. Gualamba, Formosa. pp 291-296.

SEMPE, M.C. 2001. *“El Cementerio de La Plata y su contexto social fundacional”*. Milenio. Centro de Estudios en Ciencias Sociales y Naturales de Chivilcoy. María Amanda Caggiano, editor. pp 40-43. Chivilcoy.

UBELAKER, D. H. 1980. “*Human skeletal remains. Excavation, Analysis, Interpretation”*. Archeology, 2. Taraxacum, Washington. 2da. Edición.

		N	%
	INFANTILES	3	0.76
	JUVENILES	17	4.30
FEMENINOS	ADULTOS	28	7.09
	MADUROS	83	21.01
	SENILES	29	7.34
	TOTAL FEMENINOS	**160**	**40.51**
	INFANTILES	7	1.77
	JUVENILES	23	5.82
MASCULINOS	ADULTOS	41	10.38
	MADUROS	121	30.63
	SENILES	26	6.58
	TOTAL MASCULINOS	**218**	**55.19**
NC	TOTAL	**17**	**4.30**
	TOTAL INDIVIDUOS	**395**	**100**

Tabla 1. Distribución de la mortalidad por sexos.

	N	%
INFANTILES	10	2.53
JUVENILES	40	10.13
ADULTOS	69	17.47
MADUROS	204	51.64
SENILES	52	13.16
NC	20	5.06
TOTAL	**395**	**100**

Tabla 2: Distribución de la mortalidad por edades.

EDAD	N	%
Nacimiento	6	35.5
6 meses	1	5.9
9 meses	-----	-----
12 meses	-----	-----
18 meses	1	5.9
2 años	1	5.9
3 años	1	5.9
4 años	1	5.9
5 años	1	5.9

6 años	-----	-----
7 años	1	5.9
8 años	-----	-----
9 años	-----	-----
10 años	-----	-----
11 años	-----	-----
12 años	4	23.5
TOTAL*	**17**	**100**

*Individuos infantiles cuya edad se determinó a través de las actas de inhumación

Tabla 3. Distribución de la mortalidad infantil (sepulturas a perpetuidad. Periodo 1911-1920).

EDAD (años)	**Dx**	**dx**	**lx**	**qx**	**Lx**	**Tx**	**Eo**
0-4.9	11	2,91	100	0,029	492,725	5043,908	50,44
5-9.9	2	0,53	97,09	0,005	259,127	4551,183	46,87
10-14.9	4	1,06	96,56	0,011	480,16	4292,056	44,45
15-19.9	12	3,17	95,5	0,033	469,58	3811,896	39,91
20-24.9	24	6,35	92,33	0,069	445,772	3342,316	36,2
25-29.9	16	4,23	85,98	0,049	419,32	2896,544	33,69
30-34.9	15	3,97	81,75	0,048	398,82	2477,224	30,3
35-39.9	23	6,08	77,78	0,078	373,69	2078,404	26,72
40-44.9	15	3,97	71,7	0,055	348,585	1704,714	23,78
45-49.9	21	5,55	67,73	0,082	324,777	1356,129	20,02
50-54.9	31	8,2	62,17	0,132	290,362	1031,352	16,59
55-59.9	38	10,05	53,97	0,186	244,73	740,99	13,729
60-64.9	50	13,23	43,92	0,301	186,532	496,26	11,3

65-69.9	31	8,2	30,69	0,267	132,962	309,728	10,09
70-74.9	33	8,73	22,49	0,388	90,635	176,766	7,86
75-79.9	24	6,35	13,76	0,461	52,937	86,131	6,26
80-84.9	21	5,55	7,41	0,749	23,177	33,194	4,48
85-89.9	4	1,06	1,86	0,569	6,645	10,017	5,39
90-94.9	2	0,53	0,8	0,661	2,677	3,372	4,21
95-99.9	1	0,26	0,27	0,9741	0,695	0,695	2,25
100-104.9	0	0	0,007	0		0	0
			---	---		---	---
	378	99,98	---	---	5043,908	---	---

Dx: nro. muertos; dx: % muertos; lx: nro. supervivientes; qx: probabilidad muerte; Lx:nro. total años vividos;
Tx: nro. total de años por vivir; Eo: esperanza de vida.

Tabla 4: Tabla de vida de individuos pertenecientes al Cementerio Municipal de La Plata.

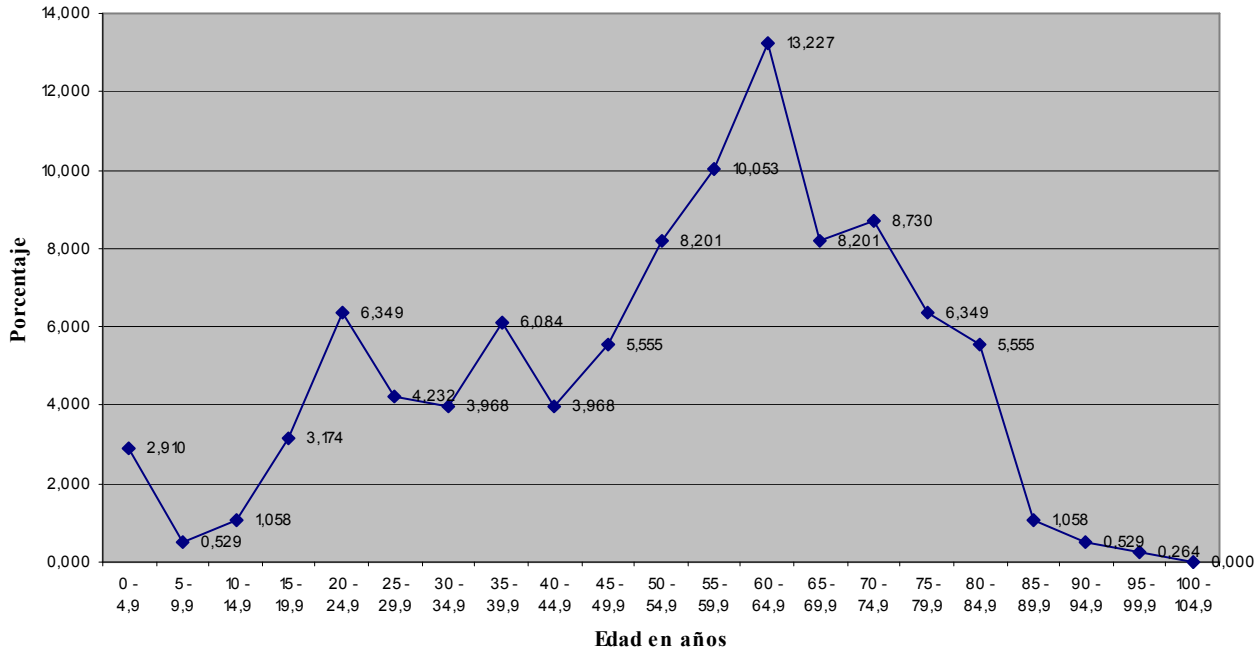


Figura 1 Curva de Mortalidad

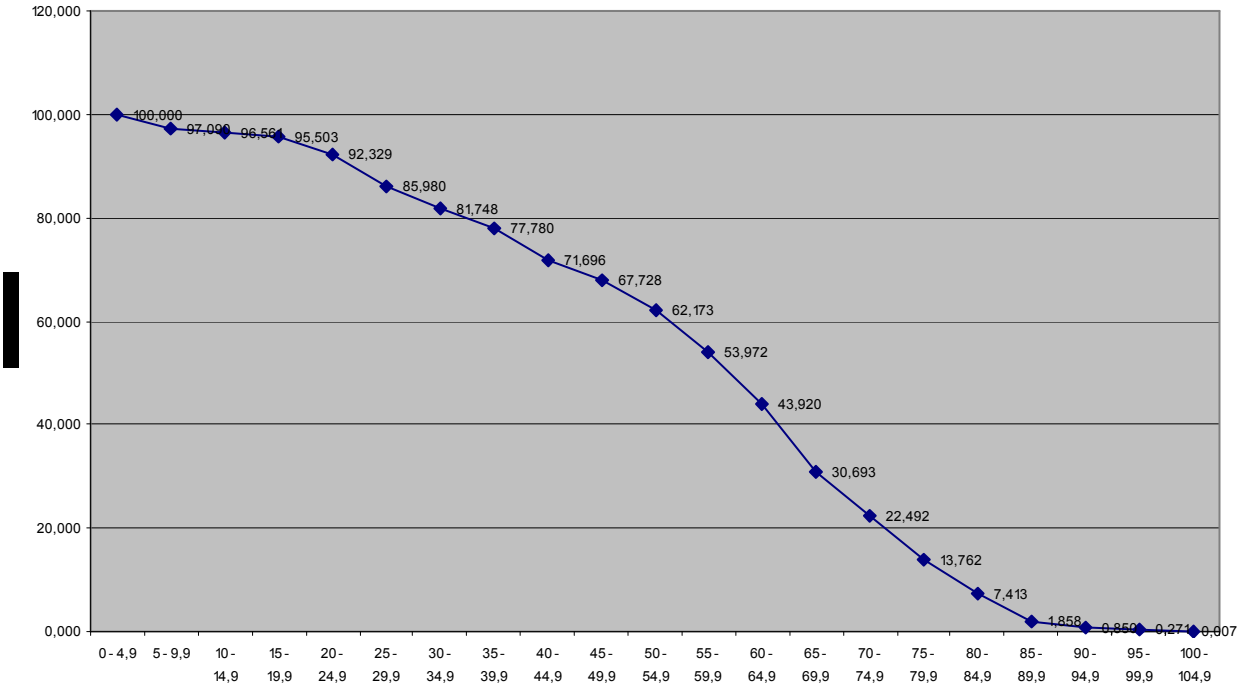


Figura 2. Curva de supervivencia

FLORES, Olga, Licenciada en Antropología. Docente e Investigadora Cátedras Métodos y Técnicas Investigación Antropología Biológica y Antropología Biológica II. Laboratorio de Antropología Biológica. Integrante del Proyecto de Investigación "Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos".Facultad de Ciencias Naturales y Museo. Universidad Nacional de La Plata. Argentina
E-mail floresolga@infovia.com.ar

RIZZO, Antonia, Doctora en Historia, Docente e Investigadora. Cátedra de Etnohistoria, Carrera Antropología, Laboratorio de Análisis Cerámico. Facultad de Ciencias Naturales y Museo. Universidad Nacional de La Plata. Argentina. Codirectora del Proyecto de Investigación "Estudio antropológico integral del cementerio de La Plata y su comparación con otros cementerios urbanos"
E-mail: ninarizzopucci@yahoo.com.ar